



Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras

**O SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO MUSEU DE LAGOS:
AVALIAÇÃO E PROPOSTA DE OTIMIZAÇÃO**

Mestrado em Ciências da Documentação e Informação

PATRÍCIA DE JESUS PALMA

2022

Trabalho de projeto especialmente elaborado para a obtenção do grau de Mestre,
orientado Pelo Professor Doutor Carlos Guardado da Silva



Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras

**O SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO MUSEU DE LAGOS:
AVALIAÇÃO E PROPOSTA DE OTIMIZAÇÃO**

Mestrado em Ciências da Documentação e Informação

PATRÍCIA DE JESUS PALMA

2022

Trabalho de projeto especialmente elaborado para a obtenção do grau de Mestre,
orientado Pelo Professor Doutor Carlos Guardado da Silva

FICHA TÉCNICA

Tipo de documento:	Trabalho de projeto
Título:	O sistema de informação do Museu de Lagos: avaliação e proposta de otimização
Autora	Patrícia de Jesus Palma
Orientador:	Prof. Doutor Carlos Guardado da Silva
Curso:	Mestrado em Ciências da Documentação e Informação
Instituição:	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Data:	5 de dezembro de 2022

RESUMO

O presente trabalho de projeto dedica-se ao estudo dos sistemas de informação organizacionais em contexto museológico, tendo como caso de estudo empírico o Museu de Lagos (Algarve, Portugal). Orientado para a mudança, adota a metodologia de investigação-ação, tendo como objetivo compreender a relevância da gestão do sistema de informação arquivística da instituição museu para o cumprimento da sua missão e objetivos específicos.

Tratando-se de procurar formas de otimizar o sistema de informação, desenvolve-se o estudo do contexto de produção informacional com recurso à análise orgânico-funcional para conhecer a estrutura do sistema, os seus limites e as suas relações sistémicas. A partir deste método, organiza-se a globalidade da informação arquivística do Museu de Lagos numa perspetiva holística e integrada, com recurso às operações de classificação e descrição da informação.

Esta intervenção permitirá ao Museu de Lagos o acesso e uso dos seus recursos de informação de forma contextualizada, integrada, continuada e de acordo com a sua missão e objetivos institucionais.

Agindo no cruzamento entre as Humanidades e as Ciências Sociais, os resultados alcançados neste trabalho contribuem para o alargar da renovação epistémica em curso nos museus portugueses, ao complementar a abordagem aos sistemas de informação em torno dos acervos com a abordagem à integralidade do sistema de informação museu nas suas dimensões estruturais, funcionais e informacionais, à luz da qual os acervos são inteligíveis.

Esta proposta permite aos museus cumprirem-se não só como um “lugar de memória”, mas também como um “lugar com memória.”

PALAVRAS-CHAVE

Arquivo de Museu; Biblioteca de Museu; Documentação em Museu; Gestão de Informação em Museu; Sistema de Informação.

ABSTRACT

The present project work is dedicated to the study of organizational information systems in a museum context, having as an empirical case study the Lagos Museum (Algarve, Portugal). Oriented towards change, we adopted the action-research methodology with the aim of understanding the relevance of managing the archival information system of the museum institution for the fulfillment of its mission and particular objectives.

With the aim of looking for ways to optimize the information system, the study of the context of informational production is developed using organic-functional analysis to know the structure of the system, its limits and its systemic relationships. Based on this method, the entirety of the archival information of the Museum of Lagos was organized in a holistic and integrated perspective, using the operations of classification and description of the information.

This intervention will allow the Lagos Museum to access and use its information resources in a contextualized, integrated, continuous way and in accordance with its mission and institutional objectives.

Acting at the crossroads between the Humanities and Social Sciences, the results achieved contribute to the expansion of the epistemic renewal underway in Portuguese museums, by complementing the approach to information systems around the collections with the approach to the integrality of the museum system in its dimensions structural, functional and informational, in the light of which the collections are intelligible.

This proposal allows museums to fulfill themselves not only as a “place of memory”, but also as a “place with memory.”

KEYWORDS

Museum Archives; Museum Library; Documentation in Museum; Information Management in Museum; Information system.

DEDICATÓRIA

À memória de
José dos Santos Pimenta Formosinho (1888-1960)
e de
José da Conceição Ramos Formosinho (f. 2015)

*Para o meu filho Gaspar,
o guardião.*

AGRADECIMENTOS

A formação científica e o exercício da prática de investigação lançam-nos num processo dinâmico e relacional decisivo para o maior ou menor êxito da tarefa a que nos propomos. Durante a realização deste trabalho pude contar com diversos contributos essenciais, aos quais estou profundamente grata.

Na pessoa do diretor do curso de mestrado em Ciências da Documentação e Informação, senhor Professor Doutor Carlos Guardado da Silva, desejo manifestar o meu agradecimento a toda a equipa docente do mestrado, pelo estímulo constante e pela capacidade de adaptação face à extraordinária situação pandémica vivida, mantendo-se a boa condução do curso como uma âncora de equilíbrio e de esperança.

Ao meu orientador, senhor Professor Doutor Carlos Guardado da Silva, agradeço, penhorada, a orientação que aceitou prestar-me, concedendo-me todo o apoio e disponibilidade. A minha gratidão pela confiança, pelo diálogo crítico e pelo contagiante entusiasmo intelectual.

Aos colegas de curso, agradeço a excelente colaboração de todos e a oportunidade para construir coletivamente novas aprendizagens.

Tratando-se de um trabalho de projeto, a sua realização e resultados estão intimamente relacionados com as condições encontradas e proporcionadas, sendo, embora, as deficiências do trabalho da nossa inteira responsabilidade. Desejo expressar, pois, a minha profunda gratidão à senhora Doutora Elena Morán, diretora do Museu de Lagos, pela oportunidade de ter integrado a equipa envolvida no processo de renovação museológica, e, na sua pessoa, o meu agradecimento plural a todos os colaboradores do Museu que, no decurso do trabalho desenvolvido, se revelaram sempre atenciosos e diligentes. Agradeço igualmente à Doutora Elena Morán, a confiança, a flexibilidade e a abertura, fundamentais ao trabalho desenvolvido no Centro de Documentação do Museu de Lagos e aqui criticamente explorado e discutido. Às profissionais Dora Alves e Helena Simão, profundamente conhecedoras da realidade documental do Museu de Lagos, o meu agradecimento pela generosidade e disponibilidade permanentes em prestar todo o apoio e informações imprescindíveis à boa condução do trabalho. À Luísa Ricardo, o prazer pelo pensar em conjunto. Ao dr. Rui Parreira, a leitura cuidada e os comentários valiosos. À família, agradeço o apoio insubstituível.

Ao Idalécio e ao Gaspar, os olhos e os ombros onde me amparo, tudo.

SUMÁRIO	
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
DEDICATÓRIA	vii
AGRADECIMENTOS.....	ix
SUMÁRIO.....	xi
LISTA DE SIGLAS	xiii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	xiv
ÍNDICE DE QUADROS.....	xv
INTRODUÇÃO	1
i. O objeto de estudo.....	1
ii. A problemática, os objetivos e a metodologia.....	3
1. REVISÃO DA LITERATURA	13
1.a O olhar documental nos museus.....	14
1.b O olhar informacional nos museus.....	27
2. O SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO MUSEU DE LAGOS: ESTUDO HISTÓRICO E ORGÂNICO-FUNCIONAL.....	35
2.a Apresentação da Organização Museu de Lagos.....	35
2.b Contextualização histórica e orgânico-funcional	39
i. Os antecedentes do Museu (1894-1895).....	40
ii. A Fundação (1930-1931).....	43
iii. A identidade, valores e missão da Organização.....	46
iv. A identidade do acervo.....	58
v. As instalações (as obras em função do acervo)	67
vi. Órgãos e funções.....	72
vii. A documentação no Museu de Lagos.....	87
3. ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO COM RECURSO À CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO	105
4. EQUACIONAMENTO CRÍTICO: a pertinência funcional do Centro de Documentação no Museu.....	113
CONCLUSÃO.....	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133
APÊNDICES	148

APÊNDICE I: José dos Santos Pimenta Formosinho - contributo para o estabelecimento da produção intelectual publicada (bibliografia ativa).....	149
APÊNDICE II: Quadro-síntese da legislação, convenções e regulamentos relativos ao património cultural e aos museus em Portugal (1720 à atualidade)	159
APÊNDICE III: Quadro de classificação e avaliação da informação.....	195
APÊNDICE IV: Descrição do sistema de informação do Museu de Lagos	207

LISTA DE SIGLAS

AMLGS	– Arquivo Municipal de Lagos
AMLJF	– Arquivo Museu de Lagos Dr. José Formosinho
AJCRF	– Arquivo José da Conceição Ramos Formosinho
CD	– Centro de Documentação
Cf.	– Conferir
CMLGS	– Câmara Municipal de Lagos
Coord.	– Coordenação
Cp.	– Capilha
Cx.	– Caixa
Dactil.	– Dactilografado
Dir.	– Direcção
Ed.	– Edição
<i>Et al.</i>	– <i>Et alii</i>
Fl.	– Folha
FLUL	– Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Fig.	– Figura
ML	– Museu de Lagos
MLJF	– Museu de Lagos – Dr. José Formosinho
Ms.	– Manuscrito
Org.	– Organização
Orient.	– Orientação
P.	– Página
Pl.	– Planta
Pp.	– Páginas
Pt.	– Pasta
PT	– Portugal
S.l.	– <i>Sine loco</i>
S.n.	– <i>Sine nomine</i>
SC	– Secção
Sep.	– Separata
Sr.	– Série
Subls.	– Sublinhados
V.	– <i>Vide</i>
Vol.	– Volume

ÍNDICE DE FIGURAS

N.º Figura	Título	N.º pág.
Fig. 1:	Organograma do Município de Lagos, em vigor desde 1 de julho de 2022.	36
Fig. 2:	Logótipo adotado pelo Museu entre 1931 e 1936.	50
Fig. 3:	Logótipo adotado pelo Museu entre 1936 e 1988.	50
Fig. 4:	Logótipo adotado pelo Museu entre 1936 e 1988 (versão de luto).	50
Fig. 5:	Logótipo adotado pelo Museu entre 1936 e 1938 (versão colorida).	50
Fig. 6:	Logótipo adotado pelo Museu entre 14/01/1988-21/07/2021.	50
Fig. 7:	Logótipo adotado pelo Museu entre 14/01/1988-21/07/2021 (variante).	50
Fig. 8:	Logótipo adotado pelo Museu a partir de 21/07/2021.	50
Fig. 9:	Quadro dos investimentos realizados em Lagos, por via do “Fundo do Desemprego”.	67
Fig. 10:	Evolução das obras de ampliação no Museu, 1931-1954.	70
Fig. 11:	Projeto de ampliação do Museu, 1945.	70
Fig. 12:	Planta atual do Museu, 2022.	71
Fig. 13:	Organograma do Museu Regional de Lagos, 1930-1956.	73
Fig. 14:	Organograma do Museu Regional de Lagos, 1956-1980.	74
Fig. 15:	Proposta de organograma funcional do Museu, 1930-2010, de acordo com o Decreto n.º 46758, de 18 de dezembro de 1965, e com a prática museológica recenseada.	77
Fig. 16:	Organograma do Museu Municipal Dr. José Formosinho, 2010-2022.	81
Fig. 17:	Projeto de ampliação do Museu de 1942, com a atribuição do nome de Júlio Dantas.	90
Fig. 18:	Livro de inventário da biblioteca do Museu.	91
Fig. 19:	Ficheiro manuscrito da biblioteca do Museu.	92
Fig. 20:	Pormenor da biblioteca do Museu, em 1979.	92
Fig. 21:	Planta do R/C do edifício sito na Rua Castelo dos Governadores, n.º 18. Para efeitos de localização da documentação: Sala n.º 1.	96
Fig. 22:	Planta piso 1 do edifício sito na Rua Castelo dos Governadores, n.º 18. Para efeitos de localização da documentação: Salas n.º 2-6.	97
Fig. 23:	Planta piso 2 do edifício sito na Rua Castelo dos Governadores, n.º 18.	98

ÍNDICE DE QUADROS

N.º Quadro	Título	N.º pág.
Quadro 1:	Metodologia de projeto adotada	11
Quadro 2:	Síntese da evolução cronológica das obras e melhoramentos realizados no Museu de Lagos, entre 1931 e 2021	68
Quadro 3:	Quadro contextual das atividades desenvolvidas pelo Museu de Regional de Lagos, 1930-2010, com base na prática museológica de José Formosinho e no Decreto n.º 46758, de 18 de dezembro de 1965	78
Quadro 4:	Quadro contextual da informação, com base no Regulamento Interno (2009/2010)	83
Quadro 5:	Designações das classes	99
Quadro 6:	Resumo do levantamento preliminar para identificação da documentação	100
Quadro 7:	Formação de código de referência único	109
Quadro 8:	Proposta de esquema de classificação do sistema de informação Museu de Lagos	110

INTRODUÇÃO

i. O objeto de estudo

O presente estudo assume a natureza de um trabalho de projeto¹ e desenvolve-se no âmbito da temática dos sistemas de informação organizacionais², tendo como objeto de estudo uma organização museal, o Museu de Lagos (Algarve, Portugal), abordado segundo o paradigma teórico da Ciência da Informação³.

O interesse pelo estudo desta temática, deste caso em particular, e da metodologia empregada enquadra-se no perfil do percurso académico e profissional da autora, vocacionado para o estudo e intervenção no património cultural português, em particular, no que diz respeito a investigação sobre a formação e desenvolvimento de instituições de cultura letrada⁴.

Que especificidades caracterizam o nosso tema? Numa revisão preliminar da literatura, verificou-se que os estudos sobre os arquivos dos museus em Portugal são raros⁵. É rara a própria perceção do museu como arquivo, isto é, como um sistema orgânico, funcional, dotado de memória⁶.

¹ Acerca da metodologia de trabalho de projeto, seguimos PROJECT (2017).

² O conceito de sistema de informação é ambíguo, devido à variedade de contextos em que é aplicado na atualidade. No presente estudo, o conceito em apreço circunscreve-se à definição apresentada por SILVA (2006: 162), isto é: “um Sistema de Informação é constituído pelos diferentes tipos de informação registada ou não externamente ao sujeito (o que cada pessoa possui em sua memória é informação do sistema), não importa qual o suporte (material e tecnológico), de acordo com uma estrutura (entidade produtora/receptora) prolongada pela ação na linha do tempo. A estrutura de um SI é um aspecto complexo porque ela é paradoxalmente autónoma e indissolúvel da informação propriamente dita: o sujeito de ação (seja pessoa ou instituição) que produz e recebe fluxo informacional é distinto desse, mas é essencial para que este exista.”

³ O desenvolvimento deste paradigma teórico, acompanha-se em SILVA (2006) e SILVA *et al.* (2009 [1999]). Foram-nos especialmente úteis os contributos de BORKO (1968), SILVA e RIBEIRO (2002), ARAÚJO (2018) e, especificamente para as relações entre a ciência da informação, a arquivística, a biblioteconomia e a museologia, ARAÚJO (2014), SILVA (2015), MACHADO, SIMÕES e SOUSA (2017).

⁴ A este respeito, cf. PALMA (2019).

⁵ No quadro de escassez, destaca-se, contrariando-o, o trabalho de SILVA, J. (2009), o trabalho de RUIVO (2019), que visa compreender o *lugar* que os arquivos ocupam nos museus e, mais recentemente, o de PAIXÃO (2021), aplicando a visão sistémica à casa-museu João Pires de Campos. Também no caso do Brasil, este foi considerado um território pouco explorado, conforme diagnosticado por MAGALHÃES (2011: 115-126) ou SILVA (2013: 35-47).

⁶ Seguimos neste estudo o conceito de “arquivo” e de “arquivística”, revisto por SILVA (2009 [1999]: 203-226), que ao considerar o “arquivo” como sistema o enraíza na sociedade e na ação humana como “unidade integral e aberta ao(s) contexto(s) dinâmico(s) e histórico(s) que a substancializa(m)”.

Esta situação deve-se, em grande parte, à histórica dimensão custodial, que leva a instituição museu a concentrar, geralmente, todo o seu investimento organizacional na gestão e documentação do acervo reunido, área em que abundam diretrizes e estudos⁷. O baixo investimento na questão organizacional deve considerar-se crítico face à definição portuguesa de museu como:

“[...] uma **instituição de carácter permanente**, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, **dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite**: a) Garantir um **destino unitário** a um **conjunto de bens culturais e valorizá-los (...)**”⁸.

Esta definição salienta a relação genética entre a estrutura orgânica da entidade e a coerência a dar aos bens culturais que preserva, gere e comunica (“destino unitário”), ou seja, entre a estrutura e o estruturado, entre a ação organizadora e o organizado.

Na verdade, são raras as oportunidades criadas para que as instituições possam refletir sobre a sua cultura organizacional, o que acontece com maior probabilidade em casos em que ocorrem mudanças significativas no quadro da gestão.

O contexto de realização deste trabalho resulta desta circunstância, isto é, da singular oportunidade de contribuirmos para o processo de metamorfose organizacional em que se encontra o Museu de Lagos desde 2017, data do encerramento do seu núcleo-sede para obras de modernização, quer das instalações, quer da museografia, que implicaram um aprofundamento do estudo do acervo, acompanhado de um processo de reestruturação orgânica e funcional, levado a cabo pela Câmara Municipal de Lagos, o supressistema do Museu.

Nesta conjuntura, considerámos que a modalidade de trabalho de projeto seria a que melhor se adequa a um processo transformador, ao aliar a investigação num particular domínio de conhecimento à ação, materializada na apresentação de resultados e na proposta de soluções, ou recomendações, que idealmente permitirão introduzir melhorias na organização e nos serviços públicos prestados pelo Museu de Lagos no âmbito das suas competências.

Este trabalho resulta, assim, distintivamente, de um processo dinâmico e retroativo de investigação-ação, que nos exige a atitude vigilante e dialógica entre os pressupostos teórico-epistemológicos de partida e a ação concreta, e, concomitantemente, a teorização decorrente desta experiência, num ambiente que, de acordo, com a feliz expressão de

⁷ Para um aprofundamento do tema, consulte-se os trabalhos de MONTEIRO (2014) ou ALVES (2020).

⁸ Subls. nossos. *In* Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto, art.º 3.º.

Michel de Certeau, podemos caracterizar como “laboratório de experimentação epistemológica”⁹, corporizado, no caso de aplicação, no Museu de Lagos.

ii. A problemática, os objetivos e a metodologia

A PROBLEMÁTICA

Afirmar que o museu é um “lugar de memória”¹⁰, destinado à preservação da herança patrimonial e à sua transmissão às gerações vindouras, é utilizar um lugar-comum. Menos comum é considerar que o museu é um *lugar com memória*, designadamente, memória escrita, o *vinculum scripturae* de que nos fala Armando Petrucci (2011: 455-471). O vínculo que liga a instituição ao acervo.

A esta constatação não é alheio o processo de desenvolvimento da maioria dos museus europeus vocacionados para a salvaguarda do património local, mas assente numa baixa capacidade de aquisição ou de seleção das suas coleções, conforme a princípios identitários¹¹.

Perguntar-se-á: a identidade e missão dos museus não são comuns? Não se cumprem os museus nas funções previstas na Lei Quadro dos Museus Portugueses? Apenas os distingue o local de exposição e a natureza das suas coleções, mais impostas do que selecionadas? Poderemos, então, deduzir que diferente exemplar da mesma peça integra diferentes museus com o mesmo significado?

Por experiência cultural, todos sabemos que não. Que nenhum museu no mundo será igual ainda que a natureza das suas coleções seja similar. Que os museus são dos poucos lugares, redutos na verdade, que oferecem a possibilidade de adentrarmos os modos

⁹ Cf. DE CERTEAU (1977: 47), inspirando-se em Gordon Leff e na sua expressão “A field of epistemological enquiry”, in *History and social theory*, University of Alabama Press, 1969, p. 1.

¹⁰ Pierre Nora desenvolveu o conceito de “lugares de memória” a propósito da construção da identidade nacional francesa, considerando a sua dimensão material e simbólica. Museus, arquivos, festas, comemorações, santuários, monumentos, entre outros, constituem estes lugares, tão ou mais necessários socialmente, quanto cresce a dessacralização da sociedade, desaparecem as expressões culturais vernaculares, o sentimento de pertença e a diversidade cultural. Cf. NORA (1985).

¹¹ A este propósito DOCAMPO (2013: 198) observa: “En Europa los grandes museos han tenido predominantemente un origen público, sus colecciones han estado condicionadas ante todo por factores locales y de proximidad y sus objetivos han estado, al menos en un principio, orientados ante todo a la conservación del patrimonio de sus respectivos países.”

vernaculares de existir, o expressivo, o singular, ainda que exponham exemplares de uma mesma peça, cujo uso original prescrito foi comum.

Tomemos o caso de múltiplos exemplares de um rosário em ouro expostos em diferentes museus: num museu municipal, ou num museu de arte sacra, ou num museu de ourivesaria. Em cada museu, o rosário receberá diferentes significados e, inclusivamente, diferentes descrições conforme à particular visão que o museu deseja expressar.

Cada acervo¹², mais ou menos selecto, razão de existir da organização museal, tem origem em contextos históricos específicos, posicionamentos ideológicos, condições institucionais, jurídicas, culturais, científicas, técnicas, estéticas e materiais que lhe desenham os contornos da sua individualidade e orientam, explícita ou implicitamente, a sua ação.

Deste modo, consideramos que os bens culturais¹³ integrados nos museus não falam por si, não se bastam¹⁴. Os bens culturais são integrados na identidade do museu, em permanente construção social, tecida por uma histórica complexidade de relações simbólicas e sociais que o tornaram possível, lhe dão coerência e os tornam inteligíveis para quem os frequenta e usa. Os museus ordenam fragmentos do mundo. Nessa ordenação constroem e impõem uma ordem possível do e para o mundo. É esse o seu poder, embora, quase sempre, invisível, inquestionado, ou ingenuamente desatendido¹⁵.

¹² Para efeitos de controlo terminológico, utilizaremos ao longo deste trabalho o termo “acervo”, conforme fixado na Lei Quadro dos Museus Portugueses n.º 47/2004, de 19 de agosto, para designar o conjunto de bens culturais incorporados ou depositados na instituição museu, independentemente da sua natureza, formato ou suporte.

¹³ Pela locução “bens culturais” entendemos, conforme a Lei de Bases do Património Cultural n.º 107/2001, de 8 de setembro: “todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização” (art.º 2.º, al. 1.). Aqui se integram os **bens culturais móveis, imóveis, materiais, imateriais**, assim como “os **respectivos contextos** que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma **relação interpretativa e informativa.**” (art.º 2.º, al. 6 e art.º 14.º). Subls. nossos.

¹⁴ A nossa afirmação é, desde logo, sustentada na definição de “bens culturais”, que prevê a seleção em função do “valor de civilização ou de cultura”, atribuído conforme o quadro político e social de referência, ou perante a “relação interpretativa e informativa” que lhe é associada. A integração do património imaterial e digital tornou ainda mais premente a necessidade de descentramento dos objetos do acervo, dando aos museus a possibilidade de incorporarem no seu acervo representações, manifestações mentais, **só acessíveis através da informação que os situa e contextualiza.**

¹⁵ Em 2022, o ICOM celebrou o Dia Internacional dos Museus sob o tema “O Poder dos Museus”. É expressivo que o número 18 do *Boletim ICOM Portugal*, série III, jul. 2022, que lhe foi inteiramente dedicado não tenha qualquer artigo a abordar de forma estruturada o tema da organização e memória do Museu, como elemento estruturante da sua afirmação e sustentabilidade. Disponível em: [Boletim ICOM Portugal, Série III, nº18, julho 2022 | ICOM Portugal \(icom-portugal.org\)](https://www.icom-portugal.org/pt/boletim-icom-portugal-serie-iii-n18-julho-2022)

Não cuidar da memória do Museu é assim, também, correr o risco de perder o sentido e a coerência do acervo que o Museu preserva e comunica.

O ato de musealizar, responsável pela transmutação da natureza e uso original de um objeto num “documento/monumento”¹⁶ recolhido ao museu, só poderá ser plenamente compreendido à luz dos valores que orientam a prática da organização museal que o selecionou, incorporou e processou. Nesta perspetiva, a integração de um “documento/monumento”, estatuto que pelo seu poder o museu lhe outorga, é o início de uma nova vida semântica, apenas inteligível no sistema museal em que se encontra integrado e para cuja representação a linguagem documental está preparada.

Todavia, a complexidade institucional da organização museal é muitas vezes secundarizada por contraponto à concentração da atenção sobre o acervo museológico e na documentação sobre o acervo, como se esta não fosse documentação orgânica, produzida ou acumulada por uma entidade no exercício das suas funções específicas¹⁷.

A dificuldade em perceber o arquivo do museu encontra também explicação na circunstância de, em Portugal, arquivos e museus possuírem legislação de referência que os autonomiza institucionalmente¹⁸. Esta autonomia tem gerado um clima de excludência, intensificado pelo regime disciplinar e tecnicista de formação profissional característico

¹⁶ A conceção de “documento/monumento” é-nos apresentada por Jacques Le Goff. O autor considera que, ao contrário do que a tradição positivista defendeu, não existem documentos inócuos, objetivos. Afirma: «O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.» Desenvolvendo o conceito, Le Goff afirma, referindo-se à função do historiador que como sabemos, não raro, tem assumido funções de museólogo: «A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental insere-se numa situação inicial que é ainda menos «neutra» do que a sua intervenção. **O documento não é inócuo.** É antes de mais o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, **o ensinamento** (para evocar a etimologia) **que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.** No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingénuo.» Subls. meus. *In* LE GOFF (1984: 102-103).

¹⁷ A este propósito são ilustrativas as normas e diretrizes do CIDOC (Comité Internacional de Documentação do ICOM) concentradas na documentação/informação sobre objetos e sobre a gestão do acervo. A título de exemplo, consulte-se a *Declaração dos princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos: categorias de informação do CIDOC*, de 2014. Disponível em: [CIDOC-Declaracao-de-principios.pdf \(icom.museum\)](http://www.icom.museum/CIDOC-Declaracao-de-principios.pdf).

¹⁸ O regime geral dos arquivos e do património arquivístico é regulado pelo Decreto-Lei n.º 16/93 de 23 de janeiro e os museus são regulados pela Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto, que aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses. No conjunto das designadas instituições de memória, isto é, bibliotecas, arquivos e museus, apenas as bibliotecas não contam com legislação própria.

do século XX, o qual, em vez de permitir uma compreensão sistémica das organizações culturais, aproximando as instituições que perseguem fins comuns de “protecção e valorização do património cultural”¹⁹, tenha, em muitos casos, gerado silos de informação não comunicantes e gestão da informação fragmentada, a funcionar em regime concorrencial.

O arquivo do museu, a sua memória de referência, encontra dificuldades conceptuais e técnicas em esboçar-se, sendo muitas vezes diluído, descontextualizado e desmembrado para constituir coleções, bibliotecas especializadas, centros de documentação e de memória, cujas designações disfarçam melhor o conflito corporativo arquivo/museu.

Parece-nos evidente que esta tensão é insustentável, pois não só os museus, como qualquer outra organização, produzem e acumulam informação de acordo com a sua estrutura orgânica e funcional, como a própria Lei Quadro dos museus portugueses considera, no seu artigo 26.º, que:

Os inventários museológicos e outros registos que identificam bens culturais elaborados pelos museus públicos e privados consideram-se património arquivístico de interesse nacional.

2 — O inventário museológico e outros registos não informatizados produzidos pelo museu, independentemente da respectiva data e suporte material, **devem ser conservados nas respectivas instalações, de forma a evitar a sua destruição, perda ou deterioração.**

Se considerarmos que a maioria da documentação produzida pelo museu está relacionada com bens culturais (razão do seu existir) e com o seu inventário, poderemos considerar, sem perigo de exagero, que o interesse cultural relevante, objeto da protecção legal, recai sobre o arquivo do museu, cuja protecção, de acordo com a letra da lei, passa por manter a custódia dos documentos, o seu vínculo arquivístico.

Torna-se evidente que a otimização de um modelo de gestão da informação, capaz de lidar com as necessidades internas e externas da organização cultural Museu, tem necessariamente de contemplar o seu sistema de informação organizacional, necessidade agudizada no contexto das transformações desencadeadas pela difusão das tecnologias da informação a partir dos anos 80²⁰.

¹⁹ Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, onde se inclui o património arquivístico, sem que se estabeleça qualquer exclusividade quanto à sua custódia ou tratamento (art.º 83.º).

²⁰ A gestão da informação compreende: “lidar, administrar, encontrar soluções práticas desde a génese até ao efeito multiplicador do fluxo da informação e compreende um **conjunto diversificado de actividades**, a saber: **produção, tratamento, registo e guarda, comunicação e uso da informação.** (...) A vasta e

De entre as mudanças e os desafios que as tecnologias introduziram nas organizações culturais encontra-se a tensão entre a globalização, o mundo em rede, uniformizado, normalizado para ser comunicável e inteligível, e a identidade, individual ou coletiva, que cada organização cultural representa²¹- a sua cultura organizacional²² – ou, por outras palavras, o que é necessário garantir, quando tudo muda, podendo levar à diluição, invisibilidade e, por conseguinte, à inviabilidade de uma organização.

Esta questão torna-se ainda mais crítica no quadro atual de ampliação do conceito de património cultural que cabe ao museu integrar e, no contexto europeu, com o desenvolvimento da Estratégia Europeia do Património Cultural para o Século XXI²³, que inclui a Agenda Digital como elemento fundamental da política europeia e do desenvolvimento regional. Estes instrumentos têm levado a uma procura crescente por parte dos museus pelas tecnologias de digitalização de bens culturais e ao aumento da sua presença digital, quer para comunicar e dar acesso ao seu acervo físico através de projetos de digitalização, quer para acolher o património digital das comunidades que representa²⁴. Integrar a rede sem perder a identidade e, pelo contrário, reforçá-la aumentando o prestígio sociocultural e científico da instituição é um desafio tão relevante quanto o da gestão dos bens que preserva²⁵.

Mais ou menos integrados na Era da Informação, os museus confrontam-se crescentemente com a necessidade de se repensar para dar resposta a uma cada vez maior procura pelo acesso à informação museal de forma dinâmica e integrada. Esta situação tem contribuído para deslocar a atenção dos profissionais dos museus da materialidade dos acervos para as suas potencialidades informacionais, com repercussões na

complexa problemática ligada à produção da informação (do meio ambiente à estrutura produtora, a operacionalização e utilidade da memória orgânica, os actores, os objectivos, as estratégias e os ajustamentos à mudança) em contexto orgânico institucional e informal constitui o núcleo duro da Gestão da Informação propriamente dita.” Subls. nossos. *In* SILVA (2006: 148-149). Neste âmbito, RIBEIRO (2018: 24) defende: “O arquivista e o bibliotecário do futuro – um futuro que já é presente e nos desafia constantemente – não podem continuar a ser aqueles que guardam, conservam e organizam documentos, mas terão de assumir uma nova postura, atuando como gestores da informação produzida e usada em qualquer contexto orgânico. [...] Não se trata apenas de desempenhar uma atividade que visa essencialmente a salvaguarda do património documental, mas sim de assumir uma postura em prol do acesso e da preservação da informação, considerada um elemento essencial da memória identitária do respectivo organismo (entidade) produtor(a).”

O estudo sobre o conceito, etapas e modelos teóricos da gestão da informação lê-se em: SILVA e CORUJO (2019: 144-164).

²¹ A este propósito, leia-se CASTELLS (2016: 26-30).

²² Sobre o tema da cultura organizacional e a problemática que a envolve, cf. GOMES (2000).

²³ Disponível em: <https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/st21-mooc> . Acedido a 07/08/2022.

²⁴ A este propósito, cf. TAUSCH *et al.* (2020: 45-53); REMELGADO (2022: 142-148).

²⁵ Cf. BURY (2019).

valorização de uma parcela do acervo museal, por longo tempo ostracizado nas instituições portuguesas. Referimo-nos à parcela do acervo arquivístico, bibliográfico, documental²⁶.

Neste contexto, emergiu nos últimos anos o conceito de “sistema de informação em museu”²⁷, que tem vindo a oferecer um instigador campo de atualização, nomeadamente na procura de soluções para potenciar as inter-relações informacionais que a globalidade do acervo concita, como a autora explica:

A visão integradora do acervo do museu implica um maior enfoque nas potencialidades informativas desse acervo, contribuindo assim para uma mais eficiente gestão de toda a informação sobre património produzida em contexto museológico.

No âmbito deste Grupo de Trabalho, **utiliza-se o conceito operatório de sistema de informação em museus (SIM) enquanto conjunto ordenado de elementos inter-relacionados que reúne, armazena, processa e faculta informação considerada relevante para a missão e funcionamento da entidade museológica.** Este sistema é centrado na coleção e na prática museológica. Entende-se aqui a coleção como um conceito abrangente que **compreende todos os acervos museológicos, independentemente da sua natureza ou suporte.**²⁸

Esta visão consubstancia um salto qualitativo assinalável para a prática museal em Portugal. No entanto, o conceito de sistema é “centrado na coleção e na prática museológica”, concentrando-se na gestão da informação do acervo e não da organização como um todo.

No trabalho que agora se apresenta, pretendemos contribuir para a reformulação epistémica em curso, propondo o alargar desta problemática, ao deslocar o foco da

²⁶ Em 2013, Maria Manuel Ribeiro fazia um diagnóstico muito claro da situação: “Vem isto a propósito da constatação com que, quotidianamente, eu e muitos profissionais de museus convivemos perante uma estratigrafia de paradoxos que inibem os museus de, sistemicamente, serem organismos produtores de conhecimentos (ou, pelo menos, de mais conhecimento): frequentemente os museus comportam na sua estrutura orgânica a existência de um arquivo e de uma biblioteca. No primeiro acumulam-se todos os documentos que testemunham a vida da instituição, a segunda constitui-se como sistema de informação auxiliar do trabalho de investigação e estudo dos seus profissionais. Apesar de serem a memória de organismos que preservam a memória coletiva, **nem sempre estes departamentos são reconhecidos (ou são reconhecidos insuficientemente) nas dotações financeiras e nos quadros de pessoal afeto, e os bens que os integram raramente dispõem de sistemas de catalogação e inventariação informatizados (por vezes nem em papel) nem utilizam linguagens documentais normalizadas que permitam a recuperação da informação e o seu cruzamento com outros sistemas de inventariação de bens.** Na maior parte dos museus, a documentação (aqui entendida como os documentos em suporte papel), **por si, não é tida como prioridade variando o investimento no seu tratamento de acordo com os interesses profissionais e institucionais** resultando que o seu contributo para a documentação das coleções é, geralmente, muito desigual e **raramente integrada num sistema completo e normalizado e, também muito raramente, tida em conta na informação que o museu divulga e disponibiliza.**” Subls. nossos, *in* RIBEIRO (2013).

Esta realidade não é exclusiva de Portugal, como evidencia KOOT (2001: 248-258).

²⁷ *In* SERÓDIO (2014: 72).

²⁸ Subls. nossos. *In* SERÓDIO (2014: 72).

atenção da “coleção” para o museu enquanto totalidade informacional integrada²⁹. E legemos, assim, como objeto-problema deste trabalho a *informação*³⁰ no seio da entidade museológica, considerada esta entidade como um sistema de informação complexo.

A nossa questão de partida é, portanto, a de saber como se cumpre o museu na “ordem da memória”, aqui entendida como a seleção, organização, tratamento e acesso aos seus documentos e informações³¹? Como gere as suas fontes de informação, da produção ao acesso? Até que ponto se reconhece agente ativo da sua história, da ordem intelectual, artística, científica, enfim, cultural que instaura em cada gesto, em cada seleção, em cada classificação, em cada narrativa que produz, simultaneamente fonte e foz do lugar epistemológico de que é voz e à luz do qual o seu acervo é, afinal, inteligível, incluindo num horizonte de permanência?

É com este feixe de questões a circundar-nos que nos adentramos no tema dos sistemas de informação arquivísticos dos museus portugueses e estabelecemos os objetivos deste trabalho, numa perspetiva que se declara “sistémica, contínua e contextualizada”³².

OS OBJETIVOS

Sendo lacunar a investigação produzida sobre os sistemas de informação organizacionais dos museus portugueses, pretendemos, **genericamente**, estimular e contribuir para a produção científica neste campo de conhecimento, avaliando uma realidade arquivística

²⁹ CASTRO (1999) produziu uma instigante reflexão sobre pensar o museu enquanto campo informacional, que nos foi muito útil.

³⁰ No âmbito da renovação epistemológica que a Ciência da Informação tem levado a cabo, deslocando o foco da pesquisa do *documento* para a *informação*, adota-se no presente trabalho o conceito de Informação proposto por SILVA e RIBEIRO (2002: 37) e reiterado por RIBEIRO (2018: 24), enquanto: “conjunto estruturado de representações mentais codificadas (símbolos significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multireccionada.”

³¹ Sobre o conceito de “ordem da memória” produzida pelo museu, veja-se a instigante reflexão de CRIPPA (2011: 23-32). A autora pondera: “Os processos de seleção/organização e disseminação das informações sobre os objetos de coleção representam as escolhas de uma memória das configurações discursivas dos conhecimentos que chegaram até nós e que orientaram as perguntas/indagações da ciência. [...] Torna-se necessário verificar, em uma perspectiva histórica, o fenómeno da constituição das fontes de memória: a seleção do suporte e das memórias inscritas, sua organização e sua acessibilidade constituem a memória do presente como fora projetada pelo passado.

Como ‘criticar’ a Ordem da Memória que se instaura hoje, para que seu conteúdo informacional se torne coletivo? Que memória se constitui, para o futuro, através da seleção, organização e disseminação das memórias produzidas pelas escolhas de organização, portanto de acessibilidade maior ou menor ou, até, pelos acervos imateriais?” (pp. 25, 27).

³² SILVA, C. (2019: 61).

em concreto e procurando compreender a relevância da gestão do sistema de informação arquivístico da instituição museu para o cumprimento da sua missão e fins.

Especificamente, temos como objetivos:

- Conhecer, através de uma abordagem sistémica, do estudo histórico e orgânico-funcional, o Museu de Lagos;
- Apreender o processo infocomunicacional interno e externo, que caracteriza a organização;
- Conhecer a realidade documental existente no Museu de Lagos, através da descrição e análise da documentação produzida e acumulada no sistema de informação Museu de Lagos, entre a data da sua fundação, 1930 e 2015³³;
- Desenvolver um quadro de classificação, com vista à organização, representação, avaliação e recuperação da informação;
- Descrever a informação produzida e acumulada pela Organização e dar condições de acesso a um sistema concreto de informação museal;
- Contribuir para a otimização da gestão da informação na organização, preservação da memória institucional e planeamento estratégico no que à missão e desafios da Era da Informação global e em rede diz respeito.
- Refletir criticamente sobre as repercussões potenciais deste estudo na instituição Museu de Lagos.

A METODOLOGIA

*Cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada.*³⁴

Para alcançar os objetivos a que nos propomos no âmbito do paradigma informacional da ciência da informação e de acordo com a breve caracterização do nosso objeto de estudo,

³³ O intervalo temporal tem como balizas a data de fundação do Museu e a data em que o Município adotou o Plano de Classificação da Informação para a Administração Local conforme à Macroestrutura Funcional (MEF). Sobre este instrumento, cf. LOURENÇO *et al.* (2013).

³⁴ In SANTOS (1995 [1987]: 48).

a sua dependência contextual, a natureza necessariamente colaborativa e o assumido interesse crítico e orientado para a mudança, colhemos a nossa metodologia no quadro dinâmico da investigação-ação³⁵.

A metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho é, assim, a metodologia de projeto³⁶, norteada pela perspectiva sistémica³⁷, aplicada ao caso concreto do Museu de Lagos, a nossa realidade empírica em que se aplica o estudo orgânico-funcional. Para a arquivística científica, este é considerado o mais adequado ao conhecimento, problematização e compreensão do processo informacional, ao permitir colocar em diálogo a singularidade de cada arquivo com a universalidade do processo informacional³⁸.

Estruturalmente, a metodologia de projeto assenta em três pilares essenciais: as entradas (*inputs*), os instrumentos e/ou técnicas adotados e as saídas (*outputs*), ponderados nas suas relações ambientais e contextuais, como se ilustra no seguinte quadro.

Quadro 1: Metodologia de projeto adotada

ENTRADAS	INSTRUMENTOS E/OU TÉCNICAS	SAÍDAS
<ul style="list-style-type: none"> - O caso Museu de Lagos: elementos da governança, estrutura e cultura organizacional que determina a singularidade/identidade do sistema; - Matéria-prima: o acervo; - Instalações e recursos; - Processos organizacionais; - Contexto externo: quadro normativo e legal, aspetos políticos, sociais e culturais envolventes, financiamento. 	<p>Recolha de dados através de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Investigação documental; - Observação participante; - Observação e análise da documentação acumulada (1930-); <p>Processamento e análise dos dados:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de revisão da literatura; - Criação de base de dados sobre elementos históricos da Organização; - Elaboração de quadro cronológico sobre legislação e normas habilitantes; - Elaboração de cronologia selecionada da organização Museu de Lagos; - Registos de práticas discursivas dos agentes sociais envolvidos na Organização; - Elaboração do estudo orgânico-funcional da organização, incluindo a elaboração de organogramas e de quadros contextuais; - Elaboração de proposta de esquema de classificação; 	<ul style="list-style-type: none"> - Matriz informacional sobre a Organização, passível de ser utilizada interna e externamente, no âmbito de uma comunicação segura, validada e em harmonia com a memória identitária da instituição; - Conhecimento sobre um sistema de informação concreto; - Organização intelectual e física da informação produzida e acumulada pelo Museu de Lagos, permitindo a sua recuperação e uso pelo público em geral, com a consequente otimização da eficácia e eficiência administrativa prestada pela Organização, e a possibilidade de desenvolver novos serviços de informação;

³⁵ Sobre o processo e metodologias da investigação-ação, seguimos COUTINHO (2015: 355-385).

³⁶ PROJECT (2017).

³⁷ Cf. BERTALANFFY (2013 [1968]).

³⁸ A este propósito, cf. SILVA *et al.* (2009 [1999]: 217-225).

- Fixação de elementos para a descrição informacional do acervo documental do Museu;
- Descrição e avaliação da informação.

- Aumento do conhecimento, disponível: trabalho de projeto final de mestrado.

Apresentação de informação:

- Representação do conhecimento produzido através de trabalho de projeto final.

Controlo, reflexão crítica e melhoria.

Fonte: Construção própria, com base em PROJECT (2017); BERTALANFFY (2013 [1968]); RIBEIRO, FERNANDES e REIMÃO (2001); GONÇALVES, GONÇALVES e MARQUES (2020).

Tendo sido efetuado o enquadramento teórico, definida a metodologia, e identificados os instrumentos e as técnicas de trabalho a aplicar, os processos de trabalho previstos foram implementados, gerando o repositório de informação do projeto, cujos resultados se apresentam seguidamente em termos de:

- Revisão da Literatura sobre o tema da documentação e informação nos museus portugueses;
- Estudo histórico sobre a Organização Museu de Lagos;
- Estudo orgânico-funcional do Museu de Lagos;
- Organização e representação da informação arquivística do Museu de Lagos;
- Equacionamento crítico sobre as repercussões organizacionais face aos resultados alcançados.

1. REVISÃO DA LITERATURA

No cruzamento entre as Humanidades e as Ciências Sociais, este projeto apresenta uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar que a própria organização museal suscita, conforme a heterogeneidade que a caracteriza.

Ao delimitarmos o nosso tema e objeto de estudo à avaliação e otimização do sistema de informação do Museu de Lagos, verificou-se, no âmbito da revisão da literatura, uma sobreposição e imprecisão de conceitos que a própria relação dialógica entre as disciplinas da Ciência da Informação gera e que cumpre precisar para controlo do nosso objeto de estudo. Por forma a diminuir a polissemia que os conceitos encerram, porque usados simultaneamente em diferentes estruturas teóricas com diferentes significados³⁹, procuraremos precisar as definições mais consonantes e produtivas para a nossa área de pesquisa, procurando alcançar a estabilidade conceptual.

No domínio da museologia, tomamos como ponto de referência reflexivo e de discussão a *documentação*, considerada uma das funções vitais dos museus. Desde logo, a função “inventário e documentação” encontra-se consagrada na legislação portuguesa como uma das sete funções que enforma a estrutura organizacional do museu⁴⁰. No campo da Ciência da Informação, convocamos o seu contributo no que diz respeito à reflexão em torno dos conceitos de *informação*, *sistema de informação* e de *gestão da informação*, em especial no que à produção e fluxo em contexto orgânico institucional diz respeito. Pretendemos, deste modo, cruzar o olhar de cada uma destas áreas sobre o lugar da *documentação* e da *informação* na organização museal, considerando que a complementaridade de perspetivas poderá contribuir para uma compreensão mais integrada e global do nosso objeto de estudo, assim como contribuir para a possibilidade de alcançar novos contributos epistémicos com repercussões teórico-práticas.

O nosso enquadramento teórico procurará compreender ainda o contexto museológico português em que se insere o nosso objeto de estudo, sem prejuízo de procurarmos na literatura internacional referências teóricas atualizadas das áreas da museologia e da ciência da informação.

³⁹ A este propósito, leia-se a revisão que CAPURRO e HJORLAND (2007: 148-207) elaboraram acerca do conceito de informação em ciência da informação numa perspetiva que engloba as suas várias relações interdisciplinares.

⁴⁰ Cf. Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, art.º 7.º.

1.a O olhar documental nos museus

Desde a Antiguidade, museus, bibliotecas e arquivos partilham os mesmos objetos, coincidem nas suas funções e, por vezes, partilham também o mesmo espaço. O *Mouseion* grego, de onde deriva a atual palavra *Museu*, ficou conhecido, sobretudo, pela sua magnífica biblioteca, a biblioteca de Alexandria, assim como pelos gabinetes de anatomia e de astronomia, por onde a comunidade de sábios se repartia, dedicando-se ao estudo, à investigação e ao ensino⁴¹.

Hoje, ao falar-se da “nova museologia”⁴² e da “nova biblioteconomia”⁴³, parece-nos, ressaltando as devidas distâncias históricas e diferentes paisagens epistemológicas, estarmos, na verdade, a retomar as antigas práticas de conhecimento em que religião, filosofia, ciência e arte se praticavam e alimentavam mutuamente, sem a mutilação do espartilho disciplinar que o século XX acentuou⁴⁴ e que a pós-modernidade volta a diluir.

Esta tendência é amplamente corroborada pelo desenvolvimento do ambiente digital, como se comprova em projetos como os da *Europeana* (<https://www.europeana.eu/pt/>), ao reunir e disponibilizar o acervo digital de galerias, bibliotecas, arquivos e museus europeus, para o qual convergem os mais diversos suportes de informação, oferecendo, na verdade, a possibilidade de o utilizador se relacionar com o património cultural europeu, numa perspetiva integrada e dialógica.

A origem geminal é cada vez mais referida pelos investigadores e profissionais para justificar uma aproximação entre os universos de bibliotecas, arquivos e museus⁴⁵.

O que consideramos mais estimulante é, porém, a riqueza da própria organização museal que, ao longo dos séculos, se tem mantido como instituição que conserva, gere e disponibiliza (em maior ou menor grau conforme as épocas) um acervo constituído por

⁴¹ Cf. POMIAM (1984: 56-59).

⁴² O texto base desta nova doutrina foi fixado pela Declaração de Québec, redigida a 13 de Outubro de 1984. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127347.nameddest=68373>. Fundamental nesta matéria é também o n.º temático da revista *Museum International: Images of the ecomuseum*, n.º 148, vol. XXXVII, 1985.

⁴³ A este propósito, leia-se LANKES (2011 e 2015), obras em que o autor defende uma nova visão para a prática biblioteconómica, isto é, a transição do foco de trabalho dos objetos de leitura para o conhecimento e aprendizagem e uma nova missão para os bibliotecários: melhorar a sociedade, mediando a criação de conhecimento nas respetivas comunidades.

⁴⁴ Peter Burke vem desenvolvendo um trabalho rigoroso e sólido na recuperação das linhas de continuidade na produção e divulgação do conhecimento, desde a Idade Moderna à Contemporaneidade, em trabalhos como: *Historia social del conocimiento: de Gutenberg a Diderot*, vol. I, 2002 [2000]; “A República das Letras Europeia, 1500-2000”. (2011); ou *Historia social del conocimiento: de la Enciclopedia a la Wikipedia* (2012).

⁴⁵ A este propósito, cf. ALMEIDA (2016: 162-185).

uma enorme heterogeneidade de bens culturais e, para quem, sobretudo nesta Era da Informação, a organização e gestão da informação é absolutamente crítica para o desenvolvimento da sua missão.

Não pretendendo desenvolver um estudo de natureza histórica sobre a origem e a evolução multissecular da organização museu⁴⁶, consideramos pertinente atentar na etimologia da palavra ‘museu’ enquanto ferramenta prospetiva⁴⁷.

O conceito “museu” remete-nos para a Antiguidade Clássica. O termo deriva do grego *mouseion*. Na mitologia grega, o *Mouseion* era o Templo das Musas, filhas de Mnemósine, deusa da “Memória”, e de Zeus, considerado o rei ou pai dos deuses, aquele que detinha o poder sobre o universo. As musas eram consideradas as guardiãs da **memória** e detinham o **poder** de inspirar a criação artística e científica. Os homens de letras, de artes e de ciências procuravam o *mouseion* em busca de alento e, em troca, agradeciam às musas a inspiração deixando ofertas, pequenos tesouros que passavam a integrar o espaço sagrado.

O *mouseion* transformou-se num lugar sacro profano de preservação da memória e do poder criador, nele se entrelaçando o *templus* e o *tempus*, o caos e o cosmos, e uma fonte inesgotável para a imaginação contemporânea⁴⁸.

De entre os mais famosos *mouseion* que vêm alimentando os mitos e imaginações, conta-se naturalmente o *Mouseion* de Alexandria, mais vulgarmente conhecido pela sua tão célebre, quanto ignota, Biblioteca de Alexandria⁴⁹. Pensa-se que o *Mouseion* de Alexandria fosse um centro de conhecimento, constituído por uma grande variedade de espaços. No seu todo, cooperavam para a criação e debate do conhecimento, a exposição de objetos, a pinacoteca, o observatório astronómico, os laboratórios, a biblioteca, o

⁴⁶ A bibliografia sobre a génese e o desenvolvimento do conceito de museu é vasta, podendo acompanhar-se em FINDLEN (1989: 59-78), ALONSO FERNÁNDEZ (2013 [1999]) e HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ (2006). Colhe-se o estudo sobre a documentação em museus em ALVES (2020), MONTEIRO (2014), MARÍN TORRES (2002) e CARRETERO PÉREZ (1997). No que diz respeito à evolução do conceito de museu em Portugal, considere-se TEIXEIRA (1985: 185-240), GOUVEIA (1985: 147-184) e BRIGOLA *et al.* (2003).

⁴⁷ Temos presente CAPURRO e HJORLAND (2007: 151-152), ao lembrar a importância da construção histórica dos conceitos, da qual somos agentes: “Quando usamos a linguagem e as palavras, executamos uma ação, com o intuito de realizarmos algo. Os diferentes significados dos termos que usamos são ferramentas mais ou menos eficientes para ajudar-nos a alcançar o que pretendemos. Desta forma, de acordo com filósofos pragmáticos, como Charles Sanders Peirce (1905), o significado de um termo é determinado não apenas pelo passado, mas também pelo futuro.”

⁴⁸ Cf. POMIAM (1984: 56-57).

⁴⁹ Sobre o pouco que se sabe, mas igualmente sobre a força criadora do que se ignora e imagina, leia-se o artigo de BAGNALL (2002: 348-362).

arquivo, os jardins botânico e zoológico, entre outros, criando um lugar comum de cultura, dando pelo nome de *Mouseion*.

Compreendemos, deste modo, que há uma simbólica origem comum e compósita destes espaços de preservação, de transmissão de conhecimento e de poder que justamente levou Jacques Le Goff (1984: 18) a considerar os arquivos, bibliotecas e museus como “instituições-memória”.

O caso português é elucidativo desta tradição cultural de harmonia de coleções. Apoiando-nos em Brigola *et al.* (2003: 32-33), verificamos que, desde o período renascentista, se registam várias “iniciativas museológicas” entre a nobreza e os humanistas portugueses. São exemplos, as iniciativas de D. Afonso, 1.º Duque de Bragança, D. Pedro de Avis, D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Braga, André de Resende, D. João de Castro, António de Gouveia, Damião de Góis e Garcia de Orta, destacando-se a “rica recolha de *naturalia* e *artificialia* provenientes dos novos mundos”, reunida no Paço Real da Ribeira, ao tempo de D. Manuel.

Durante o século XVII, tornou-se célebre a “livraria” formada por D. Luís de Menezes, 3.º Conde da Ericeira, no Palácio da Anunciada, em Lisboa, onde, aos cerca de quinze mil volumes se juntavam “globos, instrumentos matemáticos e coleções de antiguidades e de numismática” e um gabinete de curiosidades naturais.

Estes espaços complexos, designados ora como bibliotecas (“livrarias”) ora como museus – marcados pelo enciclopedismo, respiram a tradição cultural da Antiguidade que continuou a ecoar plena de vitalidade na Idade Moderna, a quem aquelas divisões pouco diziam. Isto se pode testemunhar na definição dicionarística que o padre Rafael Bluteau fixou no seu *Vocabulario portuguez & latino*, como se lê:

MUSÊO. Nos contornos do monte Olympo na Macedonia, he hum lugar consagrado às Musas. Na vida de Apollonio Thianeo, escreve Philetrato, que Museo era hum lugar onde os antigos consultavão as Musas, & ellas davão as respostas. Destes lugares chamados Museos, derão **o nome de Museo a todo o lugar destinado ao estudo das letras humanas, como tambem a casas de curiosidades scientificas (...)**⁵⁰.

Mantinha-se no início do século XVIII português o conceito de “Museo” enquanto lugar de estudo e de reunião de objetos com interesse científico, fossem livros, manuscritos, globos ou astrolábios, ou quaisquer outros⁵¹.

⁵⁰ Subls. nossos. In BLUTEAU (1716: 649).

⁵¹ Data de 1727, o primeiro tratado sobre a prática museográfica, intitulado *Museographia*, da autoria de Kaspar Friedrich Jencquel (Leipzig und Breßlau, bey Michael Hubert, 1727). O autor aborda os museus e

Este modelo de museu parece configurar a matriz intelectual e organizacional predominante em Portugal até à atualidade. Numa abordagem diacrónica, verifica-se que os museus portugueses não prescindiram das bibliotecas nos seus acervos, assim como, na prática, as bibliotecas também mantiveram a presença de outros objetos para além dos livros nas suas coleções.

Vejamos alguns exemplos dos séculos XVIII-XX:

- I. Iniciado em **1765**, o Museu e Real Jardim Botânico da Ajuda possuía, em 1821: museu, casa da gravura, casa de desenho, biblioteca e cartório (RIBEIRO, 1873, vol. III: 356).
- II. Em **1781**, foi fundado o Museu Maynense, na Academia das Ciências de Lisboa, formado pelo P.^o Joseph Mayne (1723-1792) para apoio às suas aulas juntamente com a rica biblioteca conventual integrada na da Academia⁵².
- III. Em **1791**, foi inaugurado o Museu Cenaculano Pacense, em Beja, em que o ideário moderno do conceito de museu surge claramente refletido na “Oração do Museo dita a 15 de Março de 1791”, de Frei José de São Lourenço do Valle:

Tudo isto, senhores que ouvis dizer – **Museu** – eram escolas gerais que se governavam por **Mestres e encerravam Livrarias com todo o género de objectos em que se podia estudar. Ali, digo tudo, o melhor livro, todas as memórias dos tempos, todas as preciosidades raras da natureza e do engenho das ciências e artes dos homens** se guardavam para neles se aprender o que não convém ignorar.⁵³
- IV. Pelo Alvará de 4 de fevereiro de **1802**, com força de Lei, cedeu-se ao pedido do bibliotecário da Real Biblioteca de Lisboa (f. 29/02/1796) para reunir na biblioteca “uma grande coleção de peças de antiguidade e raridade”, tendo por fim o conhecimento das antiguidades sagradas e políticas, ilustração das artes e ciências e ornamento da biblioteca. O mesmo diploma transfere para o bibliotecário-mor as funções de proteção do património cultural móvel, outrora atribuídas à Academia Real de História Portuguesa.

gabinetes de curiosidades existentes na Europa, os museus famosos desde os tempos antigos, as melhores formas de instalação e os métodos de classificação e ainda a importância das bibliotecas para que um museu possa considerar-se “completo e consolidado”. A sua visão é bem ilustrada pela gravura que se encontra no ante-rostro do livro, onde se representa um estudioso envolvido por prateleiras de livros e de objetos integrados no seu ambiente de trabalho. O tratado revela as características enciclopedistas da cultura da época e os conceitos por si usados são significativos da plasticidade da conceção coeva de museu: *bibliotheca, arca, archivio, pinacotheca, studio, teatro, casino, metalotheca*, etc.

⁵² Cf. <http://www.acad-ciencias.pt/academia/museu-maynense>.

⁵³ Subls. nossos. *Apud* BRIGOLA (2006: 48).

- V. Em **1803**, D. Fr. Manuel do Cenáculo fundou a Biblioteca Pública de Évora, anexando-lhe o Museu, com parte da coleção de antiguidades por si coligidas enquanto bispo de Beja, pois, no conjunto, “muito ajudam a instrução”⁵⁴.
- VI. Em **1833**, foi criado o Museu Portuense, cuja biblioteca era especializada em Malacologia, História Natural, Numismática e Belas Artes, a qual, na ausência de uma biblioteca pública na cidade, foi “muito requisitada por vários artistas e investigadores” [In ALMEIDA (2006/2007: 31-55)].
- VII. A segunda metade do século XIX português revelou-se rica na criação de museus, nomeadamente direcionados para o ensino técnico, desenvolvimento da agricultura, comércio e indústria⁵⁵. Destacamos:
- VIII. **1881** – A criação de museus anexos às Escolas Normais (escolas de formação de professores), destinados a reunir:

As **publicações** oficiais estrangeiras e nacionais sobre o ensino primário; os **planos de casas** de escola; os **modelos naturais ou reduzidos** das alfaias e mobílias escolares; os **livros de ensino**; **coleções de instrumentos** de agricultura; **specimens de produtos** naturais e industriais de Portugal e suas possessões; os **dados estatísticos** concernentes ao ensino primário. N.B. As escolas normais de primeira classe terão, além do museu escolar, um laboratório de química e gabinetes de física e história natural, **para auxiliar o ensino** das respectivas disciplinas.⁵⁶

- IX. **1884** – A criação de dois museus industriais e comerciais, um em Lisboa e um no Porto, pelo Decreto de 24 de dezembro de 1884, ao que se juntou a criação das “Escolas de Desenho”, por Decreto de 3 de janeiro de 1885, no recinto dos mesmos museus e sob a sua direção. Destaca-se:

Fim principal dos museus: Adquirir e expor ao publico colleções de produtos e matérias primas, **acompanhados de esclarecimentos suficientes por onde se conheça a sua origem, nome do fabricante ou comerciante, preço no local da produção, despezas de transporte, mercados de consumo, e todas as mais informações que possam dar uma idéa pratica sufficientemente nítida do seu valor e da sua aplicação.**» (Subls. nossos, in RIBEIRO (1885), t. XIV, p. 251).

No art.º 20.º do Regulamento, lê-se: **Junto aos museus formar-se-hão bibliotecas industriaes e commerciaes**, compostas especialmente de **obras** de tecnologia, **almanachs** do commercio e **listas** de oradas publicadas nos diferentes paizes, jornaes e **revistas** especiaes, **catálogos**, **collecções de modelos e desenhos**, **mapas**, etc.

§ 1.º Estas bibliotecas estarão patentes ao publico sempre que os museus o estiverem.

§ 2.º O **conservador do museu será o bibliothecario.**

⁵⁴ D. Fr. Manuel do Cenáculo Villas Boas, *apud* VAZ (2006: 66). Veja-se a propósito da associação entre biblioteca e museu enquanto tradição da época moderna em contexto europeu, o texto de BRIGOLA (2006: 47-55).

⁵⁵ A este propósito, consulte-se COSTA (2006) e MATOS (2000).

⁵⁶ In RIBEIRO (1885, t. XIV: 250).

§ 3.º Da verba da dotação de cada museu aplicar-se-há pelo menos a decima parte para a constituição da biblioteca.

Art.º 21.º As direcções dos **museus publicarão um boletim** que contenha, além do **índice das colecções catalogadas, os preços** correntes dos mercados, **cotações, noticias** das adjudicações de obras, **estatísticas** dos movimentos dos portos e **quaisquer outras informações praticas de reconhecida utilidade** para o commercio e industria.⁵⁷

- X. **1893** – A criação do Museu Etnológico Português, cujo Decreto de aprovação da sua organização (*Diário do Govêrno*, n.º 296, Decreto de 31 de dezembro de 1901), determina: “Junto do Museu haverá: a) Uma biblioteca especial das obras mais indispensáveis constituída em parte por trocas com as publicações do Museu.”
- XI. **1912** – A Biblioteca Nacional de Lisboa continuava, nesta data, a manter a sua **coleção arqueológica**, pertencente ao Museu Arqueológico anexo ao Gabinete de Numismática desta Biblioteca⁵⁸, após ter sido realizada uma transferência parcial de peças para o Museu Nacional, em 1885⁵⁹.
- XII. **1932** – O regulamento de funcionamento do Museu Regional Alberto Sampaio (Decreto n.º 21514, de 26 de julho de 1932) determinava a instalação das seguintes secções museológicas, no art.º 3.º: “a) Arqueologia, b) Cerâmica, c) Ourivesaria, d) Escultura, e) Tecidos e bordados, f) Obras de talha, g) Pintura, h) Gabinete de leitura, manuscritos, pergaminhos, biblioteca.”

Nos vários exemplos cotejados, o “cartório” (arquivo) e a biblioteca compõem o museu para que este possa cumprir-se nos seus fins e considerar-se realmente “completo e consolidado” (Jencquel, 1727). Esta modalidade de museu mantém a abordagem do espaço museológico como espaço de aprendizagem e de atualização, a partir da maior

⁵⁷ Subls. nossos. *In* RIBEIRO (1885, t. XIV: 253).

⁵⁸ O primeiro regulamento desta instituição, *ca.* 1801, permite ter a noção da dimensão e variedade desta coleção aquando da sua criação. Pela pouca divulgação destes dados na literatura e pela sua relevância, optámos pela sua transcrição, no que diz respeito ao tópico em apreço: «Gabinete de Antiguidades contem peças e monumentos antigos das Artes, a saber: 1.º De numismática, isto é, medalhões, medalhas, e Dinheiros de ouro, prata, e de outros metais que sobem acima de 23.663. 2.º de Estatutaria e Escultura e Torno, como estatuas, bustos e figuras relevadas em bronze, cobre, pedra, barro, mármore marfim, emadeira, etc. 3.º de Instrumentos vários, como Espelho, Ustorio, balestras, esporas, estoques, anzois, cornetas, maçãs, e outras peças de raridade, e antiguidade em sua maneira e forma. 4.º de vários utensis, como lanternas, amforas, tinteiros, taças, vasos, etc. 5.º de peças de ornato, como aneis, camafeos, varias chapas de floreio; quadros de mosaicos, figuras traçadas à pena, massas de impromptos; 6.º de Estamparia de retratos, de ornatos, e floreios; e de vistas, e prospectos.

Fundos, de que se tem formado as Colecções de Manuscritos e de Antiguidades. Estes fundos vierão: «1.º da Doação da Casa dos Theatinos desta Corte. 2.º da Doação do Bispo de Beja, hoje Arcebispo de Evora; 3.º das compras que o Governo mandou fazer do Monetario e Colecção de Bronzes de José Fontenelle, gravador de pedras preciosas da Camara de Sua Magestade Catholica.». Documento ms. publicado por DIAS (1981: 174-183).

⁵⁹ Cf. VALDEZ (1914: 69-70).

diversidade possível de elementos, integrando livros, instrumentos, estatísticas, modelos, laboratórios, etc. Destacamos os exemplos dos dois Museus Industriais e Comerciais (1884-1885) e a relevância colocada no conjunto de informações, que deveria ser disponibilizada sobre cada produto, assim como a criação de bibliotecas especializadas.

Contudo, a gradual autonomização disciplinar que se verificou no final do século XIX e ao longo do século XX, assente em pressupostos custodiais, historicistas, empíricos e tecnicistas⁶⁰, conduziu a uma progressiva fragmentação das coleções dos museus portugueses, com consequências muito adversas para os acervos documentais (entenda-se, em suporte papel) no contexto museal, incluindo a desagregação de conjuntos patrimoniais. O estudo de Luís Pequito Antunes (2002) é, a este respeito, muito esclarecedor. O autor afirma:

[...] **no caso português, a importância atribuída à documentação pelo ensino e pelas instituições museais era mínima** e não merecera até aos finais da década de oitenta, grande atenção por parte dos especialistas da museologia e dos conservadores.⁶¹

Ao longo do século XX, a documentação foi reduzida ao imperativo legal de possuir um inventário e um catálogo, com um conjunto associado de tarefas operacionais, sem que daí resultasse uma perspectiva de conjunto integrada, ou uma atualização face às contemporâneas questões da documentação no seio da instituição museológica (*Id.*, p. 16). O autor conclui que:

[...] a falta de um debate promovido pelo ensino e formação profissional no plano teórico em torno do sistema documental e um alheamento sobre os conteúdos doutrinários e do que se passava “lá fora”, **remeteu a documentação para as questões meramente “técnicas” e “instrumentais”, isto é, para o saber fazer técnico.** [...] Não houve assim, no plano teórico, um debate académico sobre um modelo de sistema de documentação, noções e conceitos aplicáveis, bem como o uso de uma terminologia.»⁶²

Luís Antunes (2000: 178) remata:

Como resultado do que foi dito poder-se-á afirmar que o processo documental em uso, durante o período estudado, carecia de noções precisas, ausência de um conceito de sistema e uma terminologia algo confusa.

⁶⁰ Estas características delimitam o que se considera o paradigma custodial, cujas características SILVA (2002: 577-578) sintetiza: “sobreevalorização da custódia/guarda, conservação e restauro de suporte (...); ênfase da memória como fonte legitimadora do Estado-Nação moderno e construção intelectual de passado(s) fundador(es) (...); importância crescente do acesso ao “conteúdo” dos documentos e aos próprios objectos através da elaboração de instrumentos de pesquisa (guias, inventários e catálogos), mantendo-se, contudo, o acesso fortemente condicionado pela matriz custodial, historicista e patrimonialista; distinção formal e profissional do arquivista, do bibliotecário e do museólogo, aceitando, porém, que todos eles são agentes culturais, lidam igualmente com património e todos conservam, preservam, coligem, ordenam, classificam e difundem *documentação* em sentido amplo (os artefactos que compõem as coleções museográficas são incluídos nessa categoria genérica).

⁶¹ Subls. nossos. In ANTUNES (2002: 15).

⁶² Subls. nossos. In ANTUNES (2002: 174).

Chegados ao século XXI, os inquéritos publicados em 2013 e em 2017⁶³ confirmam a perda de relevo de arquivos, bibliotecas e centros de documentação nos museus contemporâneos portugueses.

Em Neves, Santos e Lima (2013: 81), constata-se que, em 2002, 43,2% dos museus respondeu possuir biblioteca ou centro de documentação, evoluindo para 43,8% o número de instituições que respondeu afirmativamente para o ano de 2007. No inquérito nacional desenvolvido Santos, Serôdio e Ferreira (2017), tendo em vista apurar “as principais características dos museus portugueses no que diz respeito às áreas de gestão da informação e documentos dos seus vários tipos de bens patrimoniais”, verifica-se uma retração. O inquérito foi aplicado a 710 unidades do universo museológico entre março e junho de 2016, com referência dos dados a 2015, tendo obtido um total de 222 respostas válidas (31%).

Do total de respondentes, apenas 36,9% referiu ter consagrado o serviço de “Biblioteca/Centro de Documentação” (p. 29). Quanto aos espaços existentes nos museus, 42,8% respondeu ter biblioteca, 47,7% centro de documentação e 47,3% arquivo, sendo que 22% declarou possuir os três espaços (p. 30). No entanto, um número maior, 60%, registou possuir acervo bibliográfico (p. 59-69) e 37,4% das instituições museológicas indicou possuir acervo arquivístico.

Se o universo de adesão ao inquérito não é animador e se mais de metade dos respondentes não possuem serviço ou espaço de documentação apesar da presença de acervo documental, verifica-se, por outro lado, nos últimos vinte anos, uma crescente pressão para a valorização da gestão documental nos museus portugueses⁶⁴, desde logo,

⁶³ Cf. NEVES, SANTOS e LIMA (2013) e SANTOS, SERÔDIO e FERREIRA (2017).

⁶⁴ Destacamos a este propósito, o artigo de ANTUNES (1999: 91-99) em que o autor defende: “A gestão dos acervos passa por uma revisão dos processos utilizados e implica a estruturação de sistemas de documentação normalizados capazes de se tornarem em fontes de informação e de conhecimento para utilização dos profissionais, investigadores e público em geral.” (p. 91) E mais adiante: “Se considerarmos que a documentação de colecções é toda a informação que um museu possui sobre os bens à sua guarda, um sistema de documentação consistirá numa série de instrumentos estruturados e interrelacionados através dos quais se recolhem os dados, tratam e, posteriormente, se disponibilizam para utilização dos profissionais e do público em geral (...). É por esta razão que a documentação das colecções não deve ser entendida como uma mera actividade administrativa destinada a preencher livros de registo e fichas de inventário ou a organizar dossiers com informação avulsa (...). Antes pelo contrário deve ser entendida como uma actividade científica que se ocupa, utilizando os métodos próprios das ciências documentais, dos conteúdos informativos com vista à sua recuperação e difusão. Neste sentido o museu assume-se também como um centro de documentação.” p. 94.

Mais recentemente, BRIGOLA (2016: 29) afirmou que a “consolidação do terreno museológico” em Portugal tem contado com o contributo de diversas áreas disciplinares para o alargamento e consolidação da museologia, numa lógica de transdisciplinaridade dos saberes, referindo a arquitetura, a história, a

concitando esforços para o conhecimento da realidade portuguesa, como ilustram estes inquéritos, sem o qual não é possível agir.

Os primeiros passos ganharam visibilidade no pós-25 de Abril, por iniciativa de vários profissionais, originando a criação da Comissão Nacional Portuguesa do ICOM (*International Council of Museums*, com vínculo à UNESCO, criado no pós-guerra, em 1946)⁶⁵. Esta Comissão assumiu como objetivo principal “cooperar com as instituições museológicas e com outras organizações profissionais em programas de interesse comum, lutar pelo desenvolvimento dos Museus, como instrumentos de educação e de cultura ao serviço da comunidade”⁶⁶. A sua ação tem sido fundamental para a atualização científica da realidade museal, incluindo a gestão documental nos museus.

Em 1991, foi criado o Instituto Português dos Museus (IPM), que visava uma maior especialização temática e disciplinar das organizações responsáveis pela administração do património, ficando responsável por estabelecer um Sistema Nacional de Museus. Uma das suas responsabilidades foi a de promover o inventário dos bens museológicos, tendo em vista a sua informatização⁶⁷.

Entre 1992 e 1994, o IPM realizou o diagnóstico de necessidades dos museus portugueses, iniciou o desenvolvimento tecnológico do programa Matriz e a informatização dos museus. Começou também a publicação da sua coleção de “Catálogos de Inventário” e, em 1999, a publicação da Coleção “Normas de Inventário”, tendo como objetivo estruturar procedimentos, terminologias e colmatar as necessidades sentidas pelos museus no processo de inventariação informática⁶⁸.

Em 2001, foi publicada a **Lei n.º 107/2001**, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural (Lei de Bases do

antropologia, a pedagogia, a economia, a gestão, ou as geociências, focando como fator de desenvolvimento da investigação, a preparação de sistemas documentais nos museus.

⁶⁵ Data de 1950 a criação do CIDOC – Comité Internacional de Documentação, dentro do ICOM. O CIDOC teve o apoio da bibliotecária Yvonne Oddon, que ajudou a preparar um esquema de classificação museológica para bibliotecas e centros especializados em museus. Responsável por vários cursos na área, produziu, em 1968, os *Elements de Documentation Muséographique*. Yvonne Oddon foi colaboradora de Georges-Henri Rivière (1897-1985) introdutor em França da prática de inventário em 1957, conhecido pela designação de «inventaire en 18 colonnes» e responsável por introduzir no curso ministrado em Paris o tema da documentação no âmbito da pesquisa científica. O CIDOC assumiu a investigação no campo do registo e documentação de coleções museológicas e a produção e divulgação de orientações e normas nesta área. Sobre o assunto, cf. CERAVOLO e TÁLAMO (2007).

⁶⁶ In GUEDES (2009: 3).

⁶⁷ Cf. FURTADO (2021: 30).

⁶⁸ Cf. BARROSO (2015: 23-25).

Património Cultural), incluindo bens móveis, imóveis, materiais e bens imateriais, assim como os “respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma **relação interpretativa e informativa.**” (subls. nossos, art.º 2.º). Em «outros princípios gerais» consagrados pela Lei, regista-se: a) **Inventariação**, assegurando-se o levantamento sistemático, actualizado e tendencialmente exaustivo dos bens culturais existentes com vista à respectiva identificação;» e “f) **Informação**, promovendo a **recolha** sistemática de dados e facultando o **respectivo acesso tanto aos cidadãos e organismos interessados como às competentes organizações internacionais;**” (art.º 6.º), considerando-se como formas de protecção dos bens culturais a classificação e inventariação dos bens (art.º 16.º).

O trabalho para uma política nacional de museus conduziu, três anos depois, à aprovação da **Lei Quadro dos Museus Portugueses, Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto**, pela qual a atividade museológica se rege até ao presente. Nela se colhe a definição de museu, no seu artigo 3.º:

Conceito de museu

1 — **Museu é uma instituição de carácter permanente**, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, **dotada de uma estrutura organizacional** que lhe permite:

- a) Garantir um **destino unitário** a um **conjunto de bens culturais** e **valorizá-los** através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos;
- b) **Facultar acesso** regular ao público e **fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento** da sociedade.» (subls. nossos)⁶⁹

Foi pela letra da Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, que o conceito de “documentação” entrou finalmente no contexto museológico com carácter funcional. A documentação é então consagrada com uma das sete funções museológicas, previstas no art.º 7.º.

A secção IV, artigos 15.º a 26.º são dedicados à função “Inventário e documentação”. Distinguindo-se, à época, estes dois níveis de informação, o legislador esmiúça os

⁶⁹ Esta definição, que rege a atuação dos museus e dos profissionais portugueses, articula-se, ao nível internacional, com a definição desenvolvida pelo ICOM (*International Council of Museums*). Na assembleia geral extraordinária realizada no passado dia 24 de agosto, foi aprovada a nova definição de Museu, resultado da necessidade de atualização do conceito de museu face aos desafios contemporâneos. Ficou, então, estabelecida a seguinte definição: “Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o património material e imaterial. Abertos ao público de modo acessível e inclusivo, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus atuam e comunicam de forma ética e profissional e, com a participação das comunidades, proporcionam variadas experiências para fins educativos, de fruição, de reflexão e de partilha de conhecimento.” (Tradução nossa). Disponível em: <https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/>

procedimentos de inventário, incluindo os procedimentos para a informatização, mas dedica somente a alínea 2) do art.º 15.º para sustentar que: “O museu **deve documentar o direito de propriedade** dos bens culturais incorporados.” e o art.º 25.º exclusivamente à Documentação. Sobre esta apenas estabelece:

O inventário museológico deve ser complementado por **registos subsequentes** que possibilitem aprofundar e disponibilizar **informação sobre os bens culturais**, bem como **acompanhar e historiar** o respectivo **processamento e a actividade do museu.**» (Subls. nossos).

De sublinhar que inventário e documentação de museus passam, neste momento, a ser considerados objetos de relevante interesse cultural, sendo classificados como “património arquivístico de interesse nacional” (art.º 26.º).

A documentação – “informação sobre os bens culturais” – obtém assim a atenção generalizada dos museus portugueses. Concorre que, no mesmo diploma, foi institucionalizada a Rede Portuguesa de Museus visando, entre outros objetivos, a valorização e qualificação da realidade museológica nacional (art.º 103.º), nomeadamente através da credenciação de museus, uma das formas de avaliação e reconhecimento do rigor e qualidade dos museus portugueses (art.ºs 110.º, 111.º). Entre os requisitos para a credenciação, conta-se naturalmente “o cumprimento das funções museológicas» previstas no diploma, nomeadamente “inventário e documentação”, a “existência de recursos humanos, financeiros e instalações” adequados às funções museológicas, a aprovação do regulamento do museu de acordo as exigências da nova Lei e a garantia do acesso público (art.º 113.º).

A Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, tem vindo a provocar uma verdadeira alteração na paisagem museológica portuguesa, mas o trabalho desenvolvido pelos profissionais da documentação e da informação em várias unidades museológicas do país veio demonstrar, nesse mesmo ano, que a função de “inventário e documentação” carecia de atualização científica na letra da Lei. Tal se comprova pelas intervenções realizadas no *I Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus*, organizado, em parceria, pelos Centros de Documentação da Rede de Museus da Câmara Municipal de Loures, com o apoio da Rede Portuguesa de Museus, no Museu de Cerâmica de Sacavém, em 15 de outubro de 2004.

As “Notas de Apresentação” começam por referir-se a “Unidades Documentais dos Museus”, para serem concretizadas em seguida no conceito de “Centros de Documentação”:

Os **Centros de Documentação dos Museus** constituem-se cada vez mais como um serviço acessível à sociedade enquanto suporte à investigação, ao ensino e à comunicação com os diferentes públicos.

Neste sentido, os **Centros de Documentação permitem um acesso organizado dos acervos materiais e imateriais** dos Museus.⁷⁰ (Subls. nossos)

Acessibilidade, mediação científica, educativa e cultural, num quadro que engloba património material e não material são as necessidades que justificaram a criação dos centros de documentação nos museus neste pós-2004. Não obstante, parece-nos que a maior inovação face à Lei publicada dois meses antes, é o facto de a organização do Encontro ter colocado como um dos objetivos principais:

[...] **equacionar o lugar dos Centros de Documentação, das bibliotecas e arquivos, na própria estrutura funcional dos museus**, bem como a questão da formação e **modernização destes serviços públicos**, por forma, **a criar um todo informacional** a partir do trabalho pluridisciplinar na abordagem e alargamento do conceito de objeto museológico. (*Id. ibidem*)

O entendimento de um “todo informacional” veio pôr em questão a legal diferenciação entre “inventário e documentação” e uma significativa alteração quanto ao conceito de objeto museológico, perspetivado na sua faceta documental (o objeto museológico como documento) conforme defendido pelos fundadores da Documentação, Henri La Fontaine (1854-1943) e Paul Otlet (1868-1944)⁷¹.

António Nabais, presidente da Associação Portuguesa de Museologia, defendeu então: **“O museu é essencialmente um centro de documentação onde se incorpora, organiza, investiga e divulga informação”** (p. 7).

Nesse sentido, o *I Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus* foi igualmente inovador ao lançar o repto da, citamos:

[...] **necessidade de articulação entre os técnicos de arquivos, bibliotecas e centros de documentação, museólogos e museográficos**, toda a área de técnicos ligados aos museus, facto que foi, permitam-me acrescentar, traduzido numa proposta do presidente da BAD, que circulou por todos e por todos foi amplamente preenchida, todos os que aqui estiveram presentes e confirmam esta necessidade de articulação entre as várias carreiras que no fundo mexem nos museus.» (Subls. nossos, pp. 115-116).

Os Encontros Nacionais de Centros de Documentação (2004, 2012, 2014 e 2017) têm vindo a ser um espaço privilegiado de reflexão, atualização científica e de materialização de propostas avançadas. O contributo dos profissionais da BAD – Associação de Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas nestes encontros tem se revestido de enorme relevância. No II Encontro, Maria José Moura, em representação da Associação, sugeriu, face aos desejos formulados anteriormente, a constituição de “Grupo

⁷⁰ In *Atas* (2004: 3).

⁷¹A este propósito, cf. a obra fundamental de OTLET (2018 [1934]).

de Trabalho — congregando as unidades de informação de Museus — à semelhança e segundo o modelo de outros atualmente existentes na BAD” (p. 155). No III Encontro, Conceição Serôdio (2014: 71-85) dá conta da sua criação no final do Encontro anterior com a designação GTSIM: Grupo de Trabalho de Sistemas de Informação em Museus, e apresenta objetivos, linhas estratégicas, projetos em curso e futuros.

O grupo de trabalho considera o museu como: “**centro de produção de conhecimento**, ao assumir **o objeto de museu como documento** e o **acervo** da instituição museológica, existente nas **reservas, arquivo, biblioteca como um todo unitário nas suas inter-relações informacionais.**”⁷²

Nesta definição, destacamos dois aspetos fundamentais. Em primeiro lugar, o olhar documental relativamente à totalidade do acervo, ao assumir o objeto de museu como documento, isto é, como objeto a que se atribui valor ou potencial informativo intencional, recuperando as definições dos percursores da ciência da informação, os documentalistas Paul Otlet (2018 [1934])⁷³, de Suzanne Briet (1951), ou mais recentemente de Michael Buckland (1991).

Em segundo lugar, a perspetiva que corrige o fenómeno de hierarquização das coleções que vinha impedindo o pleno cumprimento da missão dos museus portugueses⁷⁴, pondo

⁷² Subls. nossos. In SERÔDIO (2014: 72).

⁷³ Considerando os museus como objeto da documentação, OTLET (2018 [1934]: 557) evidencia o contributo que a aplicação desta disciplina oferece: «1º Os museus eram outrora conservatórios de objetos raros e preciosos. Sem alterar essa sua característica, também **procuramos transformá-los em centros de documentação dos objetos expostos** (documentos tridimensionais); **complementar os objetos**, seja reproduzindo-os seja **mostrando suas ligações e seu encadeamento**, ou **fazendo comentários sobre eles com a ajuda de textos selecionados.**» (Subls. nossos)

⁷⁴ Veja-se a este propósito as considerações de RIBEIRO (2013): «Vem isto a propósito da constatação com que, quotidianamente, eu e muitos profissionais de museus convivemos perante uma estratigrafia de paradoxos que inibem os museus de, sistemicamente, serem organismos produtores de conhecimentos (ou, pelo menos, de mais conhecimento): frequentemente os museus comportam na sua estrutura orgânica a existência de um arquivo e de uma biblioteca. No primeiro acumulam-se todos os documentos que testemunham a vida da instituição, a segunda constitui-se como sistema de informação auxiliar do trabalho de investigação e estudo dos seus profissionais. Apesar de serem a memória de organismos que preservam a memória coletiva, nem sempre estes departamentos são reconhecidos (ou são reconhecidos insuficientemente) nas dotações financeiras e nos quadros de pessoal afeto, e os bens que os integram raramente dispõem de sistemas de catalogação e inventariação informatizados (por vezes nem em papel) nem utilizam linguagens documentais normalizadas que permitam a recuperação da informação e o seu cruzamento com outros sistemas de inventariação de bens. Na maior parte dos museus, a documentação (aqui entendida como os documentos em suporte papel), por si, não é tida como prioridade variando o investimento no seu tratamento de acordo com os interesses profissionais e institucionais resultando que o seu contributo para a documentação das coleções é, geralmente, muito desigual e raramente integrada num sistema completo e normalizado e, também muito raramente, tida em conta na informação que o museu divulga e disponibiliza.» (Subls. nossos) Esta realidade é comum a outras realidades internacionais, como evidencia KOOT (2001: 248-258).

em destaque a necessidade de identificar e de potencializar as inter-relações informacionais que a globalidade do acervo concita, como a autora explica:

A visão integradora do acervo do museu implica um **maior enfoque nas potencialidades informativas desse acervo**, contribuindo assim para uma mais **eficiente gestão de toda a informação sobre patrimônio** produzida em contexto museológico.⁷⁵

O Grupo elege como prioridade não apenas a tradicional manutenção da gestão do acervo físico, mas igualmente a gestão intelectual desse acervo, a sua representação informacional, em toda a sua amplitude e dialogismo: o museu unido pelo seu capital informativo.

1.b O olhar informacional nos museus

A penetração do “olhar informacional”⁷⁶, pelo menos no campo teórico, sobre os museus é muito evidente nas intervenções dos autores que têm participado nos Encontros Nacionais, como se comprova pelas definições avançadas e pela denominação do grupo técnico criado: *Grupo de Trabalho de Sistemas de Informação em Museus*, cujo conceito é apresentado por Conceição Serôdio (2014: 72) nos seguintes termos:

No âmbito deste Grupo de Trabalho, **utiliza-se o conceito operatório de sistema de informação em museus (SIM)** enquanto conjunto ordenado de **elementos inter-relacionados que reúne, armazena, processa e faculta informação considerada relevante para a missão e funcionamento da entidade museológica**. Este sistema é **centrado na coleção e na prática museológica**. Entende-se aqui a coleção como um conceito abrangente que **compreende todos os acervos museológicos, independentemente da sua natureza ou suporte**.⁷⁷

No prisma da Ciência da Informação⁷⁸, herdeira do legado conceptual da Documentação (OTLET, 2018 [1934]), o museu é entendido como um global sistema de informação.

⁷⁵ Subls. nossos. In SERÓDIO (2014: 72).

⁷⁶ ARAÚJO (2013) e, de forma mais desenvolvida, ARAÚJO (2014), considera o “olhar informacional” proposto pela ciência da informação como um campo reflexivo novo, transversal e mais abstratizante, a partir do qual se pode estreitar o diálogo entre várias áreas que partilham o mesmo objeto de estudo, a informação, entre elas a biblioteconomia, a arquivística e a museologia. ARAÚJO (2014: 154) especifica: “esse olhar que se dirige exatamente para esse ato fundador, básico, que é a ação humana de “in-formar” (dar forma, existência material, a um pensamento ou ideia) e “se in-formar” (utilizar os registros materiais do conhecimento para construir suas ideias e pensamentos)”.

⁷⁷ Subls. nossos. In SERÓDIO (2014: 72).

⁷⁸ ARAÚJO (2018: 84), apresentando a trajetória epistemológica da ciência da informação, conclui acerca do seu objeto: «pode-se perceber que o objeto de estudo amplo da ciência da informação são os processos de produção (geração) de registros, a acumulação destes, formando um estoque coletivo, e a utilização deles, mas também as várias instituições e sistemas (incluindo arquivos, bibliotecas e museus) que interferem nesse processo, buscando torná-lo mais eficaz, mais plural ou mais dinâmico.»

Michael Buckland lembra que os museus preservam bens culturais, sendo por isso sistemas que armazenam, recuperam, descrevem, interpretam e exibem documentos (*information as thing*), defendendo:

That museums should be considered information systems follows from their nature and purpose. Informative objects are selected, collected, arranged, described, retrieved, displayed, and interpreted so that knowledge may be increased and disseminated. Researchers use museum collections to make new discoveries. Others learn things that they did not know from items in the museum's collections, rather as they do from items in libraries' collections⁷⁹.

A perspetiva teórica que concebe o Museu como um sistema de informação vem sendo gradual entre nós. A este propósito, leia-se o trabalho pioneiro de Isabel Costa Marques (2008/2009 e 2010), em que a autora, partindo da abordagem sistémica, defende o museu como sistema de informação, considerando que:

- A informação produzida no âmbito do exercício das funções do museu é resultante da interação da informação proveniente das demais colecções;
- Uma visão integradora do acervo do museu implica um maior enfoque nas potencialidades informativas do acervo, contribuindo assim para que a informação (administrativa, científica, técnica, etc. relacionada com o património cultural) seja devidamente contextualizada, registada, armazenada, interrelacionada, recuperada, reproduzida e acedida;
- **Pensar no museu como um sistema de informação implica superar divisões convencionais ainda vigentes como é o caso da distinção entre colecção museológica, bibliográfica e arquivística;**
- Implica tomar consciência da possibilidade de quebrar as barreiras estabelecidas pelo peso histórico da categorização das colecções e permitir uma maior reflexão sobre novas abordagens de inter-relações informacionais dos objectos;
- Implica ainda uma **reavaliação das práticas habituais** (gestão, inventariação, incorporação, documentação, exposição, administração, etc.) **no sentido de se tornarem mais eficientes, e mais operacionalizáveis num contexto integrador das funções e objectivos do museu enquanto instituição cultural.**⁸⁰

Nesta perspetiva, há uma clara diluição das fronteiras entre os vários silos de informação que têm sido criados na organização museal e que, frequentemente, foram geridos de forma independente (ou simplesmente não foram geridos) ao longo do tempo.

Em síntese, o que se propõe é que o museu seja entendido e percebido como um todo e que, ao invés de distinguir os *documentos* por fatores pragmáticos, tais como o local de acondicionamento, normas técnicas de descrição (se é livro vai para a biblioteca, se é manuscrito vai para o arquivo, se é documento tridimensional vai para exposição ou reserva, desagregando-se os respetivos vínculos orgânicos e culturais), ou ainda por

⁷⁹ In BUCKLAND (1991a: 35).

⁸⁰ Subls. nossos. In MARQUES (2010: 90-91).

interesses corporativos, se recupere a visão holística da instituição cultural, de forma contextual, conceptual e integradora.

Como bem frisou Johanna Smit: “ao invés de uma discussão sobre o ‘onde’ e o ‘quem’, parece interessante enfatizar o ‘como’ e o ‘para quem’ na organização da informação presente no museu”⁸¹, pois, é óbvio (mas às vezes é preciso sublinhar o óbvio, quando este se torna invisível) que o local com as melhores condições de proteção para cada documento será o seu local ideal. Mas este é um tópico de natureza operacional, pragmático. A questão não pode, pois, passar pelo local físico, mas pelo local conceptual que cada documento representa no conjunto da organização museal. Como lembra o mesmo autor: “objetos e documentos só informam se organizados e contextualizados de acordo com os objetivos do museu”⁸². Assim, ainda segundo esta autora:

Passamos, portanto, a analisar a informação que é produzida sobre os documentos ao descrevê-los e classificá-los e a lógica que preside a organização dessa informação, **substituindo o foco no documento objeto pelo foco na informação**, pois somente desta maneira será possível atribuir sentido aos diferentes documentos/objetos. **O foco na informação evita que o museu seja percebido como uma acumulação de documentos/objetos, mas como um *locus* de produção de sentido.**⁸³

A avaliação e otimização do sistema de informação, a partir de um enfoque sistémico⁸⁴, vem proporcionar a infraestrutura necessária ao suporte do fluxo de dados e de

⁸¹ In SMIT (2011: 38).

⁸² *Ibidem*.

⁸³ Subls. nossos. In SMIT (2010: 39).

⁸⁴ BERTALANFFY (2013 [1968]) apresenta a metodização da teoria sistémica em artigos e conferências dispersos, reunidos em 1968, na obra *Teoria Geral dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimentos e aplicações*. Cumpre sublinhar que a conceptualização sistémica é naturalmente anterior e as suas origens podem procurar-se em Émile Durkeim (1858-1917), onde se encontra o germe do paradigma funcionalista e a ideia de que a sociedade não resulta do somatório das características dos indivíduos e sim do resultado das interações entre estes. A sociedade “funciona” ao interagir, gerando maior ou menor estado de equilíbrio. Bertalanffy considera a teoria geral dos sistemas um novo paradigma, cujo principal objetivo é o de alargar a nossa compreensão do mundo, como no-lo afirma: «A teoria geral dos sistemas é então uma investigação científica de “conjuntos” e “totalidades” que, não faz muito tempo, eram considerados noções metafísicas, transcendendo os limites da ciência.» (2013 [1968]: p. 14). Para dar conta destes fenómenos incompreensíveis para a ciência clássica, desenvolveram-se, segundo o autor: “concepções novas, modelos e campos matemáticos [...], tais como a teoria dinâmica dos sistemas, a cibernética, a teoria dos autómatos, análise de sistemas por teoria da fila, da rede, dos gráficos e outros.” (p. 14), concluindo que, perante a progressiva complexificação da sociedade, existe a premente «necessidade de abordagens de natureza holística ou sistémica, generalista ou interdisciplinar” (p. 14).

Assim, a ideia central desta teoria científica é a de “todo” e “totalidade”, em contraponto com a ciência clássica, mecanicista, cujo *modus operandis* se centrava no isolamento dos elementos naturais até à sua forma mais reduzida como procedimento para o conhecimento. Para a teoria dos sistemas, é necessário adicionar o dinamismo e a interação entre esses elementos, pois, afirma: “não bastam apenas os elementos, mas são necessárias suas inter-relações: quer dizer, a interação de enzimas numa célula, de muitos processos mentais conscientes e inconscientes, da estrutura e da dinâmica de sistemas sociais [...]” Mais adiante, o autor sublinha a propósito da visão “organísmica”: “É necessário estudar não somente partes e processos

informação em contexto museal, concitando o esforço dos vários subsistemas para garantir que o sistema funciona como um todo coerente, incluindo nas suas interações com o mundo exterior⁸⁵.

Deste modo, alarga-se o olhar documental ao olhar informacional, o que significa, com recurso à gestão da informação nas organizações culturais, compreender os contextos de produção, circulação e uso da informação independentemente das formas materiais em que é registada, assim como aplicar técnicas de organização, representação e recuperação da informação. Armando Malheiro da Silva define a Gestão da Informação como a capacidade para:

[...] lidar, administrar, encontrar soluções práticas desde a génese até ao efeito multiplicador do fluxo da informação e compreende um conjunto diversificado de actividades, a saber: produção, tratamento, registo e guarda, comunicação e uso da informação.”⁸⁶

O autor acrescenta:

A vasta e complexa problemática ligada à produção da informação (do meio ambiente à estrutura produtora, a operacionalização e utilidade da memória orgânica, os actores, os objectivos, as estratégias e os ajustamentos à mudança) em contexto orgânico institucional e informal constitui o núcleo duro da Gestão da Informação propriamente dita.⁸⁷

No estudo exploratório de Carlos Guardado da Silva e Luís Corujo, em que os autores traçam a evolução diacrónica do conceito de Gestão da Informação, concluem que:

O mote comum para a definição do conceito de GI assenta no conjunto de operações que decorre em relação ao objeto – informações num ecossistema (a organização). Essas operações referem-se às actividades dirigidas à informação (tratamento, organização, etc.) às que decorrem diretamente sobre a informação (actividades de negócio da organização que requerem a criação e utilização da informação), mas também às operações para criar condições ao sucesso das actividades, que decorrem sobre a informação, e as que são dirigidas àquelas (planificação, normalização, controlo).

Todas essas operações e/ou actividades, por funcionarem num ecossistema, acabam por existir numa lógica de sistema de informação que lhes dá sentido. É possível sugerir uma perspetiva da organização, numa loja sistémica, como entidades de informação, em que os diversos elementos constitutivos existem através da informação, e se relacionam entre si através da (comunicação de) informação.⁸⁸

isoladamente, mas também resolver os decisivos problemas encontrados na organização e na ordem que os unifica, resultante da interação dinâmica das partes, tornando o comportamento das partes diferente quando estudado isoladamente e quando tratado no todo.” (p. 55) De uma forma mais simples, ou sintética, é a consideração de que “o todo é mais do que a soma das suas partes” (p. 39), pelo que o conceito de sistema pode sintetizar-se como um “conjunto de elementos em interação” (p. 63) interna e com o seu ambiente.

⁸⁵ Cf. explicitado em GOUVEIA e RANITO (2004: 27).

⁸⁶ In SILVA (148-149)

⁸⁷ *Ibidem*.

⁸⁸ In SILVA e CORUJO (2019: 154)

Neste prisma, não estão em causa as características dos objetos de informação, ainda que não se ignorem diferentes necessidades descritivas.

No que ao contexto museal diz respeito, subscrevem-se as palavras de Joahanna Smit ao afirmar:

[...] não se pode conceber, no contexto do museu, que cada conjunto documental seja organizado e descrito de forma autónoma e isolada, pois cada um pertence a um conjunto maior (o museu) e a informação disponibilizada por cada conjunto deve visar às necessidades informacionais dos diferentes usuários do museu.”⁸⁹

O conceito operatório de Sistema de Informação permite garantir a memória identitária da instituição museu, assim como a integridade e a inteligibilidade do seu acervo⁹⁰.

Armando M. da Silva define Sistema de Informação como “uma totalidade formada pela interação dinâmica das partes”, constituída “pelos diferentes tipos de informação registada ou não externamente ao sujeito (o que cada pessoa possui em sua memória é informação do sistema), não importa qual o suporte (material e tecnológico), de acordo com uma estrutura (entidade produtora/recetora) prolongada pela ação na linha do tempo”⁹¹.

Deste fenómeno emerge o conceito de arquivo como sistema de informação, isto é, um sistema “de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores”⁹².

O conceito de sistema de informação não deve ser confundido com o de serviço de informação que é, no fundo, um dos resultados do sistema de informação. Assim, um sistema de informação é “aquele que tem como núcleo central a informação e como finalidade a sua gestão”, devendo a análise sistémica atentar nos procedimentos adotados para gerir o fluxo da informação (entradas, “*inputs*” no sistema), na transformação da informação operada pela estrutura e os agentes que a geram, transformam e controlam (processamento documental, organização, disponibilização), os produtos ou serviços derivantes (saídas / “*outputs*” do sistema), numa perspetiva dialógica e retroativa, tendo em vista compreender a interação entre as partes e com o meio ambiente e o seu impacto na produção informacional.

⁸⁹ In SMIT (2011: 39).

⁹⁰ Cf. RIBEIRO (2018: 24).

⁹¹ In SILVA (2006: 162).

⁹² In SILVA (2009 [1999]: 214).

Metodologicamente, a estrutura do sistema de informação é identificável pela observação e pela análise orgânico-funcional da entidade, aspeto fundamental para se conhecer, com rigor, “a estrutura do sistema (entidade produtora) e das funções/competências dos variados setores que compõem essa mesma estrutura, pois só assim é possível caracterizar com rigor o contexto de produção da realidade informacional em análise.”⁹³.

O sistema de informação não deve ser também confundido com “sistema tecnológico de informação ou informático” de que se distingue, sendo este uma faceta dentro do conceito de sistema de informação organizacional. Um sistema de informação é um sistema de atividade humana e social que pode integrar ou não a utilização de tecnologias e, utilizando, será um seu componente para a concretização da missão da organização⁹⁴.

Ainda assim, há que reconhecer que os sistemas informáticos têm contribuído fortemente para a otimização dos sistemas de informação, em termos de apoio à gestão, melhoria dos processos de trabalho, partilha de recursos e informação e, inclusivamente, gerando uma maior consciência da existência do próprio sistema de informação organizacional, que sempre existiu independentemente da sua maior ou menor formalização, da maior ou menor aparelhagem tecnológica. A presença dos sistemas tecnológicos de informação tem tido ainda a vantagem de potenciar a reflexão sobre os sistemas de informação organizacionais que os sistemas informáticos se propõem modelizar, até porque requerem políticas de descrição e padrões de metadados que apenas cada organização, segundo a sua missão e objetivos, está apta a definir.

Cumpre, por fim, salientar que o conceito de sistema de informação não é permutável com o de “fundo”, “coleção” ou “acervo”. Trazemos à colação, a este propósito, a constatação de que:

Um conjunto de documentos, de qualquer natureza, que se encontra fisicamente num determinado local, produzido e ordenado/armazenado de acordo com um determinado critério, todavia sem tratamento técnico especializado, sem uma organização atualizada e funcional, sem pessoal encarregue da sua gestão e sem serviços ao utilizador/cliente não pode ser considerado um SI [sistema de informação].⁹⁵

Entende-se, por conseguinte, que, entre as diferentes tipologias de sistemas de informação organizacionais incluem-se também os sistemas organizacionais biblioteca, arquivo,

⁹³ In RIBEIRO (2018: 30).

⁹⁴ Cf. BUCKINGHAM *et al.* (1987: 18).

⁹⁵ Subls. nossos. In FERNÁNDEZ MARCIAL, GOMES e MARQUES (2015: 8).

museu, quando estes, realmente, funcionam como tal, particularmente contemplando o acesso e o universo do público a que se destinam.

Deste modo e concordando com FERNÁNDEZ MARCIAL, GOMES e MARQUES (2015: 9), considera-se que:

No âmbito de uma abordagem pós-custodial e científica da CI, os SI de Arquivo, de Biblioteca, de Museu, etc. devem assumir-se, sobretudo do ponto de vista conceptual, **como um todo orgânico, constituído por vários subsistemas**, que contribuem para a excelência do funcionamento dos Supersistemas em que se inserem através do incremento substancial do seu valor económico, social e cultural, etc.

Daí que, **todas as partes de um sistema têm de se interrelacionar e interagir para que seja possível atingir determinando objetivo**, neste caso concreto, conseguir criar conhecimento **que permita aumentar a criatividade, a inovação e os índices de produtividade das organizações**. (Subls. nossos)

Neste contexto, o foco conduz-nos para a organicidade da instituição, conforme entendida pela arquivística científica, e para a sua cultura organizacional que se projeta no sistema de informação. A sua otimização depende da capacidade de planificação, adequação à missão e objetivos da organização, avaliação, classificação e acesso do capital informacional, tanto para garantir os seus fins estratégicos, quanto os imperativos legais a que está obrigada, como defende Antonia Heredia Herrera (2007).

Segundo Fernanda Ribeiro, ao gestor da informação importa:

[...] conceber sistemas de informação em que a componente orgânica nunca é anulada e a componente funcional, que dela decorre, se concretiza na estruturação e agregação de todas as componentes informacionais, para viabilizar o acesso/uso da informação, tanto para a respetiva entidade produtora como para utilizadores externos, tendo em vista os mais variados fins (administrativos, jurídicos, culturais, meramente informativos, etc.).⁹⁶

A partir do estudo da organização, é então possível desenvolver esquemas de classificação da informação produzida e acumulada, de acordo com as órgãos e competências da organização, envolvendo as formas de representação da informação, as formas de preservação e eliminação de documentos e controlo no acesso, na longa duração, quer aos documentos físicos e digitais e à informação que contém.

No âmbito desta esfera teórica, compreende-se que qualquer ação para otimizar um sistema de informação concreto é precedida do estudo do contexto de produção da informação, com recurso à análise orgânico-funcional, tendo em vista perceber a estrutura do sistema (entidade produtora) e os seus limites, assim como as relações sistémicas

⁹⁶ In RIBEIRO (2018: 31).

internas e externas existentes. A partir desta caracterização estaremos aptos a desenvolver as operações de descrição e classificação consonantes à realidade informacional em causa⁹⁷.

À luz da perspectiva da transdisciplinar Ciência da Informação, passamos ao estudo e avaliação do Sistema de Informação do Museu de Lagos.

⁹⁷ Cf. RIBEIRO (2018: 30-31).

2. O SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO MUSEU DE LAGOS: ESTUDO HISTÓRICO E ORGÂNICO-FUNCIONAL

2.a Apresentação da Organização Museu de Lagos

O Museu de Lagos situa-se no concelho de Lagos, distrito de Faro (Algarve, Portugal). É um serviço público da administração local e, enquanto seu subsistema, contribui, através da sua missão e objetivos específicos para atingir, executar e otimizar os objetivos gerais da administração pública. No caso em apreço, o Município de Lagos considera determinante que:

[...] os serviços municipais devem orientar-se pelos princípios da unidade e eficácia da ação, da aproximação dos serviços aos cidadãos, da desburocratização, da racionalização de meios e na eficiência de recursos públicos, da melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado e da garantia de participação dos cidadãos.⁹⁸

O Museu apresenta uma configuração polinucleada, sendo composto por: i.) núcleo sede, denominado núcleo Dr. José Formosinho que inclui a Igreja de Santo António; ii.) núcleo Rota da Escravatura – edifício Mercado de Escravos; iii.) Forte da Ponta da Bandeira; iv.) núcleo Lagos – a Urbe e o seu Tempo – edifício Armazém do Espingardeiro; v.) Balneário Romano da Praia da Luz; vi.) Estação Arqueológica do Monte Molião; vii) Centro de Documentação⁹⁹. Esta configuração justifica a visão definida pela instituição:

O ML tem como visão um museu de território multitemático que se organiza de forma polinucleada e descentralizada no território municipal, instalado em espaços afetos ao Município de Lagos e estruturado em diversos núcleos e estações arqueológicas de titularidade municipal, propondo a preservação e divulgação do património cultural e a valorização do território sendo entidade parceira para o desenvolvimento local.¹⁰⁰

⁹⁸ In “Regulamento Orgânico do Município de Lagos”, art.º 3.º. *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125 de 30/06/2022.

⁹⁹ Cf. <https://museu.cm-lagos.pt/o-museu/>.

¹⁰⁰ In “Museu de Lagos: Política de Incorporação”, art.º 5.º pp. 2-3. Aprovada em reunião da Câmara Municipal de 2 de março de 2022. Disponível em: PT/MLJF/AMLJF/A/3.

No âmbito da estrutura orgânica do Município de Lagos em vigor desde 1 de julho de 2022, o Museu encontra-se integrado na Divisão de Museus e Bens Culturais, composta pela Unidade Técnica de Gestão de Museus e pelo Serviço de Arqueologia e Valorização de Monumentos, conforme o organograma abaixo apresentado:

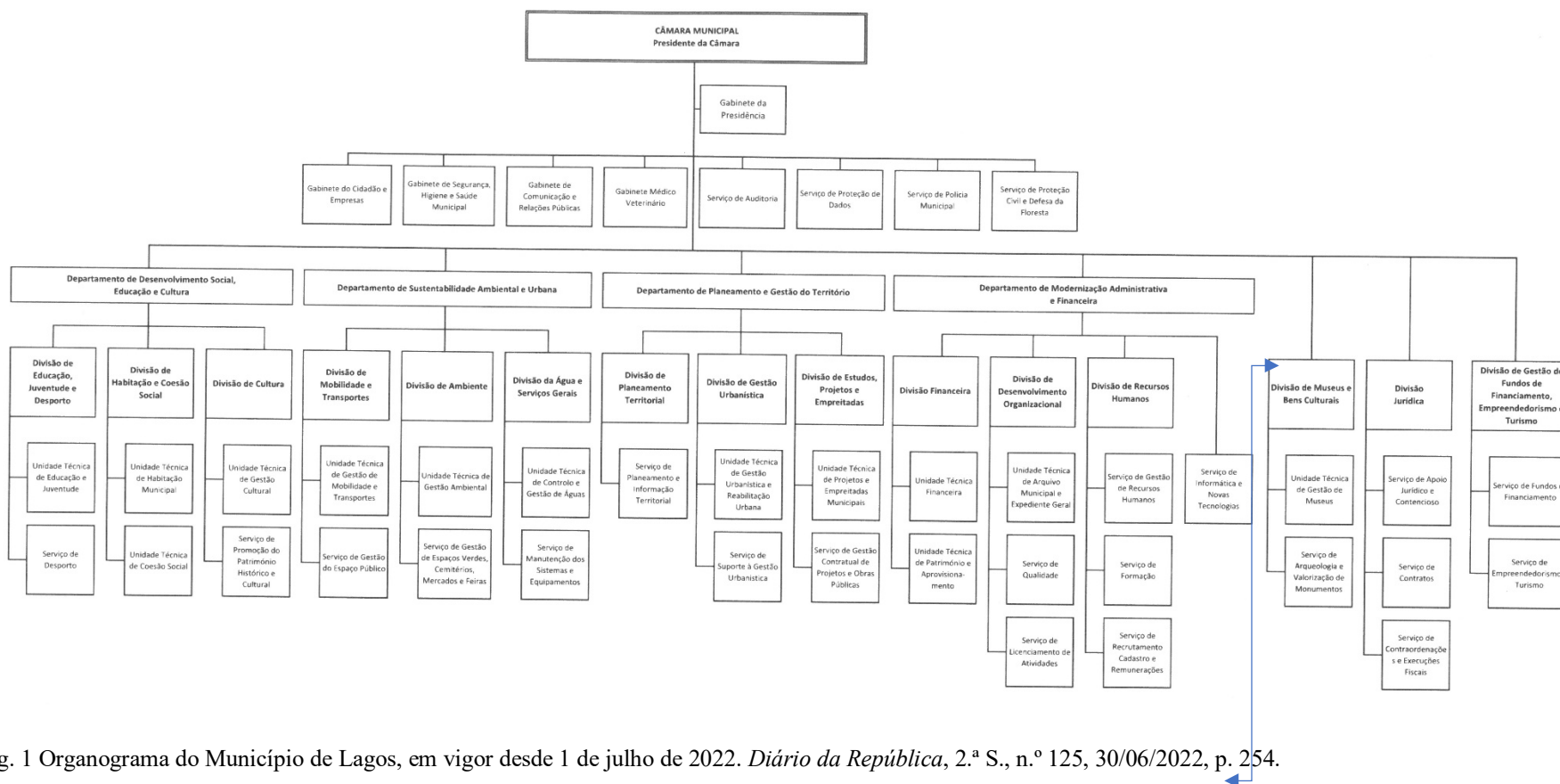


Fig. 1 Organograma do Município de Lagos, em vigor desde 1 de julho de 2022. *Diário da República*, 2.ª S., n.º 125, 30/06/2022, p. 254.

O Museu de Lagos possui e gere um acervo com cerca de 12.000 bens culturais, de âmbito local, regional, nacional e internacional, distribuídos pelas seguintes secções temáticas: “Arqueologia, Lapidária, Arte Sacra, Pintura, Artes Decorativas (incluindo azulejo e talha), Militar, Metrologia, Instrumentos Musicais, Numismática e Medalhística, Etnografia, Arte e Etnografia Africanas, História natural, Ciência e Técnica, Artes Gráficas, Fundos Documentais e Iconográficos”¹⁰¹. Tendo em consideração a sua matéria-prima, o Museu assume como missão e objetivos:

1. O ML tem a missão de estudar e investigar, inventariar e documentar, conservar, salvaguardar, interpretar, expor, valorizar, promover e divulgar os acervos nele incorporados ou depositados, os fundos iconográficos, documentais e bibliográficos nele conservados, assim com os testemunhos materiais e imateriais da natureza e da presença humana no Barlavento Algarvio, em especial no Município de Lagos, numa perspetiva regional, mas também os testemunhos de âmbito nacional e internacional que constituem o seu acervo.
2. O ML tem como objetivo contribuir para a construção e transmissão da memória e identidade coletivas, que visem o desenvolvimento local integrado e sustentado da sociedade e a valorização das pessoas, para fins de estudo, formação cultural e cívica, criação de novos públicos e fruição.¹⁰²

Sob estes princípios organizacionais e com vista à sua prossecução, o quadro de recursos humanos é composto por vinte e um profissionais, um dos quais técnico superior, catorze assistentes técnicos e seis assistentes operacionais¹⁰³.

No que diz respeito aos recursos materiais e tecnológicos, o Museu possui quatro edifícios para exposição do acervo, dois sítios arqueológicos visitáveis, seis espaços de reservas e um edifício destinado ao centro de documentação. A infraestrutura possui sistemas de segurança e de controlo ambiental. No âmbito dos recursos tecnológicos, o Museu está equipado com computadores ligados em rede, digitalizadora, impressora e máquina fotográfica. Na componente informática, o Museu dispõe de quatro sistemas tecnológicos de gestão da informação: i) gestão do acervo museológico, através do *software In Patrimonium* (próprio, desde 2004, *In Arte*: 2004; versão *In Arte PlusPremium*, 2004; *In Patrimonium*: 2020); ii) gestão do acervo bibliográfico, através de *software MindPrisma* (próprio, PORBASE – Sistema de Gestão de Bibliotecas: desde 2004); iv) sistema de gestão de bilheteira (*Ticketline*); iii) sistema de gestão documental (centralizado, *My Doc*, desde 2015).

¹⁰¹ In “Museu de Lagos: Política de Incorporação” (2022), art.º 5.º, p. 4. Disponível em: PT/MLJF/AMLJF/A/3.

¹⁰² In “Museu de Lagos: Política de Incorporação”, art.º 5.º pp. 2-3. Aprovada em reunião da Câmara Municipal de 2 de março de 2022. Disponível em: PT/MLJF/AMLJF/A/3.

¹⁰³ Situação à data da redação deste trabalho.

A gestão da globalidade destes recursos permite, no presente, oferecer ao público a acessibilidade a exposições permanentes, a serviços de interpretação com visitas orientadas, loja com produtos editoriais e produtos relacionados com o acervo do Museu, presença e acessibilidade digital através do sítio <https://museu.cm-lagos.pt/>, assim como realização de eventos culturais próprios e em parcerias interinstitucionais.

Os principais públicos utilizadores dos serviços e produtos do Museu de Lagos são a população estrangeira e escolar. Na atualidade, o concelho de Lagos conta com uma população residente de 33.514 pessoas (HM, Censos 2021). Em 2015, a população residente era constituída por 19% de população estrangeira. A pressão populacional aumenta significativamente nos meses de verão, conforme os ciclos turísticos. Ao todo, o Algarve recebe, em média, 5 000 000 de turistas por ano, constituindo o Museu de Lagos um dos equipamentos culturais mais visitados, com cerca de 60 000 visitantes, por ano. Em 2019, ano pré-pandémico, o Museu recebeu 84.329 visitantes, 76.011 dos quais estrangeiros e 989 incluídos em grupos escolares¹⁰⁴.

Sendo esta uma caracterização essencial do Museu de Lagos no tempo presente, é pouco reveladora de um percurso quase centenário que conheceu alterações organizacionais, histórica e sociologicamente situáveis. Estas transformações aumentaram e diversificaram a produção informacional gerada e acumulada pelo Museu. Considerando que tal produção informacional só pode ser verdadeiramente conhecida e compreendida no contexto sistémico e dinâmico em que o Museu se insere, apresenta-se seguidamente o estudo sobre o seu contexto histórico-organizacional.

A análise foi realizada através da prospeção, seleção e análise de bibliografia, que se revelou escassa no que diz respeito à história da instituição Museu de Lagos. Assim, abrimos o campo de exploração, à pesquisa de fontes primárias e à bibliografia ativa dos conservadores do Museu, em especial, do mais prolífico, José dos Santos Pimenta Formosinho¹⁰⁵, como meio de análise das práticas discursivas¹⁰⁶. Paralelamente, complementámos o estudo com a recolha, compilação e tratamento dos elementos normativos e reguladores do sistema de informação em causa¹⁰⁷ ao longo da sua história,

¹⁰⁴ Resposta ao Inquérito aos Museus do Instituto Nacional de Estatística 2019. Disponível em PT/MLJF/AMLJF/D/2/14.

¹⁰⁵ A reconstituição da sua produção bibliográfica encontra-se disponível no nosso apêndice I.

¹⁰⁶ O estudo das práticas discursivas e as questões relativas à representação têm ganho amplo espaço de debate no seio das Humanidades, Ciências Sociais e, em particular, no âmbito da História Cultural. Neste domínio, baseamo-nos em CHARTIER (1988), BOURDIEU (1994) e FOUCAULT (2014 [1969])

¹⁰⁷ O resultado dessa compilação encontra-se disponível no nosso apêndice II.

cotejando estes elementos com a realidade informacional custodiada pelo Museu de Lagos, a qual se analisou e descreveu (capítulo 3, apêndices III e IV).

Tendo constatado a inexistência de estudos e de dados seguros sobre a instituição Museu de Lagos, aproveitámos esta oportunidade de acesso a informação inédita e/ou dispersa por diferentes repositórios, para produzir uma contextualização histórica detalhada sobre esta instituição museológica. Este contributo reverterá, desde logo, para a instituição e para o reforço da sua memória organizacional, assim como para a comunidade científica, como mote para futuros aprofundamentos e estudos comparativos.

2.b Contextualização histórica e orgânico-funcional

O *Museu Municipal Regional* de Lagos foi fundado a 23 de agosto de 1930 e inaugurado a 13 de junho de 1931, por ocasião do 700.º aniversário da morte de Santo António (Lisboa, 15/08/1195? – Pádua, 13/06/1231), padroeiro da igreja, em cuja sacristia se instalou o recém-criado Museu.

Não obstante o rigor das datas, é fundamental compreender o Museu no movimento das ideias que o gerou. As suas reminiscências colhem-se na formação da cultura do patriotismo cívico, burilada pelos liberais do início de Oitocentos, onde se destacaram Almeida Garrett (04/02/1799 — 09/12/1854) ou Alexandre Herculano (28/03/1810 – 13/09/1877).

Ao longo do século XIX, arquivos, bibliotecas e museus foram criados como instituições de uma nova consciência coletiva do “ser português”. No que aos museus diz respeito, estes resultaram simultaneamente como força e produto cultural deste patriotismo, do amor ao “torrão natal”, à “pequena pátria”, cujo trabalho de recolha e coleção de elementos viria, no conjunto, a dar forma à “cultura portuguesa”¹⁰⁸.

Neste domínio, são paradigmáticos o trabalho e a influência pedagógica exercida por José Leite de Vasconcelos (07/07/1858 — 17/05/1941)¹⁰⁹, com repercussões em todas as regiões portuguesas, assim como na comunidade científica internacional. Na secção

¹⁰⁸ Sobre a emergência da consciência de uma identidade coletiva e do conceito de “cultura portuguesa”, leia-se: RAMOS (2001: 495-518).

¹⁰⁹ Sobre o percurso de José Leite de Vasconcelos, leia-se Universidade de Lisboa. Faculdade de Letras (1960) – *José Leite de Vasconcelos: livro do centenário: 1858-1958*. Lisboa: Imprensa Nacional.

seguinte, detalhamos a sua influência na criação do museu lacobrigense e na forma como se repercutiu na constituição e identidade do acervo museológico lacobrigense.

i. Os antecedentes do Museu (1894-1895)

As primeiras iniciativas para a criação de um museu de índole municipal em Lagos remontam aos finais do século XIX, no contexto das campanhas nacionais dirigidas por José Leite de Vasconcelos. Ao longo de todo o país, J. Leite de Vasconcelos procurou formar colaboradores entre a elite local ou entre os curiosos por coisas antigas, para coligir materiais, estudá-los e divulgá-los nas revistas que fundou e dirigiu, nomeadamente, a *Revista Lusitana* (f. 1887) e *O Archeologo Portuguez* (f. 1895), onde pontificou a sua enorme capacidade intelectual e todo o seu magistério teórico e pedagógico nos campos da Filologia, Arqueologia e Etnologia.

Na cidade de Lagos, encontrou a cumplicidade intelectual do capelão militar José Joaquim Nunes (Vila Nova de Portimão, 4.12.1859-Lisboa, 20.7.1932)¹¹⁰, com quem iniciou profícua correspondência no ano de 1892¹¹¹.

No ano de 1894, em visita ao Algarve por razões de interesse arqueológico, José Leite de Vasconcelos formulou, pela primeira vez, a proposta de criação do Museu Municipal de Lagos numa carta dirigida ao presidente da Câmara Municipal, na sequência da tomada de conhecimento:

[...] de que se está demolindo a igreja de Santa Maria, onde existe uma collecção importante de ossadas humanas (crânios, ossos longos, ossos largos, etc.), que convem guardar, para interesse da anthropologia portuguesa, bem como muitas pedras em que há trabalho artístico, e azulejos com a respectiva pedra em que elles encaixam.¹¹²

Nesta missiva, José Leite de Vasconcelos solicitava uma sala onde os materiais fossem recolhidos, como se transcreve:

[...] rogo a V. Ex.^a, em virtude da auctorisação que me concede o Decreto que criou o Museu Ethnographico Português, de 20 de Dezembro de 1893, o obsequio de empregar o seu valimento para que, em qualquer casa pertencente á Ex.ma Camara se recolham aquellas pedras e azulejos, e ao mesmo tempo uns 200 crânios com outras ossadas.

Mais adiante, Leite de Vasconcelos reforçou:

Se a **Ex.ma Camara fundar em Lagos um Museu local**, aquelles objectos e ossadas da igreja de Santa Maria podem já constituir um nucleo; no caso contrario, permittir-me-hei indicar posteriormente a V. Ex.^a o meio de elles serem removidos para Lisboa.

¹¹⁰ A biografia de José Joaquim Nunes lê-se em MACHADO (1932: 313-318).

¹¹¹ Sobre as relações entre estes dois intelectuais, cf. PALMA (2019: 492-526).

¹¹² In VASCONCELOS (1895: 254-255).

Todavia parece-me que **um Museu Municipal**, á semelhança dos que já existem em Beja, Elvas, Faro, Santarem, Redondo, Extremoz, etc., era muito facil de fazer, mesmo sem despesa, ou com despesa insignificantissima.¹¹³

Nestas diligências, José Joaquim Nunes foi o interlocutor junto do poder local. Entre 13 de abril de 1894 e 22 de outubro de 1895, foi colocando o “Mestre” a par dos resultados das prospeções locais e da evolução das suas diligências. Pela epistolografia de ambos se acompanha o processo que os levou do entusiasmo inicial à frustração final da iniciativa. A 2 de abril de 1894, José Joaquim Nunes asseverava a José Leite de Vasconcelos:

Com respeito ao museu creio que a ideia irá por diante. O Presidente da Camara mandou guardar os craneos e todas as pedras encontradas nas ruinas e pensa em destinar para isso mais tarde uma **salla dos Paços do Concelho**.¹¹⁴

Todavia, passado mais de um ano destas esperançosas palavras, José Joaquim Nunes concluía que **para o “museu nada se arranja”**¹¹⁵.

Apesar de fracassada iniciativa de 1894/1895, José Leite de Vasconcelos continuou ligado à constituição e desenvolvimento do futuro Museu de Lagos, exercendo a sua ascendência intelectual, como comprovou outro seu dedicado discípulo e colaborador, o advogado, notário e cofundador do Museu, José dos Santos Pimenta Formosinho (Lagos, 22.5.1888-Lagos, 26.3.1960)¹¹⁶:

Quando em 1927 resolvi profundar os meus estudos de Arqueologia e Numismática e pela primeira vez me dirigi ao sábio mestre Doutor José Leite de Vasconcellos, quem me diria que breve eu vinha a ter a honra de ser distinguido com a sua amizade! É que o trato afável e carinhoso, principalmente para aqueles que se mostravam interessados pelos seus admiráveis trabalhos, levava-o a ter verdadeira afeição por um novo discípulo que surgia.¹¹⁷

Nesta evocação ao “Mestre”, José Formosinho lembrava a proficua relação entre ambos, coincidente com o seu despertar para o universo dos estudos arqueológicos. Os efeitos práticos da referência Leiteana e da proximidade intelectual resultaram em diversas campanhas arqueológicas conduzidas por José Formosinho, cujos elementos viriam a formar a secção de arqueologia do Museu.

¹¹³ *Ibidem*. Subls. nossos.

¹¹⁴ BMNA, *Epistolário de José Leite Vasconcelos*, carta n.º 16370, Lagos, 2.4.1894.

¹¹⁵ BMNA, *Epistolário de José Leite Vasconcelos*, carta n.º 16370, Lagos, 22.10.1895.

¹¹⁶ Sobre a biografia do fundador do museu, leia-se CARRILHO (2017: 121-123).

¹¹⁷ FORMOSINHO (1941). A publicação foi da iniciativa de Mário Lyster Franco e dela se fizeram 100 exemplares, que não chegaram a entrar no mercado. A impressão, em sua homenagem, coincidiu com o dia do falecimento de José Leite de Vasconcelos. A relação com o «Mestre» pode ainda ser aprofundada através da troca de correspondência, cujas espécies epistolares se encontram depositadas na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, cotas n.º 8595-8619.

Esta atividade pode acompanhar-se através da epistolografia trocada entre ambos¹¹⁸, onde se leem os pedidos de apoio bibliográfico e se deteta a orientação de José Leite de Vasconcelos, a que, em 1935, se fizeram com a sua presença e de viva voz na cidade de Lagos¹¹⁹.

A 11 de março de 1928, novos passos foram dados para a fundação do Museu aquando da visita ministerial do governo da ditadura, representado pelos ministros da Instrução, Alfredo Magalhães, e o ministro da Guerra, o tenente-coronel Passos e Sousa, que visitaram conjuntamente a Igreja de Santo António “dos Militares”¹²⁰, acompanhados por José Formosinho, em representação da Comissão de Iniciativa de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo. Nesta ocasião, os representantes do governo reconheceram o elevado valor artístico da igreja classificada como monumento nacional desde 20 de junho de 1924 (Decreto n.º 9.842), assim como as más condições de conservação que urgia corrigir, como testemunhou o redator do jornal *Terra Algarvia*:

[...] tendo S. Ex.^{as} ficado maravilhados com a sua preciosíssima obra de talha, e afirmado ser necessaria a sua conservação visto ser uma maravilhosa obra de arte e o Algarve ser bastante pobre em obras desta natureza.¹²¹

A viabilidade desta intervenção foi alcançada com a transferência de tutela da igreja, então do Ministério da Guerra para o Ministério da Instrução, visto que os fundos destinados à construção, reparação, conservação e restauro dos monumentos nacionais estavam a cargo da Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, conforme o Decreto n.º 7038, de 17 de outubro de 1920, de cuja direção ficaram excluídas

¹¹⁸ O conjunto de missivas encontra-se preservada no Museu Nacional de Arqueologia, *Epistolário José Leite de Vasconcelos*, com o n.º de correspondente 1326. Constitui um grupo de 25 cartas enviadas por José Formosinho (cotas 8595-8619), expedidas entre 17/09/1931 e 19/10/1939.

¹¹⁹ A notícia da ida de José Leite de Vasconcelos a Lagos é dada na revista *Costa de Oiro*, Lagos, Mar./1935, p. 3. Disponível em: http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/453982_1935-03_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

J. Leite de Vasconcelos tinha a seu cargo, por Decreto n.º 21117, de 18 de abril de 1932, as funções de orientação, classificação, guarda e vigilância dos bens arqueológicos do país, sendo o Museu Etnológico nomeado o “organismo central de vigilância e de investigação arqueológica.” Art.º 12.º. Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/1932/04/09100/06680669.pdf>

¹²⁰ Sobre a igreja de Santo António, consulte-se ROCHA (1909); FORMOSINHO (1994) e LAMEIRA (2010).

A bibliografia aponta geralmente para a edificação da igreja no século XVIII. No âmbito do presente estudo, pudemos documentar a existência da Igreja de Santo António no século XVII. Trata-se do “Auto de Elleizão que se fez de elegedores p.^a a elegerem procurado e Irmãos que handem servir este anno de 1691 e hade acabar no de 1692.”, do *Livro que hade servir dos autos das eleições dos irmãos da Santa Casa... Começa a 5 de Julho de 1685. Livro quarto.*, pertencente ao Arquivo da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Lagos, depositado no Centro de Documentação do Museu de Lagos com a referência PT/MLJF/AISCM/LA/02, livro 216.

¹²¹ *Terra Algarvia*, n.º 10, 22/03/1928, p. 3. Disponível em: http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/1874648_1928-03-22_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf.

Acedido a 28/04/2022.

as obras de edifícios dependentes dos Ministérios da Guerra e da Marinha (art.º 2.º). Pela Lei n.º 1700, de 18 de dezembro de 1924, foi determinado que a inspeção e a conservação dos monumentos nacionais competiam ao Ministério da Instrução Pública, exercida por intermédio da Direção Geral de Belas Artes. (art.º 47.º).

Segundo o jornal *Terra Algarvia*, n.º 30, 11/07/1929, p. 2, o auto de transferência da igreja, por parte do Ministério da Guerra para o Ministério da Instrução, ocorreu na cidade de Lagos no dia 5 de julho de 1929, estando presentes como outorgantes, os que se citam:

[...] por parte do Ministério da Guerra, o Ex.^{mo} Major de Engenharia Dr. Eduardo Rodrigues de Carvalho; do Ministério da Instrução, o arquitecto de primeira classe e director das Obras Públicas, Dr. Arnaldo Adães Bermudes; do Comando Militar desta cidade, o respectivo Comandante, Sr. Coronel Joaquim Mendes Cabeçadas, e como testemunhas, os capitães Srs. José de Barros Amado da Cunha e Plácido Batista Bravo da Costa.

Esta mudança criava as condições necessárias para viabilizar a criação do Museu Municipal.

ii. A Fundação (1930-1931)

Em agosto de 1930, a Comissão Municipal de Iniciativa e Turismo, entidade que detinha, entre as suas atribuições, a de “organizar o inventário das relíquias históricas e de quaisquer curiosidades dignas de interesse para o viajante, existentes na localidade”¹²², preparou e dirigiu à Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lagos a seguinte argumentação, tendo como fim a criação do Museu:

[a] Comissão de Iniciativa d’este Concelho, depois de ponderar que **os museus regionais constituem um valioso centro de atração de todo o documentário** ainda existente **das mais remotas actividades, glorias ou factos que tenham interessado a vida regional**, e que por si próprios **facultam** á população uma **cultura altamente educativa**, lembra á Camara a **conveniência da criação nesta Cidade de um Museu Municipal Regional** o qual, por agora, poderia fiar alojado em muito boas condições **nas dependências da Igreja de St.º Antonio (Monumento Nacional)**¹²³.

A proposta, assinada pelo capitão Leonel Neto de Lima Vieira que, por inerência de funções, era simultaneamente presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal e da Comissão de Iniciativa e Turismo, foi aprovada por unanimidade na sessão ordinária da Comissão Administrativa, que reuniu os vereadores capitão Leonel

¹²² Art.º 5.º; par. 8.º do Decreto n.º 8046, de 24 de fevereiro de 1922.

¹²³ *Jornal de Lagos*, 26/10/1933, n.º 302.

Disponível em: http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2028082_1933-10-26_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

Neto de Lima Vieira, Joaquim Pedro da Silva Negrão, José Nobre da Veiga, Francisco Dias Furtado e António Crisógono dos Santos, a **23 de agosto de 1930**, determinando:

Primeiro: Criar, nesta cidade, um **Museu Municipal Regional**. Segundo – **Pedir á direcção dos Monumentos Nacionaes auctorização para o instalar nas dependencias da Igreja de Santo Antonio**. Terceiro – **Nomear uma comissão** composta pelos Ex.^{mos} Senhores: Doutor José dos Santos Pimenta Formosinho, Capitão José Ricardo de Barros Amado[?] de Campos[?], Antonio Augusto da L[?] e Joaquim Pedro da Silva Negrão, **para proceder, desde já, á organização do referido Museu**, propondo a esta Câmara tudo o que julgar vantajoso para a efectivação dessa organização. Quarto - **Nomear conservador do mesmo museu, sem direito a qualquer remuneração, o Ex.^{mo} Senhor Doutor José dos Santos Pimenta Formosinho, notario publico nesta cidade**. (Subls. meus)¹²⁴

Deste modo, José dos Santos Pimenta Formosinho ficava oficialmente vinculado à constituição e desenvolvimento do *Museu Municipal Regional*, missão que conduziu até à sua morte de forma ativa e devotada.

No papel de membro da Comissão de Iniciativa e Turismo, José Formosinho foi o rosto das medidas de protecção patrimonial implementadas nos concelhos de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo¹²⁵, sendo a sua nomeação um reconhecimento ao seu saber e competência.

A 26 de Agosto de 1930, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal do concelho de Lagos requereu ao diretor dos Monumentos Nacionais autorização para que o “Museu Municipal Regional” ficasse alojado nas dependências da igreja de Santo António o que foi deferido a 3 de setembro de 1930, afirmando a Direcção Geral:

[...] esta Direcção Geral não vê qualquer inconveniente em que se adapte as dependências da Igreja de Santo Antonio dessa cidade a Museu Municipal Regional. Apenas tem a observar a pouca luz que haverá para o uso a que se destina.¹²⁶

Na prática, o Museu Municipal Regional ficou instalado num Monumento Nacional, propriedade do Estado, sob gestão da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais¹²⁷, mas sem fontes de financiamento permanentes garantidas.

¹²⁴ In *Livro das actas das sessões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do concelho de Lagos*, lv. 6, fl. 74v.-75v. Disponível em Arquivo Municipal de Lagos.

¹²⁵ Em ata de 28/02/1928 da Comissão de Iniciativa e Turismo de Lagos foi determinado dirigir convite às Câmaras Municipais de Aljezur e Vila do Bispo para serem representadas pela Comissão de Iniciativa e Turismo criada em Lagos. A 11/07/1929, a notícia do jornal *Terra Algarvia*, n.º 30, p. 2 comprova a adesão a este convite, referindo-se à “benemérita Comissão de Iniciativa dos concelhos de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo”. Disponível em: [1874648.1929-07-11\(ualg.pt\)](http://1874648.1929-07-11(ualg.pt))

¹²⁶ Disponível em PT/MLJF/AMLJF/D/2/12 (1930-1935).

¹²⁷ Decreto n.º 16791, de 30 de abril de 1929 criou a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que até princípios da década de 1970, centralizou crescentemente a quase totalidade das atribuições referentes a obras de monumentos nacionais do Estado. A DGEMN exerceu uma ação politicamente concertada de valorização dos elementos históricos e simbólicos do passado, no âmbito da política do Estado Novo, para quem o património e a história estavam ao serviço da legitimação do regime da ditadura. Sobre a sua intervenção nos monumentos nacionais, consulte-se a coleção dos seus *Boletins*, publicados entre 1935 e 1972 num total de 126 números. Disponíveis em: <http://dgemn-digital.wikidot.com/>

O quadro de pessoal ficou constituído exclusivamente por José dos Santos Pimenta Formosinho, nomeado conservador, sem direito a vencimento.

A instalação e desenvolvimentos posteriores foram possíveis graças à articulação contínua de várias entidades, tais como a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, principal investidor nas obras do Museu, a Câmara Municipal que, a partir de 1963, passou a encarregar-se de todas as despesas correntes do Museu¹²⁸, a Comissão Municipal de Iniciativa e Turismo, a Junta Geral do Distrito, ou o Grupo de Amigos do Museu, submetidas à ação determinada e militante do conservador, o notário José Formosinho.

Após a aprovação para a instalação do Museu nas dependências da igreja de Santo António, José Formosinho deu início imediato às diligências para os trabalhos de limpeza, de carpintaria e arranjos exteriores com a caiação exterior da igreja, gradeamento e porta lateral, podendo anunciar **em 30 de abril 1931** a abertura do Museu:

A Igreja acha-se aberta ao público todos os domingos das 12 às 16 horas, **podendo desde já ser visitada a 1.ª secção do Museu ARTE SACRA** (em organização)¹²⁹.

A data oficial escolhida simbolicamente para a **inauguração do Museu** seria, no entanto, **13 de junho de 1931**. A data assinalava os 700 anos sobre o dia da morte de Santo António (Lisboa, 15/08/1195? - Pádua, 13/06/1231). Além de patrono da igreja dos Militares, o Museu passou também a ser-lhe dedicado, nomeando-se “Museu Regional de Santo António” por proposta de José Formosinho¹³⁰.

A possibilidade, enfim, de criar o Museu de Lagos surgiu num contexto histórico muito favorável, ao permitir contribuir ativamente para a materialização da política patrimonial do Estado Novo (1926-1974). Em vigorosa consolidação nesta década de 1930 e com apogeu nas comemorações patrióticas de 1940¹³¹, as repercussões na região algarvia foram assinaláveis, nomeadamente através da intervenção e recuperação de várias infraestruturas patrimoniais e a criação de novas. Neste caso, conta-se, por exemplo, a criação do Museu Municipal de Tavira, criado oficialmente em 1937 e inaugurado em 1940, por ocasião da celebração dos centenários¹³².

¹²⁸ Cf. Câmara Municipal de Lagos, Informação n.º 261-DAG, de 28/06/2002. Disponível em PT/MLJF/AMLJF/D1/02.

¹²⁹ Subls. nossos. *Jornal de Lagos*, n.º 190, 30/04/1931, p. 1. Disponível em: [2028082_1931-04-30\(ualg.pt\)](https://hdl.handle.net/2028082/1931-04-30)

¹³⁰ Sobre a inauguração do Museu, cf. FRANCO (1931).

¹³¹ Cf. BRIGOLA (2003: 32-45).

¹³² Sobre a criação do Museu Municipal de Tavira e o seu contexto histórico, leia-se LOPES (2005).

iii. A identidade, valores e missão da Organização

O Museu de Lagos não teve, na sua origem, um documento normativo oficial que regulasse os seus princípios identitários. Deste modo, a identidade, os valores e a missão descortinam-se através da análise às práticas socioculturais de aquisição, seleção e de preservação, mas também às práticas discursivas dos seus protagonistas, onde se podem ler as marcas da sua “visão do mundo” materializado no constructo Museu¹³³.

Do lugar onde se instala (o berço onde nasce) ao nome que adquire, passando pela visão que protege, todos constituem mecanismos de identificação, distinção e de legitimação jurídica, política, social e cultural, garante da identidade, afirmação e permanência da Organização¹³⁴.

No caso em análise, podemos afirmar que o Museu nasceu em berço de ouro, ao ser instalado nas dependências da igreja de Santo António dos Militares, integralmente forrada a talha dourada setecentista e reconhecida como Monumento Nacional.

Conceptualmente, a iniciativa reificou a origem do conceito sacro-profano de *museu*: o *Mouseion*, Templo das Musas, filhas de Mnemósine, deusa da “Memória”, e de Zeus, considerado o rei ou pai dos deuses, aquele que detinha o poder sobre o universo.

Neste caso, a inspiração e a proteção invocadas enlaçam o divino e o humano, o poder do *templus*, sob invocação de Santo António, e o poder do *tempus*, exercido pela instituição militar, com forte ascendência na sociedade lacobrigense. Leiamos uma descrição da época:

A Igreja de Santo António que, desde há tempos, é considerada **Monumento Nacional** e que, por êsse facto, passou a pertencer ao ministro da Instrução, **é uma rica e apreciável obra de arte que o Algarve e muito especialmente Lagos se orgulha de possuir**. A sua construção data, segundo parece, do ano de 1769 e **deve-se ao esforço do coronel Hugo Beaty então comandante do Regimento de Infantaria de Lagos**, e, desde há séculos que se encontra entregue ao Ministério da Guerra, **merecendo sempre da parte dos**

¹³³ Um texto muito elucidativo sobre as diferentes percepções relativas ao valor cultural dos bens preservados pelos museus e do museu como resultado de um concreto sistema de valores, não universal portanto, é-nos oferecido no texto de Pierre-Joseph Proudhon, em *Système des Contradictions Économiques*, que citamos: “Eu daria o Museu do Louvre, as Tuileries, Notre-Dame – e de quebra as colunas – para morar numa casa própria, numa casinha feita à minha maneira, que eu ocuparia sozinho, no centro de um pequeno cercado de um décimo de hectare, onde eu teria água, sombra, grama e silêncio. Se eu me preocupasse em colocar lá dentro uma estátua, não seria nem um Júpiter, nem um Apolo: não tenho nada a ver com esses senhores; nem vistas de Londres, de Roma, de Constantinopla ou de Veneza: Deus me guarde de morar aí! Eu colocaria o que me falta: a montanha, o vinhedo, a campina, cabras, vacas, carneiros, ceifeiros, pastores.” *apud* BOURDIEU (1983: 120).

¹³⁴ Cf. a este propósito, CHARTIER (1988: 13-67); BOURDIEU (2010); *Idem* (2011).

Comandos Militares desta cidade as maiores atenções no sentido de conservar e embelezar a sua rica e apreciável obra de talha que reveste o interior.¹³⁵

O nascimento do Museu nas dependências da igreja permitiu um efeito de contaminações: por um lado, o efeito de sacralização da cultura, dando forma à tão propalada religião cívica, a “religião da pátria”, e, por outro, à secularização do espaço religioso, cujo processo culminou com a reabertura do Museu em 2021, integrando a igreja no processo global de musealização, com o conseqüente termo de abertura ao culto.

A atribuição do nome constituiu, desde a sua primeira referência, um programa de desenvolvimento da identidade regional. Fundado com a designação **Museu Municipal Regional** exprimia simultaneamente a natureza municipal da sua tutela e a ambição da representatividade regional do acervo, exprimindo localmente a cultura do patriotismo nacional na fórmula do “amor pela região”¹³⁶.

As palavras de José Formosinho em entrevista a António Sabino Simões Neto, do jornal *Correio Algarvio*, são elucidativas a este propósito:

- Então o Museu não é puramente lacobrigense?

- Não senhor. O Museu Etnológico de Lisboa, não é alfacinha, é nacional, é português; é de todos nós. O Museu de Faro é de todos os algarvios, como o de Lagos deverá ser. Cada um no seu género.

Uma vez encarregado da organização de um Museu pensei, desde logo, em dar-lhe o cunho regional. Um Museu de província raras vezes pôde ser um museu especial; tem de ser geral. Este, por exemplo: em já organizadas as Secções Sacra e de Numismática, e estou organizando a Secção Arqueológica; e **muito brevemente iniciarei a Secção Etnográfica. Esta última é que lhe vai dar mais propriamente o cunho regional.** Pelo menos assim o espero. Neste sentido officiei já a todas as Camaras Municipais do Algarve e muito agradecerei o seu auxilio nesta obra de interesse geral.

[...]

É utopia? Não. **Tudo isto se pôde conseguir com um pouco de boa vontade e regionalismo.**

Se os algarvios nos quiserem ajudar estamos convictos que o Museu muita utilidade pode trazer para mostrar os pormenores da vida algarvia, que o turista, na sua rápida visita, não pôde d’outra forma apreciar. E Lagos, sendo um ponto de passagem obrigatória para Sagres, está otimamente situada para a realização deste *desideratum*.

Esperemos pois, que as **Camaras Municipais, Escolas Industriais, Associações Comerciais e as demais entidades representantes das forças vivas do Algarve se compenetrem da utilidade do nosso projecto.**¹³⁷

¹³⁵ Subls. nossos. *Terra Algarvia*, Lagos, n.º 30, 11/07/1929, p. 2. Disponível em: [1874648_1929-07-11 \(ualg.pt\)](http://ualg.pt/1874648_1929-07-11)

¹³⁶ Cf. a este respeito, RAMOS (2001: 514).

¹³⁷ (Subls. nossos). “Sobre o Museu Regional de Lagos fala-nos o colecionador-arqueólogo Dr. José Pimenta Formosinho”. *Correio Algarvio*. Entrevista a A.[ntónio] S.[abino] Simoes Netto. Faro: *Correio Algarvio*, n.º 38, 28 jun./1934, p. 1. Disponível em: [1862089_1934-06-28 \(ualg.pt\)](http://ualg.pt/1862089_1934-06-28).

Em 1931, preparando a inauguração oficial para o dia da comemoração dos 700 anos sobre o falecimento de Santo António, José Formosinho propôs a alteração da denominação do museu para **Museu Regional de Santo António**¹³⁸, acentuando o efeito de sacralização cultural e de enraizamento local, tomando como patrono Santo António, num processo de substituição de cultos.¹³⁹

Em 1936, perante o risco de indistinção entre o Museu de Santo António de Lagos e o de Santo António de Faro, foi proposto pelo presidente da Câmara Municipal de Faro que o Museu de Lagos não usasse a referência a Santo António. O pedido foi aceite e o museu passou a denominar-se **Museu Regional de Lagos**, sintetizando as duas faces em que o patriotismo nacional se sustinha: a regional e a local¹⁴⁰.

Em sessão de 14 de janeiro de 1988, deliberou a Câmara Municipal de Lagos prestar tributo ao primeiro conservador do Museu Regional de Lagos, indicando o seu nome para patrono do museu. Na sequência desta decisão, houve um período de variação, com ocorrências de **Museu Regional de Lagos Dr. José Formosinho**, **Museu Dr. José Formosinho** e, por fim, **Museu Municipal Dr. José Formosinho**, designação que manteve até ao passado dia 21 de julho de 2021.

Nesta data, por deliberação camarária n.º 191/2021, foi aprovada, por unanimidade, a alteração de nome para **Museu de Lagos**, sob o argumento do “caráter polinucleado do

¹³⁸ Cfr. “Museu Regional de Santo António, de Lagos”. *Diário de Notícias*, 26/11/1935.

¹³⁹ Neste caso, foram levadas à letra as considerações que Krzysztof Pomian teceu sobre a evolução histórica do papel dos museus na sociedade, no seu verbete sobre “Colecção”: “os museus substituem as igrejas enquanto locais onde todos os membros de uma sociedade podem comunicar na celebração de um mesmo culto. Em consequência, o seu número aumenta nos séculos XIX e XX, à medida que cresce a desafeição das populações, sobretudo urbanas, pela religião tradicional. O novo culto que se sobrepõe assim ao antigo, incapaz de integrar a sociedade no seu conjunto, é de facto aquele de que a nação se faz ao mesmo tempo sujeito e objecto. É uma homenagem perpétua que ela rende a si própria celebrando o próprio passado em todos os seus aspectos, reconhecendo a contribuição dos vários grupos sociais territoriais e profissionais que a compõem e exaltando os grandes homens nascidos no seu seio e que deixaram obras duradouras em todos os campos. Os objectos que vêm das outras sociedades ou da natureza ilustram também a nação que os recolheu enquanto, por intermédio dos seus artistas, dos seus sábios, dos seus exploradores, e até dos seus generais, soube reconhecer-lhes o valor e eventualmente fazer sacrifícios para os adquirir. Exactamente porque o museu é um depósito de tudo aquilo que de perto ou de longe está ligado à história nacional, os objectos que aí se encontram devem ser acessíveis a todos; e pela mesma razão, devem ser preservados.”. In POMIAM (1984: 84).

¹⁴⁰ Não obstante a mudança de nome nesta data, o pedido para a oficialização da designação do Museu só ocorreu a 19 de dezembro de 1945, através do Relatório apresentado por José Formosinho, dirigido ao Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Lagos, em que o autor requer: “Que a Câmara fixe definitivamente o nome de Museu Regional de Lagos que nestes últimos anos tem adotado.” apud FORMOSINHO, José Ramos (s.d. [pós 1990]), Disponível em PT/MLJF/AJCRF.

Museu” e por se considerar que esta denominação apresenta uma maior flexibilidade capaz de “agregar todos os atuais e futuros núcleos e centros interpretativos”¹⁴¹.

¹⁴¹ É de notar que as alterações de denominação não coincidiram com alterações orgânico-funcionais na estrutura do museu, que, quando aconteceram se deveram a alterações no suprassistema municipal.

 <p>MUSEU REGIONAL DE SANTO ANTONIO — LAGOS</p>	 <p>MUSEU REGIONAL DE LAGOS</p>	 <p>MUSEU REGIONAL DE LAGOS TELEF. 301</p>	 <p>MUSEU REGIONAL DE LAGOS</p>	 <p>MUSEU DR. JOSÉ FORMOSINHO R. GEN. ALBERTO DA SILVEIRA 8600 LAGOS TELEF. (082) 76 23 01</p>	 <p>MUSEU DR. JOSÉ FORMOSINHO Rua Gen. Alberto da Silveira 8600-594 LAGOS ☎ 282 762 301</p>	 <p>MUSEU D LAGOS</p>
<p>Fig. 2: 1931-1936</p>	<p>Fig. 3: 1936-1988</p>	<p>Fig. 4: 1936-1988 (versão de luto)</p>	<p>Fig. 5: 1936-1988 (versão colorida)</p>	<p>Fig. 6: 14/01/1988- 21/07/2021</p>	<p>Fig. 7: 14/01/1988- 21/07/2021</p>	<p>Fig. 8: 21/07/2021-</p>

Fig. 2-8: Logótipos adotados pelo Museu entre 1931 e a atualidade.

Fonte: Elaboração própria.

Oitenta e sete anos depois, a resolução evoca a aspiração abrangente do fundador, como lembramos:

O Museu Etnológico de Lisboa, não é alfacinha, é nacional, é português; é de todos nós. O Museu de Faro é de todos os algarvios, como o de Lagos deverá ser. Cada um no seu género.¹⁴²

Na multiplicidade de papéis sociais que José Formosinho desempenhou visando a criação, organização e divulgação de conhecimento sobre a região algarvia, destaca-se a sua ação enquanto coletor e enquanto agente ativo para o entendimento público relativamente à importância do Saber¹⁴³. Esta atuação do conservador do Museu encontra-se dispersa em publicações próprias, em coautoria e na intensa atividade na imprensa periódica¹⁴⁴. O perfil de formador de opinião pública revelou-se essencial em dois planos interdependentes:

- i.) No contributo para a formação de uma comunidade cultural do conhecimento¹⁴⁵;
- ii.) Na ação de sensibilização dessa comunidade para a necessidade de ampliar e enriquecer o acervo do Museu, através de doações ou depósitos, levando-a assim a participar ativamente do processo de conservação e divulgação dos valores culturais locais e regionais.

O compromisso com a valorização do conhecimento histórico sobre a região e a salvaguarda e ampliação dos elementos materiais de suporte a esse conhecimento moldaram a missão acometida ao Museu. A intervenção escrita de José Formosinho na

¹⁴² “Sobre o Museu Regional de Lagos fala-nos o colecionador-arqueólogo Dr. José Pimenta Formosinho”. *Correio Algarvio*. Entrevista a A.[ntónio] S.[abino] Simoes Netto. Faro: *Correio Algarvio*, n.º 38, 28 jun./1934, p. 1. Disponível em: [1862089_1934-06-28 \(ualg.pt\)](https://ualg.pt/1862089_1934-06-28)

¹⁴³ Nem sempre esta diversidade de papéis sociais desempenhados por José Formosinho foi bem compreendida pela sociedade coeva. Disso no-lo dá conta neste esclarecimento ao público: “E já agora uma vez ainda: **o Museu e a Biblioteca** que, julgo ninguém de boa fé poderá já hoje pôr em dúvida de ser uma instituição de utilidade pública que honra Lagos **não são meus**. Há quem faça uma tal confusão que chega a parecer impossível em pessoas de certa cultura. **O Notário da Comarca, o Director do Museu e o José Formosinho, são três entidades distintas** embora muitas pessoas assim o não entendam; e tanto que há quem não lhe interesse o Museu, nem lá vá porque não simpatiza com o José Formosinho; outros porque o Notário, no exercício das suas funções notariais, lhes não fez qualquer acto que não podia fazer por ser ilegal, e por isso deixaram de falar ao José Formosinho e se eram sócios do Grupo de Amigos do Museu deixaram de o ser!!

Julgam talvez que estou brincando? Não acreditam? Pois asseguro-lhes que infelizmente é uma triste verdade.

Seria, no entanto, bom que, de uma vez para sempre, todos se habituassem a pôr as coisas nos seus verdadeiros lugares: o Director do Museu nada tem com os actos praticados no cartório do Notário, como este nada tem com o que se relacione com o Museu.” Subls. nossos. *Jornal de Lagos*, n.º 912, 15/12/1948, p. 4. Disponível em: [2028082_1948-12-15 \(ualg.pt\)](https://ualg.pt/2028082_1948-12-15)

¹⁴⁴ Cf. nosso apêndice n.º I.

¹⁴⁵ Utilizamos aqui o conceito de “comunidade” no sentido empregue por ANDERSON (2012).

imprensa revela de forma elucidativa quer a missão, quer os valores investidos no Museu de Lagos.

Entre 1931 e 1959, o diretor do Museu publicou 89 artigos na imprensa periódica, a maioria dedicados ao Museu Regional de Lagos¹⁴⁶. Na primeira apresentação pública (publicada) feita à comunidade classificou o Museu como “util instituição”, aspeto que viria a esclarecer variadas vezes em futuras comunicações. No que consistia a utilidade do Museu Regional de Lagos, segundo o aparelho retórico do seu diretor?

Desde logo, tinha a utilidade, ou função, de **coleção** dos documentos/monumentos capazes de edificar uma cultura instrutiva:

[...] os museus regionais constituem um valioso centro de atração de todo o **documentario** ainda existente das **mais remotas actividades, glorias ou factos** que tenham interessado a vida regional, e que por si próprios facultam à população uma **cultura altamente educativa** [...] ¹⁴⁷

Destaque-se a atualidade da visão do Museu como centro do “documentario”, a que a crescia a utilidade/função de **entretenimento e instrução**:

O meu intuito ao organizar o Museu, **não é que ele seja um simples amontoado de curiosidades**; mas **que sirva para distração e também para instrução**. Um Museu arqueológico não é unicamente uma curiosidade ou um recreio; é como que um livro aberto, onde á simples inspeção se aprende, no todo ou em parte, a historia da região que ele representa. ¹⁴⁸

Um pouco mais tarde, associou claramente a identidade e a utilidade do Museu à da escola:

Já disse e é conveniente repetir: “**Um museu é uma escola prática** onde se aprende amar o passado e onde com facilidade se podem estudar a arte e a industria antigas, nos vestígios que nos ficaram dos povos que em varias épocas se sucederam numa região” ¹⁴⁹.

Entre as funcionalidades desempenhadas, releva-se igualmente a de **estudo e fomento do sentimento patriótico**:

O **Museu deve servir para educar o público**, levando-o ao conhecimento do passado; e **quanto mais profundo fôr esse conhecimento, convictos estamos de que mais solidamente se radica o amor pelo torrão natal**. ¹⁵⁰

Pensado na relação com a **comunidade local**, a função de **enaltecimento e dignificação**:

¹⁴⁶ Cf. nosso apêndice I.

¹⁴⁷ *Jornal de Lagos*, n.º 302, 26/10/1933, p. 3, hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2028082_1933-10-26_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

¹⁴⁸ *Jornal de Lagos*, n.º 304, 09/11/1933, http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2028082_1933-11-09_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

¹⁴⁹ *Jornal de Lagos*, 12/12/1935, n.º 411: http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2028082_1935-12-12_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

¹⁵⁰ *Costa de Oiro*, n.º 26/27, fev./1937. Disponível em:

http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/453982_1937-02_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

O Museu estará por muito tempo longe de reunir tudo aquilo que seria necessário e interessante. Mas, repito só com o auxílio e boa vontade da Câmara e de todos, é possível conseguir esse *desideratum*, que estamos convictos, poderá vir a ser **orgulho da Cidade**, não só para os **contemporâneos como para os vindouros**.

Gostaríamos de encontrar em **todos os lacobrigenses** pessoas beneméritas que nos auxiliassem eficazmente, concorrendo para o progresso do nosso Museu. Por nossa parte faremos o possível por nos não cansarmos de **procurar em todos os recantos, e reuni-los** depois aqui, **todos os vestígios da antiguidade que possam constituir tesouros de subido valor para a história da nossa região**.

[...] E agora lembramos a todos os lacobrigenses que só podemos mostrar-nos reconhecidos aos poderes públicos concorrendo para a organização de uma **instituição tão útil e que tanto nos prestigia**.¹⁵¹

Noutro texto, afirma:

E nós organizando aqui um Museu, **damos a quem nos visita, pelo menos, a impressão de que temos, ou nos esforçamos por ter, essa cultura educativa tão necessária a quem deseja que o considerem povo civilizado**.¹⁵²

Pela leitura destes textos representativos de uma realidade em construção, José Formosinho surge-nos como o arquiteto do delinear da formação da consciência histórica lacobrigense.

O projeto do Museu Regional de Lagos resulta numa forma de integração social através da força cultural. Ele permite forjar uma gramática identitária, sustentada no “documentário” coletado, que abre a possibilidade de biografar a região e apresentar uma narrativa que visava recompor uma cultura ancestral reunida e partilhada, coletiva e afetivamente, através da instituição Museu.

Concomitantemente, o Museu reforçou a rede nacional de estímulos corporativos mobilizados, tanto para a defesa e divulgação do património arqueológico e artístico local/nacional, quanto para a dinamização da economia local e regional. O cruzamento destas linhas foi institucionalmente concretizado mediante a criação local de Comissões Municipais e pelo efeito da propaganda. Referimo-nos à criação da **Comissão Municipal de Iniciativa e Turismo** (Lei n.º 1152, de 23 de abril de 1921) e da **Comissão Municipal de Arte e Arqueologia** (Decreto n.º 20985, de 7 de março de 1932). A primeira foi criada em todos os concelhos onde existissem “estâncias hidrológicas e outras, praias, estâncias climatéricas, de altitude, de repouso, de recreio e de turismo” tendo como fim o de:

[...] promover o desenvolvimento das estâncias, de forma a proporcionar aos seus frequentadores um meio confortável, higiénico e agradável, quer executando obras de

¹⁵¹ *Jornal de Lagos*, n.º 304, 9/11/1933. Disponível em: [2028082_1933-11-09 \(ualg.pt\)](http://hemeroteca.ualg.pt/2028082_1933-11-09)

¹⁵² *Jornal de Lagos*, n.º 411, 12/12/1935: http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2028082_1935-12-12_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

interesse geral, quer realizando iniciativas tendentes **a aumentar a sua frequência e a fomentar a indústria de turismo**. (Subls. nossos, art. 1.º)

As Comissões de Iniciativa eram constituídas por 11 vogais, nomeadamente: 1.º Um delegado do Município; 2.º Um delegado da Junta de Freguesia; 3.º Um delegado de cada uma das entidades que explore águas da estância; 4.º Um médico diretor clínico ou adjunto de cada estância; 5.º Um delegado da Sociedade de Propaganda de Portugal; 6.º O capitão do porto ou delegado marítimo quando as estâncias sejam das praias; 7.º O regente florestal quando haja matas do Estado nas proximidades; 8.º O chefe de conservação das obras da área respetiva; 9.º Um hoteleiro; 10. Um proprietário; 11.º Um comerciante.

Em Lagos, a sua constituição formal data de 18 de fevereiro de 1928, tendo como primeiro vogal o presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lagos, o capitão Leonel Neto de Lima Vieira, e, como segundo vogal, José dos Santos Pimenta Formosinho, na qualidade de delegado da Junta de Freguesia¹⁵³. É de salientar que a Comissão de Iniciativa e Turismo de Lagos teve uma abrangência pluriconcelhia, abrangendo os concelhos de Lagos, Aljezur e Vila do Bispo, como explicitámos na nossa nota 124.

As Comissões Municipais de Arte e Arqueologia foram criadas pelo Decreto n.º 20985, de 7 de março de 1932, reconhecendo o legislador que “a propaganda, os pequenos trabalhos de protecção, conservação e limpeza dos monumentos classificados e repositórios de arte interessam mais directamente às localidades onde eles existem”, sendo, para o efeito, as Comissões o “elo indispensável entre os “homens bons”, amigos dos monumentos da sua terra e a organização administrativa dos serviços”.

As Comissões de Arte e Arqueologia ficaram incumbidas de participar na organização do inventário de bens móveis ou imóveis que possuíssem valor artístico, histórico, arqueológico ou numismático digno desse registo. As Comissões eram compostas, pelo menos, por cinco vogais, nomeados pelo Ministro da Instrução Pública sobre proposta do Conselho Superior de Belas Artes, integrando: 1) o presidente da Câmara Municipal; 2) o diretor do museu local; 3) um professor do liceu, se o houver, ou um professor do ensino primário, escolhido pelo Ministério da Instrução Pública; 4) os párocos das freguesias do concelho onde existam monumentos religiosos com valor arquitetónico, arqueológico ou

¹⁵³ O arquivo da Comissão de Iniciativa e Turismo encontra-se disponível no Arquivo Municipal de Lagos, com a referência PT/AMLGS/CMLGS/CT.

artístico; 5) três vogais nomeados pelo Ministro da Instrução Pública de entre os grupos de amigos dos monumentos ou museus locais.

As Comissões Municipais de Arte e Arqueologia tinham como competências:

- 1.º Organizar grupos de amigos dos monumentos ou museus da sua circunscrição; 2.º Promover a angariação de fundos pelas receitas dos grupos dos amigos dos monumentos e de quaisquer outras entidades particulares para custear as suas reparações, restaurações ou reintegrações de harmonia com os pareceres aprovados pelas estações competentes e sob a direta superintendência destas; 3.º Promover exposições e conferências; 4.º Propor anualmente as obras a realizar nos monumentos do concelho que não possam ser suportadas pelas receitas dos grupos dos amigos dos monumentos organizados na sua circunscrição; 5.º Organizar, de acordo com a Academia Nacional de Belas Artes, o inventário-índice de todos os monumentos, obras de arte, quadros, esculturas e mobiliários existentes no concelho que sejam pertença do Estado ou das autarquias locais; 6.º Dar parecer sobre os assuntos em que forem superiormente consultadas. (art.º 22.º)

Embora se julgue de criação anterior, a documentação preservada da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia de Lagos remonta a 27 de março de 1946¹⁵⁴. O acto da sua instalação e tomada de posse para o quadriénio de 1946 e 1949 revela os nomes dos “homens bons”, os mais cultos e interessados no património artístico e arqueológico do concelho, conforme a letra da Lei. Eram eles: António Luís da Silva, como presidente da Comissão, designado pelo Presidente da Câmara e vogal da mesma; o diretor do Museu Regional de Lagos, José dos Santos Pimenta Formosinho; Manuel Correia Abreu, professor oficial do ensino primário, nomeado por despacho do Ministro de Educação Nacional; Francisco José Ramos, representante do Grupo dos Amigos do Museu Regional de Lagos, e o Reverendo Prior Francisco António do Carmo, nomeado pelo Bispo do Algarve.

Estas organizações permitiram materializar a perspetiva ideológica partilhada tanto pela República como pelo Estado Novo, ainda que com variações em aspetos específicos, sobre a necessidade de criar uma pátria unificada, integrada nas suas diversidades, tanto sob o ponto de vista burocrático-instrumental, quanto sob o ponto de vista mental¹⁵⁵.

¹⁵⁴ O expediente das Comissões Municipais de Arte e Arqueologia ficava a cargo das respetivas câmaras municipais. No caso da Comissão de Arte e Arqueologia do concelho de Lagos, a documentação mais antiga data de 27 de março de 1946, correspondente à instalação e posse dos seus vogais para o quadriénio de 1946-1949. Como a “instalação e posse” eram renovados a cada quadriénio, desconhece-se, na presente data, se o ano de 1946 também corresponde à criação da Comissão no concelho de Lagos, ou se é de formação anterior, o que só poderá ser confirmado através do cotejo com outras fontes documentais. Esta documentação encontra-se disponível no Arquivo Municipal de Lagos, com a referência PT/AMLGS/CMLGS/CAA.

¹⁵⁵ Sobre a formação de uma identidade e unidade territorial portuguesa, incluindo as possessões ultramarinas, leia-se COSTA (2011).

Este projeto ficou a cargo da propaganda política, para a qual foi constituído o Secretariado da Propaganda Nacional em 1933, tendo como função “integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a Nação”¹⁵⁶, designado mais tarde como Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (1944). A atuação daquelas organizações foi potenciada e amplificada por via dos meios da propaganda que, ao longo do século XX, se sofisticaram e generalizaram com os avanços nas tecnologias e nas ciências, aliadas às estéticas modernistas de comunicação¹⁵⁷.

O Museu Regional de Lagos foi claramente um instrumento integrado neste projeto ideológico, enlaçando a valorização do património e o estímulo à economia através do impulso à indústria turística. Neste contexto particular, a coleção de Etnografia Regional do Algarve desempenhou especial papel e mereceu as preocupações do diretor do Museu, perspetivada na sua relação com o fomento do turismo e das indústrias típicas da região, como defendeu o diretor do Museu:

[...] Possuímos aqui, **dois lindos monumentos** já também consagrados pelo turismo. Um dos monumentos foi nos dado pela natureza: a «**Ponta da Piedade**», esse rendilhado fantástico das rochas, que tanto estrangeiro, que a tem visitado, afirma sinceramente não ter rival, e que faz parte dessa encantadora Costa de Ouro que o meu amigo acaba de falar.

O outro monumento é a pequena **Egreja de Santo Antonio**, toda revestida de talha profusamente lavrada, com grande riqueza decorativa, e que, por o seu revestimento ser completo, a **julgo única no Paiz** como me tem sido afirmado. Ambos valem bem uma visita.

Ora nos anexos desta igreja, está-se instalando o **Museu Regional de Santo António**, onde, segundo é meu projecto, podemos mostrar todo o Algarve a quem nos visitar e não tenha tempo disponível para detalhadamente o percorrer a estudar.

- Mas como? Não será uma utopia?

- Uma utopia? Não, meu amigo. É tudo quanto há de mais fácil realização desde que os algarvios se compenbrem da sua utilidade.

Não vamos aqui mostrar as paisagens, porque essas vêm-nas os turistas na sua passagem de comboio ou de automóvel. Mas **podemos-lhes mostrar os pequeninos nada da nossa maneira de viver**; podemos aqui **coleccionar os exemplares mais típicos das nossas pequenas indústrias**: Estombar far-se-há pelos seus **mimosos trabalhos de palma**; Silves pelos **finíssimos trabalhos de cortiça**; Loulé e Lagôa pela sua **cerâmica**; etc. etc. Não será por exemplo interessante chamar a atenção dos forasteiros para os **típicos carros do Algarve**, tão diferentes do resto do Paiz? Os **diversos tramites por que passa o figo, desde a secagem nos almanchares até aos saborosos doces** que com eles se fabricam, não terão interesse para o turista curioso, que nos visite em época que os não possa vêr ao natural? São isto, apenas exemplos. Há tantas coisas mais características e típicas do nosso belo Algarve!

E tantas pequeninas coisas, para nós sem importância de maior por estarmos habituados a vê-las todos os dias, que **decerto constituirão motivo para fazer lembrar ao turista**

¹⁵⁶ Decreto lei nº 23 054, de 25 de setembro de 1933, p. 5.

¹⁵⁷ Em QUINTERO (1993), Isabel Alarcão da Silva (p. II) classifica o século XX como o “Século da Propaganda” para o qual concorrem a produção e leitura extensivos de “jornais, panfletos, opúsculos, posters, cartazes, gravuras, estampas, desenhos, cartoons, fotografias, postais, pinturas, escultura, arquitetura, filatelia, numismática, documentários de cinema, rádio, e televisão, etc”.

que sempre valerá a pena uma visita com mais vagar ao Algarve para vêr ao natural tal ou tal industria, esta ou aquela terra.

Podemos ainda mostrar em fotografias, desenhos, pinturas ou maquetes (e para isto muito poderiam contribuir as Escolas Industriais e os artistas), alguns monumentos, os mais interessantes.

É utopia? Não. Tudo isto se póde conseguir com um pouco de bôa vontade e regionalismo.

Se os algarvios nos quiserem ajudar estamos convictos que **o Museu muita utilidade pode trazer para mostrar os pormenores da vida algarvia**, que o turista, na sua rápida visita, não póde d'outra forma apreciar. E Lagos, sendo um ponto de passagem obrigatória para Sagres, está otimamente situada para a realização deste *desideratum*.

Esperemos pois, que as Camaras Municipais, Escolas Industriais, Associação Comerciais e as **demais entidades representantes das forças vivas do Algarve, se compenetrem da utilidade do nosso projecto.**¹⁵⁸

A utilidade do projeto museológica consistiu, por conseguinte, também na sua dimensão económica.

Em 1935, José Formosinho reiterou os argumentos:

O Algarve tem porem, além da sua variegada paisagem, coisas que seria interessante dar a conhecer, **monumentos artísticos** que é impossível verem-se convenientemente em visita rápida às amendoeiras, **pequenas industrias** que até os próprios algarvios desconhecem que existam nos diversos concelhos.

Ora é precisamente para estes **dois pontos de turismo** que eu chamo a atenção das Camaras Municipais, das Associações Comerciais, Escolas Industriais e de todos os Algarvios amigos do Algarve.

Apenas alguns exemplos:

O **Concelho de Monchique** fabrica uns panos de linho, mantas e não se que [*sic*] mais típico da região. No **Concelho de Silves** trabalha-se artisticamente em cortiça. No **Concelho de Lagôa** é típica a cerâmica e os trabalhos de palma de Estombar. No **Concelho de Loulé** creio que tambem fabricam panos e cerâmica, etc., etc.

Ora se nós aqui tivermos em exposição permanente um exemplar dos mais típicos de cada uma das pequenas industrias algarvias não fazemos propaganda do nosso Algarve?

Não seria interessante mostrar que no Algarve não há só figo e alfarroba?

Os varios tramites por que passa o figo até aos saborosos doces que com ele se fabricam podem mostrar-se em miniatura. Os **típicos carros** do Algarve, os **trabalhos de esparto e empreita** e tantas e tantas coisas **que tendo a indicação da origem podem chamar a atenção do turista mais curioso e faze-lo voltar na época própria para visitar mais detalhadamente este ou aquela terra.**

Há coisas que os próprios algarvios desconhecem na sua maioria.

[...] No entanto mais uma vez diremos: Estamos organizando a Secção de Etnografia do Algarve e esperamos que os Concelhos que nisso virem interesse, nos auxiliem, **pelo menos indicando-nos o que em cada um há de mais típico ou mais perfeito em produtos manufacturados, o que muito agradecemos.**¹⁵⁹

¹⁵⁸ *Jornal de Lagos*, n.º 335[6], 28/06/1934.

¹⁵⁹ *Jornal de Lagos*, n.º 368, 14/02/1935. Disponível em:

http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2028082_1935-02-14_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

Hoje, podemos comprovar que o Museu Regional de Lagos conseguiu distinguir-se também nesta função de mostruário e fomento das indústrias mais características da região algarvia, levando o Museu a desempenhar concomitantemente uma missão de âmbito científico, artístico, socioeducativo e económico.

iv. **A identidade do acervo**

Concomitantemente ao processo de engendramento da visão da identidade socioinstitucional patente na legislação e práticas historicamente contextualizadas, o Museu definiu a identidade do seu acervo. Sendo planos distintos, eles são indissociáveis, pois expressam, ou deveriam expressar, a relação genética entre a instituição e o acervo¹⁶⁰. Analisamos de seguida a natureza e as formas de incorporação e de ampliação dos bens culturais preservados pelo Museu de Lagos.

À data da constituição do Museu, há que ter em consideração, no plano legal, o Decreto n.º 21514, de 26 de julho de 1932¹⁶¹, que nos situa sobre as coevas formas legítimas de incorporação. Nomeadamente:

- Integração de “obras de arte e objectos de valor histórico ou arqueológico existentes dentro da área do concelho pertença do Estado e pelos que venham a ser cedidos para incorporação, mediante parecer favorável do Conselho Superior de Belas Artes”;
- Incorporação de “obras de arte e objectos que forem adquiridos por título oneroso e pelos que em consequência de doações ou legados, sejam dignos de incorporação”;
- “Depósitos de obras de arte por indivíduos ou corporações”;
- Aceitação de “todas as ofertas tendentes a valorizar o seu recheio ou as suas colecções”.

O Decreto-Lei n.º 46758, de 18 de dezembro de 1965, artigo 15.º definiu as seguintes formas:

Art. 15.º **Nos museus darão entrada:**

a) **Obras adquiridas** pelas respectivas **dotações orçamentais;**

¹⁶⁰ A articulação entre a identidade da organização Museu e a identidade do acervo tem sido geralmente desatendida. Luís Antunes, em 2002, analisando o *Inquérito aos Museus em Portugal*, realizado pelo Ministério da Cultura – Instituto Português de Museus, concluiu que “a Tutela ignorava por completo a existência de uma consonância entre o programa científico do museu e política de incorporação”. In ANTUNES (2002: 76).

¹⁶¹ Regulamentou o funcionamento do Museu Regional Alberto Sampaio. Disponível em: (<https://www.museualbertosampaio.gov.pt/wp-content/uploads/2020/05/1932.-Decreto-lei-21514.1932.-MAS.pdf>).

- b) **Obras adquiridas com verbas extraordinárias** que o Estado ou as câmaras municipais obrigadas a contribuir para a manutenção do museu concedam especialmente para esse fim;
- c) **Obras legadas ou doadas;**
- d) **Obras adquiridas pelo rendimento de legados ou doações;**
- e) **Obras** que, em virtude de disposições legais especiais, sejam consideradas **propriedade do Estado.**

Pela Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, são consideradas as seguintes formas vigentes:

Artigo 13.º

Incorporação

1 - A incorporação representa a integração formal de um bem cultural no acervo do museu.

2 - A incorporação compreende as seguintes modalidades:

a) **Compra;** b) **Doação;** c) **Legado;** d) **Herança;** e) **Recolha;** f) **Achado;** g) **Transferência;** h) **Permuta;** i) **Afectação** permanente; j) **Preferência;** l) **Dação** em pagamento.

3 - Serão igualmente incorporados os bens culturais que venham a ser **expropriados**, nos termos previstos na Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, salvaguardados os limites consagrados na presente lei.

4 - Os bens culturais depositados no museu não são incorporados.

Artigo 14.º

Incorporação de bens arqueológicos

1 - A **incorporação de bens arqueológicos** provenientes de trabalhos arqueológicos e de **achados fortuitos** é efectuada em museus.

2 - A incorporação referida no número anterior é feita preferencialmente em museus da Rede Portuguesa de Museus.

Estas modalidades, conforme a Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, foram integralmente subscritas, em 2008, pelo Museu Municipal Dr. José Formosinho no seu primeiro “Regulamento de Incorporação e de Circulação de Bens Culturais”, e renovadas na atual “Política de Incorporação do Museu de Lagos”, aprovada em reunião de Câmara por deliberação n.º 67/2022 de 2 de março.

Na prática, o contexto de escassez de meios financeiros que caracterizou a evolução do Museu de Lagos, limitou, quase sempre, a possibilidade de aquisição de obras através da compra, pelo que a identidade do seu acervo ficou circunscrita às condições locais de incorporação, elemento assaz relevante para a compreensão da comunidade patrimonial lacobrigense e a constituição da natureza do acervo.

Na primeira apresentação pública (publicada) feita à comunidade, realizada no *Jornal de Lagos*, n.º 190 de 30 de abril de 1931, com o título “Museu Regional de Santo António”, ficam estas condições muito claras, como se reproduz:

Museu Regional de Santo António

Em sua sessão de 23 de Agosto de 1930 deliberou a C. A da Camara Municipal de Lagos crear nesta cidade um Museu Regional tendo obtido da Direcção dos Monumentos Nacionaes a devida autorização para o instalar nas dependências da Igreja de Santo Antonio. Não bastando porem, a instituições desta natureza os recursos officiaes e necessitando, muito especialmente, do auxilio particular, vem a comissão organizadora, por este meio, pedir a todas as pessoas que possuam objectos que pelo seu valor histórico ou artístico sejam dignos de figurar no Museu, e queiram com a sua solicitude e boa vontade contribuir para o desenvolvimento desta útil instituição, a fineza se de [sic] dirigirem ao signatário, que elucidará sobre a forma mais pratica de o fazerem. Os objectos poderão ser oferecidos ou simplesmente depositados, ficando neste ultimo caso sempre pertença dos depositantes.

A Igreja acha-se aberta ao publico todos os domingos das 12 ás 16 horas, podendo desde já ser visitada a 1.ª secção do Museu ARTE SACRA, (em organização).

Lagos, 28 de Abril de 1931.

Pela Comissão,

José Formosinho¹⁶²

Neste artigo inaugural, desejamos destacar quatro aspetos que guiarão a intervenção de José Formosinho:

- i.** a necessidade de articulação entre o esforço público e privado para o desenvolvimento do Museu, que terá diferentes formulações ao longo do tempo (“Não bastando, porém, a instituições desta natureza os recursos officiaes e necessitando, muito especialmente, do auxilio particular”);
- ii.** o apelo a ofertas e depósitos como contribuição para o desenvolvimento da instituição e modalidade de incorporação de bens (“Os objectos poderão se oferecidos ou simplesmente depositados, ficando neste ultimo caso sempre pertença dos depositantes”);
- iii.** A identificação dos elementos que materializam a cultura do conhecimento proposta pela criação do Museu, resumida em “objectos que pelo seu valor histórico ou artístico sejam dignos de figurar no Museu”, mais tarde, especificados;
- iv.** A classificação do museu como “util instituição”, conceito que sintetiza a missão acometida à nova organização.

Na componente de articulação entre público e privado e no que ao auxílio privado diz respeito, José Formosinho confessou frequentemente a sua frustração perante a baixa

¹⁶² *Jornal de Lagos*, n.º 190, de 30 de abril de 1931.

Disponível em: http://hemeroteca.uaig.pt/resources/pdf/2028082_1931-04-30_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

adesão, ou até indiferença, dos lacobrigenses. Com efeito, a formação da coleção inicial dedicada à arte sacra contou quase exclusivamente com a generosidade de depósitos, de entre os quais se contaram os do pároco Francisco Antonio do Carmo, depositante dos bens de culto dispensáveis, de António Luís Castela, presidente do Compromisso Marítimo, que depositou os bens sagrados existentes na associação; do capitão José Amado da Cunha, “o único particular que depositou objectos seus no Museu”, e de Teresa de Mendonça Corte-Real, que por ocasião de festas e de visitas oficiais cedia “um Crucifixo de grande valor artístico”¹⁶³ ao Museu¹⁶⁴. Apesar de poucos, é significativo sublinhar a representatividade dos diferentes grupos sociais aqui mobilizados.

Não obstante, entre a data de abertura do Museu, que ocorreu em 1931, e o ano de 1933, o conservador do Museu contabilizou o patrocínio de 66 doadores ou depositários de peças (pessoas e instituições), cujos nomes deu à estampa no n.º 302 do *Jornal de Lagos*, de 26 de outubro de 1933, em sinal de reconhecimento público¹⁶⁵. Em junho de 1934, contabilizava 1.265 objetos registados no inventário do Museu ¹⁶⁶.

Globalmente, de entre os doadores, José Formosinho esteve entre aqueles que mais contribuíram, em termos de qualidade e de quantidade de objetos doados, para o Museu Regional de Lagos. As suas doações deveram-se à atividade de colecionador e às prospeções arqueológicas que, desde 1927, vinha a empreender. Iniciando-as primeiro, a título pessoal e, a partir de 1932, como responsável pelas escavações arqueológicas nos concelhos de Lagos, Vila do Bispo, Aljezur, Portimão, Silves, Lagoa e Monchique, conforme Despacho do Ministério da Instrução, de 17 de novembro¹⁶⁷. Os resultados destas atividades reverteram integralmente para o acervo do Museu.

¹⁶³ *Jornal de Lagos*, n.º 302, 26 de out./1933, p. 3. Disponível em:

http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2028082_1933-10-26_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

¹⁶⁴ Um dos campos de estudo a explorar num futuro próximo será o estudo prosopográfico do grupo de doadores, permitindo-nos aprofundar o conhecimento sobre interações, as repercussões socioculturais da atividade do Museu e a abrangência da rede de relações estabelecida, quer ao nível local, quer ao nível regional, nacional e internacional.

¹⁶⁵ Os nomes dos doadores e, por vezes, a identificação dos objetos doados encontram-se descritos nos textos publicados por José Formosinho, no *Jornal de Lagos*, n.ºs: 302 (26/10/1933), 308 (14/12/1933), 320 (15/03/1934), 328 (10/05/1934), 333 (14/06/1934), 335[6] (28/06/1934), 377 (18/04/1935). Disponível em: <http://hemeroteca.ualg.pt/>

¹⁶⁶ *Correio Algarvio*. Olhão, n.º 38, 28/06/1934. Disponível em:

http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/1862089_1934-06-28_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

¹⁶⁷ Cf. *Correio Algarvio*. Olhão, n.º 38, 28/06/1934. Disponível em: http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/1862089_1934-06-28_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

Logo que conseguiu a ampliação do Museu para a instalação da secção de Arqueologia, José Formosinho integrou nas suas práticas discursivas aqueles a quem podemos designar como intermediários da ciência, como se destaca:

[...] os **proprietários, pedreiros, ou trabalhadores** que procedam a **demolições** de prédios, ou quaisquer **escavações**". A estes, pedia-se especial atenção às "**pedras lavradas ou com letras**, mesmo que se não percebam, ou simplesmente com **traços ou vestígios de ornatos, moedas, fragmentos de louças diferentes das actuaes** ou quaisquer outros objectos, porque podem interessar este Museu.

Tambem nos campos por ocasião dos trabalhos agrícolas, aparecem por vezes **objectos avulsos** que **parece não terem importância**, mas **teem valor arqueológico** e que seria interessante figurarem neste Museu.¹⁶⁸

A consideração das práticas de prospeção em termos de exploração arqueológica, ainda que involuntárias, alargava tanto o espectro das pessoas envolvidas na formação da coleção do Museu, as classes trabalhadoras, quanto a expectativa sobre a diversidade dos objetos possíveis de integrar e mostrar, possibilitando o acesso ao "tempo profundo" que a arqueologia veio proporcionar¹⁶⁹.

O trabalho arqueológico que o próprio José Formosinho empreendeu animava-o sobremaneira perante a possibilidade de oferecer ao público esse túnel do tempo da longa duração: os "restos de civilizações extintas"¹⁷⁰, fundamentais para a compreensão e prestígio do tempo presente:

[...] aos menos crédulos póssio afirmar que há muita gente que admira com veneração e respeito essas *Coisas Velhas* que são **paginas vivas da historia de civilizações mortas**; são por assim dizer um **traço de união entre o passado e o presente**.

[...]

Às vezes um simples cáco tem mais importância do que um objecto inteiro; **esse fragmento que parece inútil, quantas vezes nos póde mostrar a civilização de um povo?! Pode esclarecer pontos ainda mal definidos da historia da humanidade**.¹⁷¹

Com efeito, não se pode considerar José Formosinho como um obstinado pelo passado, alienando-se do tempo e das necessidades do presente. A par da Arqueologia, a Etnografia, como vimos, ocupou igualmente a atenção do conservador do Museu. Para a incorporação de bens etnográficos, José Formosinho recorreu aos apelos publicitados para depósitos e doações de particulares, mas também ao papel intermediador das

¹⁶⁸ *Jornal de Lagos*, n.º 357, 29/11/1934, p. 3. Disponível em:

http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2028082_1934-11-29_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

¹⁶⁹ É particularmente feliz a concepção do arqueólogo como o "descobridor do tempo", ou "explorador do tempo" à semelhança dos descobridores ou exploradores do espaço, aquele capaz de colocar a humanidade perante o túnel do "tempo profundo". Veja-se a este propósito TOULMIN y GOODFIELD (1990).

¹⁷⁰ *Jornal de Lagos*, n.º 304, 9 nov./1933. Disponível em:

http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2028082_1933-11-09_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

¹⁷¹ *Ibidem*. Subls. nossos.

Câmaras Municipais do Algarve e, especialmente, à Junta Geral do Distrito, cujo apoio permitiu a compra de objetos para o acervo do Museu:

Ao Senhor Presidente da Junta de Provincia do Algarve Dr. José do Nascimento **devemos grande parte da instalação da Secção Regional do Algarve** para a qual a Junta da sua presidência deu no ano transacto um **valioso subsídio** com que se **poderam fazer vitrines, prateleiras e adquirir objectos** que infelizmente os diversos Concelhos do Algarve se não dignaram enviar pelo que lhe apresentamos os nossos muito sinceros agradecimentos.

Agradecemos tambem reconhecidos às duas Câmaras Municipais do Algarve, únicas que nos auxiliaram oferecendo objectos típicos dos seus concelhos e cujos nomes devemos publicar claro *Lagoa e Monchique*.¹⁷²

A permanente atitude pedagógica de José Formosinho levava-o a esclarecer-se melhor junto do público, dando exemplos, especificando a que se referia quando aludia o objectos com “valor histórico, artístico, arqueológico ou etnográfico”, expressões que corriam o risco de não ser imediatamente interpretadas numa sociedade pouco letrada, dificultando possíveis ofertas. Leiamos as enumerações do diretor do Museu:

Moedas antigas, medalhas, armas, objectos de adorno, imagens, trajos antigos, cerâmica, pedras lavradas ou simplesmente com letras, ou que por quaisquer forma indiquem terem sido trabalhadas, uma infinidade de coisas que ora se acham pelos campos, ora a curiosidade tem já guardadas em casa, objectos típicos da região mesmo actuaes; tudo pode servir para um principio de Museu, o caso é que possa ter valor arqueológico ou etnográfico.¹⁷³

Em outra ocasião, reforçou, no seu tom educativo:

Para verem que é mais fácil do que se emagina, vamos publicar uma lista resumida de objectos que seria interessante lá figurarem: moedas antigas, medalhas, condecorações, pedras lavras ou com inscrições, figuras de pedra, de madeira ou de marfim, imagens de santos, quadros religiosos ou profanos, pintados, bordados ou desenhados, louças, espadas, fâças, punhais de bronze ou de ferro, espingardas antigas e outras armas, instrumentos músicos desusados ou antigos, vestuários antigos, manuscritos em papel ou pergaminho, mesmo objetos etnográficos modernos mas característicos da região, etc, etc.¹⁷⁴

E a possibilidade de continuar a enriquecer a coleção com mais objetos de natureza diversa ecoava nas páginas dos jornais, referindo-se a: “leques, medalhas, louças, adereços, quadros, gravuras, pergaminhos, iluminuras, armas, objectos religiosos, pesos, medidas, relógios, etc.”¹⁷⁵.

¹⁷² *Jornal de Lagos*, n.º 853, 20/03/1946. Disponível em:

http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2028082_1946-03-20_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

¹⁷³ *Jornal de Lagos*, n.º 304, 09/11/1933. Disponível em:

http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2028082_1933-11-09_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

¹⁷⁴ *Jornal de Lagos*, n.º 328, 10/05/1934. Disponível em:

http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2028082_1934-05-10_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

¹⁷⁵ *Jornal de Lagos*, n.º 468, 04/02/1937. Disponível em:

http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2028082_1937-02-04_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

O crescimento da coleção constituiu o mote para as obras de ampliação que o diretor do museu perseguiu. Em 1941, depois de ver aprovada a sua proposta de construção de novas salas, voltou a relembrar o público:

Assim por exemplo: moedas antigas, das colónias e estrangeiras mesmo actuais, medalhas, medalhões, condecorações, figuras em pedra, madeira ou marfim, imagens de Santos, quadros religiosos ou profanos, pintados, bordados ou desenhados, gravuras antigas, louças, espadas, facas, punhais de bronze ou de ferro, instrumentos de pedra, espingardas e outras armas, objectos coloniais, instrumentos músicos desusados ou antigos, vestuários antigos, manuscritos em papel ou pergaminho, mesmo objectos etnográficos modernos mas característicos do Algarve ou de outras regiões, etc., etc. Tudo será devidamente agradecido neste jornal. [...]

Começamos agora também a organizar um pequeno gabinete de leitura que pode ser o início de uma futura biblioteca. Agradecemos a oferta de quaisquer livros para tal fim, bem como todo o auxílio que nos queiram prestar [...] ¹⁷⁶.

A variedade de espécimes incorporados era distribuída pelas secções temáticas definidas por José Formosinho. Em 1941, com seis salas disponíveis, o diretor do Museu tinha o Museu Regional de Lagos organizado pelas seguintes classes temáticas: “**Arte Sacra, Arqueologia e Numismática, Etnografia Geral [e Colonial], Etnografia do Algarve, Sala para Exposições temporárias e Gabinete de leitura.**” ¹⁷⁷

À medida que conseguiu alcançar melhorias no edifício, o diretor diversificou os modos de dinamização do Museu e de conquista do público, nomeadamente através de exposições temporárias de arte. Estas tiveram dois objetivos centrais: **i.** a divulgação e valorização de artistas contemporâneos e a consequente cativação de novos públicos; **ii.** a expectativa do enriquecimento do acervo com obras artísticas contemporâneas.

Neste campo, serve de referência a exposição inaugural desta modalidade, que se realizou a 24 de fevereiro de 1946, com o título “Exposição de Arte Algarvia”. A exposição reuniu setenta e cinco trabalhos com motivos algarvios da autoria dos artistas Alexandrina Chaves Berger, Rosalina de Passos, Virginia de Passos, Silvia Aguiar Santos, Samora Barros, Carlos Porfírio, José Amado da Cunha, Lázaro Veloso Corte-Real, Serra da Mota, Falcão Trigo, Lyster Franco, Jayme Murteira, Joaquim de Passos, Ribeiro Cristino, Fausto Sampaio, Gabriel Constante, sendo a disposição dos trabalhos da responsabilidade do artista Lázaro Veloso Corte-Real, à época diretor da Escola Industrial.

¹⁷⁶ *Jornal de Lagos*, n.º 677, 26/07/1941. Disponível em: http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2028082_1941-07-26_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

¹⁷⁷ *Ibidem.*

Apesar do êxito reconhecido, José Formosinho assinalou a impreparação cultural do público para compreender as obras artísticas e a dificuldade na formação do gosto e de um mercado artístico que, através destas exposições, desejou criar:

[JF] - **Não lhe disse que só depois de adquirido o gosto pela Arte é que pode vir o gosto de adquirir? Como quere que compre obras d'Arte quem não sente a Arte? É claro que excepções, mas poucas. É por isso que lhe disse que é preciso repetir, fazer muitas destas exposições.**

- Então parece-lhe que a exposição foi pouco apreciada?

[JF] - Não senhor. Julgo que foi muito apreciada, porque muitos comentários favoráveis ouvi. Mas o **facto de ser apreciada, não quere dizer que fosse compreendida sob o ponto de vista artístico.** Quero dizer: a grande maioria dos visitantes apreciaram os quadros simplesmente pelos assuntos e não pela Arte. **Gostaram muito, acharam muito bonitos os quadros, mas não os sentiram. Percebeu?**¹⁷⁸

A dinamização de exposições de arte foi uma constante na atividade cultural e um motivo reiterado de grande afluência ao Museu. Para além desta inaugural, destacamos igualmente, pelo seu carácter mais audaz, a exposição de caricaturas e silhuetas de Amado da Cunha e a projecção de uma exposição cujos artistas seriam as crianças e os jovens até aos 15 anos¹⁷⁹.

No final de 1955, o Museu alcançava o seu limite de expansão, dispondo de um total de 13 salas, 12 das quais de exposição e apenas uma dedicada ao serviço de direcção, 1 átrio e 1 pátio interior. Nesta distribuição de espaços, estavam compreendidas as secções temáticas de: Arte Sacra, Arqueologia, Numismática, História de Lagos (“Sala de Lagos”), Armaria e Curiosidades, Artes Plásticas, (Sala) Mestre Cabanas, Biblioteca, Pintura e Desenho e Lapidária (átrio).

José Formosinho recorreu à compra de peças unicamente em situações em que não era possível qualquer outra forma de aquisição não onerosa. Neste caso, encontram-se, por exemplo, peças da secção de Etnografia, que não sendo possível a sua obtenção, recorria a compras em feiras onde era possível adquiri-las¹⁸⁰.

O Museu foi mantido com esta mesma disposição e organização temática praticamente inalterada até março de 2010. Nesta data, a biblioteca foi desanexada do conjunto

¹⁷⁸ Subls. nossos. *Jornal de Lagos*, n.º 854, 01/04/1946. Disponível em:

http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2028082_1946-04-01_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

¹⁷⁹ Cf. *Jornal de Lagos*, n.º 859, 20/06/1946. Disponível em:

http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2028082_1946-06-20_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

¹⁸⁰ Esta prática foi ainda testemunhada por CARMO (1979), que registou no seu estudo sobre o Museu: “da secção de Etnografia Algarvia os objectos ou foram oferecidos por pessoas ligadas às diferentes actividades da região (alguns mesmo depois de usados – caso dos agrícolas), ou foram comprados geralmente em feiras, por iniciativa do encarregado [Sr. Carlos Dias dos Vales]. Há também objectos feitos pela Escola Comercial e Industrial de Lagos ou por artífices da zona.”

expositivo e transferida para o edifício sito na Rua Castelo dos Governadores, n.º 18, 8600-563 Lagos, sendo rebatizada como Centro de Documentação. A sala até então ocupada com a biblioteca foi ocupada pela recém-doadada coleção de miniaturas em madeiras, executadas por Amável Rodrigues da Luz.

A prolongada manutenção da ordem inicial, do mobiliário e do esquema expositivo que se manteve até 2017, criou um duplo interesse de visita ao Museu Municipal. Por um lado, a riqueza cultural patente ao público e, por outro lado, a própria historicidade do Museu criaram a sensação de um museu dentro do Museu¹⁸¹.

No domínio do desenvolvimento do Museu, do acervo e dos seus públicos, cumpre destacar a criação do Grupo de Amigos do Museu, em junho de 1934, cuja organização permitiu partilhar despesas correntes do Museu e intensificar a programação cultural da instituição¹⁸². Dos seus fins constava o “caracter científico, procurando instruir os sócios e especialmente a mocidade, por meio de palestras ou conferencias, desenvolvendo e estimulando o gosto pela historia Patria e da nossa região em especial”¹⁸³. A Associação funcionou como um instrumento de congregação de recursos para reforçar a ação cultural dirigida a partir do Museu.

A principal forma de incorporação – ofertas e depósitos – faz deste Museu um exemplo de museu da comunidade, quer porque o seu acervo foi sendo constituído pelo património entregue pela comunidade à instituição, desde o colecionador-arqueólogo ao trabalhador agrícola, quer porque através dele se desenvolveu uma comunidade cultural e artística.

Com o estímulo do conservador, o Museu tornou-se o novo lugar onde o doador também ganhou poder: o poder de refletir-se, distinguir-se e libertar-se da lei da morte, perpetuando-se através da memória dos objetos doados e expostos ao olhar do público.

¹⁸¹ A permanência duradoura da estrutura museográfica permitiu que LOPES (2005) utilizasse imagens do Museu de Lagos, colhidas nesta data, para ilustrar as práticas museográficas dos anos 40.

¹⁸² *Jornal de Lagos*, n.º 333: 14/06/1934. Disponível em: http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2028082_1934-06-14_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

¹⁸³ *Jornal de Lagos*, n.º 333: 14/06/1934. Por tratar-se da constituição de uma sociedade, regulada por estatutos próprios, entendemos o Grupo de Amigos do Museu como uma entidade produtora autónoma, pelo que não lhe daremos maior desenvolvimento no contexto do presente trabalho.

v. As instalações (as obras em função do acervo)

Como vimos acima, o núcleo fundador do Museu Municipal Regional foi constituído por uma coleção de arte sacra, tendo sido instalado na sacristia da igreja de Santo António. No entanto, o rápido crescimento do acervo, quer por via das explorações arqueológicas empreendidas por José Formosinho, quer por via das doações e depósitos feitos ao recém-criado museu lacobrigense, rapidamente justificaram as diligências para obras de ampliação das instalações do Museu.

A partir de novembro de 1930, foram iniciados trabalhos de melhoramentos e de segurança com a instalação de vedação com uma grade de ferro na fachada lateral da igreja de Santo António. Após a inauguração oficial do Museu, iniciaram-se as obras e as compras de prédios adjacentes com vista à ampliação das instalações do Museu. Estas foram continuamente financiadas pelo Ministério das Obras Públicas e Comunicações / Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, com a comparticipação do Fundo do Desemprego e, pontualmente, pela Câmara Municipal de Lagos. A última grande intervenção no Museu (2017-2021) foi resultado do cofinanciamento Municipal e do Programa Operacional CRESC Algarve 2020.

Do Secretariado da Propaganda Nacional			
Comparticipações pelo "Fundo do Desemprego"			
até 30 de Junho de 1934			
CONCELHO DE LAGOS			
Arborização do perímetro de Lagos ...	19-10-933	D. G. dos S. Aquícolas	7.500\$00
Cultura florestal do perímetro de Lagos	19-10-933	"	750\$00
Construção de estradas e caminhos no perímetro de Lagos.....	19-10-933	"	125\$00
Reconstrução do aqueduto que abastece de agua a cidade de Lagos ...	21-1-933	Câmara Municipal	15.892\$00
Aterrar o pântano do Rocio de S. João	27-5-933	A. G. S. H. e Electricos	71.04'899
Diversas obras na igreja de St Antonio de Lagos (monumento nac.) ...	15-3-933	D. G. E. e M. Nacion'	25.000\$00
Obras diversas na mesma igreja	2-10-933	"	15.000\$00
Obras de reparação na igreja de S. Sebastião, em Lagos	2-10-935	"	15.000\$00
Construção de um pavilhão-dispensário	30-10-934	A. N.º aos Tubercul.	16.220\$35(5)
Continuação das obras de reconstrução do aqueduto	17-7-934	Câmara Municipal	5.167\$50
Operários empregados no fabrico de vazio da industria conserveira.....	17-4-934	Consórcio P. Conserva	47.013\$60
			218.715\$25(5)

Fig. 9: Quadro dos investimentos realizados em Lagos, por via do "Fundo do Desemprego".

Fonte: *Jornal de Lagos*, n.º 368, 14/02/1935, [2028082-1935-02-14 \(ualg.pt\)](https://www.ualg.pt/2028082-1935-02-14)

Com recurso à documentação preservada no Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA)¹⁸⁴, da Direção-Geral do Património Cultural, é possível reconstituir a evolução cronológica das principais obras realizadas para a ampliação do Museu de Lagos, como a seguir se sintetiza.

Quadro 2: Síntese da evolução cronológica das obras e melhoramentos realizados no Museu de Lagos, entre 1931 e 2021

Datas	Obras e melhoramentos
30/06/1931	Pedido para a ampliação da sacristia sul da capela de Santo António, com uma parte do quintal contíguo, pertencente à Capela, para a exposição de azulejos valiosos e outros objetos, o que obteve aprovação a 01/07/1931.
Nov./1932- 1940	Ampliação e adaptação da sacristia sul a Museu arqueológico e obra de conservação da torre sineira; reparações no telhado da dependência da Igreja que dava acesso ao coro, que devido a chuvas intensas fez abater o estuque da escada.
1933-1935	Diligências para a transferência do pórtico do Quartel dos Bombeiros de Lagos para o Museu.
1937	Término da 1.ª fase de obras (são publicadas fotografias na revista <i>Costa de Oiro</i> , fev. 1937).
1937-1943	Embargo de construção do prédio, junto da igreja de Santo António, por não estar de acordo com o regulamento de construções junto dos Monumentos Nacionais, e proposta da Direção para aquisição de prédio, para efeitos de ampliação do Museu de Santo António de Lagos.
1941	Instalação do sistema de eletrificação do Museu.
Ago./1942	Aprovação de verba “para beneficiação das salas do Museu Regional de Lagos”.
1943-1944	Face à verba excedente, aquisição do prédio contíguo cuja construção fora embargada, com a comparticipação da Câmara Municipal de Lagos.
1944-1947	Aprovação de verbas para as obras no Museu e respetiva execução.
1949-1955	Aquisição de dois quintais para ampliação do Museu Regional de Lagos. Construção de duas novas salas no Museu Regional. Obras de conservação e restauro no Museu.
1953	Obras para instalação de sala no Museu Regional de Lagos para colocação de objetos oferecidos por Júlio Dantas. Necessidades de conservação identificadas.

¹⁸⁴ Acessível em:

http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SitePageContents.aspx?id=08a335ea-db85-4fdd-862b-fe6e623e44a8

1955	Reconstrução do pavimento da igreja de Santo António de Lagos. Construção dos tetos e lambris apainelados moldurados em madeira de casquinha para as duas salas Dr. Júlio Dantas (pelo arq. Rui Ângelo do Couto).
1960	Arranjo urbanístico junto à igreja de Santo António e Museu.
1972-1977	Pedido de obras de conservação: talha dourada, quadros. Intervenção do Instituto José Figueiredo.
1989-1992	Degradação grave da talha dourada, das paredes exteriores, torres da igreja e instalação elétrica obsoleta.
22 abr.-5 ago./1998	Encerramento temporário do Museu para instalação de novo sistema elétrico.
2004	Obras de beneficiação das reservas do Museu com instalação de painéis metálicos para o acondicionamento de quadros. Encerramento temporário de duas salas de exposição para efeitos de tratamento do acervo documental.
2006	Instalação de sistema de videovigilância e intrusão.
2008-2010	Encerramento temporário (16/01 e 01/03) para obras de beneficiação e limpezas gerais, incluindo do acervo em exposição, instalação de balcão de atendimento ao público, renovação da exposição da sala de Etnografia Carlos Dias dos Vales e arranjo do pátio interior.
01/09/2017-27/10/2021	Encerramento temporário do Museu para obras de remodelação e renovação museográfica.

Fonte: Elaboração própria, com base na documentação disponível em AMLJF e em SIPA/DGPC.



Fig. 12: Planta atual do Museu, 2022.

Fonte: Museu de Lagos.

vi. Órgãos e funções

O Museu de Lagos não teve, na sua origem, um documento regulador. O seu primeiro regulamento data de 2008, destinado a reger as modalidades de “Incorporação e de Circulação de Bens Culturais”, e o seu regulamento interno é de 2009, tendo sido aprovado por deliberação n.º 350/2009 e publicado em *Diário da República* em 2010.

O conhecimento sobre as funções e atividades do Museu Municipal Regional, que aqui vimos sistematizando, produziu-se a partir do cruzamento entre a *praxis* discursiva e museológica do seu diretor, compilada a partir da sua produção intelectual publicada em livro, folhetos e imprensa periódica¹⁸⁵, as suas relações com as demais instituições e agentes, e a legislação, normas e regulamentos definidores da ação museológica vigente em Portugal neste período¹⁸⁶.

A análise decorrente destas fontes informativas, representa-se, em seguida, através dos organogramas, que nos permitem apreender a estrutura organizacional do Museu ao longo do tempo e, posteriormente, nos quadros contextuais onde se evidenciam as relações entre os órgãos, objetivos e funções definidos, primeiro, pela legislação geral e atuação dos diretores do Museu (1930-2010), e em segundo, pelo Regulamento Interno (2010-).

Até à década de 2010, a estrutura orgânica do Museu caracterizou-se pela simplicidade, conforme se apresenta no organograma seguinte.

¹⁸⁵ Para este fim, compilámos e apresentamos em apêndice n.º I as referências da sua bibliografia ativa.

¹⁸⁶ Para o efeito, compilámos e apresentamos em apêndice II o Quadro-síntese da legislação, convenções e regulamentos relativos ao património cultural e aos museus em Portugal (1720 à atualidade).

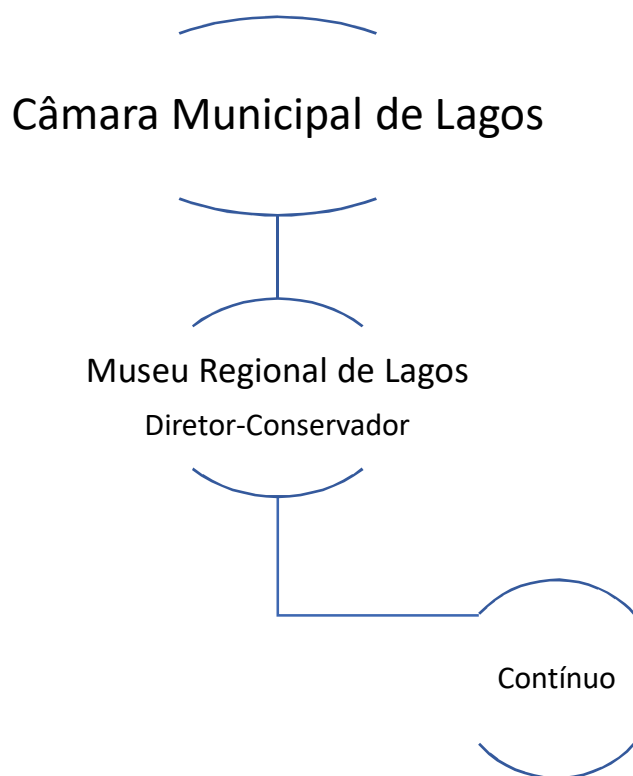


Fig. 13 – Organograma do Museu Regional de Lagos, 1930-1956.

Fonte: Elaboração própria.

Quando cotejada a legislação em vigor, verifica-se que esta estrutura orgânica era a que estava prevista na lei para outro Museu Regional, de fundação coeva, o Museu Regional Alberto Sampaio, a que aludimos a termo comparativo. O Decreto n.º 21 514, de 26 de julho de 1932, que regulamentou o seu funcionamento, determinava que a composição do quadro de pessoal seria formada precisamente por um diretor-conservador e um guarda (art.º 4.º)¹⁸⁷.

Entre 1931 e 1935, toda a atividade do conservador do Museu se concentrou em reunir objetos, ampliar e melhorar o espaço de exposição. A partir de 1934, passou a contar com o auxílio de um contínuo, o sr. Francisco Duarte, para abrir e mostrar a igreja e o Museu. Este reforço permitiu alargar o horário de acesso, a partir de então aberto aos domingos e quintas-feiras, entre as 12 e as 16 horas¹⁸⁸.

¹⁸⁷ Disponível em: <https://www.museualbertosampaio.gov.pt/wp-content/uploads/2020/05/1932.-Decreto-lei-21514.1932.-MAS.pdf>

¹⁸⁸ *Jornal de Lagos*, n.º 357, 29 nov./1934, p. 3. Embora nomeado pela Câmara Municipal, o encargo com o contínuo Francisco Duarte foi suportado pelo Grupo de Amigos do Museu.

Após o exercício de Francisco Duarte, assumiu as mesmas funções Carlos Dias dos Vales, admitido ao serviço a 1 de maio de 1956¹⁸⁹, que se manteve no cargo até fevereiro de 1991, mantendo vivo o legado erigido por José dos Santos Pimenta Formosinho.

Em 1979, o quadro de pessoal do Museu era constituído pelo diretor, José da Conceição Ramos Formosinho, pelo encarregado do Museu, Carlos Dias dos Vales, e pela vigilante, sr.^a D.^a Maria Francisca de Carvalho Dias.



Fig. 14 – Organograma do Museu Regional de Lagos, 1956-1980.

Fonte: Elaboração própria.

¹⁸⁹ Carlos Dias dos Vales manteve-se em funções no Museu até fevereiro de 1991, data do seu falecimento. Tendo sido admitido como guarda, alcançou a categoria de Técnico Auxiliar Principal de Museografia. Pelos serviços que prestou ao Museu, foi homenageado postumamente a 27 de outubro de 1997, com a atribuição do seu nome à secção de Etnografia do Algarve, para a qual muito contribuiu, quer com objetos, quer com os seus conhecimentos e estudos. Os diretores do Museu, José dos Santos Pimenta Formosinho, José da Conceição Ramos Formosinho, e muitos dos que testemunharam a atuação esclarecida do Sr. Carlos Dias dos Vales foram unânimes em reconhecer-lhe a aptidão, a dedicação e a diligência em prol do Museu de Lagos.

Nos anos 80, foram admitidas as primeiras funcionárias com a categoria profissional de auxiliar técnico de museografia: as Sr.^{as} D.^a Maria Júlia da Luz Barata (ca. 1980-jan./1998) e Maria Helena Dias Simão (1985-). O reforço do quadro de pessoal verificou-se a partir de 1997/1998¹⁹⁰, num contexto de algum investimento no Museu, coincidente com a instalação de novo sistema elétrico, que obrigou ao encerramento temporário entre 22 de abril e 5 agosto de 1998.

Não obstante, estes dados são insuficientes para se representar o que significava à época as funções desempenhadas pelos museus. Na análise aos diplomas legais (v. apêndice II), verifica-se o desenvolvimento de instrumentos legais tendo em vista o conhecimento e a salvaguarda do património nacional a partir de 1901¹⁹¹. Pela Lei n.º 1700, de 18 de dezembro de 1924, e pelo Decreto n.º 20985, de 7 de março de 1932, é claro o fim conservacionista, ao determinar que aos museus cabia genericamente as atribuições de guarda e de conservação das coleções de arte e arqueologia, sem que tais diplomas sejam explícitos quanto a critérios de organização e funcionamento dos museus, a não ser no que concerne aos museus nacionais e regionais¹⁹².

José da Conceição Ramos Formosinho, segundo diretor do Museu, avaliando a obra do fundador, considerou que a visão e a atividade desenvolvida por José Formosinho, entre 1930 e 1960, se havia pautado por uma visão renovadora do modelo então vigente, afirmando:

O Museu Regional de Lagos é o primeiro a aparecer com novas características, como reacção crítica ao modelo estabelecido, pretendendo que “a educação, a cultura e o fomento da região” fiquem bem definidos e onde ganhe particular relevo, como factor científico a destacar, a Etnografia Regional.

Logo em 1930, se formará como **museu de funções múltiplas**, com características que não mais perderá e que, ainda hoje, bem o distinguem e o definem no panorama museológico português!¹⁹³

Através da consulta à bibliografia ativa de José dos Santos Pimenta Formosinho, seja em livro ou em artigos de jornal (apêndice I), conclui-se que a sua ação foi efetivamente mais

¹⁹⁰ Cerca de 1997, foi admitida a auxiliar de serviços gerais, sr.^a D.^a Virgínia Rodrigues Gonçalves. Em 1998, deram entrada quatro auxiliares técnicas de museografia/turismo, e, em 1999, foram admitidas duas novas funcionárias com a mesma categoria.

¹⁹¹ É deste ano o Decreto de 24 de outubro de 1901, que reorganiza o Conselho dos Monumentos Nacionais da Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, e determina que a classificação dos Monumentos Nacionais passaria a ser feita por Decreto publicado no *Diário do Governo*. Do mesmo ano data é o Decreto de 31 de dezembro, que aprovou a organização do Museu Etnológico Português.

¹⁹² Apesar de ser nomeado como «Museu Municipal Regional», não se encontrou diploma legal que lhe outorgasse o estatuto legal de «Museu Regional». O Decreto n.º 20 985, de 7 de março de 1932, classifica os Museus em três grupos: nacionais, regionais e municipais, indicando os seis museus regionais à época classificados como tal. O Museu Municipal Regional de Lagos não consta desta lista.

¹⁹³ Subls. nossos. In FORMOSINHO [1996: 2].

ambiciosa do que as exclusivas funções de guarda e de conservação, como comprovámos nas secções anteriores. A sua ação alargou-se à investigação e prospeções arqueológicas, à ampliação do acervo do Museu através de uma prática reiterada de sensibilização do público e de recolha de acervos particulares, à ampliação das condições para exposição e divulgação, à dinamização do espaço museológico com exposições temporárias e como argumento de atração e de formação de novos públicos.

Com efeito, apesar de podermos incorrer num anacronismo, verifica-se que do ponto de vista do quadro mental, observável nas representações discursivas e nas práticas museológicas de José Formosinho, existiu uma maior sintonia intelectual com a lei orgânica de 1965, publicada após o falecimento do diretor do Museu, do que com a coeva e conservadora supracitada Lei de 1932. Sendo a lei posterior, sabemos também que a legislação apenas oficializa quadros mentais pré-existentes.

No preâmbulo do Decreto n.º 46758, de 18 de dezembro de 1965, pode ler-se que o fim de um museu deveria consistir em:

[...] **expor, valorizar, fazer conhecer e apreciar as obras** que nele são conservadas, o que significa que **os museus** de arqueologia e belas-artes **devem desempenhar uma missão científica e artística** ao mesmo tempo que uma **missão educativa e social**. **Se o museu não for mais do que uma instituição com finalidade conservadora, poderá então qualificar-se de necrópole.**» (Subls. nossos)

Este diploma legal foi o responsável pela atualização da missão e objetivos dos museus portugueses, a sua organização, funcionamento e atribuições (art.ºs 5.º-19.º, 24.º-25.º).

Assim, do cotejo entre a produção intelectual de José dos Santos Pimenta Formosinho e a Lei orgânica de 1965, consideramos que a seguinte representação é a que melhor poderá exprimir a organização funcional do Museu para o período de 1930 a 2010.



Fig. 15 – Proposta de organograma funcional do Museu Regional de Lagos, 1930-2010, de acordo com o Decreto n.º 46758, de 18 de dezembro de 1965, e com a prática museológica recenseada.

Fonte: Elaboração própria.

As funções acima apresentadas correspondiam, na prática, às atividades sistematizadas no seguinte quadro orgânico-funcional.

Quadro 3: Quadro contextual das atividades desenvolvidas pelo Museu Regional de Lagos, 1930-2010, com base na prática museológica de José Formosinho e no Decreto n.º 46758, de 18 de dezembro de 1965¹⁹⁴

ÓRGÃO	OBJECTIVOS ¹⁹⁵	FUNÇÕES
<p>DIRECÇÃO</p> <p>“Art. 26.º Aos directores dos museus cabe a responsabilidade superior de todos os serviços, com o encargo de promoverem a melhor sistematização, arrumação e conservação das colecções e o seu enriquecimento, dentro da coordenação geral do património artístico, histórico e arqueológico da Nação.</p> <p>Art. 27.º Os directores dos museus diligenciarão contribuir, pela sua acção pessoal e oficial, para a defesa de quaisquer elementos do património artístico, histórico e arqueológico da Nação.</p> <p>§ único. Para os efeitos deste artigo os directores dos museus são considerados delegados natos da Junta Nacional da Educação.”</p>	<p>Conservar e ampliar as colecções</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de obras por dotação orçamental própria; • Aquisição de obras por verbas extraordinárias do Estado / Câmara Municipal • Aquisição de obras por legado ou doação • Aquisição de obras por rendimentos de legados ou doações • Aquisição de obras que sejam consideradas propriedade do Estado • Depósito de obras por parte dos proprietários «nas condições estabelecidas pelos respetivos regulamentos e quando os directores considerem vantajoso o depósito» (art.º 16.º) • Elaboração dos livros de inventário das espécies existentes e de registo de entradas • Elaboração de catálogo em fichas para cada secção e índices complementares • Instruções para a segurança e conservação; • Identificação da necessidade de melhorias nas condições de conservação (obras infraestruturais)
	<p>Exposição ao público</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de secções adequadas à índole do museu • Instruções para a exposição das espécies
	<p>Trabalhos de investigação artística, histórica e arqueológica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Prospecções arqueológicas • Produção de literatura
	<p>Divulgação cultural</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realização de exposições temporárias e conferências • Organização de visitas coletivas às colecções e a organização delas por outras entidades

¹⁹⁴ Não se atualizaram as funções/competências museológicas pelo Decreto-lei n.º 45/80, de 20 de março, porque apenas diz respeito aos museus dependentes da Direcção-Geral do Património Cultural, nem pela Lei Quadro dos Museus Portugueses, n.º 47/2004 de 19 de Agosto, uma vez que o Museu Municipal Dr. José Formosinho só procedeu a essa atualização pelo Regulamento Interno vigente a partir de 1 de Janeiro de 2011, conforme Despacho n.º 19213/2010, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 250 de 28/12/2010.

¹⁹⁵ De acordo com Decreto-Lei n.º 46758 de 18/12/1965, art.º 5.º, 7.º

	<ul style="list-style-type: none"> • Publicação de catálogos, guias e reproduções comentadas das obras expostas
Cooperação escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Coadjuvar Universidades e escolas superiores de belas-artes nos estudos de arte, história e arqueologia • Visitas de estudo gratuitas a professores e alunos de qualquer ramo e grau de ensino
Defesa de quaisquer elementos do património artístico histórico e arqueológico da Nação	<ul style="list-style-type: none"> • Ação pessoal e oficial do diretor
Organização dos serviços	<ul style="list-style-type: none"> • Registo das entradas no museu • Instruções de guarda e organização dos serviços • Recursos humanos

Fonte: Elaboração própria.

A razão por que estendemos este quadro contextual até ao ano de 2010 prende-se com os seguintes elementos históricos.

Após o falecimento de José dos Santos Pimenta Formosinho, em março de 1960, manteve-se a estrutura e a orientação do Museu, assegurados pelo seu filho, José da Conceição Ramos Formosinho, nomeado pela Câmara Municipal em 28 de março de 1962¹⁹⁶, como diretor do museu igualmente não remunerado e em funções até ao seu falecimento, a 8 de agosto de 2015.

Apenas em setembro de 2003, entrou ao serviço um técnico superior conservador, iniciando ou reforçando atividades de conservação e de divulgação do acervo. A partir de 2007, iniciou-se, pela primeira vez, a preparação do regulamento interno do Museu, aprovado por deliberação n.º 350/2009, em reunião da Câmara Municipal, de 16 de setembro de 2009.

Entre 2010 e 2011, a estrutura orgânico-funcional do Museu foi atualizada, no quadro geral da reformulação orgânica do Município, e foi aprovado o primeiro regulamento interno do Museu, enquadrado pela Lei Quadro dos Museus Portugueses n.º 47/2004, de 19 de agosto, e pelo esforço de modernização do próprio Município que alcançou a primeira certificação de qualidade em 2010.

No regulamento interno, aprovado em 2009, pôde então ler-se:

O MLJF **tem por missão** a investigação, conservação, documentação, valorização, divulgação, aquisição e difusão dos testemunhos materiais e imateriais do Homem na área do Barlavento Algarvio, em especial do concelho de Lagos, numa perspectiva regional, mas também testemunhos de âmbito nacional e internacional que compõem as suas colecções, com o **objectivo** de construir uma memória e identidade local, mas também nacional e internacional, que vise um desenvolvimento local integrado e sustentado, **para fins** de estudo, educação e deleite.¹⁹⁷

Entre 2009 e 2017, o Museu manteve-se num processo de adaptação às mudanças organizacionais, sendo notória a complexificação orgânico-estrutural então desenvolvida:

¹⁹⁶ Cf. Acta da reunião ordinária n.º 6 da Câmara Municipal de Lagos, de 28/03/1962. Cópia disponível em: PT/MLJF/AMLJF/A/1/01.

¹⁹⁷ Regulamento Interno, aprovado em 2009 e alterado por deliberação n.º 244/2011, de 3 de agosto.

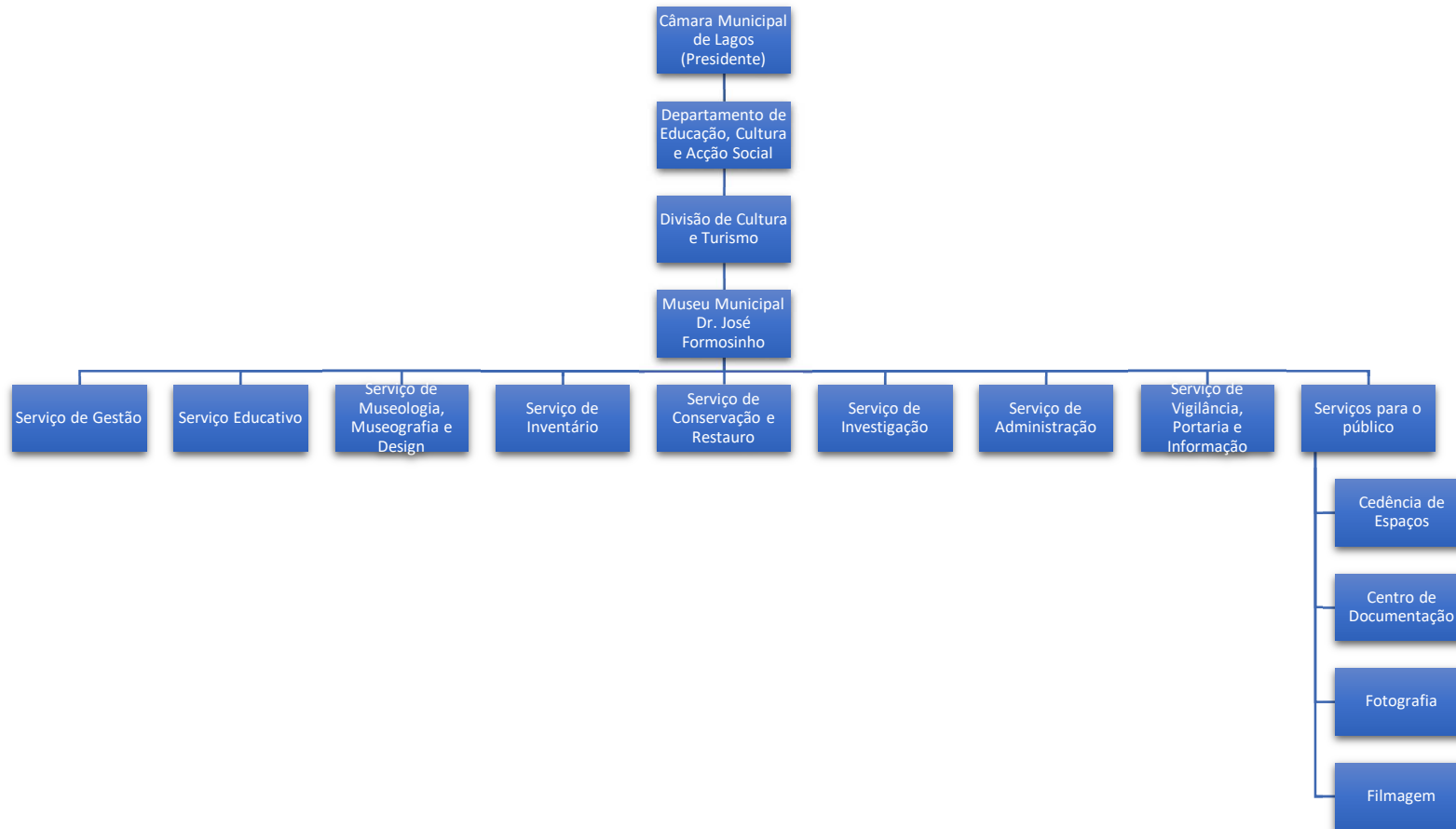


Fig. 16: Organograma do Museu Municipal Dr. José Formosinho, 2010-2022, de acordo como o Regulamento Interno, conforme Lei n.º 47/2004 de 19 de agosto e Despacho n.º 19213/2010, publicado em *Diário da República*, 2.ª série, n.º 250, de 28 de dezembro de 2010.

Simultaneamente, as condições da infraestrutura, o edifício principal, deterioravam-se substancialmente, o que conduziu ao encerramento do núcleo-sede para obras de remodelação a 1 de setembro 2017, sendo reaberto quatro anos mais tarde, a 27 outubro de 2021, e consolidando-se o processo da nova reorganização orgânica, física e funcional ainda em curso.

Com base no Regulamento Interno do Museu, é possível detalhar o quadro contextual dos fluxos de informação previsíveis a partir de então. Os quadros orgânico-funcionais são um instrumento de grande utilidade para delimitar o campo dos possíveis informacionais e apreender as relações genéticas entre as funções exercidas e os documentos produzidos e/ou acumulados, revelando-se o primeiro instrumento de que dispomos para compreender a realidade informacional.

Cumprе sublinhar que o quadro orgânico-funcional não se confunde com o quadro de classificação da informação. Aquele é o primeiro instrumento de abordagem ao sistema de informação, visando conhecê-lo, delimitá-lo, compreendê-lo. Embora possa vir a ser muito útil à organização da informação, é independente das soluções de organização que já existam ou venham a ser adotadas.

Quadro 4: Quadro contextual da informação, com base no Regulamento Interno (2009/2010)

ÓRGÃO	OBJECTIVOS	FUNÇÕES
Serviço de gestão	- Fazer cumprir o regulamento	<ul style="list-style-type: none">• Assegurar o bom funcionamento do Museu• Representar o Museu em reuniões científicas, congressos, colóquios e outros eventos de interesse científico• Avaliar a importância de adquirir novas coleções e ou objetos para o espólio• Dar parecer sobre a importância de doações para integrar o espólio• Avaliar a importância de ser fiel depositário de um objeto ou coleção no Museu• Assegurar a atualização do inventário do Museu• Organizar e implementar a loja do Museu• Promover a manutenção do edifício, em colaboração com outras unidades orgânicas da Estrutura Organizacional da Autarquia• Proceder regularmente a vistoria para avaliar a necessidade de obras• Propor o Plano Anual de Actividades e elaborar o respetivo relatório• Zelar pelo rigor científico e qualidade das exposições• Propor o estabelecimento de protocolos com outras instituições para o desenvolvimento de atividades conjuntas• Elaborar a programação museológica ou requalificação do museu• Promover, organizar, editar e reeditar catálogos, folhetos e outro material para publicitação do museu e propor os respetivos preços• Promover a permuta de publicações editadas pela autarquia com publicações nacionais e estrangeiras para enriquecimento do fundo documental do Centro de Documentação• Promover a constituição e permanente atualização de um núcleo documental – Centro de Documentação – através da aquisição de obras relacionadas com as temáticas do Museu e proporcionando condições de acesso ao público• Promover formação nas áreas da Museologia• Aprovar a realização de visitas orientadas e outras atividades regulares do museu• Promover a valorização profissional do pessoal com vista à melhoria do serviço• Aplicar as verbas inscritas no orçamento do Museu• Pronunciar-se sobre os pedidos de cedência temporária de objetos do acervo do Museu• Fazer a gestão dos recursos humanos• Propor superiormente o que se julgue conveniente para o desenvolvimento do Museu

		<ul style="list-style-type: none"> Realizar propostas de seguro para as peças cedidas para o exterior e para outras instituições/pessoas para exposições no museu
Serviço Educativo	<p>Criar o hábito de frequentar o Museu por parte das escolas;</p> <p>Estabelecer parcerias com as escolas com vista à programação de atividades conjuntas;</p> <p>Criar sinergias para construir um Museu Vivo;</p> <p>Proporcionar aos visitantes uma aprendizagem/apreensão de forma lúdica, mas com base científica.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Tornar o Museu um espaço de fruição aliado ao conhecimento e virado para a comunidade Fazer a articulação entre o trabalho científico desenvolvido pelo Museu e a comunidade Desenvolver ações que possibilitem chamar novos públicos ao Museu Desenvolver parcerias com os vários agentes e instituições da cidade nas áreas educacional, social e cultural Apresentar anualmente às escolas o Programa do serviço educativo Desenvolver ações concretas para as exposições temporárias e permanentes Propor atividades a desenvolver no âmbito dos Dias Comemorativos Dinamizar as relações do Museu com o público, promovendo visitas orientadas para estabelecimentos de ensino, associações culturais e outras entidades
Serviço de Museologia, Museografia e Design	<p>Prestar serviços de produção, design e comunicação em exposições.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Concepção, desenho e acompanhamento da montagem de exposições temporárias e permanentes; Manutenção das exposições com substituição de materiais; Desenho de sinalética adequada para o edifício e exposições; <i>Design</i> gráfico do material de divulgação sobre exposições e eventos do Museu <i>Design</i> gráfico da exposição e do respetivo catálogo; Assegurar a segurança e conservação das peças Elaboração gráfica de folhetos de atividades do museu; Estudar novas metodologias e técnicas aplicadas à concepção de exposições
Serviço de Inventário	<p>Atualizar permanentemente o inventário.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Organizar os livros de inventário Dar entrada de espólio novo Atualizar a base de dados do Museu Gerir informaticamente toda a informação disponível para cada objeto Proceder à marcação dos objetos e sua classificação

			<ul style="list-style-type: none"> • Fotografar todo o espólio para integrar no formato de ficha informática • Atualização permanente do inventário do Museu • Promover investigação direcionada para o inventário
Serviço de Conservação e restauro	Proceder à conservação e manutenção das coleções.	à e das	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer a conservação preventiva das coleções • Fazer o restauro dos objetos • Proceder à manutenção das reservas • Proceder a uma vistoria regular às coleções expostas e em reserva • Garantir a manutenção das condições ambientais das salas de exposição e das reservas • Definir as condições de embalagem e transporte das peças • Elaborar relatórios técnicos das peças intervencionadas e atualizá-los • Dar assistência aos edifícios religiosos sob tutela da autarquia, nomeadamente na área da conservação da talha • Tratar das imagens de madeira dos edifícios religiosos sob tutela municipal • Restauro e conservação de peças • Organizar reservas de acordo com as normas de conservação e o tipo de material dos objectos • Propor o envio para restauro no exterior de obras • Propor parcerias e consultorias técnicas na área do restauro e da conservação preventiva
Serviço de investigação	Promover investigação das coleções do Museu.	a das	<ul style="list-style-type: none"> • Propor trabalhos de divulgação do Museu e das suas coleções • Investigar as coleções com vista à sua exposição • Fazer investigação do espólio em reserva • Propor parcerias com investigadores e Universidades com vista ao estudo das coleções do Museu • Propor atividades científicas, colóquios, conferências, etc. • Estudar, organizar e propor exposições temporárias nas salas disponíveis e nos núcleos dependentes • Propor a aquisição de novos livros para o Centro de Documentação • Acompanhar o trabalho de investigadores/estudantes exteriores ao Museu, facilitando-lhe o acesso às obras expostas e em reserva • Elaborar Guiões das Exposições
Serviço de Administração	Organizar e gerir os processos administrativos do Museu.	do	<ul style="list-style-type: none"> • Organizar a estatística dos visitantes • Organizar os <i>stocks</i> das publicações e objetos a vender na loja do Museu • Organização e gestão administrativa de processos inerentes à dinâmica do Museu • Prestar apoio administrativo à realização de exposições e visitas guiadas • Realizar as contas semanais das entradas no Museu e núcleos museológicos

		<ul style="list-style-type: none"> • Preparação “mailings” para a divulgação das ações do Museu • Organizar o Centro de Documentação
Serviço de Vigilância, Portaria e Informação	Garantir a segurança e o acesso ao espaço do Museu.	<ul style="list-style-type: none"> • Manter os locais de exposição acessíveis aos visitantes • Fazer a recepção dos visitantes • Diligenciar para que os visitantes depositem sacos, mochilas e outros objetos em cacifos • Cobrar a tarifa aos visitantes • Realizar o registo diário de entradas • Vender os objetos da loja do Museu • Garantir a segurança nas instalações • Não deixar fotografar no interior do museu • Verificar a inexistência de visitantes antes de encerrar o Museu • Proceder à abertura e encerramento do Museu • Dar informações sobre o Museu e sobre as exposições • Informar o dirigente sobre situações anómalas • Zelar pela segurança dos objetos expostos • Zelar pela manutenção da exposição • Não deixar o público tocar nos objetos expostos • Fazer a manutenção e limpeza das vitrines • Transmitir sempre ao dirigente as opiniões dos visitantes
Serviços para o público	Disponibilizar outros serviços culturais ao público.	<ul style="list-style-type: none"> • Cedência de espaços • Centro de Documentação: livros e outros documentos para consulta do público em geral, especializado em história local, arqueologia, etnografia, artes plásticas e decorativas e edições de museus • Fotografia • Filmagem

Fonte: Elaboração própria.

O estudo orgânico-funcional permite-nos apreender a organicidade do sistema, os seus objetivos e funções/serviços, nos quais se produz e processa informação que globalmente estrutura a globalidade multifacetada do sistema Museu.

Conhecidos a matriz organizacional, o âmbito e a amplitude provável do sistema, passamos à investigação no que diz respeito à observação e análise da documentação custodiada, ou seja, à dimensão humana e social da informação, pois, como afirma Ribeiro, Fernandes e Reimão (2001: 47): “a acção é, em última análise, o que estrutura a informação”. Devemos, pois, estar atentos para as possíveis distâncias entre o plano legal, regulador da ação museológica e a realidade, em termos de serviços efetivamente prestados e da memória do sistema. Fazê-lo implica um diálogo constante entre a avaliação retrospectiva sem descurar a relação presente com essa memória.

vii. A documentação no Museu de Lagos

Conforme apresentado na secção 2.a deste trabalho, o Museu de Lagos é constituído por um Centro de Documentação. Um dos objetivos a que nos propusemos, e considerado também estratégico pela Organização no âmbito da sua remodelação, foi o de conhecer, em termos de dimensão, natureza, tipologias, funções, os recursos reunidos neste edifício desde 2010, sito na rua do Castelo dos Governadores, n.º 18, 8600-563 Lagos.

Para alcançarmos este objetivo, o nosso primeiro exercício foi o de compreender especificamente o contexto de aparecimento e manutenção do Centro de Documentação no Museu, em relação à missão e finalidades deste.

A primeira referência encontra-se registada no n.º 328 do *Jornal de Lagos*, datado de 10 de maio de **1934**. Regista-se o apelo à doação ou depósito de manuscritos em papel, ou pergaminho, entre os objetos desejados no conjunto do acervo “documentário” do Museu:

Para verem que é mais fácil do que se emagina, **vamos publicar uma lista resumida de objectos que seria interessante lá figurarem**: moedas antigas, medalhas, condecorações, pedras lavras ou com inscrições, figuras de pedra, de madeira ou de marfim, imagens de santos, quadros religiosos ou profanos, pintados, bordados ou desenhados, louças, espadas, facas, punhais de bronze ou de ferro, espingardas antigas e outras armas, instrumentos músicos desusados ou antigos, vestuários antigos, **manuscritos em papel ou pergaminho**, mesmo objetos etnográficos modernos mas característicos da região, etc, etc.¹⁹⁸

¹⁹⁸ Subls. nossos. *Jornal de Lagos*, n.º 328, 10 mai. 1934. Disponível em: [2028082_1934-05-10 \(ualg.pt\)](https://www.ualg.pt/2028082_1934-05-10)

Estamos perante uma conceptualização de documentos, no caso, apenas manuscritos, aludindo à sua dimensão de documento único, em suporte papel ou pergaminho, enquanto “documentos/monumentos”, conforme a definição de Jacques Le Goff¹⁹⁹. Tratam-se, por conseguinte, de documentos enquanto objetos com valor histórico ou artístico, não se confundindo com o conceito de documentação orgânica, nomeadamente sobre bens culturais. Tratam-se de documentos de arquivo a incorporar pelo Museu, mas na sua dimensão patrimonial de bem cultural²⁰⁰.

Todavia, as doações e os depósitos de documentos escritos criaram um horizonte mais lato ao diretor do Museu, abrindo-lhe a possibilidade de enriquecer as funções culturais do Museu com a criação de uma biblioteca pública. Para além de um espaço de reserva museológica para o acondicionamento dos objetos livros e periódicos com valor histórico, José Formosinho idealizou a criação de uma biblioteca pública, devidamente integrada nas funções educativas e nas instalações de acesso público do Museu, afirmando em 1937:

Posso mesmo dar-lhes a muito agradável notícia de que brevemente irá iniciar-se a **segunda fase da obra, na qual está incluída a organização de uma biblioteca pública.**²⁰¹

Em **1941**, depois de conseguir fazer aprovar a proposta de construção de novas salas, voltou a relembrar o público do interesse do Museu em receber “manuscritos em papel ou pergaminho” e dava conta de estar também:

[...] a organizar um **pequeno gabinete de leitura** que pode ser o **início de uma futura biblioteca**. Agradecemos a oferta de quaisquer livros para tal fim, bem como todo o auxílio que nos queiram prestar [...]²⁰²

A futura biblioteca, para além de acomodar o património documental da cidade, vinha suprir as necessidades de informação da sociedade contemporânea, face à ausência, à época, de uma biblioteca municipal.

Em **1945**, voltou a recordar a data de **1934**, como a data de início do projeto da biblioteca municipal integrada no Museu:

Nesta altura já tínhamos dado início e certo desenvolvimento à organização de duas Secções que desde o princípio tínhamos em programa: Etnografia do Algarve e **Biblioteca anexa ao Museu, que seria o começo da Biblioteca Municipal** para o que,

¹⁹⁹ LE GOFF (1984: 95-106).

²⁰⁰ Locução aqui utilizada conforme a definição Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, artigo 14.º: Consideram-se bens culturais os bens móveis e imóveis que [...] representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura.”

²⁰¹ Subls. nossos. *Jornal de Lagos*, n.º 468, 04/02/1937, p. 4. Disponível em: http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2028082_1937-02-04_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

²⁰² Subls. nossos. *Jornal de Lagos*, n.º 677, 26/07/1941. Disponível em: http://hemeroteca.ualg.pt/resources/pdf/2028082_1941-07-26_0000_capa-cap_a_t24-C-R0150.pdf

desde 1934, em artigos neste jornal, tínhamos pedido que nos auxiliassem dando alguns livros, pois só assim julgávamos possível organizar entre nós uma Biblioteca.²⁰³

Em conformidade, neste mesmo ano de **1945**, o diretor do Museu informava e requeria ao executivo camarário:

- Que **estando nós a dar certo desenvolvimento à biblioteca anexa ao Museu**, a qual será o **núcleo inicial da Biblioteca Municipal**, a Câmara inscreva no seu orçamento uma **verba destinada à aquisição de mobiliário e livros** para esse fim.²⁰⁴

A atuação de José Formosinho denota uma visão atualizada do museu como centro cultural ao serviço da comunidade, destinado à facilitação do conhecimento e à educação. A constituição da biblioteca pública reforçou a dimensão socioeducativa no desenvolvimento do Museu de Lagos.

Paulatinamente, o Museu reuniu uma coleção documental que não só garantiu a salvaguarda de património arquivístico e bibliográfico de elevado valor intrínseco como assegurou a preservação da memória e identidade das pessoas e das instituições locais, enriquecendo-a, simultaneamente, com um fundo bibliográfico de edições recentes destinado à fruição e ao estímulo para a produção de novo conhecimento.

Nesta esfera patrimonial, uma das doações que mais entusiasmou o diretor do Museu Regional de Lagos foi a oferta realizada pelo seu conterrâneo e amigo, o prolífico escritor, médico, político e diplomata português, Júlio Dantas (Lagos, 19/05/1876-25/5/1962). Consistiu esta oferta no mobiliário e documentos que reconstituíram no Museu o seu gabinete e ambiente de trabalho pessoais. A promessa, que mobilizou José Formosinho para novas obras de ampliação, foi noticiada em **1955** ao jornal *Correio do Sul*:

Mercê de generosa dádiva da única pessoa que nos poderia ofertá-las, recordações da sua vida e da sua obra literária, **alguns móveis de arte, adornos e livros**, tudo com que possa fazer-se a **reconstituição do ambiente íntimo em que trabalhou**. E assim serão, quanto possível, **reconstituídos o seu quarto de trabalho e se dará exposição permanente a secção bibliográfica e iconográfica** que já figurou no salão nobre da Academia das Ciências de Lisboa em 1952.²⁰⁵

Com efeito, desde os projetos de 1942 que a biblioteca, “sala Júlio Dantas” surge nos projetos de José Formosinho, como atesta a planta seguinte.

²⁰³ Subls. nossos. *Jornal de Lagos*, n.º 84, 01/11/1945. Disponível em: [2028082_1945-11-01 \(ualg.pt\)](http://ualg.pt)

²⁰⁴ Subls. nossos. José Formosinho, relatório apresentado à Câmara Municipal, de 19 de dezembro de 1945, *apud* FORMOSINHO (s.d.).

²⁰⁵ «Museu». *Correio do Sul*. Faro, n.º 1951, 12/05/1955, p. 4.

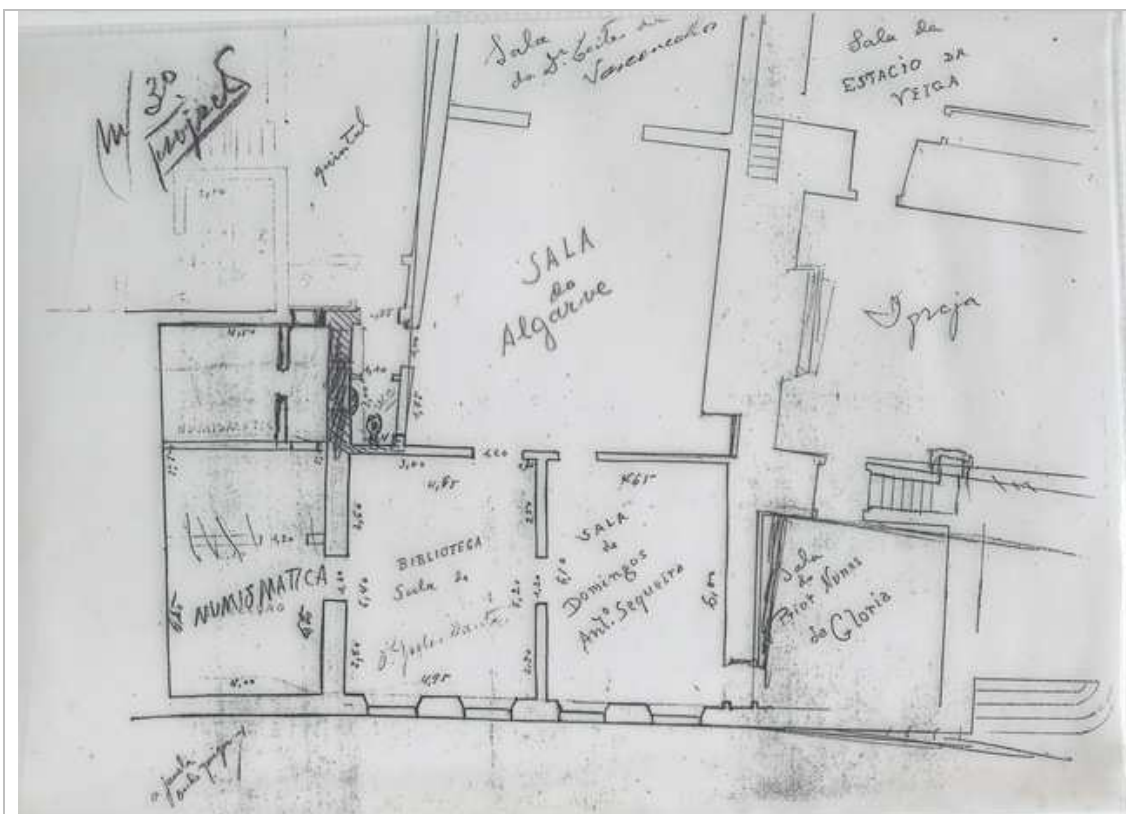


Fig. 17: Projeto de ampliação do Museu de 1942, com a atribuição do nome de Júlio Dantas.
Fonte: Blogue <http://drjoseformosinho.blogspot.com/> , da autoria de José da Conceição Ramos Formosinho.

Contudo, o desejo de ambos não chegou a concretizar-se como projetaram. Em 1955, José Formosinho afirmava referindo-se à data de inauguração das salas:

Essa só pelo sr. Dr. Júlio Dantas poderá ser determinada. A ideia, surgida aquando da homenagem que Lagos há anos lhe prestou, tem-lhe merecido um carinho verdadeiramente excepcional. Mas... não é impunemente que alguém, mesmo um altíssimo espírito, se desapega das melhores recordações da sua vida...²⁰⁶

Cinco anos depois, José Formosinho faleceu e dois anos mais tarde também Júlio Dantas pereceu, sem que os objetos prometidos tivessem chegado ao Museu de Lagos.

A oferta do escritor à sua cidade-natal veio a materializar-se num novo contexto, servindo de núcleo bibliográfico fundador da nova biblioteca municipal, inaugurada em 1 de novembro de 1991, cuja denominação homenageia justamente o escritor: Biblioteca Municipal de Lagos, Dr. Júlio Dantas.

No que tange ao desenvolvimento da biblioteca do Museu, esta continuou a crescer através de depósitos, doações, compras e permutas. Em 1979, estavam contabilizados

²⁰⁶ *Ibidem.*

mais de “2 mil livros portugueses e estrangeiros (franceses e sobretudo ingleses) [...] manuscritos da Misericórdia do séc. XVI ao séc. XX, obras de paleografia, história de Portugal, geografia, coleção dos Edifícios e Monumentos Nacionais”²⁰⁷, prevendo-se o empréstimo domiciliário para uma parte destes. A renovação e o registo desta parcela do acervo do Museu foram assegurados pelo encarregado do Museu, Carlos Dias dos Vales, ao serviço entre 1956 e 1991.

O sistema de registo e controlo das obras era realizado de forma manuscrita. As entradas eram registadas em livro de inventário próprio (fig. 18) e os ficheiros individuais de identificação e localização eram produzidos em fichas normalizadas (fig. 19).

N.º	Entrada		Título da obra	Autor	N.º	Título da aquisição	Observações
	Ordem	Ano					
1			Cartas de Salpê de João IV ao Conde de Vila Rica, em 1714, para a fundação da Vila Rica	P. Cel. Luciano Caldeira	1940	1.º	Relatório complementar sobre a fundação da Vila Rica e a fundação de Portugal
2			O Edifício "Vilanova Terrenas"	António Baião	1940	1	Idem
3			A Vila Rica na Proliferação de Portugal - Proliferação de Vila Rica	Alcides e Sousa (João de Salazar)	1940	1	Idem
4			Cartas dos Governadores da Província de Vila Rica ao Rei de João IV	P. Cel. Luciano Caldeira	1940	3	Idem
5			Cartas de Salpê de João IV para Vila Rica - Proliferação de Vila Rica	P. Cel. Luciano Caldeira	1940	1	Idem
6			Letras e Proliferação de Vila Rica - Proliferação de Vila Rica	Comissão Proliferação de Vila Rica	1949	1	
7			Cartas de Vila Rica - Proliferação de Vila Rica	Junta Geral dos Distritos	1857	1	
8			Proliferação de Vila Rica - Proliferação de Vila Rica	Junta Geral dos Distritos	1857	1	
9			Cartas de Vila Rica - Proliferação de Vila Rica	Junta Geral dos Distritos	1857	2	
10			Cartas de Vila Rica - Proliferação de Vila Rica	Junta Geral dos Distritos	1857	1	
11			Cartas de Vila Rica - Proliferação de Vila Rica	Junta Geral dos Distritos	1857	1	Proliferação de Vila Rica e a fundação de Portugal

Fig. 18: Livro de inventário da biblioteca.

Fonte: PT/MLJF/AMLJF/C/3/32

²⁰⁷ In CARMO (1979).

Museu Regional de Lagos
BIBLIOTECA

N.º de ordem 1 Estante n.º.....
Prateleira.....^a

AUTOR:
Laranjo Coelho (P. ul.)

TÍTULO DA OBRA:
Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (el-Rey de Viza) embaixador de França
Vol. 1 de 1 Edição.....^a do Ano 1940
Academia Portuguesa de Historia

Fig. 19: Ficheiro manuscrito da biblioteca.

Fonte: PT/MLJF/AMLJF/C/3/32

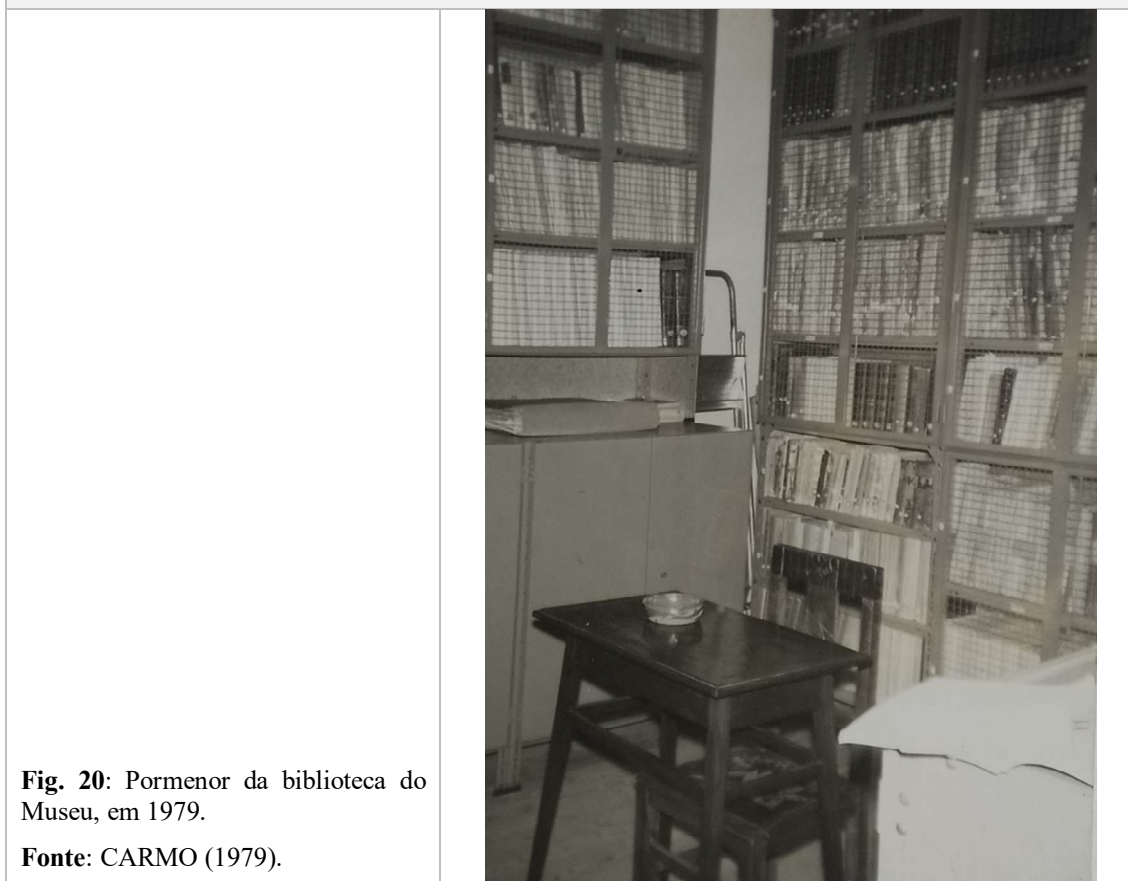


Fig. 20: Pormenor da biblioteca do Museu, em 1979.

Fonte: CARMO (1979).

Como testemunhou Maria Helena Dias Simão, que acompanhou o funcionamento da biblioteca do Museu ainda quando esta integrava o conjunto do espaço expositivo, esta revelou-se um serviço permanente e motivo para a frequência habitual do Museu, sendo procurado regularmente tanto por leitores e investigadores locais, quanto por investigadores de outras proveniências geográficas nacionais e internacionais.

Todavia, com o enriquecimento do panorama cultural lacobrigense, através do surgimento da biblioteca itinerante n.º 6 da Fundação Calouste Gulbenkian (1960) e da inauguração da Biblioteca Municipal de Lagos, Dr. Júlio Dantas (1991), as funções da biblioteca do Museu foram perdendo relevância na orgânica do Museu e na dinâmica sociocultural da cidade.

Em 2004, com a entrada para o quadro de recursos humanos do Museu de um técnico superior Conservador, tendo a “responsabilidade de gerir os recursos materiais e humanos e de propor soluções de manutenção, beneficiação e desenvolver actividades conducentes à conservação e divulgação do património à guarda do museu”²⁰⁸, foi proposta a criação do “Centro de Documentação e Informação” do Museu, tendo por objetivo o de “registar e catalogar o vasto acervo bibliográfico, arquivístico e de hemeroteca, e de posteriormente disponibilizar toda essa documentação ao público”, para o qual foi reforçado o quadro e pessoal com a contratação de uma técnica superior de Bibliotecas e Documentação, afeta ao serviço entre 2004 e 2010.

Durante este período, para efeitos de reunião de toda a documentação distribuída pela biblioteca e nas reservas, foram encerradas provisoriamente duas salas do Museu, tendo sido iniciado o trabalho de inventário e catalogação da componente bibliográfica do acervo documental.

Durante esta fase de trabalhos, a coleção bibliográfica foi organizada em “Fundo Geral” e “Fundo Local e Regional” e foi adotada a Classificação Decimal Universal. O Manual de Catalogação foi elaborado²⁰⁹ e foram registados e catalogados 4138 registos no programa informático PORBASE 5.

O rebatismo da biblioteca como “Centro de Documentação e Informação” foi oficializado pelo Regulamento Interno, aprovado em 2009, embora a designação aí consagrada tenha perdido o conceito de “Informação”. “Centro de Documentação” foi a designação oficialmente inscrita, em consonância com a Lei Quadro dos Museus Portugueses.

Esta mudança de designação esteve integrada num projeto mais amplo de redefinição museológica e museográfica, que incluía a reafectação de espaços, designadamente a desintegração da biblioteca e serviços técnico-administrativos para um outro imóvel do Município, tendo como propósito dotar o Museu de instalações onde pudesse ser

²⁰⁸ *In* CARRILHO (2008: 29).

²⁰⁹ RAFAEL (2005).

assegurado o cumprimento das funções museológicas previstas pela Lei Quadro dos Museus Portugueses²¹⁰.

Contudo, o que se pode verificar na análise à orgânica funcional aprovada pelo Regulamento (v fig. 16) é que, apesar do investimento material, o Centro de Documentação sofreu uma secundarização na hierarquia funcional da instituição, passando a estar integrado no conjunto de “serviços para o público”, como “um espaço especializado na História Local, Arqueologia, Etnografia, Artes Plásticas e Decorativas e edições de Museus, que se designa de Centro de Documentação” (RI, art.º 13.º).

Com esta alteração regulamentar, não só a relação com os restantes serviços internos do Museu, nomeadamente com o serviço de investigação e inventário, não é evidenciada, como se verificou a perda da função e o valor patrimonial do acervo documental textual. A reconceptualização da biblioteca em centro de documentação teve como consequência a diluição da função inicial da biblioteca enquanto serviço de salvaguarda do “documentário” regional, conforme entendido por José Formosinho.

Em março de 2010, após aquisição de mobiliário adequado à sua instalação, efetivou-se a transferência integral do acervo documental das instalações do Museu para o edifício sito na Rua Castelo dos Governadores. Apesar do investimento e da melhoria material, consubstanciava-se a separação da coleção documental textual das demais coleções expostas ao longo do tempo no acervo do Museu.

Creemos que a perda de memória sobre as condições históricas de formação do acervo do Museu de Lagos e a falta de precisão conceptual sobre as funções da Biblioteca/Centro de Documentação no Museu conduziram a uma menor capacidade de o Museu cumprir as suas funções e de potenciar globalmente as relações informacionais estabelecidas entre os bens culturais acumulados.

A transferência para o novo espaço coincidiu com a saída da técnica superior de Bibliotecas e Documentação, Dr.^a Marlene Rafael, interrompendo-se assim o proveitoso trabalho de inventário e de catalogação em curso. A documentação bibliográfica já tratada foi devidamente acondicionada nas novas estantes, ficando a restante documentação encaixotada ou distribuída nas estantes, aguardando por estudo e tratamento técnico.

²¹⁰ Cf. CARRILHO (2008).

Quando, em 2019, no âmbito da reestruturação do Museu, tivemos a oportunidade de intervir no sentido de criar conhecimento sobre estes recursos e colaborar no estudo do acervo, foi definida como prioridade tornar este conjunto inteligível e acessível, desde logo, para uso interno, no âmbito das necessidades de investigação que se colocavam sobre o acervo. Assim, iniciámos os procedimentos com o estudo retrospectivo sobre a documentação acumulada e, simultaneamente, a observação e análise da realidade documental.

Nesta fase do trabalho, revelou-se fundamental desencaixotar toda a documentação que se encontrava por tratar e dispô-la em estantes para que pudéssemos avaliar a dimensão, o estado de conservação e as tipologias documentais. Para efeitos de descrição e localização da documentação, as salas foram numeradas e, em função das especificidades do edifício, nomeadamente a sua fragilidade estrutural, a maior parte da documentação foi transferida para o piso do rés-do-chão, diminuindo a pressão existente no primeiro e segundo pisos. Nesta sala (1), foram instaladas estantes metálicas, controlo ambiental e de segurança.

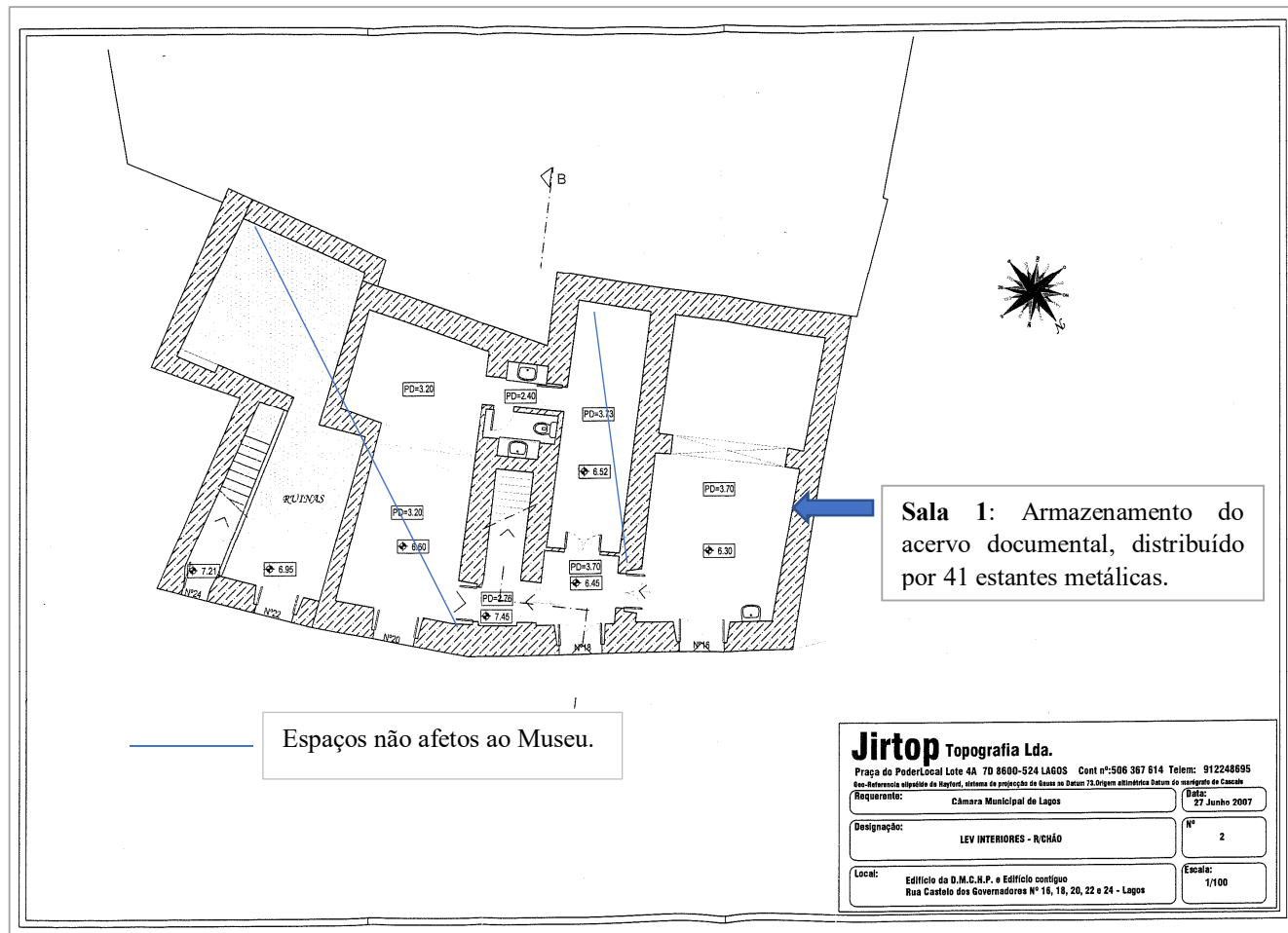


Fig. 21: Planta do R/C do edifício sito na Rua Castelo dos Governadores, n.º 18. Para efeitos de localização da documentação: Sala n.º 1.
 Fonte: PT/MLJF/AMLJF/C/1/03.

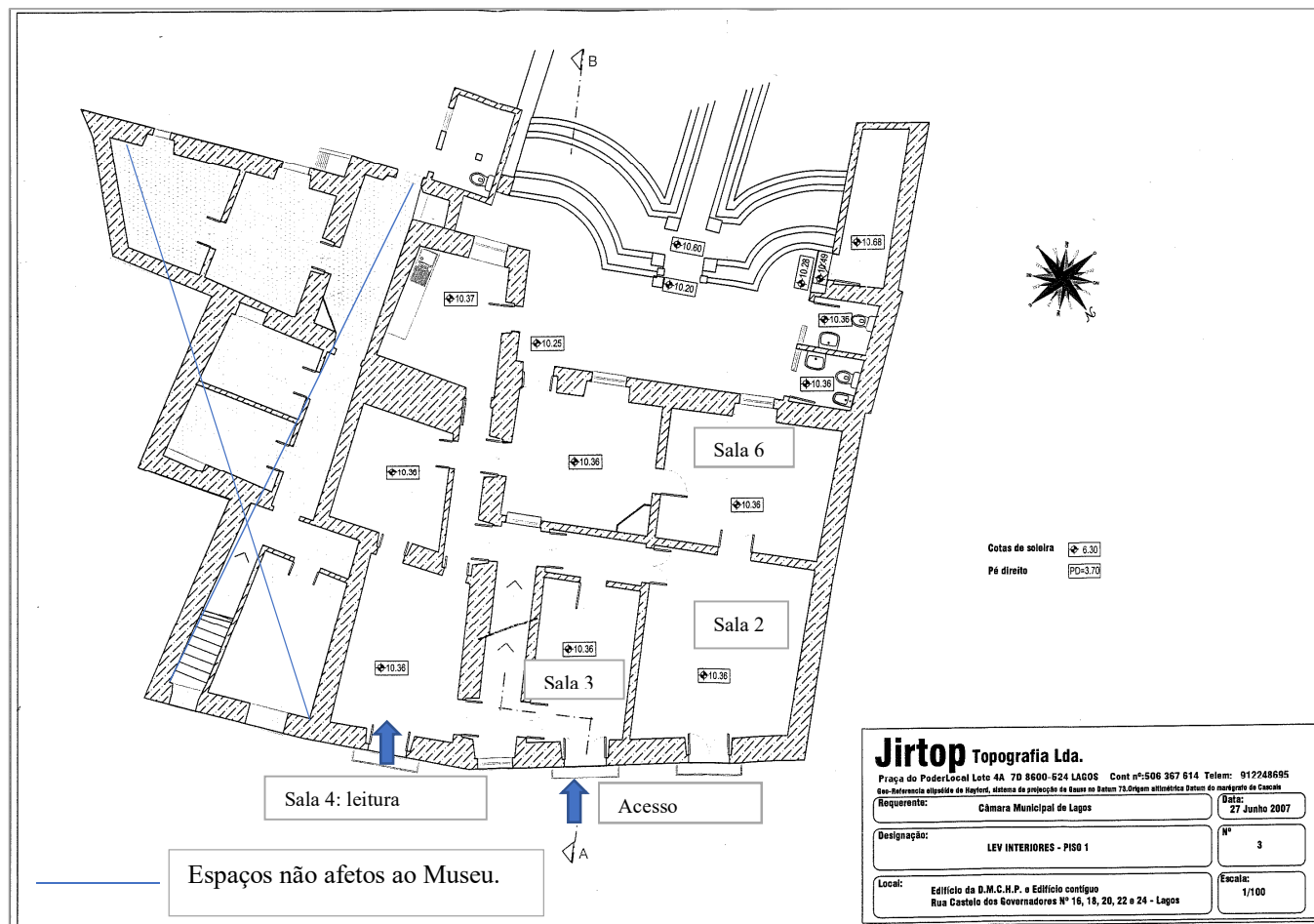


Fig. 22: Planta piso 1 do edifício sito na Rua Castelo dos Governadores, n.º 18. Para efeitos de localização da documentação: Salas n.º 2-6.
 Fonte: PT/MLJF/AMLJF/C/1/03.

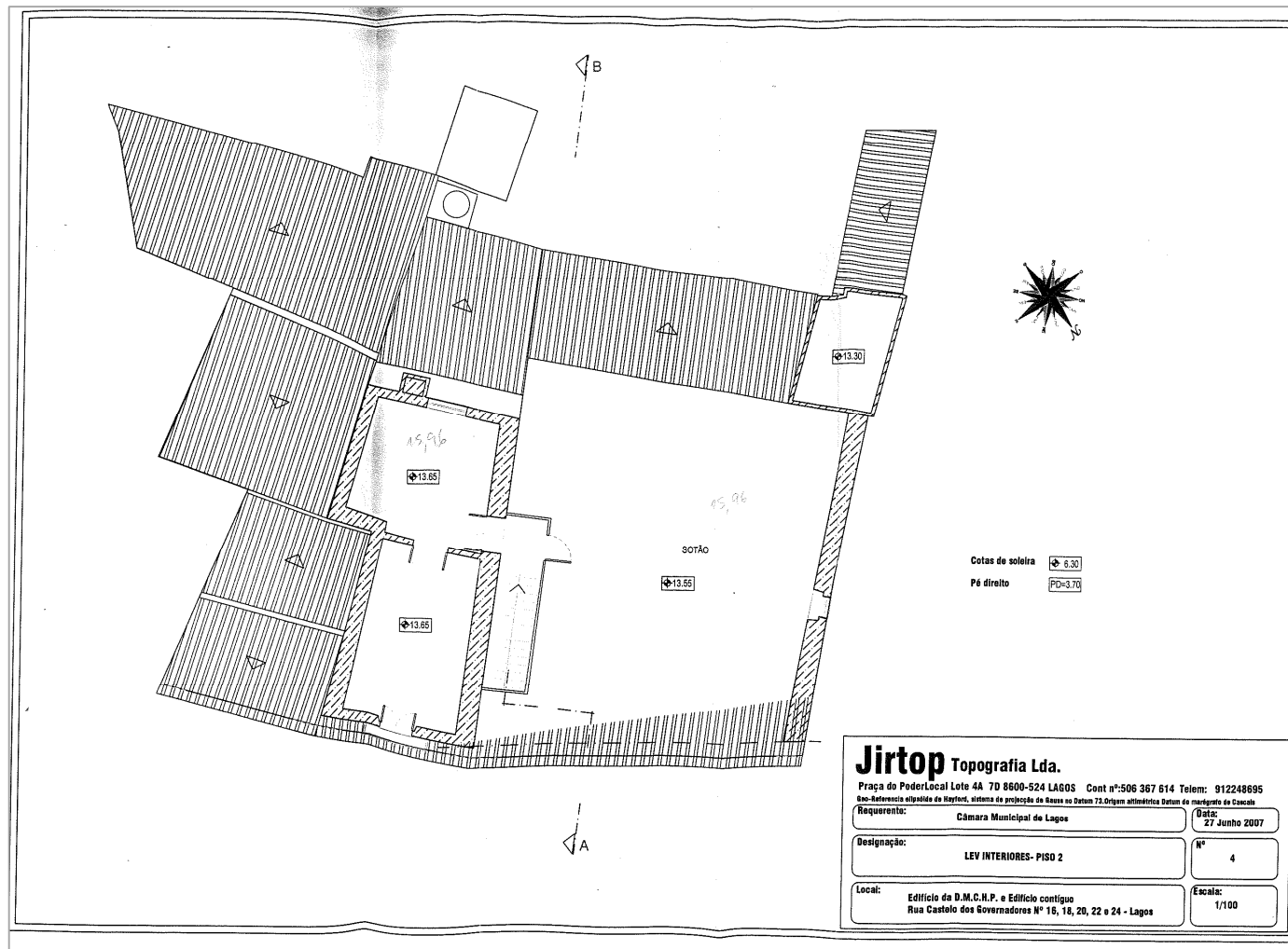


Fig. 23: Planta piso 2 do edifício sito na Rua Castelo dos Governadores, n.º 18.
Fonte: PT/MLJF/AMLJF/C/1/03.

Após a acomodação da documentação na sala 1, podemos conhecer a dimensão do acervo que se cifra nos 316 metros lineares. Confirmámos a grande diversidade tipológica de documentos (manuscritos em papel e pergaminho, impressos em folhas, folhetos, livros, mapas, estampas, cartazes, publicações periódicas manuscritas e impressas, desenhos e plantas, fotografias, diapositivos, CD), uma amplitude temporal que se situa entre o século XV[?] a XXI, assim como uma expressiva multiplicidade de proveniências, observáveis nas marcas de propriedade e/ou posse dos documentos.

Em termos do sistema de organização existente, verificámos que:

- No caso do acervo bibliográfico, este encontrava-se parcialmente tratado, como já referimos acima, estando organizado segundo a tabela geral da Classificação Decimal Universal e, dentro de cada tema, apresentava uma ordenação alfabética de autores ou de coleções dentro de cada tema. A gestão da informação bibliográfica foi realizada através do programa *Catwin* (PORBASE 5), estando devidamente inventariados e catalogados 4.138 registos de informação bibliográfica, cujos espécimes ocupavam duas salas. Nos campos da descrição bibliográfica, não foi considerado o critério da informação sobre a proveniência. Os documentos tratados encontravam-se carimbados com o n.º de registo e cota no seu interior, mas sem etiquetagem externa.
- Quanto à restante documentação, uma parcela dos documentos mais antigos estava identificada em lista e acondicionada em caixas *acid-free*. Os periódicos também estavam parcialmente identificados e descritos.
- Cerca do ano de 2010, de acordo com as funções e fluxos de informação reais, a produção informacional ativa foi organizada segundo onze categorias, que se apresentam no quadro n.º 5.

Quadro 5: Designações das classes

Leis e normas

Entidades de Museologia e Documentação

Recursos humanos

Planeamento, Controlo e Cooperação

Incorporação do acervo

Inventário

Conservação e restauro

Atendimento ao público

Actividades Culturais**Empresas fornecedoras de bens e serviços****Centro de Documentação**

Fonte: Elaboração própria, com base na observação direta e nas informações prestadas pelas profissionais Dora Alves e Helena Simão. A cada secção foi atribuída uma cor para facilitar a célere identificação nas estantes.

A documentação produzida e acumulada no Museu a partir de 2010 passou a ser acondicionada em pastas com esta identificação, porém, sem outras instruções e acompanhamento, o critério para distribuir a documentação pelas categorias informacionais tornou-se subjetivo e incerto.

No levantamento realizado em janeiro de 2021, as pastas com a identificação acima apresentavam a seguinte distribuição física:

Quadro n.º 6: Resumo do levantamento preliminar para identificação da documentação

Designação	N.º Unidades de Instalação
Leis e normas	5 pastas
Entidades de Museologia e Documentação	16 pastas
Recursos humanos	5 pastas
Planeamento, Controlo e Cooperação	70 pastas; 1 livro
Incorporação do acervo	5 pastas
Inventário [museológico]	146 pastas; 11 caixas
Conservação e restauro	49 pastas; 3 caixas
Atendimento ao público	60 pastas; 30 livros
Actividades Culturais	49 pastas
Empresas fornecedoras de bens e serviços	6 pastas
Centro de Documentação	20 pastas

Fonte: Elaboração própria

Distribuída por um total de 431 pastas, 31 livros e 14 caixas, o conjunto dispunha-se num total de 476 unidades de instalação, situadas entre as datas extremas de 1924 e 2021,

localizadas em três salas do edifício, sendo predominantes os documentos posteriores a 2010.

Durante esta análise preliminar, tornou-se evidente a escassez de documentação referente a funções e atividades desempenhadas pelo Museu, entre 1930 e a viragem para o século XXI. Julgamos que esta situação poderá estar relacionada com duas razões principais historicamente situadas e explicáveis. Por um lado, a possibilidade de se verificar o que Luís Pequito Antunes concluiu sobre o fazer documental nas instituições museológicas portuguesas ao longo do século XX, isto é:

[...] a existência de um *modus faciendi* instalado que correspondia a um conjunto de tarefas básicas relacionadas com as modalidades de incorporação, o inventário e o catálogo. Estas configuravam um modelo documental institucionalizado em que cada etapa funcionava *per se*, por ausência de uma conceptualização.²¹¹

[...]

“Como consequência a cadeia documental nos museus nunca foi considerada como função essencial e a sua importância relegada, no plano teórico e prático, para segundo plano. A implementação de um sistema de documentação conheceu sérias dificuldades como resultado dos aspectos meramente instrumentais em torno do inventário.”²¹²

Com efeito, no Museu de Lagos verifica-se a prevalência da informação de inventário, como se pode verificar no quadro n.º 6. No entanto, e por outro lado, outra razão poderá explicar esta escassez no arquivo do Museu. Referimo-nos à prática profissional de longa vigência, que consistiu em os titulares de funções públicas deslocarem, entre a instituição e a sua morada, a documentação de que eram produtores no domínio das funções institucionais. No caso dos museus, a própria legislação apelava à “ação pessoal e oficial do diretor” de museus “para a defesa de quaisquer elementos do património artístico, histórico e arqueológico da Nação”²¹³, fazendo coincidir e confundir os papéis sociais da esfera privada e público-profissional, como vimos na nossa subsecção anterior deste trabalho. Também a divulgação de documentos produzidos no exercício das funções diretivas, realizada por José da Conceição Ramos Formosinho, segundo diretor do Museu, no blogue - <http://drjoseformosinho.blogspot.com/> - aponta neste sentido. A hipótese torna-se ainda mais provável face à circunstância de, durante 30 anos, o diretor do Museu ter assegurado praticamente sozinho o cumprimento da globalidade das funções do

²¹¹ ANTUNES, Luís Manuel Loyo Pequito (2002) - *Museus e Documentação: entre a teoria e a prática – uma abordagem da realidade portuguesa (1910 / 1980)*. Dissertação de mestrado apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Museologia e Património na Faculdade de Ciências Sociais de Humanas da Universidade Nova de Lisboa, p. 148.

²¹² *Idem*, p. 176.

²¹³ In Decreto n.º 46758, de 18 de dezembro de 1965.

Museu. A possibilidade de se conhecer esta fração do acervo preservada pela família Formosinho, poderá, futuramente, vir a confirmar ou contestar esta hipótese²¹⁴.

Por outro lado, é também provável que a documentação contabilística e relativa a recursos humanos do Museu possa ter sido remetida diretamente aos serviços competentes da Câmara Municipal.

- Sobre a parcela vasta de documentação não descrita, foram valiosos o apoio e as informações registadas na memória das sr.^{as} Dora Alves e Helena Simão, funcionárias do Museu desde 2004 e 1985 respetivamente, que têm acompanhado o contexto de formação e manutenção do acervo documental, disponibilizando informações sobre o contexto de incorporação de alguns dos conjuntos documentais, nomeadamente sobre a “coleção da Santa Casa da Misericórdia”, da “coleção do arquiteto Rui Mendes Paula”, da “coleção Pedro Reis”, ou sobre a incorporação com origem no extinto serviço de aferições da Câmara Municipal de Lagos²¹⁵.

Realizado o diagnóstico preliminar da documentação, procedemos à conceção do nosso plano organizativo e descritivo, pensado à luz da teoria e modelo sistémicos.

Como se materializa este plano?

Ao aderirmos à abordagem sistémica, concebemos a Organização como um todo orgânico interrelacionado e interativo visando o cumprimento da sua missão e objetivos²¹⁶. A estrutura orgânico-funcional permite apreender a globalidade das relações genéticas que se estabelecem dentro do sistema, relacionando funções com atividades e documentos. A esta luz, consideramos que o conjunto documental (tridimensional, manuscrito, impresso)

²¹⁴ Não obstante a relevância de aceder e conhecer a documentação preservada em contexto familiar, consideramos que, no âmbito arquivístico, esta prática deverá ser reconhecida, respeitada e contextualizada, em prol do conhecimento histórico sobre as diversas práticas de organização e preservação dos acervos arquivísticos, sob pena de se adulterar o contexto de produção e de organização original da documentação.

²¹⁵ Faz-se, pois, jus, ao conceito de sistema de informação conforme apresentado por SILVA (2006: 162): “Sistema de Informação é uma totalidade formada pela interacção dinâmica das partes, ou seja, possui uma estrutura duradoura com um fluxo de estados no tempo. Assim sendo, um **Sistema da Informação é constituído pelos diferentes tipos de informação registada ou não externamente ao sujeito (o que cada pessoa possui em sua memória é informação do sistema)**, não importa qual o suporte (material e tecnológico), de acordo com uma estrutura (entidade produtora/receptora) prolongada pela acção na linha do tempo.” Subls. nossos.

²¹⁶ Fernández Marcial *et al.* (2015: 9) consideram que: “No âmbito de uma abordagem pós-custodial e científica da CI, os SI de Arquivo, de Biblioteca, de Museu, etc. devem assumir-se, sobretudo do ponto de vista conceptual, como um todo orgânico, constituído por vários subsistemas, que contribuem para a excelência do funcionamento dos Supersistemas em que se inserem através do incremento substancial do seu valor económico, social e cultural, etc.

Daí que todas as partes de um sistema tenham de se interrelacionar e interagir para que seja possível atingir determinando objetivo, neste caso concreto, conseguir criar conhecimento que permita aumentar a criatividade, a inovação e os índices de produtividade das organizações.”

corresponde a ações de produção, recepção e acumulação da informação no âmbito do exercício próprio das funções da Organização Museu. Assim, o desafio epistemológico e técnico passa a ser o de garantir a inteligibilidade, a integridade e a interatividade da informação acumulada no quadro organizacional específico, à luz do qual a informação ganha significado, salvaguardando as suas especificidades de tratamento técnico e de adequado acondicionamento. Como referiu SMIT (2010: 39): “O foco na informação evita que o museu seja percebido como uma acumulação de documentos/objetos, mas como um *locus* de produção de sentido.”

O contributo da revisão conceptual, que vem sendo empreendido no campo da Museologia ao defender o **“acervo da instituição museológica, existente nas reservas, arquivo, biblioteca como um todo unitário nas suas inter-relações informacionais”**²¹⁷, encontra aqui também maior potencial para se concretizar, na medida em que não só a totalidade do acervo – conjunto de “bens culturais” – é interrelacionado, como ele se torna inteligível à luz da particular visão, missão, objetivos e valores de cada Organização Museal, isto é, faz emergir e consolidar a identidade e a relação orgânica entre acervo e Museu.

No que concerne ao plano descritivo, fixaram-se os elementos necessários à descrição das diferentes tipologias de documentos textuais, nomeadamente com base na norma ISAD-G e ODA para a descrição arquivística, a ISBD(A) para monografias antigas (obras impressas entre 1501 e 1800), a ISBD(G) para monografias contemporâneas (posteriores a 1801), estabelecendo critérios específicos consonantes com a missão e objetivos da Organização em causa, como seja, a informação sobre a proveniência (campo 317 UNIMARC), notas aos documentos em mão (marcas ou assinaturas de antigos possuidores, dedicatórias, notas de leitura, *ex-libris*, informação/documentação (textual ou não textual) relacionada, informações fundamentais para documentar os processos de incorporação dos bens culturais e conhecimento do contexto quer da incorporação, quer do uso original dos bens incorporados. Este tratamento técnico não pressupõe a multiplicação de funções/serviços no Museu, apenas o domínio das diferentes linguagens descritivas aplicadas à diversidade de bens culturais incorporados.

²¹⁷ Subls. nossos. In SERÔDIO, 2014: 72.

Por conseguinte, a nossa proposta de esquema de organização e representação da informação tentará representar a complexidade informacional sem a desvirtuar, antes reforçando o todo informacional que estrutura o sistema Museu.

3. ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO COM RECURSO À CLASSIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO

Da produção ao acesso, várias são as funções arquivísticas essenciais para a gestão da informação e do conhecimento organizacional. Rousseau e Couture (1998) identificam sete funções: a produção, a aquisição, a classificação, a avaliação, a descrição, a preservação e o acesso à informação. Apesar de as funções estarem individualmente identificadas, todas elas se relacionam e é a sua complementaridade a base de uma gestão arquivística eficiente e eficaz. Nesta secção, detemo-nos particularmente na classificação e descrição da informação do sistema arquivístico do Museu de Lagos.

Por classificação, a ISO 15489-1:2016 entende a: “*systematic identification and/or arrangement of business activities and/or records into categories according to logically structured conventions, methods, and procedural rules*”²¹⁸.

Os sistemas de classificação são estruturas que contrariam a dispersão e o descontrolo do acesso ao conhecimento no seio de uma organização. Segundo Simões e Freitas (2013: 86):

[...] classificar é o processo que dá origem a um plano estruturado, cuja construção geralmente é a priori, e se baseia em critérios de semelhança e dissemelhança, para, respetivamente, juntar e separar objetos, organizando-os, deste modo, em categorias ou classes, de acordo com as suas qualidades substantivas.

[...] o fim das classificações, consideradas no geral, é organizar a informação e, conseqüentemente, o conhecimento, de uma forma sistematizada, com vista à sua disponibilização, para que os utilizadores a ela possam aceder de um modo pertinente e célere. .

O resultado do processo analítico e sintético de classificar é a elaboração de um quadro (quando organizado *a posteriori*) ou plano de classificação (quando realizado *a priori*) onde são representadas as classes de objetos/entidades, organizados segundo as suas semelhanças e dissemelhanças, ou seja, é um instrumento que permite representar e organizar a informação por classes e assim permitir a sua recuperação eficaz.

Simões e Freitas (2013: 99) sintetizam: “classificar é, pois, um ato que, em termos concetuais, diz respeito sempre ao mesmo: o estabelecimento de classes, agrupadas de uma forma estrutural ou hierárquica num conjunto, variando apenas em razão dos objetivos e das perceções das distintas pessoas que o realizam”.

²¹⁸ ISO 15489-1:2016, *Information and documentation – Records management – Part 1: Concepts and principles*, 2th ed., p. 2.

As autoras introduzem nesta definição um aspeto relevante que diz respeito à subjetividade inerente ao ato de classificar, porquanto depende do contexto, dos objetivos e das pessoas que participam na análise e seleção classificatória. Isto significa que para uma mesma realidade informacional podem existir diferentes propostas de organização.

Não obstante, existem parâmetros a considerar no que à classificação da informação arquivística concerne. Desde logo, os princípios da proveniência, organicidade e integridade que mantêm os documentos inteligíveis ao abrigo do contexto que os gerou, isto é, da instituição que os produziu e acumulou, das relações entre eles e do valor que lhes foi atribuído. Tal implica do classificador um aturado estudo do contexto gerador da informação (nosso capítulo II), como forma de evitar esquemas artificiais de organização, considerando-se que, em sistema de informação arquivísticos, se deve organizar a informação conforme a estrutura do órgão produtor e das suas funções, que resultam em atividades e tarefas materializadas em documentos com valor de prova, isto é, em classificações orgânico-funcionais, capazes de espelhar a Organização como um todo, no conjunto da sua estrutura, funções e atividades.

Simões e Freitas (2013: 104) lembram ainda que, para além daqueles princípios gerais, os seguintes devem igualmente ser objeto de ponderação: “a) simplicidade; b) flexibilidade; c) dinamismo; d) afinidade; e) funcionalidade; f) uniformidade; g) exaustividade; h) exclusividade” e não menos importante, o da “consistência”.

A classificação encontra-se assim intrinsecamente ligada à descrição²¹⁹, ambas fundamentais para empreender o estudo de avaliação da informação²²⁰, que não pode dispensar o conhecimento efetivo do contexto que gera e usa a informação²²¹. A primeira porque nos concede a visão global e integrada do contexto de produção, a segunda porque nos representa o conteúdo dos documentos e a terceira porque, em função das primeiras, define o destino dos documentos, isto é, a sua (im)possibilidade de preservação e de acesso futuro. O conjunto aumenta a segurança e a capacidade de gerir o fluxo

²¹⁹ De acordo com PORTUGAL. Instituto Português da Qualidade. Comissão Técnica 7 (2005: 15) entende-se a descrição arquivística como: “operação que consiste na representação das unidades arquivísticas, acervos documentais e coleções factícias, através da sua referência e de outros elementos, nomeadamente os atinentes à sua génese e estrutura, assim como, sempre que for o caso, à produção documental que as tenha utilizado como fonte. A descrição arquivística tem como objectivo o controlo e/ou a comunicação dos documentos”.

²²⁰ A avaliação arquivística consiste na “determinação do valor arquivístico de documentos de arquivo, com vista à fixação do seu destino final: conservação permanente ou eliminação”, o que implica decisões sobre prazos de retenção, conservação, eliminação ou transferência de documentos, consignadas em regulamentos de conservação arquivística ou outros instrumentos reguladores. (NP 4041, 2005).

²²¹ Sobre a operação de avaliação em arquivística, cf. SILVA e RIBEIRO (2000: 57-113).

informacional, assim como o desempenho organizacional no que concerne às funções de acondicionar, preservar, processar e disponibilizar informação museal.

Devemos, por fim, destacar que todas estas tarefas devem ser continuamente ponderadas e justificadas à luz do conhecimento sobre o sistema de informação original.

No nosso caso concreto, após o estudo da estrutura orgânica, funções e evolução do sistema de informação do Museu de Lagos, com base no estudo dos documentos legais, das práticas dos agentes sociais envolvidos, da análise da documentação concreta que perdura no sistema, elaborámos a proposta de esquema de classificação infra (quadro 8), que visa refletir o todo informacional que estrutura globalmente a Organização.

Durante este processo de análise e síntese, foi necessário proceder a reajustes terminológicos e a alterações face ao esquema de ordenação em vigor (quadro 5), por três razões principais: i.) o aprofundamento do conhecimento sobre o sistema de informação em causa, numa perspetiva retrospectiva e prospetiva; ii.) o contacto direto com os documentos e o uso que deles é feito; iii.) a abordagem holística. A nossa proposta de quadro de classificação (apêndice III), que deriva do nosso lugar epistemológico implicando um caráter de subjetividade, tem em consideração a evolução cronológica orgânico-funcional do Museu de Lagos, o esquema organizativo existente e a avaliação da documentação acumulada (apêndice IV).

Assim, destacamos as duas alterações mais significativas face às classes anteriormente definidas para organizar a informação. Referimo-nos à eliminação da classe “Entidades de Museologia e Documentação” e “Centro de Documentação” e ao seu reajuste conforme o plano organizativo e descritivo atrás apresentado.

Considerando-se a unidade organizacional Museu de Lagos, entende-se que as suas várias instalações físicas integram a unidade Museu, assim como a totalidade do acervo que gere, independentemente da sua localização física. O mesmo princípio se estabeleceu quanto ao “Centro de Documentação”, que se verificou ser o espaço de guarda dos bens culturais arquivísticos e bibliográficos.

Para que se possa “garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais” preservados e comunicados pelo Museu, conforme previsto na Lei Quadro dos Museus Portugueses, artigo 3.º, considera-se que estes devem ser considerados, independentemente da sua localização ou tipologia, como acervo do Museu, na sua

relação orgânica, obedecendo aos mesmos princípios de gestão, isto é de incorporação, inventário, investigação, conservação, circulação e divulgação.

Deste modo, a “Secção C: Gestão do Acervo” não distingue bens museológicos, de bens arquivísticos, de bens bibliográficos, de bens imóveis. O que está em causa são “bens culturais” à guarda do Museu, conceito onde, conforme a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, se incluem “os bens móveis²²² e imóveis²²³ que (...) representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura (art.º 14.º), podendo abranger “bens naturais, ambientais, paisagísticos ou paleontológicos”, bens materiais e imateriais, “ainda que o respectivo acervo integre espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico” (Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto, art.º 3.º)²²⁴.

Por conseguinte, nem “entidades de museologia”, nem “centro de documentação” ficaram autonomizados. Os acervos reunidos em cada um destes espaços estão na sua totalidade integrados nas subsecções que correspondem às funções de Gestão do Acervo (secção C).

É na subsecção “C/3: Inventário de bens culturais” que se torna mais evidente o reajuste hierárquico proposto em coerência com o que vimos defendendo. Aqui integramos o inventário do acervo bibliográfico e do acervo arquivístico, sem sucumbirmos ao apelo

²²² “Artigo 55.º Bens culturais móveis

1 — Consideram-se bens culturais móveis integrantes do património cultural aqueles que se conformem com o disposto no n.º 1 do artigo 14.º e constituam obra de autor português ou sejam atribuídos a autor português, hajam sido criados ou produzidos em território nacional, provenham do desmembramento de bens imóveis aí situados, tenham sido encomendados ou distribuídos por entidades nacionais ou hajam sido propriedade sua, representem ou testemunhem vivências ou factos nacionais relevantes a que tenham sido agregados elementos naturais da realidade cultural portuguesa, se encontrem em território português há mais de 50 anos ou que, por motivo diferente dos referidos, apresentem especial interesse para o estudo e compreensão da civilização e cultura portuguesas.

2 — Consideram-se ainda bens culturais móveis integrantes do património cultural aqueles que, não sendo de origem ou de autoria portuguesa, se encontrem em território nacional e se conformem com o disposto no n.º 1 do artigo 14.º

3 — Os bens culturais móveis referidos no número anterior **constituem espécies artísticas, etnográficas, científicas e técnicas, bem como espécies arqueológicas, arquivísticas, áudio-visuais, bibliográficas, fotográficas, fonográficas** e ainda quaisquer outras que venham a ser consideradas pela legislação de desenvolvimento.” Subls. nossos. Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro.

²²³ Art.º 15.º: Monumento, conjunto ou sítio.

²²⁴ Pontifica nesta abordagem a visão integrada, como também defenderam Calado, Leite e Pereira (2003: 5-15) a propósito da abordagem aos bens culturais móveis integrados em imóveis, afirmando os autores: “como **património integrado** deve entender-se **todos os bens cuja finalidade e existência foi determinada pelo próprio edifício** que os contém e **que constituem com ele uma unidade**.” (p. 15) Mais adiante, os autores advertem: “A dispersão, a deslocação, a alienação ou o roubo, são atentados patrimoniais que não se devem repetir”, (p. 16). De notar que esta não é uma realidade ultrapassada e que nos cabe uma atitude vigilante perante práticas que, frequentemente mascaradas de técnico-profissionais, conduzem à desintegração de conjuntos patrimoniais integrados e complexos.

de criar unidades orgânico-funcionais, apenas porque estamos perante determinada tipologia documental (em última análise, tal implicaria criar um serviço para cada tipologia de bens: serviço de pintura, serviço de escultura, etc., quando o que se trata é de tratar informação sobre bens culturais), não ignorando, porém, as suas especificidades no que ao tratamento técnico diz respeito, conforme já explicámos.

Julgamos, assim, que este esquema está mais conforme aos princípios de formação e desenvolvimento, missão e objetivos da instituição Museu de Lagos, retificando a hierarquização das várias coleções do acervo e potenciando uma gestão integradora e interrelacionada dos seus recursos, harmonizando as suas diferentes facetas, normas, ou requisitos de tratamento técnico e de conservação.

Começamos, antes de mais, por estabelecer a codificação do sistema de informação que permitirá identificar, de forma inequívoca, a instituição e estabelecer a ligação com os elementos descritos, assumindo-se como código de referência único, o que lhe permitirá trocar informação, a nível nacional e internacional, sem perda de identidade²²⁵.

Quadro 7: Formação de código de referência único.

Código do país	Código da Entidade	Código do Arquivo	Código de Secção	Código de Subsecção	Código de Série
PT <i>(Portugal)</i>	MLJF ²²⁶ <i>(Museu de Lagos - Dr. José Formosinho)</i>	AMLJF <i>(Arquivo Museu de Lagos – Dr. José Formosinho)</i>	A <i>(Legislação e Normalização)</i>	1 <i>(Legislação)</i>	01 <i>(Museus: enquadramento legal portugueses)</i>
PT/MLJF/AMLJF/A/1/01					

Fonte: Elaboração própria.

Seguem-se a proposta de esquema de classificação (quadro 8), a sua aplicação no quadro de classificação e avaliação da informação (apêndice III), e, por fim, a descrição da informação acumulada no Museu de Lagos, representando-se a documentação em contexto no sistema que a produziu, a sua identificação de acordo com o quadro de classificação e a localização física (apêndice IV).

²²⁵ Cf. *ISAD(G) Norma Geral de Descrição Arquivística*, Segunda Edição, 2002, p. 17.

²²⁶ Para efeitos de gestão da informação, a direção do Museu decidiu adoptar as iniciais MLJF (Museu de Lagos - Dr. José Formosinho), como sigla de identificador único, pois o identificador administrativo (MLGS) confunde-se com o do próprio Município (MLGS).

Quadro 8: Proposta de Esquema de Classificação do Sistema de Informação Museu de Lagos

Secção A	Constituição, legislação e normalização
Subsecção A/1	Constituição
Subsecção A/2	Legislação
Subsecção A/3	Regulamentos
Subsecção A/4	Normas técnicas
Subsecção A/5	Identidade gráfica
Secção B	Gestão de Recursos Humanos
Subsecção B/1	Serviço
Subsecção B/2	Formação
Secção C	Gestão do Acervo
Subsecção C/1	Incorporação de bens culturais
Subsecção C/2	Depósito de bens culturais
Subsecção C/3	Inventário de bens culturais
Subsecção C/4	Conservação e restauro de bens culturais
Subsecção C/5	Circulação de bens culturais
Secção D	Planeamento, Controlo e Cooperação
Subsecção D/1	Planeamento
Subsecção D/2	Controlo
Subsecção D/3	Cooperação
Secção E	Gestão de Atividades de Extensão Cultural
Subsecção E/1	Exposições e outras atividades
Subsecção E/2	Serviço educativo
Subsecção E/3	Divulgação
Secção F	Atendimento ao Público
Subsecção F/1	Público dos diversos equipamentos
Subsecção F/2	Estudos e avaliação
Secção G	Aquisição de bens e serviços
Subsecção G/1	Interna (Câmara Municipal de Lagos)
Subsecção G/2	Externa

Fonte: Elaboração própria.

O desenvolvimento dos instrumentos de organização da informação supra e no apêndice III e IV oferecem ao Museu de Lagos uma organização sistémica da informação e a possibilidade de, conforme a Norma Portuguesa 4438-1 e a sua subsequente ISO 15489-1:2016:

- Estabelecer relações entre os documentos individuais e as atividades desenvolvidas pela Organização, independentemente do seu formato ou suporte;
- Facilitar a recuperação da informação e a localização dos documentos;
- Possibilitar o fornecimento de prova das atividades desenvolvidas;
- Fornecer proteção e suporte em caso de litígio;
- Definir níveis de proteção e de acesso conforme as características dos documentos;
- Definir responsabilidades pela gestão de diferentes conjuntos documentais;
- Prevenir a perda ou extravio de documentos;
- Determinar prazos adequados de retenção e tarefas de eliminação ou de transferência de documentos;
- Interrelacionar informação sobre bens culturais, independentemente da sua natureza ou localização;
- Afirmar a identidade institucional na comunicação com o público interno e externo, através da implementação de normas de partilha da informação;
- Garantir que os documentos são referenciados adequadamente ao longo do tempo;
- Proteger a propriedade intelectual;
- Satisfazer requisitos legais e regulamentares e demonstrar a conformidade da Organização com os mesmos, em caso de auditoria, fiscalização, ou prestação de contas;
- Suportar e documentar atividades de investigação e desenvolvimento;
- Fornecer consistência e desempenho eficiente nas atividades e serviços prestados pela Organização;
- Melhorar a transparência e responsabilidade no acesso à informação e à prestação de contas;
- Preservar a memória institucional.

4. EQUACIONAMENTO CRÍTICO: a pertinência funcional do Centro de Documentação no Museu

À medida que fomos avançando no projeto, confrontando criticamente o nosso enquadramento epistemológico com o conhecimento da realidade museológica e, em particular, com o conhecimento das repercussões que um entendimento holístico e integrado pode ter, tanto na perspetiva da otimização da gestão do sistema de informação, quanto na dinâmica da própria instituição, tornou-se inevitável questionar o lugar funcional do Centro de Documentação na estrutura organizacional, pois, foi ganhando forma a emergência de um único sistema de informação organizacional, apto à gestão informacional integrada, que não ignora as diferentes facetas e requisitos da atividade, antes a potencia.

No âmbito da abordagem sistémica que garante o tratamento intelectual diferenciado de cada documento/bem cultural na sua relação com a missão e objetivos institucionais do Museu e com o público que serve, faz sentido desenvolver subsistemas de informação autonomizados nas funções de “arquivo”, “biblioteca”, ou “centro de documentação” em museus, sobretudo quando estes podem induzir a lógicas internas desagregadoras da informação e da documentação?

Ao desenvolvermos esta reflexão, rapidamente nos demos conta de que os museus portugueses apresentam uma relação de aparente equivalência entre os serviços de biblioteca e de centro de documentação, sem significativas diferenças nos serviços que prestam sob uma ou outra designação.

Assim o comprovámos com o objeto do nosso estudo, que criou inicialmente uma *biblioteca*, renomeada como *centro de documentação*, sem que dessa alteração tivesse resultado uma mudança nos serviços prestados pelo serviço, antes uma reconfiguração sobre o acervo aí reunido. A consulta ao sítio de internet da BAD, que inclui um diretório dedicado a *Bibliotecas de Museus* é exemplo da nossa afirmação²²⁷. Nas 61 “bibliotecas” apresentadas no diretório estão incluídas unidades com outras designações, tais como “Centros de Documentação”, “Centro de Documentação e Informação”, “Centro de Documentação e Informação”, “Biblioteca Especializada”, “Gabinete de leitura”, “Casa Museu”, “Fundo local”. A leitura da apresentação de cada uma das organizações e o

²²⁷ Disponível em: <https://diretorio.bad.pt/?ait-dir-item-category=bibliotecas-museus>

confronto entre elas revela equivalências, como a título exemplificativo, se transcreve da apresentação do Centro de Documentação do Museu de Olaria: “Serviços prestados: O **Centro de Documentação** do Museu de Olaria (ou **biblioteca especializada**) é um serviço fundamental que tem por objetivo **salvaguardar e gerir o espólio documental do Museu**, para além de promover a sua divulgação junto dos diversos públicos a que se destinam.”²²⁸

Esta situação gera indefinição e a inconsistência nos conceitos, que nos levam a questionar a sua identidade e pertinência. Igualmente, em trabalhos recentes sobre sistemas de informação em museus, verificámos que não existe uma problematização quanto à natureza dos sistemas biblioteconómicos específicos em presença, sendo prevalente a problematização sobre as potencialidades que a informatização trouxe ao mundo dos museus, em especial para a gestão do acervo²²⁹.

Considerando que o nosso objetivo inicial consistiu na apresentação de uma proposta de otimização do sistema de informação do Museu de Lagos, atentamos útil precisar o conceito de “centro de documentação”, uma vez que a semântica conta e este exame justificará a pertinência e adequabilidade da nossa proposta.

Abrimos o campo de exploração a partir da definição dicionarística de “centro de documentação” de Faria e Pericão (2008) e, para obtermos uma visão diacrónica sobre a evolução do conceito, consultámos duas publicações de referência na área da biblioteconomia, arquivística e documentação portuguesas, tendo em vista recensar a introdução, divulgação e expressão do tema junto da comunidade dos leitores portugueses especialistas. Trazemos à colação os *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal* (1914-1917, 1920-1949)²³⁰ e os *Cadernos de biblioteconomia, arquivística e documentação* (1963-1989), mais conhecidos pelo título da sua segunda série *Cadernos BAD* (1990-)²³¹.

²²⁸ Subs. nossos. Disponível em: <https://diretorio.bad.pt/?dir-item=centro-de-documentacao-do-museu-de-olaria>

²²⁹ Veja-se a este propósito os trabalhos de FURTADO (2021), ALVES (2020), BARROSO (2018), MONTEIRO (2014), BRAGA (2012), ou MARQUES (2010).

²³⁰ *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. N.º 1 (out. 1914) - n.º 10/11 (abr.1917). Sucedeu-lhe os *Anais das bibliotecas e arquivos*, dir. Júlio Dantas. Lisboa: Tipografia da Biblioteca Nacional, s. 2, n.º 1 (jan./mar. 1920) – n.º 77/78 (1949). Ambas as séries disponíveis em: <https://purl.pt/255>

²³¹ *Cadernos de biblioteconomia, arquivística e documentação*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1963-1989, continuados por *Cadernos BAD*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, n.º 1 (1990-). Atualmente, integralmente disponíveis em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/issue/archive>

A escolha destas publicações prende-se com o emprego de critérios qualitativos, designadamente o seu enquadramento institucional em organizações orientadoras das práticas científicas e profissionais desta área em Portugal, o reconhecimento pelos pares acerca da relevância destes periódicos para a conformação do respetivo campo epistémico e o facto de, no conjunto, nos permitirem um intervalo temporal de análise que perpassa o século XX, desde 1914 até à atualidade, permitindo-nos a abordagem diacrónica.

No *Dicionário do Livro*, de Faria e Pericão (2008: 240-241), as autoras apresentam cinco entradas com claras relações sinonímicas²³². Definem o conceito aqui em análise como: “organismo que assume funções de organização e tratamento da documentação e difusão da informação a vários níveis”, acrescentando que, no caso português, a expressão é usada para “designar as bibliotecas de empresa e de organismo da administração pública”. As autoras estabelecem, assim, uma relação de equivalência semântica entre “centro de documentação” e “biblioteca”, ainda que, na entrada de “biblioteca”, a remissão seja feita para “centro de informação” e não para “centro de documentação”, como seria expectável.

A definição poderá satisfazer o leitor comum, mas ao especialista interessa o rigor que permita estabelecer os limites e os traços distintivos entre estas duas unidades biblioteconómicas, para se situar epistemologicamente e ser capaz de ponderar sobre as suas forças e fraquezas, ou decidir sobre o melhor enquadramento para as relações função-serviço. Serão, então, coincidentes nas suas funções, bibliotecas e centros de documentação, podendo esperar-se futuramente a sua fusão?

Os Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal (1914-1949)

Da consulta à coleção completa dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, verifica-se que são os volumes finais (XVIII-XXI, 1948/1949) os que concentram a sua atenção nos assuntos relativos a serviços de informação bibliográfica, dando a conhecer as experiências internacionais. É no volume XX (1948) que António Ferrão introduz, pela primeira vez, uma secção de divulgação relativa aos “Centros de documentação” (p. 9-10). Nela apresenta a definição, objetivos e diferenças relativamente às bibliotecas

²³² Nomeadamente: “Centro de documentação”, “Centro de documentação social”, “Centro de informação”, “Centro de informação”, “Centro de informação documental”, “Centro de Informação e documentação”, “Centro de informação técnica”.

especializadas, ficando muito claro que, apesar de existir alguma proximidade entre os dois conceitos, eles cumprem-se como organismos distintos, podendo, no limite, um centro de documentação não possuir uma biblioteca, como virá a ser demonstrada pela experiência que, em Portugal, Maria Manuela Cruzeiro levará a cabo na secção de documentação económica do Instituto Nacional de Investigação Industrial nos anos 1960, cuja característica é “a quase total ausência de existências”²³³. Mas quanto à distinção entre os dois organismos, treze anos após a definição do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, não há argumentos para a sua confusão visto estarem em níveis distintos: “Uma coisa, contudo, está hoje definitivamente fixada, ao contrário do que imaginava, em 1937, Emile Leroy, no seu *Guide des bibliothèques de Paris: Centros de documentação e Bibliotecas especializadas são coisas inteiramente diferentes.*”

A definição de “Centro de Documentação” e respetivos objetivos é apresentada com clareza. Apesar da extensão, considera-se oportuna a sua transcrição completa, porque fundadora na literatura portuguesa:

Agora, vamos tratar de um outro departamento de trabalhos, de âmbito mais amplo, pois, compreende, além do serviço de informações bibliográficas, o de indagações e comunicações documentais: manuscritos, espécies dactilografadas, fotocópias, etc.

É a tais serviços, compósitos, de informações / bibliográficas e de trabalho heurístico que se dá o nome de Centros de documentação.

Em 1935, o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual – utilíssimo organismo que funcionou junto da falecida Sociedade das Nações, como a Unesco existe actualmente, como dependência das Nações Unidas, – **definiu tais Centros de documentação como conjuntos de serviços dispendo de uma documentação geral ou especial, completa ou parcial, metodicamente organizada e posta à disposição dos interessados.** Assim, «um centro de documentação» **compreende serviços de conservação** (documentos ou referências), de **despojo** (*dépouillement*) e de **difusão, comportando** essencialmente a **colaboração entre um serviço** que **reúne, regista e classifica os documentos** (arquivos, bibliotecas, cinematecas, discotecas, museus, etc.), um **serviço que despoja os documentos**, tirando deles todos os elementos utilizáveis, tendo em vista a preparação de repertórios, dossiers, análises, etc.; e **um serviço que põe tal documentação à disposição do público, por meio de informações, comunicações, publicações, reproduções, traduções, etc.**

²³³ *In* CRUZEIRO (1970: 76). A autora expõe: “A principal característica da Secção de Documentação Económica é a quase total ausência de existências. Não está ligada à Biblioteca, servindo-se apenas desta como utente, requisitando revistas ou livros que explora e trata, devolvendo-o em seguida e não servindo de intermediária entre o leitor da Biblioteca e esta. [...] Tem, como objectivo, fornecer informação bibliográfica sobre assuntos de Desenvolvimento Económico (p. 76). [...] Em conclusão, a Bibliotecária [...] julgou preferível [...] adoptar um conceito de Centro de Documentação muito pouco divulgado ainda em todo o mundo, apesar de já bastante teorizado e que consiste no Centro de Documentação autónomo, no que se refere a elementos, independentes de qualquer Biblioteca ou Arquivo, sem outras existências que não sejam os elementos que circulam sem permanecer definitivamente, mas que deixam como vestígio a referência, que poderá ser localizada nos ficheiros, de acordo com o interesse do utente.” (pp. 78-79).

Tal definição e tal fixação de objectivos dos Centros de Documentação, estabelecidos, em 1935, pela Comissão internacional de cooperação intelectual estão hoje consagrados. (pp. 9-10)

Esta abertura ao tema é retomada no volume seguinte por António Ferrão e amplamente desenvolvido, dedicando-lhe doze páginas de texto, organizadas de acordo com as seguintes secções: “I – Sua constituição, difusão e federação; II – Sua organização e funcionamento; III – Seu papel e função na organização cultural pública; IV – Relatos analíticos de publicações como material informativo; V – A sua falta entre nós. Exemplos estrangeiros que conviria seguir; VI – A sua subordinação técnica a Inspeção Superior; VII – Bibliotecários e Documentalistas; VIII – Necessária reorganização dos Cursos ou Escolas de Bibliotecários-Arquivistas.”

Esta ampla explanação, sustentada na experiência internacional, com carácter inédito em Portugal, demonstra o elevado interesse que o assunto mereceu junto da Inspeção Superior das Bibliotecas e Arquivos, não só como amplificação das questões bibliotecárias, mas, como afirma António Ferrão:

[...] **pelo interesse que eles devem merecer aos poderes públicos**, nos organismos de administração do Estado, às instituições científicas e às empresas particulares de indústria, comércio, transportes, etc., pois é reconhecido por toda a parte que **não pode haver uma boa e eficiente administração pública, nem das empresas particulares, nem os organismos ou serviços do Estado ou privados podem progredir sem os correspondentes Centros de Documentação.**²³⁴

Tal afirmação decorre da consciência do enorme surto de conhecimentos em todas as áreas e da grande diversidade de novas formas e meios de transmissão.

O livro e o periódico deixam de ser os protagonistas da transferência de informações e de conhecimentos necessários aos diversos organismos e empresas, levando o autor a considerar que, perante este panorama: “as Bibliotecas já não são centros suficientes de cultura” (p. 26), pois se achavam “constituídas exclusivamente por espécies impressas – obras e publicações periódicas” (p. 34), ao passo que a atualidade exigia «fornecer todas as possíveis fontes de informação aos membros das sociedades científicas ou outras, ao pessoal de uma administração ou de uma empresa», identificadas em “espécies de outras ordens: discos, fotografias, microfotografias, filmes e microfilmes, gráficos, relatórios dactilografados, etc., etc.” (p. 34). Isto é, ao Centro de Documentação cabia recolher, tratar e difundir uma miríade de formatos e de diferentes estatutos documentários não previstos nos serviços das bibliotecas.

²³⁴ Subls. nossos. In FERRÃO (1949: 26).

Face às exigências colocadas a cada um dos serviços, o autor clarifica igualmente as diferenças do perfil formativo e profissional do bibliotecário e do documentalista. Ao primeiro bastava uma formação “mais simples e fácil”, cultura geral, “o conhecimento da biblioteconomia, a familiaridade com as bibliografias gerais e particulares das especialidades dos estabelecimentos que servem”. Ao passo que, especifica António Ferrão:

[...] os documentalistas necessitam de uma preparação muito mais vasta e muito mais profunda, pois além de terem de trabalhar com espécies impressas hão-de conhecer todas as outras fontes que possam fornecer elementos de informação às clientelas dos **centros de informação** a que pertencem.²³⁵

Este requisito é fundamental ao documentalista que deve ter uma constante atitude pró-ativa face às necessidades dos utilizadores, procurando antecipá-las, como se pode ler:

Além disso, **é essencial ao documentalista conhecer, a fundo, constituição e funcionamento da empresa, organismo ou serviço** onde funciona o respectivo **centro de informação** e os métodos e processos de aquisição, despojo, valorização e divulgação das fontes de informação e conhecimento que **interessam às clientelas** de tais centros.²³⁶

É, pois, da dimensão informacional que se trata.

Cadernos BAD (1963-)

Os Centros de Documentação

O primeiro elemento significativo que desejamos destacar no exame à coleção do periódico é o da evolução do seu título, que não inclui, *ab ovo*, o conceito de Documentação. O número de estreia data de abril de 1963 e apresenta-se ao público como *Cadernos – biblioteconomia e arquivística*. Só um ano depois, em setembro de 1964, noticia o investimento na melhoria da apresentação e reprodução gráfica e dá conta do plano de ampliação do título para a fórmula que ainda permanece atualmente: *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, prometendo “inserção mais frequente de artigos sobre documentação”²³⁷. O primeiro número a sair com esta designação data de março de 1965. Passavam, então, trinta anos sobre a instituição dos Centros de Documentação e dezasseis anos sobre o fundador artigo de António Ferrão (1949).

Ainda assim, a mudança discursiva que é operada ao nível do título atesta a legitimação profissional da nova disciplina, antes mesmo de existir quadro legal, o que só acontecerá

²³⁵ In FERRÃO (1949: 34).

²³⁶ *Ibidem*.

²³⁷ *Cadernos de Biblioteconomia, Arquivística e Documentação*, n.º 6, set./1964, p. 3.

com o Decreto-Lei n.º 49 009, de 16 de maio de 1969²³⁸, ou da adequada formação universitária de ensino, o que apenas se atualiza pelo Decreto-Lei n.º 87/82, de 13 de julho, extinguindo o antigo Curso de Bibliotecário-Arquivista (f. 1935, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) e substituindo-o pelo Curso de Especialização em Ciências Documentais²³⁹.

A publicação prometeu e cumpriu, posto que o n.º 2, de jun./1965, publicou o primeiro artigo dedicado ao assunto, intitulado “Medicina e Documentação”, da autoria de Maria Teresa Pinto Mendes. A autora relata uma realidade já consolidada no país: “Temos já em Portugal, em vários campos científicos, bem montados e eficientes centros de documentação. Penso, no entanto, que a Medicina os não possui ainda (...)” (p. 118).

Os anos de 1965 a 1971, revelam um período de consolidação dos centros de documentação em Portugal. Com relevante interesse para o tema, publicaram-se, por ordem cronológica:

1965 – MENDES, Maria Teresa Pinto – “Medicina e Documentação”, n.º 2, pp. 117-119.

1965 – PORTOCARRERO, António – “A Documentação, a Ciência e a Técnica”, n.º 3, 1 set., pp. 161-172.

1966 – NORTON, Manuel Artur – “A reorganização do centro de documentação técnica do laboratório de ensaios de materiais e mecânica do solo”, n.º 1, 1 mar., pp. 9-12.

1967 – CALADO, Adelino – “Investigação e documentação ao nível nacional”, n.º 4, out., pp. 170-179.

1969 – EDITORIAL – “Considerações breves sobre a nova legislação que prepara os bibliotecários, arquivistas e documentalistas em Portugal»” n.º 3, jul., pp. 163-162.

1970 – SLYPE, George Van – “Grands lignes d’une politique nationale de la documentation au Portugal”, n.º 1, pp. 4-23.

²³⁸ Este Decreto-Lei regulou a prestação de estágio para a preparação técnica dos bibliotecários, arquivistas e documentalistas, regulamentado pela Portaria de 3 de setembro de 1969. Incluía a frequência a sessões de aulas previstas no diploma, lecionadas na Biblioteca Nacional e no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, com a duração de 15 meses. De salientar, face ao contexto formativo desta época, o facto de esta modalidade ter introduzido novas disciplinas, tais como a Sociologia da Informação, a Sociologia da Leitura, a Informática e a Administração de Centros de Documentação, abandonando, por exemplo, a numismática, o que significou uma tentativa de atualização formativa relativamente às novas exigências sociais e profissionais. Cf. LIMA (1985).

²³⁹ Para o estudo diacrónico dos espaços de formação e ensino em Ciência da Informação em Portugal, cf. LIMA (1985: 133-146), PINTO (2008: 7-62) e MARCOS (2016: 3-21).

1970 – CRUZEIRO, Maria Manuela – “A secção de documentação económica do Instituto Nacional de Investigação Industrial”, n.º 7, abr., pp. 74-79.

1971 – PEIXOTO, Jorge – “Sistema mundial de informação científica: o UNISIST”, n.º 3, jul., pp. 65-77.

1971 – CALADO, Adelino Almeida – “Plano de um sistema provincial de informação científico-técnica”, n.º 3, jul., pp. 121-143.

1971 – AMADOR, Rui – “Documentação e empreendimentos”, n.º 3, jul., pp. 144-147.

1971 – PACHECO, Maria Fernanda Ribeiro Duarte – “Achegas para o estudo do panorama actual da documentação nalguns países da Europa”, n.º 4, out., pp. 181-185.

1971 – ZAMBEL, Miriam Mani – “Centros de Documentação: uma necessidade vital”, n.º 4, out., pp. 190-194.

1971 – CRUZEIRO, Maria Manuela – “Necessidade de cooperação nas tarefas de documentação”, n.º 4, out. pp. 195-197.

Os artigos alinham-se em evidente atualização científica. Portocarrero (1965: 161-172) sustenta a sua argumentação com base na referência teórica do tratado de S. C. Bradford, *Documentação*, inspirado na obra de Paul Otlet²⁴⁰, e são comuns as referências aos avanços internacionais, como em Calado (1967), Cruzeiro (1970), Peixoto (1971), ou Pacheco (1971).

Os autores assumem uma atitude claramente crítica face a algumas decisões de política portuguesa. Calado (1967) censura o facto de a criação da Junta Nacional de Investigação Científica não ter considerado a Documentação como essencial ao rendimento da investigação científica nacional e propõe a criação de um Centro Nacional de Documentação, à semelhança do que se verifica no panorama internacional, cujas funções seriam organizadas em três eixos: i) recolha e conservação, a desempenhar pela biblioteca; ii) tratamento: análise e traduções de conteúdo; iii) difusão: recuperação da informação, publicações e reprografia (Calado, 1967: 178-179). O autor reconhece,

²⁴⁰ Paul Otlet (1868-1944) conjuntamente com Henri La Fontaine (1854-1943) são considerados os fundadores de um novo campo de conhecimento – a Documentação – alargando o conceito de documento a suportes não convencionais e à informação neles contida. Por esta razão, são considerados os precursores da Ciência da Informação. A obra de Paul Otlet, *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelles: Editions Mundaneum; Palais Mondial; Imp. Van Keerberghen & fils, 1934, 431 p. é a obra de síntese do seu pensamento.

todavia, que os maiores entraves a um projeto desta natureza se encontram no «antiquado Curso de Bibliotecário-Arquivista», incapaz de atualizar a formação para os documentalistas.

Na mesma linha de pensamento, Slype (1970) apresenta uma estruturada proposta para o desenvolvimento de uma política de documentação em Portugal, propondo a criação do Centro Nacional de Documentação Científica e centros sectoriais em empresas, faculdades, ministérios, associações ou grémios. Para o Centro Nacional, o autor prevê a sua organização em quatro órgãos:

- 1) **Biblioteca** com funções de recepção, registo, gestão e disponibilização de stock.
- 2) **Documentação** com funções de estudo de utilizadores, aquisição conforme as necessidades dos utilizadores, difusão de documentos conforme o perfil dos utilizadores, a organização de pesquisas: «**plus que des documentalistes, ses agents doivent être des «Informations officers»**».
- 3) **Informação**, com funções de difusão de conhecimentos nos domínios específicos do Centro, em vez de fornecer bibliografias ou documentos, e incluindo: respostas a pedidos precisos, redação de “estados da arte”, publicação de revistas técnicas; traduções.
- 4) **Reprografia**: destinada aos utilizadores.

No que diz respeito aos recursos humanos, George Van Slype considera fundamental a formação universitária para os documentalistas e especialistas da informação e o curso dos liceus ou escolas técnicas para os bibliotecários.

Os números 3 e 4, publicados em 1971, consolidam a reflexão e a defesa dos centros de documentação como serviços essenciais ao desenvolvimento científico, técnico, económico e humano do país – um meio para responder ao “surto excepcional de publicações de várias ordens em todas as matérias que constituem o conhecimento humano”²⁴¹. O título do artigo de Miriam Mani Zambel é bem ilustrativo: “Centros de documentação: uma necessidade vital”.

Em 1974, surge o conceito de “sistema integrado” associado ao contexto da automatização e, a partir de então, a problemática preponderante passa a concentrar-se nos desafios que a informatização coloca aos serviços e aos profissionais.

Com a chegada do novo regime democrático, os centros de documentação ganharam novo impulso no contexto de fundação das novas universidades, ao ser contemplados como

²⁴¹ *In* CRUZEIRO (1971: 195).

parte integrante das condições de base para o desenvolvimento científico do país (Decreto-Lei n.º 402/73, de 11/08/1973, art.º 27.º)²⁴².

Com a democracia, concretizou-se a tão desejada remodelação do curso de Bibliotecário-Arquivista, com a criação Curso de Especialização em Ciências Documentais (Decreto-Lei n.º 87/82, de 13 de julho). Não obstante a reformulação, esta não agradou completamente aos profissionais por continuar a incidir, segundo Silva e Ribeiro (2010), sobre o tratamento técnico dos documentos e não na informação. Ribeiro (2006) considerou mesmo que o Curso em Ciências Documentais configurou um certo retrocesso face ao seu antecessor, ao determinar que os alunos tinham de optar no segundo ano da formação por uma das áreas, bibliotecas ou arquivos, originando uma formação mais redutora e tecnicista e perfis socioprofissionais mais solipsistas. No entanto, o curso permitiu avanços em cada uma das áreas disciplinares e uma renovação, nomeadamente no campo da atividade das bibliotecas.

O n.º 3 de 1993 dos *Cadernos*, integralmente dedicado ao valor da informação e às reformulações em curso nos perfis profissionais e no perfil identitário das organizações, demonstra a tentativa de as bibliotecas alcançarem a natureza dos serviços prestados pelos centros de documentação, não legitimando já diferenças. O texto de Ana Maria Ramalho Correia e Maria Joaquina Barrulas é exemplar a este propósito:

Na nossa opinião o bibliotecário não se transformou primeiro em documentalista, depois em cientista da informação e mais tarde em gestor de informação, ou «especialista de tecnologias de informação».

Em primeiro lugar, **a distinção entre bibliotecários e documentalistas é, quanto a nós, mais uma questão terminológica do que outra coisa.** Como sabemos, na literatura anglo-saxónica prevalece a utilização do termo biblioteca enquanto que **em Portugal, certamente por influência francesa se começou a utilizar centro de documentação para designar as bibliotecas de empresa e de organismo da administração pública.** Talvez porque a imagem das bibliotecas em Portugal não era de forma alguma a de instituições dinâmicas capazes de explorar as suas colecções de livros ou documentos e fornecer os serviços de informação que os utilizadores na indústria, na administração, nos serviços exigiam.

Em segundo lugar, **os conteúdos funcionais do bibliotecário e do documentalista não são em bom rigor diferentes,** o que pode divergir são os meios e recursos ao dispor de cada um. Em ambos os casos abrangem as clássicas divisões de recolha, tratamento, armazenamento e difusão da informação.²⁴³

O texto das autoras comprova a renovação das bibliotecas portuguesas no sentido de se assumirem como “serviços de informação”, mas revela desconhecimento sobre a

²⁴² Cf. CALADO (1976).

²⁴³ Subls. nossos. In CORREIA E BARRULAS (1993: 154-155).

genealogia dos centros de documentação em Portugal e, por conseguinte, uma visão redutora, que será transplantada para o *Dicionário* de Faria e Pericão (2008), como tivemos oportunidade de citar no início desta secção.

Com uma formação académica que não foi capaz de responder cabalmente às necessidades da sociedade de informação através do aperfeiçoamento de profissionais de informação, as bibliotecas começaram, progressivamente e a partir de finais dos anos 1980, a desejar assumir os serviços antes vocacionados para os centros de documentação. A efetivação plena destes exigiu, desde o início, necessidades de recursos humanos altamente especializados (“devendo nivelar-se os documentalistas com os investigadores científicos e com os engenheiros”, *in* Ferrão, 1949: 26), recursos técnicos, tecnológicos e financeiros exigentes²⁴⁴, que terão ditado o seu enfraquecimento institucional num país cronicamente pobre²⁴⁵. A partir dos anos 1990, o tema relativo ao tema dos centros de documentação na perspetiva organizacional tornou-se residual nos *Cadernos* e são os temas da informação articulada com o avanço da informatização e do digital que mobilizaram, de forma predominante, os autores da publicação.

Os Centros de Documentação nos Museus

Ao longo da análise da coleção dos *Cadernos*, procurámos identificar a presença do tema da documentação no contexto museológico. Pelo exame aos títulos dos artigos, concluímos que o assunto é contemplado de forma muito residual na revista. No total de edições dos *Cadernos BAD*, somente dois artigos abordam o tema da documentação/informação no espaço museológico, em data muito recente. O primeiro,

²⁴⁴ De notar que, na atualidade, a Biblioteca Nacional de Portugal apresenta como um dos seus serviços o de “pesquisa e informação bibliográfica”. Contudo, este serviço tem um custo para o leitor de 15,00€ por hora mais IVA.

²⁴⁵ A este propósito, leia-se o recente testemunho de Paulo J. S. Barata à revista *Arquivoz*, descrevendo a evolução regressiva das organizações na atualidade: “Era comum até há década e meia qualquer organismo ter um centro de documentação e nele haver, no mínimo, um bibliotecário e um então chamado técnico-auxiliar ou técnico-adjunto. Os arquivos sempre foram estruturas mais débeis dentro das organizações, mas muitas vezes os profissionais de biblioteca acumulavam a função do arquivo e/ou pressionavam a compra de serviços externos para a sua organização e preservação. Mas começava a ser comum haver uma autonomia funcional da área de biblioteca e arquivo. Havia estruturas fixas – divisões e mesmo direções de serviços – que o consagravam. Com a emergência do paradigma digital, os centros de documentação especializados regrediram e grande parte deles extinguíram-se, concentrando-se nas secretarias-gerais. Com o PRACE, o PREMAC e as reformas da Troika, resultantes da crise da dívida soberana, as estruturas autónomas de biblioteca e arquivo foram absorvidas pelos departamentos de informática ou de comunicação, sem vocação, conhecimento ou sensibilidade para estas áreas. Os profissionais foram subalternizados e passaram à invisibilidade organizacional. O fim da carreira foi a última machadada neste cenário, os profissionais perderam estatuto, referências identitárias, foram reintegrados na mole dos técnicos superiores generalistas, aculturados e/ou reconvertidos.” *In* BARATA (2021).

que data de agosto de 2014, intitula-se “Os arquivos das Casas-Museu em Portugal: um diagnóstico preliminar” (pp. 79-101), da autoria de Paulo Eduardo Guimarães e Laurinda Paz; o segundo texto data de 2015, da autoria de Armando Malheiro da Silva, com o título “Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível” (pp. 103-124), constando da secção “artigo solicitado”.

Embora a documentação em/de museus seja um tema tão antigo como a própria instituição, fica claro, nesta abordagem, que a documentação museológica não integrou o núcleo de preocupações dos documentalistas representados nos *Cadernos BAD*.

Entre as razões, estará certamente o facto de os museus portugueses, ao longo do século XX, não contarem frequentemente com a presença destes profissionais (bibliotecários, arquivistas ou documentalistas) nos seus quadros de pessoal. O artigo de Rui Ferreira da Silva (2012) é a este título ilustrativo. O autor analisa as bibliotecas de museus e palácios nacionais integradas na orgânica do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) e demonstra que dos 34 museus/palácios, 32 museus/palácios possuem acervo documental, embora só 15 indiquem ter afeto um recurso humano à biblioteca e destes, nove não são bibliotecários, sendo apenas cinco os técnicos BAD²⁴⁶.

Vimos na secção 1.a deste trabalho, o contexto em que os centros de documentação penetram a realidade museológica, no pós-2004. A sua original vocação para o tratamento e comunicação da informação voltou a ganhar relevância de acordo com as exigências e conceptualização da nova museologia, recuperando do estertor um sistema que, no final da década de 1990, parecia estar condenado à extinção, agora revitalizados no contexto museológico: “As unidades documentais e informacionais especializadas, gratuitas, acessíveis a todos fazem parte do valor acrescentado dos serviços prestados pelo Museu à comunidade”²⁴⁷.

O próprio Museu passou a ser visto como um Centro de Documentação, isto é, um local que acolhe “documentos/monumentos” de diferentes naturezas, formatos e suportes, cujo conteúdo informacional é potenciado pelas unidades informacionais. Assim, estando os museus claramente a operar segundo o “olhar informacional”, que caracteriza a realidade contemporânea da Era da Informação, parece-nos justo a adequação e a atualização da designação da função/serviço à identidade do trabalho já praticado. Nesta medida,

²⁴⁶ Cf. SILVA (2012: 16).

²⁴⁷ In SERÔDIO (2014: 90).

propomos que a função/serviço responsável pela gestão da informação integral e integrada no contexto organizacional museológico se designe por **Serviço de Informação do Museu**.

A reformulação sobre a visão do acervo, ao não distinguir os bens culturais em função da sua localização ou formato e ao considerar que o conhecimento que o Museu tem de si próprio, do seu acervo e dos seus recursos está intrinsecamente ligado à qualidade do seu sistema de informação, autoriza o desenvolvimento do Serviço de gestão da Informação do Museu. Este serviço deve estar apto a assegurar o dinamismo do sistema, sem a necessidade da “funcionalização”, por vezes, acumulativa em arquivo, biblioteca, ou centro de documentação, mas garantindo a satisfação das necessidades de informação institucionais, internas e externas, individuais e coletivas, locais e globais.

O Serviço de Informação do Museu é o serviço que garantirá a gestão da informação produzida e acumulada, numa perspetiva sistémica, relacional e integrada, assim como a sua acessibilidade, contribuindo ativamente para o cumprimento da globalidade das funções do Museu, o diálogo entre os serviços que presta (serviço educativo, de conservação e restauro, de inventário e investigação, de comunicação, etc.), e a amplificação das suas repercussões culturais, científicas e educativas na sociedade.

CONCLUSÃO

Chegados ao término desta fase do trabalho de projeto, cumpre enlaçar as conclusões a que nos foi possível chegar nas diferentes etapas da investigação.

Tendo partido de um estado da arte, verificou-se: i.) a escassez de estudos no campo museológico dirigidos a partir da perspectiva arquivística sistémica; ii.) o desinteresse generalizado das instituições museais pela documentação ao longo do século XX; iii.) uma alteração no início do século XXI, decorrente da legislação, da afirmação do paradigma informacional e do desenvolvimento de sistemas informáticos, que gerou uma preponderância da produção científica recente sobre sistemas de informação dirigidos à gestão integrada da Informação em torno dos acervos. Deste modo, podemos concluir que o presente trabalho contribui para o alargamento da renovação epistémica em curso. Contribui para esse alargamento, não por ser mais um, mas porque dilata o campo da análise à integralidade do sistema, nas suas três dimensões: a estrutura, a função e a informação/memória.

Os resultados desta análise sistémica permitem agora afirmar que o Museu de Lagos é, não só um “lugar de memória”, mas também um “lugar com memória”, em que os contornos da sua identidade são reconhecíveis e acessíveis, o sentido e a coerência da sua atuação perceptíveis.

Para o efeito, revelou-se fundamental a realização do estudo histórico e orgânico-funcional. A realização do estudo histórico permitiu precisar o contexto político-cultural da fundação do Museu no quadro dos valores do patriotismo local e regional, identificar os principais agentes sociais envolvidos no desenvolvimento da nova instituição lacobrigense, incluindo a comunidade de doadores com quem o Museu partilhou memória e poder.

Não existindo um documento regulador próprio até 2009, identificámos, através do estudo às práticas discursivas e museológicas, a identidade, missão e valores do Museu Regional de Lagos.

Nascido em “berço de ouro”, numa das jóias do barroco português, a igreja de Santo António dos Militares, o Museu criou um efeito de sacralização da cultura, entretecendo

o poder do *templus* com o poder do *tempus*. O Museu revelou-se uma nova forma de integração social mediante o culto à cultura.

As primeiras designações do Museu exprimiriam a afirmação das duas faces do patriotismo nacional: o local e o regional. Com tutela municipal, o Museu assumiu a dimensão regional no respeitante ao acervo, exprimindo como visão a de “**centro de atração de todo o documentário** ainda existente das mais remotas actividades, glorias ou factos que tenham interessado a vida regional”.

José Formosinho emerge como o arquiteto do delinear da formação da consciência histórica lacobrigense. Sustentado no “documentário” coletado, abriu a possibilidade a biografar a região e a desenvolver uma gramática regional identitária.

A missão do Museu pode sintetizar-se em três aspetos fundamentais: i.) a valorização do conhecimento histórico sobre a região, a salvaguarda e ampliação dos elementos materiais de suporte a esse conhecimento; ii.) a formação de uma comunidade cultural do conhecimento; iii.) a sensibilização para a participação ativa da comunidade no processo de conservação e divulgação dos valores culturais e regionais, através da prática de doações e de depósitos.

A principal forma de incorporação assente em ofertas e depósitos permite olhar o Museu como resultado de um fazer comunitário, em torno do qual se fortaleceu uma comunidade cultural e artística.

Os valores defendidos pelo Museu abreviam-se na regular expressão do seu primeiro diretor, a do Museu como “útil instituição”, atuando nos campos da instrução e entretenimento, dos estudos arqueológicos e históricos, do conhecimento para uma biografia da região, do enaltecimento e dignificação da comunidade, na dinamização da economia local e regional. Em suma, a atuação do Museu estendeu-se aos domínios científico, artístico, socioeducativo e económico, com base na sua matéria-prima: o acervo de bens culturais continuamente reunido.

É nesta conjuntura que se compreende a identidade do acervo museológico. Iniciado em 1931 com uma secção de Arte Sacra, intimamente relacionada com o seu local de nascimento, em 1941 o Museu era composto pelas secções temáticas de Arte Sacra, Arqueologia, Numismática, Etnografia Geral e do Algarve, Sala para Exposições Temporárias e Gabinete de Leitura e, em 1955, alcançou o limite da sua expansão, compreendendo as temáticas de: Arte Sacra, Arqueologia, Numismática, História de

Lagos, Armaria e Curiosidades, Artes Plásticas, Mestre Cabanas, Biblioteca, Pintura e Desenho, Lapidária. Nesta evolução, apreendem-se os contextos sociais dos fluxos das incorporações e percebe-se o contexto de criação do Gabinete de Leitura, mais tarde Biblioteca, concebidos e integrados nas funções do Museu, nas suas dimensões patrimonial e educativa.

Esta caracterização só foi exequível graças ao trabalho de descrição e análise documental desenvolvido no Museu, encontrando-se anteriormente a maioria das informações em estado esparso ou inacessível.

Quanto ao estudo orgânico-funcional, este método permitiu-nos, com rigor, conhecer os contornos e estrutura do sistema, identificar as funções e competências, passo necessário à organização da polifacetada realidade documental, de uma forma integral e integrada. Entre 1930 e 2010, concluiu-se que o Museu apresentou uma estrutura orgânica simples, complexificada através da reorganização orgânico-funcional levada a cabo em 2010, data em que foi elaborado o seu primeiro Regulamento Interno e, a partir do qual, se evidenciaram objetivos e funções dos órgãos formalmente criados.

A comparação entre os documentos legais reguladores, a prática e ordenação documental reais, estruturadas pela ação humana e social revelou, no entanto, distâncias entre a lei e a aplicação, que nos permitiram avaliar o fazer documental próprio do Museu. A avaliação sistemática e sistémica esteve na base da construção do quadro de classificação, onde julgamos ter conciliado o sistema de ordenação em vigor, com a conformidade aos requisitos legais da Organização, as suas necessidades específicas e as expectativas da comunidade, no que ao acesso diz respeito. A informação acumulada pode agora ser localizada, recuperada, apresentada e interpretada, segundo o seu contexto de produção e acumulação.

Nesta etapa do trabalho, consideramos ter conseguido evidenciar como é possível, no espectro epistémico e sistémico da Ciência da Informação, integrar e fazer cooperar princípios técnicos de diferentes disciplinas que se irmanam no seu objeto de estudo. Com efeito, o Museu, enquanto organização cultural complexa, apresenta-se como um microcosmo das relações entre a Museologia, a Biblioteconomia e a Arquivística, cujo elo é o documento/a informação e que, neste quadro epistemológico é possível abordá-lo como um todo informacional, em que os diferentes subsistemas estão integrados, interagem, fazem e produzem sentido no específico contexto organizacional, sem

necessidade de funcionalização em serviço de “arquivo”, de “biblioteca”, ou de “centro de documentação”, uma vez que é de gestão da informação que se trata.

A dificuldade em distinguir os diferentes estatutos da documentação textual no seio da Organização Museu, levando, no limite, ao risco de perda, de sentido original, à fragmentação e desintegração, pode ser superada com o entendimento do Museu como Sistema de Informação integral, integrado e dinâmico.

Perante estes resultados e considerando o nosso caso de aplicação, impôs-se problematizarmos o lugar do Centro de Documentação no Museu de Lagos. Perante a dificuldade encontrada de, na atualidade distinguir, entre sistemas de informação que tendo designações diferentes apresentam as mesmas funções e serviços, procurámos precisar o conceito de Centro de Documentação, para aferir da sua adequabilidade no contexto museológico. Concluímos que os Centros de Documentação são uma inovação do século XX, criados conceptualmente em 1935, pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações (atual Organização Nações Unidas).

O conceito de documentação e do organismo que lhe dá existência social – o centro de documentação – surge intimamente associado ao conceito de informação produzida numa variedade cada vez maior de suportes²⁴⁸: recolher e produzir informação para a partilhar, provendo de forma proativa, atuante e eficiente as necessidades de informação dos utilizadores, sendo estes o foco essencial dos serviços prestados pelos centros de documentação. Em Portugal, tiveram a sua primeira divulgação em 1948, pela pena de António Ferrão, nos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*. A partir da segunda metade do século XX, são uma realidade em expansão, como nos demonstram os autores dos *Cadernos BAD*. Estes novos estabelecimentos vieram fortalecer e diversificar a malha institucional portuguesa dedicada às funções de recolha, tratamento e divulgação da informação, como forma de suprir as crescentes necessidades de informação especializada e atualizada, em particular, nos campos científico, técnico e económico-empresarial, para que as bibliotecas não estavam vocacionadas.

Após a criação do Curso de Especialização em Ciências Documentais, em 1982, as bibliotecas modernizaram-se e procuraram alcançar a missão e objetivos estabelecidos

²⁴⁸ Note-se que já FERRÃO (1949: 34) usava “centro de informação” como variante de “centro de documentação”.

para os Centros de Documentação, o que terá sido facilitado pela introdução dos meios informáticos, mas não cabalmente alcançado.

Embora os centros de documentação surjam como um serviço cooperante com os organismos de preservação e de tratamento dos documentos, tais como “arquivos, bibliotecas, cinematecas, discotecas, museus, etc.” (Ferrão, 1948, p. 10), de acordo com a análise dos *Cadernos BAD* e de Rui Ferreira da Silva (2012), podemos inferir que os documentalistas não estiveram representados no panorama museológico português ao longo do século XX, apesar deste ser um lugar documental, por excelência²⁴⁹. As razões para esta ausência estão intimamente ligadas com as condições de existência dos museus portugueses e da “permanência de um panorama desregulamentado da museologia portuguesa” até ao início do século XXI, para a qual terá contribuído a demora na formação superior em Museologia, que só se verificou nos finais da década de 1970. A secundarização deste tema nas instituições de ensino ao longo do século XX terá conduzido à perda de importância e à retração do papel dos acervos documentais e das bibliotecas, ou centros de documentação nos museus portugueses.

Com a chegada do regime democrático, surgiram os primeiros sinais de renovação museológica com a criação da Comissão Nacional do ICOM ou a criação do Instituto Português dos Museus, iniciando-se um movimento de atualização científica e tecnológica. No entanto, foi com o alvorecer do novo milénio que se formou o ambiente político-legal favorável ao reconhecimento da importância da documentação na realidade museal. A Lei Quadro dos Museus Portugueses considera a documentação como intrínseca ao conceito de museu e consigna-a como uma das sete funções essenciais da atividade museológica, promovendo, por conseguinte, a criação de centros de documentação no contexto museal. Esta determinação obrigou os museus portugueses a um prolongado trabalho de adaptação à Lei, que continua em curso. Desde 2004, mantém-se um trabalho consistente e contínuo de reflexão, de partilha e de debate entre os profissionais. A promoção dos *Encontros Nacionais de Centros de Documentação de*

²⁴⁹ É também neste sentido o que se pode concluir da consulta às revistas: *Museus de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 1978; *Bibliotecas, arquivos e museus*. 2 vols. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1985-1987, onde não se vislumbram evidências desta presença ou tema. A exceção poder-se-á encontrar na experiência desenvolvida pela Fundação Calouste Gulbenkian, como demonstram os conteúdos apresentados ao Oitavo Encontro de Bibliotecas de Arte de Espanha e Portugal, realizado em Coimbra, no ano 2000, e dedicado à “inter-relação entre bibliotecas especializadas de arte, museus e arquivos de arte: utilizadores, técnicas de tratamento documental e fundos”. Cf. GORDO e RAMOS (2000).

Museus (2004, 2012, 2014, 2017) revela toda a sua vitalidade. Através deles, é possível acompanhar a reelaboração dos conceitos de museu, de objeto museológico e de documento, que tornou o lugar da informação e da gestão da informação nos museus absolutamente central.

Consequentemente, em conformidade com a perspetiva sistémica adotada, o trabalho desenvolvido, a inequívoca consolidação da visão informacional nos museus portugueses, considera-se que o Serviço responsável por gerir o sistema de informação e os serviços de informação do Museu deverá, em conformidade, designar-se Serviço de Informação do Museu (SIM), independentemente da natureza ou local onde se encontram armazenados os bens culturais à guarda do Museu.

O conhecimento efetivo do Sistema de Informação do Museu de Lagos permite, agora, reconhecê-lo como um **lugar de memória e com memória**, à luz da qual lhe é possível “garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los”, assim como “facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura” (def. Museu, Lei Quadro dos Museus Portugueses).

A afirmação consciente e ativa da identidade do Sistema de Informação do Museu é o garante da sua relevância e prestígio socioculturais numa sociedade cada vez mais globalizada, padronizada e indiferenciada.

O Museu de Lagos tem presentemente ao seu dispor os elementos necessários para o desenvolvimento futuro do plano estratégico de gestão da informação e meios que lhe permitirão suportar o apoio às tomadas de decisão, de forma mais segura, transparente, célere e eficiente, assim como recursos prontos a acrescentar valor à globalidade dos produtos e serviços que deseja oferecer à sociedade. Fazê-lo dependerá da sua maior ou menor capacidade de adaptação e inovação²⁵⁰.

²⁵⁰ Sobre a capacidade adaptativa das organizações, cf. ANTÓNIO, Nelson Santos, 2015 – *Estratégia Organizacional: do posicionamento ao movimento*, 3.^a ed. rev. e aum. Lisboa: Edições Sílabo: p. 102

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. REFERÊNCIAS DE FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS (AMLGS)

PT/AMLGS/CMLGS: *Livro das actas das sessões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do concelho de Lagos*, lv. 6.

PT/AMLGS/CMLGS/CAA: Fundo da Comissão de Arte e Arqueologia.

PT/AMLGS/CMLGS/CT/ATAS/1: Fundo da Comissão Municipal de Iniciativa e Turismo (Lagos). *Livro de Atas das Sessões da Comissão de Iniciativa e Turismo*. Cota E38P4.

BIBLIOTECA DO MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA (BMNA)

Epistolário de José de Leite Vasconcelos, correspondente José Joaquim Nunes.

Epistolário de José de Leite Vasconcelos, correspondente José dos Santos Pimenta Formosinho.

MUSEU DE LAGOS (AMLJF):

PT/MLJF/AMLJF: Arquivo do Museu de Lagos.

PT/MLJF/AJCRF: Arquivo José da Conceição Ramos Formosinho.

2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO FERNÁNDEZ (2013 [1999]) – *Museología y Museografía*. Barcelona: Ediciones del Serbal.

ALMEIDA, António Manuel Passos (2006/2007) – “Contributos ao estudo da Museologia portuense no século XIX: o museu do colecionador João Allen e o Museu Municipal do Porto”. *Revista da Faculdade de Letras. Ciências e Técnicas do Património*, vols. V-VI. Porto: FLUP, p. 31-55. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6617.pdf>.

ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de (2016) – “Bibliotecas, arquivos e museus: convergências”. *Revista de Conhecimento em Ação*. Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 1, jan./jun., pp. 162-185).

ALVES, Fernanda Mota, **SOARES**, Luísa Afonso e **RODRIGUES**, Cristiana Vasconcelos, Org. (2016) – *Estudos de Memória: teoria e análise cultural*. Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus.

ALVES, Ivone *et al.* (1993) – *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

ALVES, Juliana Rodrigues (2020) – *Avaliação para gestão de coleções em museus: uma proposta de indicadores de desempenho com base na norma SPECTRUM*. Porto: tese realizada no âmbito do Doutoramento em Estudos do Património - ramo Museologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

AMADOR, Rui (1971) – “Documentação e empreendimentos”. *Cadernos BAD*, n.º 3, jul., pp. 144-147.

ANDERSON, Benedict (2012 [1983]) – *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Estudo introdutório de Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos e Miguel Bandeira Jerónimo. Lisboa: Edições 70.

*ANAI*s das bibliotecas e arquivos de Portugal. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. N.º 1 (out. 1914) - n.º 10/11 (abr.1917). Sucedeu-lhe os *Anais das bibliotecas e arquivos*, dir. Júlio Dantas. Lisboa: Tipografia da Biblioteca Nacional, s. 2, n.º 1 (jan./mar. 1920) – n.º 77/78 (1949). Ambas as séries disponíveis em: <https://purl.pt/255>

ANTÓNIO, Nelson Santos, 2015 – *Estratégia Organizacional: do posicionamento ao movimento*, 3.ª ed. rev. e aum. Lisboa: Edições Sílabo.

ANTUNES, Luís Pequito (1999) – “Sistemas de documentação e gestão da informação nos museus com colecções de arqueologia.” *O Arqueólogo Português*, série IV, 17, pp. 91-99.

ANTUNES, Luís Manuel Loyo Pequito (2002) – *Museus e Documentação: entre a teoria e a prática – uma abordagem da realidade portuguesa (1910 / 1980)*. Dissertação de mestrado apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em Museologia e Património na Faculdade de Ciências Sociais de Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila (2013) – “Arquivos, bibliotecas e museus: apontamentos para um possível modelo curricular de convergência.” In ZENY, Duarte (org.) – *Arquivos, bibliotecas e museus: realidades de Portugal e Brasil*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, pp. 17-38.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila (2014) – *Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível*. Brasília, DF: Briquet de Lemos / São Paulo: Associação Brasileira de Profissionais da Informação.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila (2018) – *O que é Ciência da Informação*. Belo Horizonte: KMA, 126 p.

ATAS dos Encontros Nacionais de Centros de Documentação de Museus. (2004/2017) [em linha]. Loures: Câmara Municipal de Loures. Disponível em: <https://www.cm-loures.pt/Conteudo.aspx?DisplayId=3713>

BAGNALL, Roger (2002) – “Alexandria: Library of Dreams”. *Proceedings of the American Philosophical Society*, vol. 146, N.º 4, dec., pp. 348–362. Disponível em: <http://www.open.edu/openlearn/history-the-arts/libraryalexandria/content-section-0>

BARATA, Paulo (2021) – “Entrevista com Paulo J. S. Barata”. *Arquivoz*. Disponível em: ["Faz falta à profissão um António Costa Silva, alguém de fora que nos ajude a refletir sobre o futuro...": Entrevista com Paulo J. S. Barata - Arquivoz \(arquivozmagazine.org\)](https://arquivozmagazine.org/). Publ. 19/10/2021.

BARROSO, Carla (2018) – *Sistema de informação e documentação de coleções arqueológicas do Museu Nacional de Arqueologia: diagnóstico e contributos para o seu desenvolvimento*. Trabalho de Projeto de Mestrado em Museologia à FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: [RUN: Sistema de Informação e Documentação](#)

[de coleções arqueológicas do Museu Nacional de Arqueologia: diagnóstico e contributos para o seu desenvolvimento \(unl.pt\)](#)

BERTALANFFY, Ludwig (2013 [1968]) – *Teoria geral dos sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicações*. Trad. de Fernando M. Guimarães. Petrópolis: Editora Vozes.

BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell e **MARINGELLI**, Isabel Cristina Ayres da Silva org. (2011) – *I Seminário Serviços de Informação em Museus*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo.

BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell (2014) – “Introdução: Museus como serviços de informação”. In BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell, org. – *II Seminário Serviços de Informação em Museus: o trabalho da informação em instituições culturais: em busca de conceitos, métodos e políticas de preservação*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, pp. 11-17.

BIBLIOTECAS, *arquivos e museus*. 2 vols. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 1985-1987.

BLUTEAU, Rafael – *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinios...* / pelo Padre D. Raphael Bluteau. Lisboa: na Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade, Tomo V, 1716. p. 649. Disponível em: https://purl.pt/13969/4/1-2775-a/1-2775-a_item4/1-2775-a_PDF/1-2775-a_PDF_24-C-R0090/1-2775-a_0000_capa-cap_a_t24-C-R0090.pdf

BOLETIM ICOM Portugal, série III, n.º 18, jul. 2022. Disponível em: [Boletim ICOM Portugal, Série III, nº18, julho 2022 | ICOM Portugal \(icom-portugal.org\)](#)

BORKO, Harold (1968) – “Information Science What is it?”. *American Documentation*. Washington. 19: 1 (jan.)

BOTTALLO, Marilúcia (2011) – “A informação no museu”. In MARINGELLI, Isabel Cristina Ayres da Silva e BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell, coord. – *I Seminário Serviços de Informação em Museus*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, pp. 147-156.

BOURDIEU, Pierre (1983) – *Sociologia*. Org. de Renato Ortiz. São Paulo: Editora Ática.

BOURDIEU, Pierre (1994) – *Razões práticas: sobre a teoria da acção*. Oeiras: Celta Editora.

BOURDIEU, Pierre (2010) - *Uma Crítica Social da Faculdade do Juízo*. Lisboa: Edições 70;

BOURDIEU, Pierre (2011) – *O Poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70.

BRAGA, Ana Isabel Vieira (2012) – *Sistemas de Documentação e Inventário de uma Coleção de Cerâmica Arqueológica da Quinta do Rouxinol*. [Em linha]. [Lisboa]: Relatório de estágio de mestrado em Museologia apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em [RUN: Sistemas de documentação e inventário de uma colecção de cerâmica arqueológica da Quinta do Rouxinol \(unl.pt\)](#).

BRIET, Suzanne (1951) – *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Techniques.

BRIGOLA, João Carlos *et al.* (2003) – “Perspectiva Histórica (Documento apresentado pelo grupo de trabalho da APOM ao Conselho Consultivo do IPM, no âmbito da elaboração da Lei Quadro dos Museus, setembro de 2002)”. *Lugar em Aberto: revista da APOM*. 1.^a s., n.º 1, Out., pp. 32-45.

BRIGOLA, João Carlos (2006) – “Frei Manuel do Cenáculo – semeador de bibliotecas e de museus. O conceito de biblioteca-museu na museologia setecentista.” In *Frei Manuel do Cenáculo: construtor de bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 47-55.

BRIGOLA, João (2016) – “1. A Museologia enquanto história da cultura”. In *Museus, património e ciência: ensaios de história da cultura* [Em linha]. Évora: Publicações do Cidehus, pp. 6-16. Disponível em: <http://books.openedition.org/cidehus/100> . DOI: <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.100>.

BUCKINGHAM (R.A.), **HIRSCHHEIM**, R.A., **LAND**, F.F. e **TULLY**, C. J. (1987) – *Information Systems Education: Recommendations and Implementation*. Cambridge: University Press.

BUCKLAND, Michael K. (1991) – “Information as thing”. *Journal of the American Society of Information Science*. [Em linha]. American Society for Information Science. 42:5 (Jun.1991), pp. 351-360. [Consult. 23 fev. 2022]. Preprint disponível em: <https://ppggoc.eci.ufmg.br/downloads/bibliografia/Buckland1991.pdf>

BUCKLAND, Michael K. (1991a) – *Information and Information Systems*, Praeger, New York, NY.

BURKE, Peter [2002 (2000)] – *Historia Social del conocimiento: de Gutenberg a Diderot*, vol. I, Barcelona: Espasa Libros, Ediciones Paidós.

BURKE, Peter (2011) – “A República das Letras Europeia, 1500-2000”. *Estudos Avançados* [Em linha]. São Paulo, v. 25, n. 72, p. 277-288, jan. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10586/12328>.

BURKE, Peter (2012) – *Historia Social del conocimiento: de la Enciclopedia a la Wikipedia*. vol. II, Barcelona: Espasa Libros, Ediciones Paidós.

BURY, Stephen. (2019) – “Museum Libraries and Archives in the Digital 21st Century”. Disponível em: 10.1007/978-3-319-97457-6_24.

CADERNOS de biblioteconomia, arquivística e documentação. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 1963-1989, continuados por *Cadernos BAD*. Lisboa: Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, n.º 1 (1990-). Atualmente integralmente disponíveis em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/issue/archive>

CALADO, Adelino (1967) – “Investigação e documentação ao nível nacional”. *Cadernos BAD*, n.º 4, out., pp. 170-179.

CALADO, Adelino Almeida (1971) – “Plano de um sistema provincial de informação científico-técnica”. *Cadernos BAD*, n.º 3, jul., pp. 121-143.

CALADO, Luís Ferreira, **LEITE**, Joaquim Passos e **PEREIRA**, Paulo (2003) – “Património integrado ou a alma dos monumentos”. *Estudos Património*, dir. Luís Ferreira Calado. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico, n.º 4, pp. 5-15.

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS (2010) – “Regulamento Orgânico do Município de Lagos”. Despacho n.º 19213/2010. *Diário da República*, 2.^a Série, n.º 250, 28 de

dezembro de 2010. Disponível em: <https://www.cm-lagos.pt/balcao-virtual/documentos/regulamentos>

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS (2022) – “Regulamento Orgânico do Município de Lagos”. *Diário da República*, 2.ª série, n.º 125, de 30 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.cm-lagos.pt/balcao-virtual/documentos/regulamentos>

CAPURRO, Rafael e **HJORLAND**, Birger (2007) – “O conceito de informação”. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 12, n.º 1, jan./abr., pp. 148-207. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54/47>

CARMO, Maria Filomena Vaz do (1979) – *Museologia* [S.l. : s.n.]. 34 p. Documento manuscrito com fotogr. color. e des. Disponível no Centro de Documentação do Museu de Lagos, com a cota FLR 069(0.0.2) CAR.

CARRETERO PÉREZ, Andrés (1997) – “La documentación en los museos: una visión general.” *Museo: Revista de la Asociación Profesional de Museólogos de España*. 2, p. 11–29.

CARRILHO, António Jorge Botelho (2008) – *Programa Museológico do Concelho de Lagos*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos. Departamento de Educação Cultura e Acção Social. Divisão de Património Histórico e Cultural. Documento policopiado, 104 p. Disponível em Museu de Lagos com a ref.ª: PT/MLJF/AMLJF/D/1/02.

CARRILHO, António (2017) – “FORMOSINHO, José dos Santos Pimenta”. In *Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa*. Lisboa: FCSH-UNL, p. 121-123. Disponível em: https://institutohistoriadaarte.files.wordpress.com/2019/03/dicionario_quemquem.pdf

CASTELLS, Manuel (2016) – *A Era da Informação: economia, sociedade e cultura. Volume I: a Sociedade em Rede*. 5.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines (1999) – “Informação museológica: uma proposição teórica a partir da ciência da informação”. In PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro, org., *Ciência da informação, ciências sociais e interdisciplinaridade*. Brasília; Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1999. p. 13-31. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/1000>

CAVALHEIRO, Marcos Ulisses (2018) – “Curadoria educativa em arquivos-museus literários: reflexões iniciais.” *Archeion Online, João Pessoa*, v. 6, n.º 1, pp. 67-79, jan./jun.

CERAVOLO, Suely Moraes e **TÁLAMO**, Maria de Fátima (2007) – “Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação”. Comunicação apresentada ao VIII ENANCIB – Encontro nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. [em linha]. Salvador/Bahia. URI: <http://hdl.handle.net/123456789/143>.

CHARTIER, Roger (1988) – *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel.

CIDOC – Comitê Internacional de Documentação. Conselho Internacional de Museus (2014) – *Declaração dos princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos: categorias de informação do CIDOC*. São Paulo: Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo. Disponível em: [CIDOC-Declaracao-de-principios.pdf \(icom.museum\)](https://www.icom.museum/cidoc-declaracao-de-principios.pdf)

CORREIA, Ana Maria Ramalho e **BARRULAS**, Maria Joaquina (1993) – “O Futuro do Profissional de Informação - Bibliotecário / Documentalista / Information Scientist / Gestor de Informação - Evolução ou Moda?”. *Cadernos BAD*, n.º 3, 153-166.

CORREIO *Algarvio*, n.º 38, 28 jun./1934, p. 1. Disponível em: [1862089_1934-06-28 \(ualg.pt\)](http://ualg.pt)

CORREIO *do Sul* (1920-1981) – Faro: dir. e ed. Bernardo Passos e António Santos. Disponível em: [Hemeroteca Digital do Algarve \(ualg.pt\)](http://ualg.pt)

COSTA, Nuno Silva (2011) – *Mapas de um “PORTUGAL IMPERIAL”: cultura e propaganda coloniais entre guerras*. Porto: Livraria Figueirinhas.

COSTA, Patrícia Carla Rodrigues Mota da (2006) – *Os Museus e o ensino industrial: percursos e colecções*. Dissertação de mestrado em Museologia apresentada ao Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

CORTÊS, Cristina e **MOURA**, Paula (2014) – “Gestão, organização e representação da informação nas instituições de memória: identificar para integrar”. In *Atas III Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus*. Loures: Câmara Municipal, pp. 44-65.

COUTINHO, Clara Pereira (2015) – *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas: teoria e prática*. 2.ª ed. Coimbra: Edições Almedina, S.A.

CRIPPA, Giulia (2011) – “A faceta humanística da Ciência da Informação: ordem e memória do/no museu.” In BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell e MARINGELLI, Isabel Cristina Ayres da Silva org. – *I Seminário Serviços de Informação em Museus*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, pp. 23-32.

CRUZEIRO, Maria Manuela (1970) – “A secção de documentação económica do Instituto Nacional de Investigação Industrial”. *Cadernos BAD*, n.º 7, abr., pp. 74-79.

CRUZEIRO, Maria Manuela (1971) – “Necessidade de cooperação nas tarefas de documentação”. *Cadernos BAD*, n.º 4, out. pp. 195-197.

DE CERTEAU, Michel (1977) – “A operação histórica”. In *Fazer História. 1. Novos Problemas*. Lisboa: Livraria Bertrand, pp. 17-58.

DIAS, L. F. Carvalho (1981) – “O primeiro regulamento da Biblioteca Nacional”. *Revista da Biblioteca Nacional*, Lisboa, n.º 1, p. 174-183.

DOCAMPO CAPILLA, F. Javier (2009) – “El área de biblioteca, archivo y documentación del museo nacional del Prado: hacia una integración de procesos y servicios.” In *Actas XI Jornadas de Gestión de la Información*, pp. 53-66. Disponível em <http://eprints.relis.org/13878/1/XIJGI-Docampo.pdf>

DOCAMPO, Javier (2013) – “Poetas en tiempos de miseria: límites y retos de los servicios documentales de museos”. *Profesional de la Información*, 22(3), 197–202. <https://doi.org/10.3145/epi.2013.may.01>

DUARTE, Adelaide Manuela da Costa (2007) – *O Museu Nacional de Ciência e de Técnica: 1971-1976*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

EDITORIAL (1969) – “Considerações breves sobre a nova legislação que prepara os bibliotecários, arquivistas e documentalistas em Portugal”. *Cadernos BAD*, n.º 3, jul., pp. 163-162.

FARIA, Maria Isabel e **PERICÃO**, Maria da Graça (2008) – *Dicionário do livro: da escrita ao livro electrónico*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.

FERNANDEZ MARCIAL, Viviana, **GOMES**, Liliana Isabel Esteves e **MARQUES**, Maria Beatriz (2015) – “Perspetiva teórica e metodológica em sistemas de informação complexos”. *Páginas a&b*, S. 3, n.º 4, p. 3-21.

FERRÃO, António (1949) – “Crónica: Bibliografias, bibliotecas e centros de documentação”. *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal*. V. 21. Lisboa: Biblioteca Nacional, n.º 77/78, p. 24-36.

FINDLEN, Paula (1989) – “The museum: its classical etymology and renaissance genealogy”. *Journal of the history of collections*, n.º 1, p. 59-78.

FORMOSINHO, José *et al.* (1941) – *À memória do Professor José Leite de Vasconcellos*. Faro : [s.n.], 8 p.

FORMOSINHO, José Ramos (1994) – *Lagos: a Igreja de Santo António / The St. Anthony's Church*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos;

FORMOSINHO, José Ramos [1996] – “O Nosso Museu”, p. 2. Documento policopiado. Disponível em Museu de Lagos com a ref.^a: PT/MLJF/AJCRF/B/1.

FORMOSINHO, José Ramos (s.d.) – “Museu Regional de Lagos Dr. José Formosinho, 1930: uma reação crítica ao modelo estabelecido, o museu de funções múltiplas – a etnografia como factor político a destacar; - a educação, a cultura e o fomento da região devidamente e instrumentalizados.” Documento policopiado com indicação de se tratar de artigo para revista do *Instituto D. Leonor*. Disponível em Museu de Lagos com a ref.^a: PT/MLJF/AJCRF/B/1.

FOUCAULT, Michel (1997) – *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio D'Água.

FOUCAULT, Michel (2014 [1969] – *A arqueologia do saber*. Introdução de António Fernando Cascais. Lisboa: Edições 70, 2014 [1969].

FRANCO, Mário Lyster (1931) – “Museu Regional de Lagos”. *Diário de Notícias*, Lisboa, 25 de out.

FURTADO, Cláudia (2021) – *Documentação e inventariação da coleção de instrumentos musicais do Museu Nacional da Música: diagnóstico e contributo para a elaboração de um guia de utilizador sob a perspetiva de sistema integrado de informação*. Trabalho de Projeto de Mestrado em Museologia, apresentado à FCSH da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/118996>

GOMES, Duarte (2000) – *Cultura Organizacional: comunicação e identidade*. Coimbra: Quarteto Editora.

GONÇALVES, Sónia P.; **GONÇALVES**, Joaquim P. e **MARQUES**, Célio Gonçalo, coord. (2020) – *Manual de Investigação Qualitativa: concepção, análise e aplicações*. Lisboa: Pactor – Edições de Ciências Sociais, Forenses e da Educação.

GORDO, Ana Paula e **RAMOS**, Cristina, coord. (2000) – *A inter-relação entre bibliotecas especializadas em arte, museus e arquivos de arte, utilizadores, técnicas de tratamento documental e fundos: actas / Oitavo Encontro de Bibliotecas de Arte de Espanha e Portugal*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian.

GOUVEIA, Henrique Coutinho (1985) – “Acerca do conceito e evolução dos museus regionais portugueses desde finais do século XIX ao Regime do Estado Novo”.

Bibliotecas, arquivos e museus. Vol. I. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, n.º 1, jan./jun./1985, pp. 147-184.

GOUVEIA, Luís Borges e **RANITO**, João (2004) – *Sistemas de informação de apoio à gestão*. Porto: Sociedade Portuguesa de Informação.

GUEDES, Gracinda Maria Ferreira (2015) – “A descrição normalizada de arquivos como condição sine qua non para a eficaz recuperação e comunicação da informação na Web”. *BOLETIM do Arquivo da Universidade de Coimbra*, XXVIII [2015], pp. 191-210. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/boletimauc/article/view/28_6

GUEDES, Natália (2009) – *Elementos para a História da Comissão Portuguesa do ICOM: 15 anos de actividade, 1986-2001*. ICOM Portugal. [em linha]. Disponível em: [Microsoft Word - Historia ICOM 1986-2001 Guedes \(icom-portugal.org\)](http://Microsoft Word - Historia ICOM 1986-2001 Guedes (icom-portugal.org))

GUIMARÃES, Paulo Eduardo e **PAZ**, Laurinda (2014) – “Os arquivos das Casas-Museu em Portugal: um diagnóstico preliminar”. *Cadernos BAD*, pp. 79-101.

HEREDIA HERRERA, A. H. (1991) – *Archivística General. Teoría y práctica*. Diputación Provincial de Sevilla: Sevilla.

HEREDIA HERRERA, A. H. (2007) – *¿Qué es un archivo?*. Gijón: Ediciones Trea.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca (2006) – *Planteamientos teóricos de la museología*. Gijón: Ediciones Trea, S. L.

ISO 15489-1:2016, *Information and documentation – Records management – Part 1: Concepts and principles*, 2th ed.

JENCQUEL, Kaspar Friedrich (1727) – *Museographia*. Leipzig und Breßlau, bey Michael Hubert. Disponível em: <https://www.digitale-sammlungen.de/en/view/bsb10051211?page=,1>

JORNAL de Lagos (1931-1984) – Lagos: dir. e ed. Francisco Conceição de Paula. Disponível em: [Hemeroteca Digital do Algarve \(ualg.pt\)](http://Hemeroteca Digital do Algarve (ualg.pt))

KOOT, Geert-Jan (2001) – “Museum librarians as information strategists.”. *Inspel* 35(2001)4, pp. 248-258. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/d2/inspel/01-4koge.pdf>

LAMEIRA, Francisco (2010) – *Igreja de St.º António Lagos*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos.

LANKES, David (2011) – *The atlas of new librarianship*. London: The MIT Press. Disponível em : <https://davidlankes.org/new-librarianship/>

LANKES, David. (2015) – *The new librarianship field guide*. London: The MIT Press.

LATHAN, Kiersten F (2012) – “Museum Object as Document: Using Buckland's Information Concepts to Understand Museum Experiences”. *Journal of Documentation*, 68(1), jan., pp. 45-71. DOI: DOI:10.1108/00220411211200329. Disponível em: <file:///C:/Users/USER/Downloads/2012LathamMuseumObjectAsDocument.pdf>

LE GOFF, Jacques (1984) – “Documento/Monumento”. In ROMANO, Ruggiero, dir. e GIL, Fernando, coord.-resp. – *Enciclopédia Einaudi: 1. Memória-História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 95-106.

LE GOFF, Jacques (1984) – “Memória”. In GIL, Fernando, coord.-resp. – *Enciclopédia Einaudi: volume 1 Memória – História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 11-50.

LOPES, Marco António Gonçalves (2005) – *O ambiente museológico em Tavira no Estado Novo: Memória, Propaganda e Turismo*. Dissertação de mestrado em Museologia, apresentada ao Departamento de História da Universidade de Évora. 2 vols. Disponível em: <http://rdpc.uevora.pt/handle/10174/15749>

LOURENÇO, Alexandra (coord.) *et al.* (2013) – *Orientações básicas para o desenvolvimento dos 3ºs níveis de planos de classificação conformes à Macroestrutura funcional*. DGLAB. Disponível em: https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2014/02/2013_Orient-3-niveis_PC-MF.pdf

MACHADO, Luís Miguel Oliveira, **SIMÕES**, Maria da Graça de Melo e **SOUZA**, Renato Rocha (2017) – “Relações disciplinares entre a ciência da informação e a “triade” biblioteconomia, arquivística e documentação (1960-2000): subsídios para uma reflexão sobre a área”. *Ciência da Informação*. Brasília, DF, v. 46 n.º 2, p. 33-50, mai./ago. p. 33-50.

MACHADO, Luís Saavedra (1932) – “Necrologia – Dr. José Joaquim Nunes”. *Revista Lusitana*, Volume XXX, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1932, pp. 313-318

MAGALHÃES, Ana Gonçalves (2011) – “Arquivos de museus de arte e pesquisa: o Grupo de Trabalho Arquivos de Museus e Pesquisa”. In **MARINGELLI**, Isabel Cristina Ayres da Silva e **BEVILACQUA**, Gabriel Moore Forell, coord. – *I Seminário Serviços de Informação em Museus (1.: 2010: São Paulo, Brasil)*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, pp. 115-126.

MARCIAL, Viviana Fernández, **GOMES**, Liliana Isabel Esteves e **MARQUES**, Maria Beatriz (2015) – “Perspetiva teórica e metodológica em sistemas de informação complexos”. *Páginas a&b*, s. 3, n.º 4, pp. 3-21.

MARÍN TORRES, Maria Teresa (2002) – *Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística*. Gijón: Ediciones Trea S.L.

MARQUES, Isabel Costa (2008-2009) – “O Museu como sistema de informação”. *Mvsev*. IV série, n.º 17, pp. 267-290.

MARQUES, Isabel Costa (2010) – *O Museu como Sistema de Informação*. Dissertação de mestrado em Museologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MATOS, Ana Cardoso de (2000) – «Os agentes e os meios de divulgação científica e tecnológica em Portugal no século XIX». *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, n.º 69 (29).

MATOS, Alexandre Manuel Ribeiro (2007) – *Os sistemas de informação na gestão de colecções museológicas: contribuições para a certificação de museus*. Dissertação apresentada no âmbito do Mestrado em Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

MENDES, Maria Teresa Pinto (1965) – “Medicina e Documentação”. *Cadernos BAD*, n.º 2, pp. 117-119.

MONTEIRO, Juliana (2014) – *Documentação em museus e objeto-documento: sobre noções e práticas*. [em linha]. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2014. Dissertação de Mestrado em Cultura e Informação. [doi: 10.11606/D.27.2014.tde-22012015-105632].

MUSEUM International: Images of the ecomuseum, vol. XXXVII, n.º 148. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000127347>

MUSEUS de Portugal. Vol. I. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural, 1978.

NAVARRETE, Trice, **MACKENZIE OWEN**, John (2011) – “Museum libraries: how digitization can enhance the value of the museum”. *Palavra Clave (La Plata)*, 1 (1), 12-20. *Memoria Académica*. Disponível em: https://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4900/pr.4900.pdf.

NEVES, José Soares (coord.), **SANTOS**, Jorge Alves dos, **LIMA**, Maria João (2013) – *O Panorama Museológico em Portugal: os Museus e a Rede Portuguesa de Museus na Primeira Década do Século XXI*. Lisboa: Direção-Geral do Património Cultural.

NORA, Pierre (1985) – “Entre mémoire e histoire: la problématique des lieux”. In Pierre Nora (dir) – *Les lieux de mémoire*, vol. I. Paris: La République, Gallimard, p. XVII-XLII.

NORTON, Manuel Artur (1966) – “A reorganização do centro de documentação técnica do laboratório de ensaios de materiais e mecânica do solo”. *Cadernos BAD*, n.º 1, 1 mar., pp. 9-12.

ODDON, Yvonne (1968) – *Éléments de Documentation Muséographique. avec la collaboration des étudiants du Centre Unesco-Nigeria pour la formation des techniciens de musées en Afrique tropicale*, Jos Texte imprime. Jos: Nigeria Jos museum.

OTLET, Paul (2018 [1934]) – *Tratado de documentação: o livro sobre o livro: teoria e prática*. Ed. Digital. Brasília: Briquet de Lemos / Livros. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/32627/1/LIVRO_TratadoDeDocumenta%C3%A7%C3%A3o.pdf

PACHECO, Maria Fernanda Ribeiro Duarte (1971) – “Achegas para o estudo do panorama actual da documentação nalguns países da Europa”. *Cadernos BAD*, n.º 4, out., pp. 181-185.

PADILHA, Renata Cardozo (2014) – *Documentação museológica e gestão do acervo*. [Em linha]. Florianópolis: FCC. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br>

PAIXÃO, Elisa Maria Botelho Pires (2021) – *A visão sistémica e a abordagem holística da informação: a casa-museu João Pires de Campos*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/96586>

PALMA, Patrícia de Jesus (2019) – *O Reyno das Letras: a cultura letrada no Algarve: o lugar do impresso (1759-1910)*. Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve.

PEARCE, Susan M. (1995) – *On collecting: na investigation into collecting in the european tradition*. London and New York, pp. 84-118.

PEIXOTO, Jorge (1971) – “Sistema mundial de informação científica: o UNISIST”. *Cadernos BAD*, n.º 3, jul., pp. 65-77.

PEIXOTO, Pedro Abreu (1996) – *Arquivos de família: organização e descrição*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, pp. 42-46.

PETRUCCI, Armando (2011) – “Entre conservación y olvido: senãles, formas y modalidades de la memoria escrita”. In *Libros, escrituras y bibliotecas*. Trad. de Francisco M. Gimeno Blay. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, pp. 455-471.

PINTO, Manuela Azevedo e **SILVA**, Armando Malheiro da (2005) – “Um modelo sistémico e integral de gestão da informação nas organizações”. 2.º Contercsi - Congresso

Internacional de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação. São Paulo, 1-3 jun., pp. 1-24. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3085.pdf>

POMIAM, Krzysztof (1984) – “Colecção”. In GIL, Fernando, coord. – *Enciclopédia Einaudi: volume 1 Memória – História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 51-86.

PORTOCARRERO, António (1965) – “A Documentação, a Ciência e a Técnica”. *Cadernos BAD*, n.º 3, 1 set., pp. 161-172.

PORTUGAL. Instituto Português da Qualidade. Comissão Técnica 7 (2005) – *Norma Portuguesa 4041: Informação e documentação, terminologia arquivística, conceitos básicos*. Lisboa: IPQ.

PORTUGAL. Instituto Português da Qualidade. Comissão Técnica 7 (2005) – *Norma Portuguesa 4438-1: Informação e documentação, gestão de documentos de arquivo, parte 1: princípios directores*. Lisboa: IPQ.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE (2017) – *A guide to the project management body of knowledge (PMBK guide)*. 6th ed. Newtown Square, Pennsylvania, Project Management Institute.

QUINTERO, Alejandro (1993) – *História da Propaganda: notas para um estudo da propaganda política*. Pref. de Isabel Alarcão da Silva. Lisboa: Planeta Editora, Lda.

RAFAEL, Marlene (2005) – *Manual de Catalogação*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos. Museu Municipal Dr. José Formosinho. Documento policopiado. Disponível em: PT/MLJF/AMLJF/A/4/02.

RAMOS, Rui (2001) – “A Invenção de Portugal”. In *História de Portugal: a Segunda Fundação (1890-1926)*. Dir. de José Mattoso. Ed. rev. e actual. Lisboa: Editorial Estampa, vol. VI, pp. 495-518.

REMELGADO, Patrícia (2022) – “O Poder dos Museus: contributos para a transição digital.” *Boletim ICOM Portugal O Poder dos Museus*, série III, Julho, n.º 18, pp. 142-148. Disponível em: [Boletim ICOM Portugal, Série III, nº18, julho 2022 | ICOM Portugal \(icom-portugal.org\)](https://www.icom-portugal.org/boletim-icom-portugal-serie-iii-n-18-julho-2022)

RIBEIRO, Fernanda (2006) – “Um modelo formativo em Ciência da Informação, de feição europeia e adequado a Bolonha: o caso da Universidade do Porto”. *Cadernos BAD*. Lisboa, 1, p. 16-27.

RIBEIRO, Fernanda (2018) – “Arquivística: novos reptos para o futuro”. In *III Xornadas Fundación Olga Gallelo de Arquivos*, pp. 14-31.

RIBEIRO, Fernanda e **FERNANDES**, Maria Eugenia Matos, **REIMÃO**, Rute (colab.) (2001) – *Estudo orgânico-funcional: modelo de análise para fundamentar o conhecimento do Sistema de Informação Arquivo*. Porto: Reitoria da Universidade do Porto.

RIBEIRO, José Silvestre (1871-1914) – *História dos estabelecimentos científicos literários e artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarquia*. Lisboa: Academia Real das Ciências.

RIBEIRO, Maria Manuel Velasquez (2013) – “Os museus como sistemas de informações complexos.” [Em linha]. <https://noticia.bad.pt/2013/07/03/os-museus-como-sistemas-de-informacoes-complexos/>

- ROCHA**, Manuel João Paulo (1909) – *Monographia: as forças militares de Lagos nas Guerras da Restauração e Peninsular e nas pugnas pela liberdade*. Porto: Typographia Universal. Reedição fac-similada, 1991, *Monografia de Lagos*. Faro: Algarve em Foco.
- ROUSSEAU**, J. Y. e **COUTURE**, C. (1998) – *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- RUIVO**, Teresa Lança (2019) – *O lugar dos arquivos no museu – traços de uma relação*. Lisboa: dissertação de mestrado em Ciências da Documentação e Informação apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/41421>
- SANTOS**, Boaventura de Sousa (1995 [1987]) – *Um discurso sobre as ciências*. 7.^a ed. Porto: Edições Afrontamento.
- SANTOS**, Jorge, **SERÔDIO**, Conceição e **FERREIRA**, Conceição (2017) – *Diagnóstico aos Sistemas de Informação nos Museus Portugueses: Relatório final*. [S.l.]: Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus (GT-SIM) da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD).
- SERÔDIO**, Conceição *et al.* (2013) – “Sistemas de Informação em Museus”. *Informação ICOM.PT*, Série II, n.º 2 (Set.-Nov.) pp. 2-7.
- SERÔDIO**, Conceição (2014) – “BAD-Grupo de Trabalho Sistemas de Informação em Museus: propostas de trabalho 2012-2016”. In *III Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus: atas*. Câmara Municipal de Loures, pp. 71-85. [em linha] Disponível em: <https://www.cmloures.pt/media/pdf/PDF20171205151756081.pdf>. [Consult. 26/09/2021].
- SERÔDIO**, Conceição (2018) – “Contributos para uma gestão integrada dos acervos nos museus portugueses”. *MIDAS: Museus e estudos interdisciplinares*, 9, pp. 1-10.
- SILVA**, Armando B. Malheiro da (2002) – “Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação”. [Em linha] In *INTEGRAR – 1.º Congresso internacional de arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, pp. 573-605. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/52183>
- SILVA**, Armando B. Malheiro da (2004) – “Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo”. *Revista da Faculdade de Letras Ciências e Técnicas do Património*. Porto, I Série, Vol. III, pp. 55-84.
- SILVA**, Armando Malheiro da (2006) – *A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA**, Armando Malheiro da *et al.* (2009 [1999]) – *Arquivística – Teoria e Prática de uma Ciência da Informação. Volume 1*. 3.^a ed. Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA**, Armando Malheiro da (2013) – “A transição paradigmática e o posicionamento da museologia face à ciência da informação transdisciplinar”. In ZENY, Duarte (org.) – *Arquivos, bibliotecas e museus: realidades de Portugal e Brasil*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, pp. 17-38.
- SILVA**, Armando Malheiro da (2015) – “Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível”. *Cadernos BAD*, n.º 1, jan.-jun., pp. 103-124. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/79392>

SILVA, Armando Malheiro da (2016) – “A coleção de museu como sistema de informação e como semióforo”. [Em linha] Conferência do Grupo de Trabalho Sistema de Informação em Museus, Porto, 30 de setembro de 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/45075334-A-colecao-de-museu-como-sistema-de-informacao-e-como-semioforo.html>. Acedido em 20/01/2022.

SILVA, Armando Malheiro da (2021) – “Arquivística, biblioteconomia e museologia: do empirismo patrimonialista ao paradigma emergente da Ciência da Informação”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 42 N.º 3-4 (42), pp. 59-95. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/tae/article/view/10910/9996> [Reedição de SILVA (2002)].

SILVA, Armando B. Malheiro da, e **RIBEIRO**, Fernanda (2000) – “A avaliação em arquivística: reformulação teórico-prática de uma operação metodológica”. *Páginas a&b* (5), pp. 57-113.

SILVA, Armando Malheiro da e **RIBEIRO**, Fernanda (2002) – *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento.

SILVA, Carlos Guardado da (2019) – “O conceito de ‘Arquivo’ revisitado: com e sem adjetivação”, “A classificação da informação arquivística da administração local nos países ibéricos: uma análise comparada”, “Para um novo paradigma na gestão da informação arquivística da administração local: o plano de classificação” e “Indicadores de desempenho em sistemas de informação para a administração local”. In SILVA, Carlos Guardado (coord.), *Investigação em Ciência da Informação*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 53-62, 63-86, 87-107, 109-139.

SILVA, Carlos Guardado da (2021) – “Investigação documental”. In GONÇALVES, Sónia P. e GONÇALVES, Joaquim P. e MARQUES, Célio Gonçalo (coord.), *Manual de investigação qualitativa*. Lisboa: Pactor, pp. 103-124.

SILVA, Carlos Guardado da, e **CORUJO**, Luís (2019) – “Uma abordagem diacrónica da gestão da informação: conceito, enquadramento disciplinar, etapas e modelos”. *Ciência da Informação*. Brasília, DF, v. 48 n.º 2, maio/ago., p. 144-164. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/4696>.

SILVA, Joana Judite Gonçalves da (2009) – *Análise do “Arquivo Histórico” do Museu Nacional de Soares dos Reis: percursos narrativos*. Porto: relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em História e Património: ramo Arquivos Históricos, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/20429>

SILVA, Isabel (1993). In QUINTERO, Alejandro (1993) – *História da Propaganda: notas para um estudo da propaganda política*. Lisboa: Planeta Editora, Lda

SILVA, Margareth (2015) – *O arquivo e o lugar: a custódia arquivística como responsabilidade pela protecção aos arquivos*. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22122015-093801/publico/2015_MargarethDaSilva_VCorr.pdf

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (2013) – “Arquivos de museus: característica e funções”. *Museologia & Interdisciplinaridade*, Vol. II, n.º 4, mai./jun., pp. 35-47.

SILVA, Rui Ferreira da (2012) – “Bibliotecas e Museus em tempos de mudança”. In *Atas do II Encontro Nacional de Centros de Documentação de Museus*. Câmara Municipal de Loures.

SIMÕES, Maria da Graça, e **FREITAS**, M. Cristina V. de (2013) – “A classificação em arquivos e em bibliotecas à luz da teoria da classificação: pontos de convergência e de divergência”. *PontodeAcesso*, v. 7, n.º 1, pp. 81-115, abr. Disponível em: www.pontodeacesso.ici.ufba.br

SLYPE, George Van (1970) – “Grands lignes d’une politique nationale de la documentation au Portugal”. *Cadernos BAD*, n.º 1, pp. 4-23.

SMIT, Johanna Wilhelmina (2011) – “A interoperabilidade semântica entre os diferentes sistemas de informação no museu.” In BEVILACQUA, Gabriel Moore Forell e MARINGELLI, Isabel Cristina Ayres da Silva (org.) – *I Seminário Serviços de Informação em Museus*. São Paulo: Pinacoteca do Estado de São Paulo, pp.

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C, **RENAU**, Leonardo Vasconcelos e **ARAÚJO**, Carlos Alberto Ávila (2012) – “O conceito de documento em arquivologia, biblioteconomia e museologia”. [Em linha]. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo, v. 8, n.º 2, jul./dez., pp. 158-174. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/220>

TAUSCH, R., *et al.* (2020). – “Towards 3D Digitization in the GLAM (Galleries, Libraries, Archives, and Museums) Sector – Lessons Learned and Future Outlook”. *The IPSI BgD Transactions on Internet Research*, vol. 16 (1), pp. 45–53.

TEIXEIRA, Madalena Braz (1985) – “Os primeiros museus criados em Portugal”. *Bibliotecas, arquivos e museus*. Vol. I. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, n.º 1, jan./jun./1985, pp. 185-240.

TOULMIN, S. y **GOODFIELD**, J. (1990) – *El Descubrimiento del Tiempo*. Barcelona: Paidós.

UNIVERSIDADE de Lisboa. Faculdade de Letras (1960) – *José Leite de Vasconcelos: livro do centenário: 1858-1958*. Lisboa: Imprensa Nacional

VALDEZ, José Joaquim d’Ascensão (1914) – “A coleção arqueológica da Biblioteca Nacional de Lisboa”. *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal*. Lisboa: Biblioteca Nacional, V. 1, n.º 1 (out./1914), pp. 69-70. Disponível em: <https://purl.pt/258/1>

VARELA, Aida Varela e **BARBOSA**, Marilene Lobo Abreu (2013) – “Bibliotecas, arquivos e museus: agentes de universalização do conhecimento”, in ZENY, Duarte (org.) – *Arquivos, bibliotecas e museus: realidades de Portugal e Brasil*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, pp. 339-374.

VASCONCELOS, José Leite (1895) – “Antigualhas de Lagos”. *O Archeologo Português*. Lisboa: Imprensa Nacional pp. 254-255. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_1/antigualhas_lagos.pdf

VAZ, Francisco António Lourenço (2006) – “A fundação da Biblioteca Pública de Évora”. In *Frei Manuel do Cenáculo: construtor de bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

ZAMBEL, Miriam Mani (1971) – “Centros de Documentação: uma necessidade vital”. *Cadernos BAD*, n.º 4, out., pp. 190-194.

3. WEBGRAFIA:

Academia das Ciências de Lisboa: <http://www.acad-ciencias.pt/academia/museu-maynense>.

BAD – Diretório de Bibliotecas de Museus: <https://www.bad.pt/diretorio/?ait-dir-item-category=bibliotecas-museus>

Biblioteca Digital da Unesco: <https://unesdoc.unesco.org/home>

Bibliotheca Alexandrina: <https://www.bibalex.org/en/Page/About>

Blogue Dr. José Formosinho: [Dr. José Formosinho \(drjoseformosinho.blogspot.com\)](http://drjoseformosinho.blogspot.com)

Comité Português do ICOM: <https://icom-portugal.org/>

Direção Geral do Património Cultural. Sistema de Informação para o Património Arquitetónico: [Monumentos](#)

Europeana: <https://www.europeana.eu/pt/>

Europeana: <https://www.europeana.eu/pt/>

Hemeroteca Digital do Algarve: [Hemeroteca Digital do Algarve \(ualg.pt\)](#)

Museu de Lagos: [Núcleos e Espaços Museológicos • Museu de Lagos \(cm-lagos.pt\)](#)

APÊNDICES

APÊNDICE I: José dos Santos Pimenta Formosinho - contributo para o estabelecimento da produção intelectual publicada (bibliografia ativa)

MONOGRAFIAS

[1935] – *Igreja de Santo António e Museu Regional de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). 1.^a ed. [S.l. s.n.] (Lagos), 17 [1] p.: il. fotogr. – Contém resumo sobre a Igreja em francês, p. 9-10.

[1937] – *Igreja de Santo António e Museu Regional de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). 2.^a ed. / il. por Murteira. Com resumos em francês e inglês e secção sobre Etnografia do Algarve e Arte Sacra. – [S.l.: s.n.] (Lagos: Tip. Ferreira, Lda.), 20 p.

1941 – *À memória do Professor José Leite de Vasconcellos* / Justino de Bivar Weinholtz, Mário Lyster Franco (1902-1984) Abel Viana (1896-1964), José Formosinho (1888-1960). Faro : [s.n.], 8 p.

1942 – *Arqueologia pré-histórica do concelho de Monchique* / Abel Viana (1896-1964), José Formosinho (1888-1960), Lisboa: [s.n.], 25 [1] p.: il.

1945 – *Nouvelles découvertes paléolithiques en Algarve*. José Formosinho (1888-1960), M. Vaultier e Georges Zbyszewski (1909-1999). Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnografia, 22 p.: il.

1948 – *Duas raridades arqueológicas* / Abel Viana (1896-1964), José Formosinho (1888-1960), Octávio Ferreira (1917-1997). Lisboa: Natura, 18 p. : il.

1948 – *As Estações da Idade do Bronze e Visigótica ou Romana (Baixo Império) de Alcaria (Caldas de Monchique)* / José Formosinho (1888-1960), Octávio da Veiga Ferreira (1917-1997). Lisboa: [s.n.], 15 [1] p.

1948 – *Restos de caminhos romanos nas Caldas de Monchique* / Abel Viana (1896-1964), Octávio Ferreira (1917-1997), José Formosinho (1888-1960). Lisboa: [s.n.], 11 [1] p.: il.

1948 – *Vestígios dos romanos nas Caldas de Monchique* / José Formosinho (1888-1960). [S.l.: s.n.], 12 p.

1949 – *O conjunto visigótico de Alcaria (Caldas de Monchique)* / Abel Viana (1896-1964), Octávio Ferreira (1917-1997), José Formosinho (1888-1960). Lisboa: [s.n.], 7 [1] p.

1950 – *O capacete céltico do Museu Regional de Lagos (Algarve)* / José Formosinho (1888-1960), Octávio Ferreira (1917-1997), Abel Viana (1896-1964). Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 13 [1] p.; il.

1950 – *Crónica del I Congreso Nacional de Arqueología y del V Congreso Arqueológico del Sudeste: Almería, 1949* / Abel Viana (1896-1964), Octávio Ferreira (1917-1997), José Formosinho (1888-1960). Cartagena: Junta Municipal de Arqueología. Museo de Cartagena, 17 [1] p.: il.

1950 – *Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique: investigações de 1948 a 1949* / Abel Viana (1896-1964), Octávio Ferreira (1917-1997), José Formosinho (1888-1960). Lisboa: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 18 p.: il.

1950 – *Necropolis de las Caldas de Monchique: nuevas contribuciones para el conocimiento de la Edad del Bronce en el Algarve* / Abel Viana (1896-1964), Octávio Ferreira (1917-1997), José Formosinho (1888-1960). Madrid: [s.n.], 28 p.: il.

1950 – “Nuevas contribuciones para el conocimiento de la Edad del Bronce en el Algarve: las necrópolis de las Caldas de Monchique” / Abel Viana (1896-1964), Octávio Ferreira (1917-1997), José Formosinho (1888-1960). Cartagena: Junta Municipal de Arqueología y del Museo de Cartagena, 1950, pp. 88-94 : Il.

1952 – *Alguns objectos inéditos do Museu Regional de Lagos: Monte Molião* / Abel Viana (1896-1964), Octávio Ferreira (1917-1997), José Formosinho (1888-1960). Guimarães: Publicação da Sociedade Martins Sarmiento, 12 p.: il.

1953 – *Algumas notas sobre o Bronze Mediterrânico do Museu Regional de Lagos* / Abel Viana (1896-1964), Octávio Ferreira (1917-1997), José Formosinho (1888-1960). Salamanca: Universidad de Salamanca, 27 [1] p.: il.

1953 – *Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique*. José Formosinho (1888-1960), Octávio Ferreira (1917-1997), Abel Viana (1896-1964). Porto: Instituto de Alta Cultura / Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, 164 [16] p. il. Sep. *Trabalhos de antropologia e etnologia*, v. 14, n.º 1-2.

1953 – *De lo Prerromano a lo Arabe en el Museo Regional de Lagos* / Abel Viana (1896-1964), Octávio Ferreira (1917-1997), José Formosinho (1888-1960). Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto de Arqueología y Prehistoria “Rodrigo Caro”, 26 p.: il.

1955 – *Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique: relance das explorações nas necrópoles da Idade do Bronze do ano de 1937 ao de 1949* / Abel Viana (1896-1964), Octávio Ferreira (1917-1997), José Formosinho (1888-1960). [S.l.: s.n.], (Porto: Imp. Portuguesa). - 42, XII p.: il. - Separata Trab. Antropologia e Etnologia, 15.

1957 – *Sagres e o Infante D. Henrique* / José Formosinho (1888-1960). Faro: *Correio do Sul*, 8 p. : il. Separata do *Correio do Sul*.

1960 – *Lagos e o Infante D. Henrique* / José Formosinho (1888-1960). [Lagos: s.n.], 4 p. Ed. póstuma.

ARTIGOS NA IMPRENSA PERIÓDICA

1931 – “Museu Regional de Santo António”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 190, 30 abr., p. 1.

1933 – “A Vila do Infante”. *A Voz* / José Formosinho (1888-1960). 14 de ago.

- 1933** – “Museu Regional de Santo António”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 302, 26 out., p. 3.
- 1933** – “Museu Regional de Santo António”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 304, 9 nov., p. 1.
- 1933** – “Notas da Semana: Museu Regional de Santo António”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 308, 14 dez., p. 1.
- 1934** – “Museu Regional de Santo António”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 320, 15 mar., p. 4.
- 1934** - “Museu Regional de Santo António”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 328, 10 mai., p. 4.
- 1934** - “Museu Regional de Santo António”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 333, 14 jun., p. 4.
- 1934** - “Museu Regional de Santo António”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 335[6], 28 jun., p. 4.
- 1934** – “Sobre o Museu Regional de Lagos fala-nos o colecionador-arqueólogo Dr. José Pimenta Formosinho”. *Correio Algarvio* / José Formosinho (1888-1960) em entrevista a A. S. Simoes Netto. Faro: *Correio Algarvio*, n.º 38, 28 jun., p. 1.
- 1934** – “Museu Regional de Santo António”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 336, 5 jul.
- 1934** – “Museu Regional de Santo António: Grupo de Amigos do Museu”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 347, 20 set., p. 4.
- 1934** – “Museu Regional de St.º António: Grupo de Amigos do Museu: Projecto de Estatutos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 353, 1 nov., p. 4.
- 1934** – “Museu Regional de S.º António” ; Igreja de S.º António e Museu”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 357, 29 nov., p. 3. – Contratação do guarda da Igreja e Museu, sr. Francisco Duarte
- 1934** – “Museu Regional de Santo António; Museu Regional de Santo António: Grupo de Amigos do Museu : Projecto de Estatutos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 358, 6 dez., p. 3.
- 1934** – “Museu Regional de Santo António: Grupo de Amigos do Museu”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 359, 13 dez., p. 4.
- 1934** – “Museu Regional de S.to António: Grupo de Amigos do Museu”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 360, 20 dez., p. 3.

1935/jan. – “Igreja de Santo António de Lagos (Monumento nacional) pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 1. – Il. com fotogr. onde se vê, no altar-mor, Santo António militar (passou depois para o altar de campanha)

1935 – “Museu Regional de Santo António”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 368, 14 fev., p. 3.

1935/mar. – “Migalhas de história da nossa terra: a lenda da sua fundação no Paúl pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 3.

1935 – “Museu Regional de Santo António: uma valiosa oferta”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho. Lagos : *Jornal de Lagos*, n.º 377, 18 abr., p. 1, 4.

1935/abr. – “Duas lápides inéditas pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 4, p. 11-12. – Il. Desenho.

1935/mai. – “Migalhas de história da nossa terra II: onde foi Lacobriga pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 5, p. 8. – Com bibliografia.

1935/jun. – “Migalhas de história da nossa terra: a lenda da sua fundação no Paúl pelo Dr. José Formosinho (continuação)”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 6, p. 9. – Com bibliografia.

1935/jul. – “Efemérides mez de julho pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 7, p. 5.

1935/ago. – “Efemérides mez de agosto pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 8, p. 8.

1935/set. – “Efemérides mez de setembro pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 9, p. 11.

1935/out. – “Efemérides mez de outubro pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 10, p. 11.

1935/nov. – “Efemérides mez de novembro pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 11, p. 18.

1935/nov. – “Museu Regional de Santo António, de Lagos”. *Diário de Notícias*. 26 de nov.

1935 – “Museu Regional de Santo António”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 411, 12 dez., p. 3.

1936/jan. – “Efemérides mez de janeiro pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 13, p. 18.

1936/fev. – “Efemérides mez de fevereiro pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 14, p. 10.

1936/mar. – “Efemérides mez de março pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 15, p. 18.

- 1936/abr.** – “Efemérides mez de abril pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 16, p. 11.
- 1936/mai.** – “Efemérides mez de maio pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 17, p. 11.
- 1936/jun.** – “Santo António: patrono do regimento de Lagos”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 18, p. 10. – Il. Fotografia.
- 1936/jun.** – “Efemérides mez de junho pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 18, p. 11.
- 1937** - “Museu Regional de Santo António”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 468, 4 fev., p. 4.
- 1937/fev./mar.** – “Museu Regional de Lagos”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 26/27, p. 7-10.
- 1937/mar.** – “O pórtico Renascença do Museu Regional de Lagos”. *Diário de Notícias*, 7 de mar.
- 1937/mai.** – “Ciência e cultura. Problemas de arqueologia algarvia: os silos de Bensafrim pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 29, p. 11.
- 1937/jun.** – “O monumento ao infante D. Henrique pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 30, p. 11.
- 1938/nov.** – “Abicada: interessante estação arqueológica da época romana pelo Dr. José Formosinho. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 47. – Il. Fotogr., p. 11.
- 1939/mar.** – “Ermida de N.ª Sr.ª de Guadalupe pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 51, p. 4-5.
- 1939/jul.** – “Lapidária lacobrigense pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 55, pp. 5, 12.
- 1940/jan.** – “O foral de Lagos pelo Dr. José Formosinho”. *Costa de Oiro*, Lagos: Tip. Ferreira, n.º 61. – Il. Fotogr.
- 1940** - Museu de S.to Antonio de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 605, 2 mar., p. 4.
- 1941** – Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 677, 26 jul., p. 1.
- 1942** – “O Museu Regional de Lagos vai inaugurar brevemente mais três salas”. *Diário de Notícias*, 2 de jun.
- 1942** – “Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 721, 6 jun., p. 1, 4.

1942 – “Abicada: Interessante Estação Arqueológica da Época Romana”. *Boletim da Junta de Província do Algarve* / José Formosinho (1888-1960). [Faro]: Junta de Província do Algarve, [1940] 1942 (d.i.) (Lisboa : Bertrand), [pp. 135-138]. : II.

1943 – “A igreja de Nossa Senhora da Luz”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 751, 9 jan., p. 1, 4.

1943 – “Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 788, 16 out., p. 1, 4.

1943 – “Duarte Pacheco”; “Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 791, 13 nov., p. 1, 2,4.

1943 – “Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 793, 27 nov., p. 1, 4.

1945 – “Museu Regional de Lagos: Grupo de Amigos do Museu”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 843, 1 nov., p. 1, 4.

1945 - “Museu Regional de Lagos: Grupo de Amigos do Museu: Projecto de estatutos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 846, 10 dez., p. 1, 4.

1946 – “Grupo de Amigos do Museu”; “Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 848, 10 jan., p. 2, 6, 8.

1946 – “Chaminés Algarvias”; “Exposição Arte Algarvia no Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 851, 20 fev., p. 1.

1946 – “Exposição de Arte no Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / [José Formosinho (1888-1960)]. Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 852, 10 mar., p. 1.

1946 – “Museu Regional de Lagos (os meus agradecimentos)”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 853, 20 mar., p. 1.

1946 – “O «Jornal de Lagos» entrevista o Diretor do Museu”; “Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 854, 1 abr., p. 4.

1946 – “Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / [José Formosinho (1888-1960)]. Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 855, 20 abr., p. 4.

1946 – “Museu Regional de Lagos: aos artistas algarvios (amadores)” - *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 859, 20 jun., p. 4.

1946 – “Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 860, 10 jul., p. 1.

- 1947 – “O Museu Regional de Lagos vai promover uma nova série de exposições”. *Correio do Sul* / José Formosinho (1888-1960). Faro: *Correio do Sul*, n.º 1529, 20 fev., p. 2, 4.
- 1947 – “No Museu Regional de Lagos inaugura-se hoje uma exposição de Jayme Murteira”. *Correio do Sul* / José Formosinho (1888-1960). Faro: *Correio do Sul*, n.º 1553, 7 ago., p. 4.
- 1947 – “Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 884, 30 jul., p. 1.
- 1947 – “Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 885, 15 ago., p. 1.
- 1947 – “Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 886, 30 ago., p. 1.
- 1947 – “Museu Regional de Lagos”. *Correio do Sul* / José Formosinho (1888-1960). Faro: *Correio do Sul*, n.º 1570, 4 dez., p. 4.
- 1948 – “Manuscritos: agradecimento, reflexões”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 912, 15 dez., p. 1, 4.
- 1949 - “Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 915, 15 fev., p. 1.
- 1949 – “O ceitil de D. Manuel com caracteres arábicos”. *A Moeda: publicação numismática da Casa Molder* / José Formosinho (1888-1960). Lisboa: *A Moeda*, n.º 25/26, Lisboa, 1949.
- 1949 – “Infante D. Henrique”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 925, 15 ago., p. 1-2, 4.
- 1950 – “Museu Regional de Lagos: conversando com os lacobrigenses.” *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 933, 30 jan., p. 1, 6.
- 1950 – “A exposição de José Campas no Museu Regional de Lagos”. *Correio do Sul* / J. F. [José Formosinho (1888-1960)]. Faro: *Correio do Sul*, n.º 1690, 30 mar. p. 6.
- 1954 – “Museu Regional de Lagos”; “Museu Regional de Lagos: exposição”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 1009, 28 fev., p. 1.
- 1954 – “Museu Regional de Lagos”; “Museu Regional de Lagos: exposição”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 1011, 30 mar., p. 1.
- 1955 – “Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 1052, 15 abr., p. 1.
- 1955 – “A entrevista da semana: Então, doutor, esse Museu: o Dr. José Formosinho diz ao «Correio do Sul» o que vão ser as três salas de Júlio Dantas, no Museu Regional de

Lagos.” *Correio do Sul* / José Formosinho (1888-1960). Faro: *Correio do Sul*, n.º 1951, 12 de mai., p. 1, 4.

1955 – “Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 1030, 15 ago., p. 1.

1956 – “Museu Regional”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, 15 fev., p. 1, 4.

1956 – “Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 1041, 15 jun., p. 1.

1956 – “Museu Regional de Lagos”; “Rebuscando no Passado II Caminho de Ferro”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 1043, 15 jul., p. 1.

1956 – “Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 1044, 15 ago., p. 4.

1956 – “Sagres e o Infante D. Henrique”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 1046, 15 out., p. 1, 6.

1956 – “Caprichos da Natureza”. *Flama*, n.º 45, dez. 1956.

1957 – “Sagres e o Infante D. Henrique”. *Correio do Sul*. Faro: *Correio do Sul*, 24 de jan. Fez-se separata.

1957 – “Sob a égide do Infante. Sagres: algumas explicações sobre as obras em curso”. *Correio do Sul* / José Formosinho. Faro: *Correio do Sul*, n.º 2061, 11 de jul.

1957 - “Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 1052, 25 jul., p. 1.

1957 – “Sagres e as obras em curso: o Dr. José Formosinho responde ao Dr. Fernandes Lopes”. *Correio do Sul*. Faro: *Correio do Sul*, n.º 2066, 22/08/1957.

1957 – “Sob a égide do Infante: o Dr. José Formosinho responde ao Dr. Fernandes Lopes e dá por terminada a discussão”. *Correio do Sul*, n.º 2069, 12/09/1957.

1957 – “A invocação da ermida de Sagres rectificado”. *Correio do Sul*. Faro: *Correio do Sul*, 5/12/1957.

1958 - “Museu Regional de Lagos”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 1068, 30 jan., p. 4.

1958 – “Novamente Sagres: respondendo ao Dr. Fernandes Lopes”. Faro: *Correio do Sul*, n.º 2120, 25/09/1958.

1959 – “Gil Eanes”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 1080, 15 abr. p. 1

1959 – “O que eu diria... se me fosse possível falar”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 1082, 30 mai., p. 3, 6. [Na sequência da homenagem prestada pela cidade a 22 de maio de 1959).

1959 – “Gil Eanes”. *Jornal de Lagos* / José Formosinho (1888-1960). Lagos: *Jornal de Lagos*, n.º 1087, 15 dez. pp. 1, 4.

APÊNDICE II: Quadro-síntese da legislação, convenções e regulamentos relativos ao património cultural e aos museus em Portugal (1720 à atualidade)

ANO	DIPLOMA	RESUMO
1720	<p>Decreto de 8 de dezembro, por iniciativa régia de D. João V.</p> <p>Disponível em: file:///C:/Users/USER/Downloads/72-Texto%20do%20artigo-280-1-10-20091110.pdf</p>	Criação da Academia Real da História Portuguesa.
1721	<p>Alvará Régio de 20 de agosto, assinado por D. João V.</p> <p>Disponível em: https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4628676</p>	Alarga o conceito de monumento a estátuas, mármore, cipos, lâminas, chapas, medalhas e outros artefactos, para além dos edifícios. Atribui à Academia uma função protetora relativamente à conservação e preservação do património edificado nacional.
1802	<p>Alvará com força de Lei de 4 de fevereiro de 1802.</p> <p>Disponível em: http://193.137.22.223/fotos/editor2/RDE/L/S19/1801_1810/1802_02_04alvara.pdf</p>	Transfere para o bibliotecário-Mor da Real Biblioteca de Lisboa, criada por Alvará de 29 de fevereiro de 1796, as funções de proteção do património cultural móvel atribuídas à Academia Real de História Portuguesa.
1834	<p>Decreto de 28 de Maio de 1834</p> <p>Disponível em: http://193.137.22.223/fotos/editor2/RDE/L/S19/1831_1840/1834_05_28alvara.pdf</p>	Extingue as casas religiosas e ordenando a incorporação dos seus bens na Fazenda Nacional.

1870	Portaria de 22 de março de 1870	Nomeação de uma Comissão dos Monumentos Nacionais.
1898	Decreto de 9 de dezembro de 1898 Publicação: <i>Diário do Governo</i> , n.º 294, 30.12.1898	A Secretaria de Estado das Obras Públicas, Comércio e Indústria aprova o plano orgânico dos serviços de monumentos nacionais destinados à classificação, conservação e restauração dos monumentos nacionais. Art.º 2º - Cria o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais.
1901	Decreto de 24 de outubro de 1901 [?]	Reorganiza o Conselho dos Monumentos Nacionais da Direção Geral das Obras Públicas e Minas e determina que a classificação dos Monumentos Nacionais passe a ser feita por Decreto publicado no Diário do Governo.
1901	Decreto de 30 de dezembro de 1901 Publicação: <i>Diário do Governo</i> , n.º 153, de 12/07/1902	Aprova as bases para a classificação dos imóveis que devam ser considerados Monumentos Nacionais e dos objetos mobiliários de reconhecido valor. As obras em monumentos classificados devem ser efetuadas com aprovação do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, ouvido o Conselho dos Monumentos Nacionais.
1901	Decreto de 31 de dezembro de 1901 Publicação: <i>Diário do Governo</i> n.º 296/1901, Série I de 1901-12-31 Emissor: Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria	Aprova a organização do Museu Etnológico Português, dirigido por José Leite de Vasconcelos.
1910	Decreto de 16 de junho de 1910 Emissor: Ministério das Obras Públicas	Publica a primeira lista oficial dos monumentos nacionais, aprovada pelo Governo. A classificação seguiu uma ordenação por épocas: Pré-Histórica, lusitana, lusitano-romana, romana, medieval, do renascimento, moderna. No entanto, alguns monumentos já tinham sido classificados ao abrigo de leis especiais, publicadas em 1906 para o Castelo de Elvas; em 1907 para as Sés de Braga, Lisboa e Évora; para os Mosteiros da Batalha, Alcobaça, Tomar e Belém; para as Basílicas de Mafra e Estrela em Lisboa, entre outros; e em 1908 o

		Castelo de Guimarães. Esta primeira classificação foi aceite pela República com o Decreto n.º 1, de 26 de Maio de 1911.
1910	Decreto de 19 de novembro de 1910 [?] Emissor: Ministério do Interior. Direcção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial. 2. ^a Repartição	Aprova lei de proteção e defesa do património cultural. Decreto com força de Lei para evitar a deterioração e a saída para o estrangeiro de objetos de valor artístico e histórico.
1911	Lei de 20 de abril de 1911 Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/205606	Lei de Separação do Estado das Igrejas, datada de 20 de abril de 1911. Decreto com força de Lei, transfere para o Estado a propriedade dos templos e todos os edifícios religiosos, extingue as verbas para o culto, e manda entregar às juntas de paróquia os recheios mobiliários e aos museus os objetos de valor histórico ou artístico. Capítulo IV: edifícios e bens prevê o arrolamento e inventariação “sem necessidade de avaliação nem de imposição de selos”, de todos os bens móveis e imóveis “aplicados ao culto público da religião católica”, com exceção dos de propriedade pública ou privada bem definida. O mesmo diploma previa ainda a entrega dos móveis de valor que passariam a ficar temporariamente à guarda das juntas de paróquia, depósitos públicos ou museus.
1911	Decreto n.º 1, de 26 de maio de 1911 Emissor: Ministério do Interior. Direcção-Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial Disponível em: <i>Colecção oficial de legislação portuguesa</i> . Lisboa. (1911) 1.157-1.164. https://arquivo.fba.up.pt/docs/legislacao/1911_Decreto_%20n1_26_Maio.pdf	Reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos [considerado «marco miliário da evolução administrativa deste importante ramo dos serviços públicos», pelo decreto n.º 20985, de 7/3/1932.]. Reorganiza os serviços artísticos e arqueológicos. A nova lei do património procurava descentralizar as competências dividindo o país em três circunscrições, onde funcionavam os respetivos conselhos de arte e arqueologia, com a participação de artistas, de historiadores de arte, de arqueólogos e etnólogos e até mesmo de políticos.
1920	Decreto n.º 7038, de 17 de outubro de 1920	Aprova a organização da Administração-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que «compreende a direção de todos os serviços de arquitetura e construção civil do Estado e a

	<p>Publicação: <i>Diário do Governo</i> n.º 209/1920, Série I de 1920-10-17</p> <p>Emissor: Ministério do Comércio e Comunicações - Repartição Central</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/391817</p>	<p>gestão de todos os fundos destinados à construção, grande e pequena reparação, ampliação e conservação dos edifícios públicos, bem com a conservação, reparação e restauração dos monumentos nacionais» (art.º 1.º).</p> <p>Da direção desta Administração-Geral <u>ficaram excluídos</u>: «Somente as <u>obras de edifícios dependentes dos Ministérios da Guerra e da Marinha</u> serão, de futuro, <u>excluídas</u> da Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.» (art.º 2.º)</p>
1921	<p>Lei n.º 1152, de 23 de Abril de 1921</p> <p>Publicação: <i>Diário do Governo</i> n.º 84/1921, Série I de 1921-04-23.</p> <p>Emissor: Ministério do Comércio e Comunicações - Secretaria Geral do Ministério e dos Serviços de Obras Públicas - Repartição Central</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/359920</p>	<p>Cria em todas as estâncias hidrológicas e climatéricas comissões de iniciativa, com o fim de promover o desenvolvimento das estâncias, de forma a proporcionar aos seus frequentadores um meio confortável, higiénico e agradável quer executando obras de interesse geral, quer realizando iniciativas tendentes a aumentar a sua frequência e a fomentar a indústria do turismo.</p> <p>A lei n.º 11512, de 23 abril de 1921 foi regulamentada pelo decreto n.º 8046, de 24 de fevereiro de 1922. A experiência de algumas comissões demonstrou que o regulamento entretanto aprovado revelava deficiências, pelo que a 30 de agosto de 1924, é aprovado novo regulamento através do decreto n.º 10057.</p> <p>O Código Administrativo, aprovado pelo decreto n.º 27424, de 31 de dezembro de 1936, extinguiu as Comissões de Iniciativa e Turismo (art.º 6º). Os bens móveis e imóveis, que constituíam o património das Comissões de Iniciativa, assim como os rendimentos e encargos passaram para as Câmaras Municipais (art.º 7.º). O mesmo Código Administrativo, através do artigo 94.º, criou vários órgãos consultivos da administração municipal, entre eles a Comissão Municipal de Turismo, que veio dar continuidade ao trabalho até aí desenvolvido pelas Comissões Municipais de Iniciativa e Turismo.</p> <p>Em Lagos, a instalação da Comissão ocorreu a 18 de fevereiro de 1928, conforme Livro de Atas de Sessões, depositado no Arquivo Municipal de Lagos, com a cota: PT/AMLGS/CMLGS/CT/ATAS/1, Cota E38P4</p> <p>Com as alterações ocorridas pela aprovação do Código Administrativo de 1936, é criada a Comissão Municipal de Turismo, com data de 10 de janeiro de 1937.</p>

		<p>O Dr. José Formosinho, diretor do Museu, integrou a Comissão na qualidade de Delegado da Junta de Freguesia (1932-19??) e na qualidade de representante da coeva Comissão Municipal de Arte e Arqueologia.</p> <p>A documentação da Comissão pode ser consultada no Arquivo Municipal de Lagos, cota E125P6 (1936-1969).</p>
1924	<p>Decreto n.º 9842, de 20 de junho de 1924</p> <p>Publicação: <i>Diário do Govêrno</i>, n.º 137, Série I, de 20 de junho de 1924</p> <p>Emissor: Ministério da Instrução Pública, Direcção Geral de Belas Artes, 2.ª Repartição</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/file/542301</p>	<p>Sob proposta do Conselho de Arte e Arqueologia da 1.ª Circunscricção e nos termos do artigo 45.º do decreto com força de lei de 25/05/1911, são classificados “monumentos nacionais”, em Lagos, os seguintes monumentos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Igreja de Santo António - Igreja de São Sebastião - Muralhas e torreões da cidade, compreendendo especialmente as portas e Portugal e do Postigo e os restos dos antigos Paços dos Governadores do Algarve, onde habitou o Infante D. Henrique
1924	<p>Lei n.º 1700, de 18 de dezembro de 1924</p> <p>Publicação: <i>Diário do Govêrno</i> n.º 281/1924, Série I de 1924-12-18</p> <p>Emissor: Ministério da Instrução Pública</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/562631</p>	<p>Determina que junto do Ministério da Instrução Pública funcione um Conselho Superior de Belas Artes. Regula a sua constituição e atribuições; fiscalização dos museus. Determina que a inspeção e conservação dos monumentos nacionais competem ao Ministério da Instrução Pública, que as exercerá por intermédio da Direcção Geral de Belas-Artes. (art.º 47.º).</p> <p>Reorganiza os serviços de Belas-Artes.</p> <p>Cap. I - Do Conselho Superior de Belas-Artes.</p> <p>Cap. II - Dos Conselhos de Arte e Arqueologia.</p> <p>Cap. V - Do arrolamento e conservação de obras de arte e peças arqueológicas.</p> <p>Cap. VI - Dos monumentos e palácios nacionais.</p> <p>Art.º 50º - Cria o conceito de zona de proteção de 50 metros em torno de edificios classificados.</p>

		Art.º 54º - Cria o conceito de Imóvel de Interesse Público, sob o ponto de vista artístico, histórico ou turístico.
1926	<p>Decreto n.º 11445, de 13 de fevereiro de 1926</p> <p>Publicação: <i>Diário do Govêrno</i> n.º 34/1926, Série I de 1926-02-13</p> <p>Emissor: Ministério da Instrução Pública - Direcção Geral de Belas Artes</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/209221</p>	Aprova e publica em anexo o regulamento da Lei 1700 de 18 de dezembro de 1924, que reorganiza os serviços de arte e arqueologia.
1928	<p>18 de fevereiro: instalação da Comissão de Iniciativa [de Lagos], Lei n.º 1152, de 23 de Abril de 1921</p> <p>Publicação: Livro de Atas das Sessões da Comissão de Iniciativa</p> <p>Termo de abertura: 18 de fevereiro de 1928</p> <p>Disponível em: Arquivo Municipal de Lagos, cota PT/AMLGS/CMLGS/CT/ATAS/1, Cota E38P4</p>	<p>Instalação da Comissão de Iniciativa, de Lagos, com convite a Aljezur e Vila do Bispo para que sejam representados nesta Comissão, registado na acta de 28/02/1928, fl. 2v. 3 f.</p> <p>Com as alterações ocorridas pela aprovação do Código Administrativo de 1936, é criada a Comissão Municipal de Turismo, com data de 10 de janeiro de 1937.</p> <p>O Dr. José Formosinho, diretor do Museu, integrou a Comissão na qualidade de Delegado da Junta de Freguesia (1932-195?) e na qualidade de representante da coeva Comissão Municipal de Arte e Arqueologia.</p> <p>Os recursos documentais desta Comissão estão disponíveis em: Arquivo Municipal de Lagos, cota PT/AMLGS/CMLGS/CT/ATAS/1, Cota E38P4.</p>
1928	<p>Decreto n.º 15216, de 14 de março de 1928</p> <p>Publicação: <i>Diário do Govêrno</i> n.º 67/1928, Série I de 1928-03-22</p>	Reorganiza os Serviços Artísticos e Arqueológicos. Introduce uma inovação: o pagamento das entradas nos museus.

	<p>Emissor: Ministério da Instrução Pública - Direcção Geral de Belas Artes</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/646108</p>	
1929	<p>Decreto n.º 16791, de 30 de abril de 1929</p> <p>Publicação: <i>Diário do Govêrno</i> n.º 97/1929, Série I de 1929-04-30</p> <p>Emissor: Ministério do Comércio e Telecomunicações</p> <p>Disponível em:</p>	<p>Cria a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.</p> <p>De 1929 até princípios da década de 1970, a DGEMN centralizou de modo crescente a quase totalidade das atribuições referentes a obras de monumentos nacionais do Estado e de edifícios.</p>
1931	<p>Decreto n.º 19414, de 5 de março de 1931.</p> <p>Publicação: <i>Diário do Govêrno</i> n.º 53/1931, Série I de 1931-03-05.</p> <p>Emissor: Ministério da Instrução Pública - Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes - Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes.</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/211453</p>	<p>Regulamenta o pagamento das entradas nos museus. Fixa em 2\$50 o preço das entradas em todos os museus dependentes do Ministério.</p>
1931	<p>Decreto n.º 19952, de 27 de julho de 1931</p> <p>Publicação: <i>Diário do Govêrno</i> n.º 147/1931, Série I de 1931-06-27</p>	<p>Cria a Inspeção das Bibliotecas e Arquivos, extinguindo a Inspeção das Bibliotecas Populares. Dedicar atenção à leitura popular vs científica.</p> <p>Formação e perfil dos bibliotecários-arquivistas.</p> <p>Organização das bibliotecas e arquivos.</p>

	<p>Emissor: Ministério da Instrução Pública - Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/530981</p>	<p>Cria, a nível nacional, os arquivos distritais, iniciando-se uma política cultural de criação de arquivos públicos nas capitais dos distritos com a obrigatoriedade de recolha, conservação e organização com vista à consulta pública do património arquivístico de cada distrito.</p> <p>“Esta orientação torna-se tanto mais essencial ao tratar-se do problema bibliotecário e arquivístico português quanto é certo que, no ponto de vista Governo, esse problema não se limita a fazer das bibliotecas e arquivos simples armazéns, meros depósitos de impressos ou manuscritos, mas organismos vivos de erudição e cultura.”</p>
1931	<p>Decreto n.º 20586, de 4 de dezembro de 1931</p> <p>Publicação: <i>Diário do Governo</i> n.º 279/1931, Série I de 1931-12-04.</p> <p>Emissor: Ministério da Instrução Pública - Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes - Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/file/505490</p>	<p>Salvaguarda o património que ainda não estava arrolado por força de legislação anterior.</p>
1932	<p>Decreto n.º 20985, de 7 de março de 1932</p> <p>Publicação: <i>Diário do Governo</i> n.º 56/1932, Série I de 1932-03-07</p> <p>Emissor: Ministério da Instrução Pública. Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/523016</p>	<p>Regula a guarda e protecção das obras de arte e peças arqueológicas, cometendo ao Ministério da Instrução Pública, por intermédio da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, a coordenação dos trabalhos de carácter artístico dos serviços públicos e a guarda e conservação do património artístico e arqueológico do país. Institui o Conselho Superior de Belas Artes, estabelecendo a sua composição e competências. Regula igualmente a classificação de imóveis e a concessão do título de 'monumento nacional'. Sujeita a superintendência do Ministério da Instrução Pública os museus, coleções e tesouros de arte sacra do estado, das autarquias locais ou de entidades particulares subsidiadas pelo Estado, classificando-os em três grupos: - museus nacionais de arte antiga, de arte contemporânea e dos coches, - museus regionais de Machado de Castro, de Grão-Vasco, de Aveiro, de Évora, de Bragança e de Lamego, - museus, museus municipais, tesouros de arte sacra e demais coleções com valor artístico, histórico ou arqueológico. Insere disposições relativas a distribuição e exposição de obras de arte nos museus e a</p>

		<p>nomeação dos seus diretores. Prevê a publicação dos regulamentos que forem indispensáveis para a execução do presente decreto.</p> <p>Reorganiza os serviços de Belas-Artes.</p> <p>Cap. I - Guarda e protecção das obras de arte e peças arqueológicas.</p> <p>Cap. II - Conselho Superior de Belas-Artes.</p> <p>Cap. III - Comissões municipais de arte e arqueologia.</p> <p>Cap. IV - Monumentos nacionais.</p> <p>Art.º 26º - Define os princípios das «zonas de protecção a monumentos nacionais».</p> <p>Art.º 30º - Classificação de «imóveis de interesse público».</p>
1932	<p>Decreto n.º 21117, de 18 de abril de 1932</p> <p>Publicação: <i>Diário do Governo</i>, Série I, n.º 91/1932, p. 668-669.</p> <p>Emissor: Ministério da Instrução Pública. Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/524073</p>	<p>Regulamenta a parte do decreto n.º 20985 respeitante a monumentos arqueológicos classificados como monumentos arqueológicos nacionais. Orientação, classificação, guarda e vigilância pelo Dr. José Leite de Vasconcelos, Museu Etnológico.</p>
1933	<p>Decreto n.º 22110, de 12 de janeiro de 1933</p> <p>Publicação: <i>Diário do Govêrno</i>, n.º 10/1933, Série I de 1933-01-12.</p> <p>Emissor: Ministério da Instrução Pública - Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes - Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes</p>	<p>Regulamenta o estágio dos conservadores de museu.</p>

	Disponível em:	
1936	<p>Decreto-Lei n.º 26611, de 19 de maio de 1936</p> <p>Publicação: <i>Diário do Governo</i> n.º 116/1936, Série I de 1936-05-19.</p> <p>Emissor: Ministério da Educação Nacional - Secretaria Geral</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/362693</p>	<p>Aprova o Regimento da Junta Nacional de Educação, instituída pela Lei n.º 1941 de 11 de Abril de 1936 e cria a Academia Portuguesa da História e institui a Mocidade Portuguesa. Estabelece que é a 6.ª Secção da Junta Nacional da Educação quem assegura a inspeção dos museus.</p> <p>Art.º 10º - A 6ª Secção (Belas-Artes) é dividida nas seguintes subsecções:</p> <p>1ª - Artes plásticas, museus e monumentos.</p> <p>2ª - Antiguidades, escavações e numismática.</p> <p>3ª - Música, arte cénica e canto coral.</p> <p>4ª - Literatura, bibliotecas e arquivos.</p> <p>Art.º 21º - Competências da 6.ª Secção (Belas-Artes).</p>
1936	<p>Código Administrativo de 1936, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 27424, de 31/12/1936</p> <p>Publicação: <i>Diário do Governo</i>, n.º 306/1936, Série I de 1936-12-31</p> <p>Emissor: Ministério do Interior - Direcção Geral de Administração Política e Civil</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/331619</p>	<p>Cria órgãos municipais consultivos, entre os quais, a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, com a seguinte organização e atribuições:</p> <p>“Art.º 97 – Nos concelhos em que existam monumentos nacionais, artísticos, históricos ou arqueológicos a conservar, defender ou valorizar, funcionará uma comissão municipal de arte e arqueologia, composta por um vereador designado pelo presidente da câmara, que será o presidente, pelo diretor do museu da sede do concelho, onde o houver, por um professor oficial de ensino primário ou liceal nomeado pelo Ministro da Educação Nacional, por um representante das associações culturais ou grupos de amigos dos monumentos ou museus do concelho e pelos párocos ou sacerdotes encarregados do culto em monumentos religiosos de valor reconhecido.</p> <p>§ 1.º Nos concelhos urbanos é obrigatória a constituição de comissões de arte e arqueologia, que serão presididas pelo vereador do pelouro de cultura. [...]</p> <p>Art.º 98º Compete à comissão municipal de arte e arqueologia:</p> <p>1.º Dar parecer sobre a parte do plano de urbanização e expansão relativa à conservação e valorização dos monumentos artísticos, históricos, naturais e arqueológicos,</p>

		<p>2.º Dar parecer sobre quaisquer projetos de construção, reintegração ou valorização de monumentos, a respeito dos quais seja consultada pela câmara ou pelo seu presidente,</p> <p>3.º Sugerir às câmaras tudo o que entender conveniente ao embelezamento das povoações, à preservação, defesa e aproveitamento dos monumentos e da paisagem, e ao desenvolvimento do turismo,</p> <p>4.º Colaborar com os órgãos da administração central na defesa dos interesses artísticos, progressos da cultura e educação do gosto popular, exercendo as atribuições que a lei lhe conferir.”</p> <p>Em Lagos, a Comissão Municipal de Arte e Arqueologia foi criada a 27 de março de 1946, conforme previsto na lei. Os seus recursos arquivísticos estão disponíveis no Arquivo Municipal de Lagos, com a cota PT/AMLGS/CMLGS/CAA.</p>
1944	<p>Decreto n.º 33587, de 27 de março</p> <p>Publicação: <i>Diário do Govêrno</i>, I Série, n.º 63, de 27/03/1944</p> <p>Emissor: Ministério da Educação Nacional, Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/file/273300</p>	<p>Classifica monumentos nacionais e de interesse público vários imóveis em diversos distritos.</p> <p>Classifica como «monumento de interesse público», em Lagos:</p> <p>- Capela-mor da igreja da Luz, situada na povoação da Luz.</p>
1946	<p>Instalação da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia de Lagos, conforme Código Administrativo de 1936, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 27424, de 31/12/1936</p> <p>Publicação: Livro de Atas das Sessões da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia</p> <p>Termo de abertura: 27 de março de 1946</p>	<p>Criação da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, em Lagos, cujo termo de abertura do Livro de Atas das Sessões data de 27/03/1946, pelo Presidente da Câmara</p> <p>“Acta de instalação e posse da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia, no quadriénio de 1946-1949</p> <p>Aos vinte nove dias do mês de Março do ano de mil novecentos quarenta e seis, nesta cidade de Lagos e nas instalações da Comissão Municipal de Turismo deste Concelho, onde se encontrava o Excelentíssimo Senhor Presidente da Camara, douctor Armando Jacques Freire [?] Castel’ Branco, compareceram devidamente e nos termos legais, convocados para</p>

	<p>Disponível em: Arquivo Municipal de Lagos, cota PT/AMLGS/CMLGS/CAA/ATAS/46-1</p>	<p>tanto os Excelentíssimos Senhores: Doutor António Luiz da Silva, como presidente da Comissão, designado pelo Presidente da Câmara e vogal da mesma; o director do Museu Regional de Lagos, doutor José Formosinho; Manuel Correia Abreu, Professor oficial do [ensino ?] primário, nomeado por despacho de seis de Fevereiro de S. Ex.^a o Ministro de Educação Nacional; Francisco José Ramos, representante do Grupo dos Amigos do Museu Regional de Lagos, nomeado em assembleia geral do dito grupo, realizada [sic] em vinte dois de Dezembro do ano findo; e o Reverendo Prior Francisco António do Carmo, nomeado por S. Ex.^a Reverendíssimo, o Bispo do Algarve. Verificada a legitimidade das nomeações referidas pelo Senhor Presidente da Câmara foi concedida a posse pela forma legal. Para constar e mais legais efeitos, foi lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo representante empossado e por mim, José Maria Dias de Albuquerque Lacerda[?], Chefe de Secretaria da Câmara, que a lavrei, subscrevo e vou assinar.</p> <p>Em tempo; - Em seguida a Comissão deliberou um representante à Comissão Municipal de Turismo deste Concelho, de harmonia com o número segundo do artigo cento e vinte e dois do Código Administrativo, tendo sido eleito, por unanimidade, o Director do Museu Regional de Lagos, doutor José Formosinho.</p> <p>E não havendo mais assuntos a tratar foi a reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo [representante?], empossado e por mim, José Maria Dias Albuquerque [Pereira], Chefe da Secretaria, que a lavrei, subscrevo e vou assinar. //</p> <p>[Sem assinaturas]”, fl. 1-2. [Transcrição de PJP, a partir de Livro de Actas, cota PT/AMLGS/CMLGS/CAA/ATAS/46-1]</p> <p>O Dr. José Formosinho integrou a Comissão (1946-1949, [data intervalar sem evidência documental] 1955-1958) na qualidade de director do Museu Regional de Lagos e foi eleito representante da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia na Comissão Municipal de Turismo.</p>
<p>1949</p>	<p>Lei 2032, de 11 de junho de 1949</p> <p>Publicação: <i>Diário do Governo</i> n.º 125/1949, Série I de 1949-06-11.</p> <p>Emissor: Presidência da República – Secretaria</p>	<p>Promulga disposições sobre proteção e conservação de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagísticos concelhios. Incumbe às câmaras municipais promover a classificação, como monumentos nacionais ou como imóveis ou móveis de interesse público, dos elementos ou conjuntos acima referidos e de colaborar na proteção e vigilância dos mesmos.</p>

	<p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/258368</p>	Cria a categoria dos «valores concelhios».
1965	<p>Decreto-Lei n.º 46758, de 18 de dezembro de 1965</p> <p>Publicação: <i>Diário do Governo</i> n.º 286/1965, Série I de 1965-12-18, p. 1696-1705</p> <p>Emissor: Ministério da Educação Nacional - Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/508223</p>	Aprova o Regulamento Geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia. Considerada a segunda lei-orgânica dos museus.
1970	<p>Decreto-Lei n.º 97/70, de 13 de março</p> <p>Emissor: Ministério das Finanças - Secretaria de Estado do Tesouro</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/228665</p>	<p>Regula as condições em que pode ser realizada a alienação de bens imóveis do domínio privado do Estado para fins de interesse público.</p> <p>Ao abrigo deste DL foi adquirido a favor da Câmara Municipal de Lagos o Forte da Ponta da Bandeira.</p>
1976	<p>Decreto-Lei n.º 794/76, de 5 de novembro</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 259/1976, Série I de 1976-11-05</p> <p>Emissor: Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção - Gabinete do Ministro</p> <p>Disponível em:</p>	<p>Aprova a nova Lei dos Solos.</p> <p>Art.º 1º - A alteração do uso ou da ocupação dos solos para fins urbanísticos, incluindo os industriais, carece de prévia aprovação da Administração.</p> <p>Revogado.</p>

	https://dre.pt/application/conteudo/409292	
1977	<p>Decreto n.º 129/77, de 29 de Setembro</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 226/1977, Série I de 1977-09-29, p. 2390-2396</p> <p>Emissor: Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação e Investigação Científica</p> <p>Disponível em:</p>	<p>Classifica vários imóveis como monumentos nacionais e de interesse público</p> <p>Em Lagos, classifica como “imóvel de interesse público”:</p> <p>- Castelo da Senhora da Luz, na ponta da Calheta, freguesia da Luz.</p>
1978	<p>Portaria n.º 269/78, de 12 de maio</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 109/1978, Série I de 1978-05-12</p> <p>Emissor: Ministério da Educação e Cultura - Secretaria de Estado da Cultura</p> <p>Disponível em:</p> <p>https://dre.pt/application/conteudo/295871</p>	<p>Aprova o regulamento de trabalhos arqueológicos. Alterada pela Portaria n.º 195/79, de 24 de abril.</p> <p>Revogado.</p>
1979	<p>Decreto-Lei n.º 58/79, de 29 de março</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 74/1979, Série I de 1979-03-29</p> <p>Emissor: Ministério da Administração Interna</p> <p>Disponível em:</p> <p>https://dre.pt/application/conteudo/382847</p>	<p>Cria os Gabinetes de Apoio Técnico (GAT)</p> <p>Revogado.</p>
1980	<p>Decreto-lei n.º 45/80, de 20 de março</p>	<p>Reestrutura os serviços e o quadro de pessoal dos museus dependentes da Direcção-Geral do Património Cultural. (Revogado)</p>

	<p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 67/1980, Série I, de 20/03/1980, p. 493-501</p> <p>Emissor: Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças e do Plano</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/file/a/678361</p>	
1980	<p>Decreto-Lei n.º 204/80, de 28 de junho</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 147/1980, Série I de 1980-06-28</p> <p>Emissor: Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e do Plano e da Habitação e Obras Públicas</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/473554</p>	Aprova a Lei Orgânica da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).
1980	<p>Decreto-Regulamentar n.º 34/80, de 2 de agosto</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 177/1980, Série I</p> <p>Emissor: Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria de Estado da Cultura</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/470228</p>	<p>Aprova lei orgânica do Instituto Português do Património Cultural (IPPC).</p> <p>Art.º 2º e 3º - Atribuições do IPPC.</p> <p>Art.º 3º, n.º 17 - Serviços dependentes da SEC coordenados pelo IPPC (total 49).</p> <p>Art.º 4º - Definição de monumentos, conjuntos e sítios.</p> <p>Art.º 6º e 7º - Conselho Nacional do Património Cultural.</p> <p>Art.º 62º - Afetação de 82 imóveis.</p> <p>Revogado.</p>
1985	<p>Lei 13/85, de 6 de julho</p>	Lei de bases do Património Cultural Português. Criou as categorias de Conjuntos, Monumentos e Sítios. Definiu os procedimentos inerentes à proteção legal dos bens materiais que o integram, assentando esta na figura jurídica da classificação. A não

	<p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 153/1985, Série I de 1985-07-06, p. 1865-1874</p> <p>Emissor: Assembleia da República</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/182874</p>	<p>regulamentação desta nova Lei determinou, no entanto, que a classificação dos 387 bens móveis, individuais ou de conjunto, registados desde a sua entrada em vigor até 2001, se fundamentasse, necessariamente, em dispositivos legais anteriores, designadamente no Decreto-Lei n.º 38.906, de 1952, e no Decreto n.º 46.349, de 22 de Maio de 1965. A locução «bens culturais» entra pela primeira vez na legislação nacional.</p> <p>Lei não regulamentada.</p>
1986	<p>Código de ética do ICOM para Museus</p> <p>Emissor: 15.ª Assembleia Geral do ICOM, 4/11/1986</p> <p>Disponível em: https://url.gratis/XsQHn</p>	<p>Estabelece normas mínimas para a prática profissional e atuação dos museus e do seu pessoal.</p> <p>Adotado por unanimidade na 15.ª Assembleia Geral do ICOM, realizada em Buenos Aires (Argentina), a 4/11/1986, foi modificado na 20.ª Assembleia Geral em Barcelona (Espanha), a 6/07/2001, e foi revisto pela 21.ª Assembleia Geral realizada em Seul (Coreia do Sul), a 8/10/2004.</p>
1989	<p>Recomendação de 15 de novembro 1989</p> <p>Emissor: UNESCO</p> <p>Disponível em: http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/File/DownloadFile?idFicheiro=3069</p>	<p>Recomendação para a salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular.</p>
1992	<p>Decreto n.º 26-A/92, de 1 de junho</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 126/1992, 2º Suplemento, Série I-B de 1992-06-01, p. 2648-(52-54).</p> <p>Emissor: Presidência do Conselho de Ministros</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/181987</p>	<p>Procede a classificação de imóveis arqueológicos como monumentos nacionais, imóveis de interesse público e imóveis de valor concelhio.</p> <p>Classifica como «imóvel de interesse público», em Lagos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Barragem romana da Fonte Coberta, freguesia de São Sebastião - Estação arqueológica de Monte Molião, freguesia de São Sebastião - Estação arqueológica romana da Praia da Luz, freguesia da Senhora da Luz

1992	<p>Decreto-Lei n.º 106-F/92, de 1 de junho de 1992</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 126/1992, 1º Suplemento, Série I-A de 1992-06-01</p> <p>Emissor: Presidência do Conselho de Ministros</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/410287</p>	<p>Cria o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR). Alterado pelo Decreto-Lei n.º 316/94, de 24 de dezembro.</p> <p>Revogado.</p>
1997	<p>Decreto-Lei n.º 117/97</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 111/1997, Série I-A de 1997-05-14, p. 2352-2358</p> <p>Emissor: Ministério da Cultura</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/397534</p>	<p>Aprova a orgânica do Instituto Português de Arqueologia.</p>
1997	<p>Decreto-Lei n.º 120/97</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 113/1997, Série I-A de 1997-05-16, p. 2421-2433</p> <p>Emissor: Ministério da Cultura</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/120-1997-396754</p>	<p>Aprova a lei orgânica do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR).</p>
1997	<p>Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de junho</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 146/1997, Série I-A de 1997-06-27, p. 3140 – 3144.</p>	<p>Estabelece normas relativas ao património cultural subaquático: visa harmonizar a legislação que rege a atividade arqueológica em meio subaquático com a aplicável à atividade arqueológica em meio terrestre.</p>

	<p>Emissor: Ministério da Cultura</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/162668</p>	
1997	<p>Resolução da Assembleia da República n.º 71/97, de 9 de outubro</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i>, Série I-A, n.º 289, 16/12/1997, p. 6624-6638.</p> <p>Emissor: Assembleia da República</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/403539</p>	<p>Convenção de La Valetta: Aprova, para ratificação, a Convenção Europeia para a Proteção do Património Arqueológico (revista), aberta à assinatura em La Valetta, Malta, em 16 de Janeiro de 1992.</p>
1999	<p>Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 163/1999, Série I-A de 1999-07-15, p. 4412-4417</p> <p>Emissor: Ministério da Cultura</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/358173</p>	<p>Publica o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (substituído por novo Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, por Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro).</p>
1999	<p>Lei n.º 121/99, de 20 de Agosto</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 194/1999, Série I-A de 1999-08-20</p> <p>Emissor: Assembleia da República</p> <p>Disponível em:</p>	<p>Regula a utilização de detetores metais.</p>

	https://dre.pt/application/conteudo/434009	
1999	<p>Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 222/1999, Série I-A de 1999-09-22</p> <p>Emissor: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território</p> <p>Disponível em: https://data.dre.pt/eli/dec-lei/380/1999/09/22/p/dre/pt/html</p>	Estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (6.ª alteração pelo D-L n.º 46/2009).
1999	<p>Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 291/1999, Série I-A de 1999-12-16</p> <p>Emissor: Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território</p> <p>Disponível em:</p> <p>https://dre.pt/application/conteudo/655682</p>	Estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação.
2001	<p>Decreto-Lei n.º 55/2001, de 15 de fevereiro</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 39/2001, Série I-A de 2001-02-15</p> <p>Emissor: Ministério da Cultura</p> <p>Disponível em:</p> <p>https://dre.pt/application/conteudo/321289</p>	Define o regime das carreiras de museologia, conservação e restauro do pessoal dos museus, palácios, monumentos e sítios e dos serviços e organismos da administração central com atribuições na área da museologia e da conservação e restauro do património cultural sob a tutela do Ministério da Cultura.

2001	<p>Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 209/2001, Série I-A de 2001-09-08</p> <p>Emissor: Assembleia da República</p> <p>Disponível em: https://data.dre.pt/eli/lei/107/2001/09/08/p/dre/pt/html</p>	<p>Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural (Lei de Bases do Património Cultural).</p>
2002	<p>Decreto n.º 5/2002, de 19 de fevereiro</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 42/2002, Série I-B de 2002-02-19, p. 1368, 1384</p> <p>Emissor: Ministério da Cultura</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/278071</p>	<p>Procede à classificação de 107 imóveis como monumentos nacionais e imóveis de interesse público.</p> <p>Classifica como «imóvel de interesse público», em Lagos:</p> <p>Forte da Ponta da Bandeira, também denominado «Forte de Nossa Senhora da Penha de França», «Forte do Pau da Bandeira», «Forte do Registo», sito Avenida das Descobertas, Ribeira, freguesia de Santa Maria.</p>
2003	<p>Convenção de 17 de outubro de 2003</p> <p>Emissor: Unesco</p> <p>Disponível em: https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf</p>	<p>Convenção para a salvaguarda do Património Cultural Imaterial.</p>
2004	<p>Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i>, n.º 195, I Série-A, de 19/08/2004, p. 5379-5394</p> <p>Emissor: Assembleia da República</p>	<p>Aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses.</p>

	<p>Disponível em: https://dre.pt/home/-/dre/480516/details/maximized</p>	
2004	<p>Declaração de Yamato, de 20-23 outubro de 2004</p> <p>Disponível em: http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/File/DownloadFile?idFicheiro=3073</p>	<p>Abordagem integrada para a salvaguarda do património cultural, material e imaterial. Conferência internacional sobre a salvaguarda do património cultural, material e imaterial organizada pela Agência Japonesa para os Assuntos Culturais e pela UNESCO, 20-23 Outubro 2004, Nara, Japão.</p>
2005	<p>Assinatura em Faro, 27 de Outubro, da Convenção-Quadro sobre o valor do Património Cultural para a Sociedade do Conselho da Europa</p> <p>Resolução da Assembleia da República n.º 47/2008 - Aprova a Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 177/2008, Série I de 2008-09-12</p> <p>Emissor: Assembleia da República</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/453874</p>	<p>A Convenção pretende reforçar as políticas públicas da cultura fora da dualidade património / criação contemporânea, a partir de uma autêntica parceria entre o Estado e a sociedade civil, envolvendo a educação, a comunidade científica e os criadores.</p>
2006	<p>Despacho Normativo n.º 3/2006</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 18/2006, Série I-B de 2006-01-25, p. 603 – 608.</p> <p>Emissor: Ministério da Cultura</p>	<p>Aprova o formulário de candidatura à credenciação de museus.</p>

	<p>Disponível em: https://data.dre.pt/eli/despnorm/3/2006/01/25/p/dre/pt/html</p>	
2006	<p>Decreto n.º 19/2006, de 18 de julho Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 137/2006, Série I de 2006-07-18 Emissor: Ministério da Cultura Disponível em: https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/1650/200609150200/diploma?rp=indice</p>	Classificação como bens de interesse nacional de um conjunto de bens culturais móveis integrados nos museus dependentes do Instituto Português de Museus.
2007	<p>Decreto-Lei n.º 97/2007, de 29 de março Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 63/2007, Série I de 2007-03-29 Emissor: Ministério da Cultura Disponível em: https://data.dre.pt/eli/dec-lei/97/2007/03/29/p/dre/pt/html</p>	Constituição do Instituto dos Museus e da Conservação, I.P.
2007	<p>Portaria n.º 377/2007, de 30 de março Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 64/2007, Série I de 2007-03-30 Emissor: Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Cultura Disponível em:</p>	Define missão e atribuições do Instituto dos Museus da Conservação, I.P. (agência central para a salvaguarda do PCI em Portugal).

	https://data.dre.pt/eli/port/377/2007/03/30/p/dre/pt/html	
2007	<p>Estatutos do ICOM, aprovados pela 22.^a Assembleia Geral, Viena, a 24 de agosto de 2007, com definição de Museu.</p>	<p>Segundo os Estatutos do ICOM, aprovados pela 22.^a Assembleia Geral, Viena, a 24 de agosto de 2007, museu é:</p> <p>“O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite.”</p> <p>Em 2019, na última e 25.^a Conferência Geral do ICOM, realizada entre 1 e 7 de Setembro, em Quioto no Japão, foi a votação uma nova proposta de museu, não tendo sido aprovada.</p>
2008	<p>Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i>, 1.^a série, n.º 60, 26 de março, p. 1685-1704.</p> <p>Emissor: Assembleia da República</p> <p>Disponível em:</p> <p>https://data.dre.pt/eli/resolassrep/12/2008/03/26/p/dre/pt/html</p>	<p>Aprova a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, adotada na 32.^a Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris, em 17 de outubro de 2003.</p>
2009	<p>Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 36/2009, Série I de 2009-02-20, p. 1168 – 1205.</p> <p>Emissor: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional</p> <p>Disponível em:</p>	<p>Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.</p>

	https://data.dre.pt/eli/dec-lei/46/2009/02/20/p/dre/pt/html	
2009	<p>Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de junho</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 113/2009, Série I de 2009-06-15, p. 3646 – 3647.</p> <p>Emissor: Ministério da Cultura</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/494545</p>	Cria o Fundo de Salvaguarda do Património Cultural.
2009	<p>Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 113/2009, Série I de 2009-06-15</p> <p>Emissor: Ministério da Cultura</p> <p>Disponível em: https://data.dre.pt/eli/dec-lei/139/2009/06/15/p/dre/pt/html</p>	Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do Património Cultural Imaterial (desenvolvimento do disposto na Lei n.º 107/2001; atualizado pelo Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto).
2009	<p>Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 113/2009, Série I de 2009-06-15, p. 3653 – 3659.</p> <p>Emissor: Ministério da Cultura</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/494543</p>	Estabelece o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados, ou em vias de classificação, de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.
2009	<p>Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro</p>	Aprova o regime jurídico da reabilitação urbana (alterado por D-L 32/2012).

	<p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 206/2009, Série I de 2009-10-23, p. 7956 – 7975.</p> <p>Emissor: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional</p> <p>Disponível em: https://data.dre.pt/eli/dec-lei/307/2009/10/23/p/dre/pt/html</p>	
2009	<p>Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro de 2009</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 206/2009, Série I de 2009-10-23, p. 7975-7987.</p> <p>Emissor: Ministério da Cultura</p> <p>Disponível em: https://data.dre.pt/eli/dec-lei/309/2009/10/23/p/dre/pt/html</p>	Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda (alterado pelo Decreto-Lei n.º 115/2011, de 5 de dezembro, e pelo Decreto-Lei 265/2012, de 28 de dezembro).
2010	<p>Portaria n.º 196/2010, de 9 de abril</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 69/2010, Série I de 2010-04-09</p> <p>Emissor: Ministério da Cultura</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/612210</p>	Aprova o formulário para pedido de inventariação de uma manifestação do património cultural imaterial e as respetivas normas de preenchimento da ficha de inventário.
2010	<p>Diretivas de junho de 2010</p> <p>Emissor: UNESCO</p>	Diretivas operacionais para a implementação da Convenção para a salvaguarda do PCI.

	<p>Disponível em: https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/Temas_CLT/diretrizesoperativaspci_2016_pt.pdf</p>	
2010	<p>Despacho n.º 19213/2010 Publicação: <i>Diário da República</i>, 2.ª série, n.º 250 de 28 de dezembro de 2010 Emissor: Município de Lagos Disponível em: https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/3479844/details/normal?q=Despacho+n.%C2%BA%2019213%2F2010</p>	<p>Aprova o Regulamento Interno do Museu Municipal Dr. José Formosinho.</p>
2010	<p>Despacho n.º 19338/2010, de 20 de dezembro Publicação: <i>Diário da República</i>, 2.ª série, n.º 252 de 30 de dezembro de 2010 Emissor: Ministério da Cultura - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P. Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/1030695</p>	<p>Prorrogação do prazo para conclusão dos procedimentos relativos à classificação de bens imóveis em curso até 31 de dezembro de 2011. Encontram-se neste caso, os procedimentos de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Igreja do Carmo, freguesia de Santa Maria, c. Lagos (procedimento arquivado por anúncio n.º 13435/2012, de 11 de dezembro) - Forte da Meia Praia, freguesia de Odiáxere, c. Lagos (classificação como “monumento de interesse público”, por Portaria n.º 182/2015, de 24 de fevereiro).
2011	<p>Decreto-Lei Legislativo Regional n.º 21/2011/A Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 126/2011, Série I de 2011-07-04</p>	<p>Aprova o regime jurídico de salvaguarda do Património cultural imaterial da região autónoma dos Açores.</p>

	<p>Emissor: Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa</p> <p>Disponível em: https://data.dre.pt/eli/declegreg/21/2011/07/04/a/dre/pt/html</p>	
2011	<p>Despacho n.º 17309/2011, de 9 de Dezembro</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 246/2011, Série II de 2011-12-26</p> <p>Emissor: Município de Lagos</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/3357667</p>	<p>Publica a aprovação do Regulamento Orgânico do Município de Lagos (ROML). Alterado por Despacho n.º 9805/2015, de 7 de Agosto.</p>
2012	<p>Aviso n.º 6/2012</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i>, 1.ª série, N.º 61, 26 de março de 2012</p> <p>Emissor: Ministério dos Negócios Estrangeiros</p> <p>Disponível em: https://data.dre.pt/eli/av/6/2012/03/26/p/dre/pt/html</p>	<p>Torna pública a republicação da tradução para a língua portuguesa do texto da Convenção para a Proteção do Património Cultural Subaquático, aprovada na XXXI Sessão da Conferência Geral da UNESCO, em Paris, em 2 de novembro de 2001.</p> <p>A referida Convenção foi aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 51/2006, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 65/2006, ambos publicados no Diário da República 1.ª série, n.º 137, de 18 de julho de 2006, tendo a República Portuguesa depositado, em 21 de setembro de 2006, junto do Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o seu instrumento de ratificação. Nos termos do seu artigo 27.º, a Convenção em apreço entrou em vigor no dia 2 de janeiro de 2009 para a República Portuguesa.</p>
2012	<p>Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 102/2012, Série I de 2012-05-25</p> <p>Emissor: Presidência do Conselho de Ministros</p>	<p>Cria as direções regionais de Cultura.</p>

	<p>Disponível em: https://data.dre.pt/eli/dec-lei/114/2012/05/25/p/dre/pt/html</p>	
2012	<p>Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 102/2012, Série I de 2012-05-25 Emissor: Presidência do Conselho de Ministros Disponível em: https://data.dre.pt/eli/dec-lei/115/2012/05/25/p/dre/pt/html</p>	Cria e aprova a orgânica da Direcção-Geral do Património Cultural.
2012	<p>Portaria n.º 223/2012, de 24 de julho Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 142/2012, Série I de 2012-07-24 Emissor: Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças Disponível em: https://data.dre.pt/eli/port/223/2012/07/24/p/dre/pt/html</p>	Estabelece a estrutura nuclear da Direcção-Geral do Património Cultural.
2012	<p>Portaria n.º 227/2012, de 3 de agosto Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 150/2012, Série I de 2012-08-03 Emissor: Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças Disponível em:</p>	Estabelece a estrutura nuclear das direcções regionais de Cultura.

	https://data.dre.pt/eli/port/227/2012/08/03/p/dre/pt/html	
2012	<p>Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 157/2012, Série I de 2012-08-14</p> <p>Emissor: Assembleia da República</p> <p>Disponível em:</p> <p>https://data.dre.pt/eli/lei/32/2012/p/cons/20121231/pt/html</p>	Estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana, e à 54.ª alteração ao Código Civil, aprovando medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana (Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, que estabelece o regime jurídico da reabilitação urbana, e à 54.ª alteração ao Código Civil, aprovando medidas destinadas a agilizar e a dinamizar a reabilitação urbana).
2012	<p>Anúncio n.º 13435/2012, de 11 de setembro</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i>, Série II, n.º 182 de 2012-09-19</p> <p>Emissor: Presidência do Conselho de Ministros - Direção-Geral do Património Cultural</p> <p>Disponível em:</p> <p>https://dre.pt/application/conteudo/2528943</p>	Arquivamento do procedimento de classificação da Igreja do Carmo, freguesia de Santa Maria, concelho de Lagos, distrito de Faro.
2013	<p>Circular n.º 2/2013</p> <p>Emissor: Direção-Geral do Património Cultural</p> <p>Disponível em:</p> <p>http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_arqueologico/procedimentosdegestaodebensarqueologicosmoveis_28jan.pdf</p>	Procedimentos de gestão de bens arqueológicos móveis em território nacional.

2013	<p>Edital n.º 660/2013, de 18 de junho</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i>, n.º 125, série II de 2/07/2013</p> <p>Emissor: Município de Lagos</p> <p>Disponível: https://dre.pt/application/conteudo/1610977</p>	<p>Classificação de imóvel de interesse municipal à «Oficina do Espingardeiro», também designado «Armazém do Espingardeiro», «Ex-Quartel da Coroa», «prédio militar n.º 17», sito no gaveto formado pela rua Dr. Júlio Dantas e Travessa da Coroa, em Lagos.</p> <p>Prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagos sob o n.º 2322 da freguesia de Santa Maria.</p>
2013	<p>Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 47/2014 de 24 de março.</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 211/2013, 2º Suplemento, Série I de 2013-10-31, p. 6328-(6) a 6328-(31)</p> <p>Emissor: Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território.</p> <p>Disponível em: https://data.dre.pt/eli/dec-lei/151-b/2013/10/31/p/dre/pt/html</p>	<p>Estabelece o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental (AIA) dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2011/92/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, relativa à avaliação dos efeitos de determinados projetos públicos e privados no ambiente.</p>
2014	<p>Portaria n.º 41/2014, de 7 de janeiro</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i>, 2.ª série, n.º 14, de 21 de janeiro de 2014</p> <p>Emissor: Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/dir/pdf2sdip/2014/01/014000000/0203002031.pdf</p>	<p>Classifica como monumento de interesse público o Forte da Meia Praia, em Lagos, União das freguesias de Lagos (São Sebastião e Santa Maria), concelho de Lagos, distrito de Faro.</p> <p>Revogada por Portaria n.º 116/2015, de 2 de Fevereiro, devido a «imprecisões topográficas e arquitetónicas» do preâmbulo da Portaria n.º 41/2014.</p>

2014	<p>Portaria n.º 177/2014, de 20 de fevereiro</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 44/2014, Série II de 2014-03-04, p. 6292.</p> <p>Emissor: Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura</p> <p>Disponível em:</p> <p>https://dre.pt/application/conteudo/2446752</p>	<p>Classifica como monumento de interesse público o Mercado de Escravos, na Praça Infante D. Henrique, Lagos, União das Freguesias de Lagos (São Sebastião e Santa Maria), concelho de Lagos, distrito de Faro.</p>
2014	<p>Lei n.º 31/2014, de 30 de maio</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 104/2014, Série I de 2014-05-30, p. 2988-3003</p> <p>Emissor: Assembleia da República</p> <p>Disponível em:</p> <p>https://dre.pt/application/conteudo/25345938</p>	<p>Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.</p>
2014	<p>Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 213/2014, Série I de 2014-11-04, p. 5633-5640</p> <p>Emissor: Presidência do Conselho de Ministros</p> <p>Disponível em:</p> <p>https://dre.pt/application/conteudo/58728911</p>	<p>Aprova o Regulamento de Trabalhos Arqueológicos.</p> <p>O Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 270/99, de 15 de julho, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de novembro, carece de uma adaptação ao cenário atual da arqueologia nacional, sendo, desta forma, necessário aprovar um novo Regulamento.</p>
2015	<p>Portaria n.º 116/2015, de 2 de fevereiro</p>	<p>Revoga a Portaria n.º 41/2014, que classificou como monumento de interesse público (MIP) o Forte da Meia Praia, devido a «imprecisões topográficas e arquitetónicas» no preâmbulo daquela Portaria.</p>

	<p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 35/2015, Série II de 2015-02-19, p. 4453</p> <p>Emissor: Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/66538920</p>	
2015	<p>Aprovação da Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</p> <p>Disponível em: https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/</p>	<p>A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas é constituída por 17 ODS e foi aprovada em setembro de 2015 por 193 membros, resultando do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.</p>
2015	<p>Portaria n.º 182/2015, de 24 de fevereiro</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 52/2015, Série II de 2015-03-16</p> <p>Emissor: Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Secretário de Estado da Cultura</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/66751604</p>	<p>Classifica como «monumento de interesse público» o Forte da Meia Praia, em Lagos, União das Freguesias de Lagos (São Sebastião e Santa Maria), concelho de Lagos, distrito de Faro.</p>
2015	<p>Aviso n.º 6561/2015</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i>, n.º 113, Série II de 12 de junho de 2015</p> <p>Emissor: Município de Lagos</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/67471015</p>	<p>Alteração do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação, Taxas e Compensações Urbanísticas do Município de Lagos destinada a incorporar a Carta de Sensibilidade Arqueológica do Centro Histórico da Cidade de Lagos, como seu anexo normativo. Parte I – definições. Parte II – Medidas cautelares de salvaguarda do património arqueológico.</p>

2015	<p>Decreto-Lei n.º 148/2015, de 4 de agosto</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 150/2015, Série I de 2015-08-04, p. 5347 – 5361.</p> <p>Emissor: Presidência do Conselho de Ministros</p> <p>Disponível em: https://data.dre.pt/eli/dec-lei/148/2015/08/04/p/dre/pt/html</p>	Estabelece o regime da classificação e da inventariação dos bens móveis de interesse cultural, bem como as regras aplicáveis à exportação, expedição, importação e admissão dos bens culturais móveis.
2015	<p>Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i>, 1.ª série, n.º 150, 4 de agosto de 2015, p. 5361-5371.</p> <p>Emissor: Presidência do Conselho de Ministros</p> <p>Disponível em: https://data.dre.pt/eli/dec-lei/149/2015/08/04/p/dre/pt/html</p>	Estabelece o Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Imaterial (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial).
2015	<p>Despacho n.º 9805/2015</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 167/2015, Série II de 2015-08-27, p. 24732 – 24739.</p> <p>Emissor: Município de Lagos</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/70128131</p>	Publica a alteração do Regulamento Orgânico do Município de Lagos, com alterações no modelo de estrutura orgânica.
2015	<p>Aviso n.º 9904/2015, de 12 agosto</p>	Publica o Plano Diretor Municipal de Lagos (PDM), aprovado na Reunião Pública Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 17 de junho de 2015, conforme proposta apresentada

	<p>Publicação: <i>Diário da República</i>, 2.ª série — N.º 169 — 31 de agosto de 2015</p> <p>Emissor: Município de Lagos</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/70139901</p>	<p>pela Câmara Municipal de Lagos, aprovada na sua Reunião Pública Extraordinária realizada no dia 23 de junho de 2015.</p>
2017	<p>Lei n.º 79/2017, de 18 de agosto</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 159/2017, Série I de 2017-08-18</p> <p>Emissor: Assembleia da República</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/108016474</p>	<p>Protege o património azulejar, procedendo à décima terceira alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro.</p>
2019	<p>Decreto-Lei n.º 22/2019</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 21/2019, Série I de 2019-01-30</p> <p>Emissor: Presidência do Conselho de Ministros</p> <p>Disponível em: https://dre.pt/application/conteudo/118748849</p>	<p>Desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios no domínio da cultura.</p>
2019	<p>Aviso n.º 14862/2019, de 12 de agosto</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 183/2019, Série II de 2019-09-24</p> <p>Emissor: Município de Lagos</p> <p>Disponível em:</p>	<p>Alteração do Plano Diretor Municipal de Lagos (PDM) para adequação às regras do RJIGT e da Lei de Bases.</p>

	https://dre.pt/application/conteudo/124959407	
2022	<p>Aviso n.º 13036/2022, de 13 de junho</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 125/2022, Série II de 2022-06-30</p> <p>Emissor: Município de Lagos</p> <p>Disponível em: https://files.dre.pt/gratuitos/2s/2022/06/2S125A000S00.pdf</p>	Aprovação do Regulamento Orgânico do Município de Lagos.
2022	<p>Aviso n.º 18969/2022, de 5 de setembro</p> <p>Publicação: <i>Diário da República</i> n.º 191/2022, Série II de 2022-10-03</p> <p>Emissor: Município de Lagos</p> <p>Disponível em: https://files.dre.pt/gratuitos/2s/2022/10/2S191A000S00.pdf</p>	1.ª alteração ao Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível do Município de Lagos — competências das unidades orgânicas e serviços e retificação do despacho de criação da estrutura de subunidade orgânicas.
2022	<p>Assembleia Geral Extraordinária do ICOM, 24 de agosto, com aprovação de nova definição de Museu.</p> <p>Disponível em: https://icom.museum/en/resources/standards-guidelines/museum-definition/</p>	<p>Ficou estabelecida a seguinte definição de Museu:</p> <p>“Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o património material e imaterial. Abertos ao público de modo acessível e inclusivo, os museus fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus atuam e comunicam de forma ética e profissional e, com a participação das comunidades, proporcionam variadas experiências para fins educativos, de fruição, de reflexão e de partilha de conhecimento.” (Tradução nossa).</p>

APÊNDICE III: Quadro de classificação e avaliação da informação

SECÇÃO (enquadramento orgânico-funcional)	SUBSECÇÃO	SÉRIE	REFERÊNCIA	U.I.	Portaria n.º 1253/2009, de 14 de Outubro - rever	Prazo de Conservação (anos)	Destino Final (C/E)²⁵¹
A/ CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E NORMALIZAÇÃO	A/1 Constituição	A/1/01: Documentos de criação e alterações legais	PT/MLJF/AMLJF/A/1/01	1 pt	---	---	C
	A/2 Legislação	A/2/01 – Museus: enquadramento legal português	PT/MLJF/AMLJF/A/2/01	2 pt	---	---	C
		A/2/02 - Códigos, normas e convenções nacionais e internacionais	PT/MLJF/AMLJF/A/2/02	1 pt	---	---	C
		A/2/03 – Recursos humanos: trabalho na função pública	PT/MLJF/AMLJF/A/1/03	1 pt	---	---	C
	A/3 Regulamentos	A/3/01 - Regulamentos do Município de Lagos	PT/MLJF/AMLJF/A/2/01	1 pt	5 (ref. ^a 216)	---	C
		A/3/02 - Regulamentos internos do Museu	PT/MLJF/AMLJF/A/2/02	1 cx + 1 pt	5 (ref. ^a 216)	---	C
		A/3/03 – Credenciação do Museu	PT/MLJF/AMLJF/A/2/03	1 pt	---	---	C

²⁵¹ Através do inventário, verificou-se que determinadas séries documentais previstas como de preservação permanente e que permitem recuperar a informação das que são de conservação temporária, se encontram muito incompletas. É o caso da série “Relatórios de Atividades”, de conservação permanente, onde são vertidos muitos dos registos de preservação temporária, mas de que só existem dois relatórios: 2004 e 2006. Deste modo, recomenda-se uma gestão atenta da documentação com prazos legais previstos de eliminação, pois a sua efetiva eliminação poderá colocar em risco a única forma de recuperar a informação aí registada.

	A/4 Normas técnicas	A/4/01 - Normalização	PT/MLJF/AMLJF/A/3/01	1 pt	5 (ref. ^a 450)	E
		A/4/02 – Manuais internos e procedimentos técnicos	PT/MLJF/AMLJF/A/3/02	1 pt	5 (ref. ^a 216)	C
	A/5 Identidade gráfica	A/5/01 – Normas gráficas, modelos (minutas) e formulários	PT/MLJF/AMLJF/A/4/01	1 pt	5 (ref. ^a 216)	C
B/ GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	B/1 Serviço	B/1/01 - Registos de assiduidade (escalas, horas, férias e faltas)	PT/MLJF/AMLJF/B/1/01	6 pt	3 (ref. ^a 565)	E
		B/1/02 – Registos de serviço externo	PT/MLJF/AMLJF/B/1/02	1 pt	3 (ref. ^a 565)	E
	B/2 Formação	B/2/01 – Registos de formações	PT/MLJF/AMLJF/B/2/01	2 pt	5 (ref. ^a 543)	E
C/ GESTÃO DO ACERVO	C/1 Incorporação de bens culturais	C/1/01 - Propostas de incorporação e depósito	PT/MLJF/AMLJF/C/1/01	1 pt.	5 (ref. ^a 430)	C
		C/1/02 - Processos de Incorporação de bens móveis	PT/MLJF/AMLJF/C/1/02	4 pt.	5 (ref. ^a 430)	C
		C/1/03 – Processos de incorporação de bens imóveis	PT/MLJF/AMLJF/C/1/03	1 pt.	5 (ref. ^a 430)	C
		C/1/04 – Registo de doadores	PT/MLJF/AMLJF/C/1/04	1 pt.	5 (ref. ^a 436)	C

C/2 Depósito de bens culturais	C/2/01 – Registos de bens culturais em depósito	PT/MLJF/AMLJF/C/2/01	1 pt.	5 (ref. ^a 436)	C
	C/2/02 - Registos de entrada de bens arqueológicos para depósito	PT/MLJF/AMLJF/C/2/02	4 pt.	5 (ref. ^a 436)	C
	C/2/03 – Informações e orientações técnicas para o depósito de bens arqueológicos	PT/MLJF/AMLJF/C/2/03	1 pt.	5 (ref. ^a 436)	C
C/3 Inventário de bens culturais	C/3/01 - Listas antigas de inventário “Formosinho” [1930-1960]	PT/MLJF/AMLJF/C/3/01	1 cp.+1 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
	C/3/02 – Fichas antigas de identificação de objetos “Formosinho”	PT/MLJF/AMLJF/C/3/02	1 ex.	5 (ref. ^a 438)	C
	C/3/03 - Fichas de inventário 1987	PT/MLJF/AMLJF/C/3/03	6 ex.	5 (ref. ^a 438)	C
	C/3/04 - Fichas de inventário do acervo de pintura	PT/MLJF/AMLJF/C/3/04	12 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
	C/3/05 - Fichas de inventário do acervo de falerística (condecorações)	PT/MLJF/AMLJF/C/3/05	3 vols.; 2 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
	C/3/06 - Fichas de inventário do acervo de medalhística	PT/MLJF/AMLJF/C/3/06	8 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
	C/3/07 - Fichas de inventário do acervo de numismática	PT/MLJF/AMLJF/C/3/07	38 pt.	5 (ref. ^a 438)	C

C/3/08 - Fichas de inventário do acervo de ourivesaria	PT/MLJF/AMLJF/C/3/08	3 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
C/3/09 - Fichas de inventário do acervo de cerâmica, instrumentos e utensílios	PT/MLJF/AMLJF/C/3/09	3 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
C/3/10 - Fichas de inventário do acervo de arte sacra	PT/MLJF/AMLJF/C/3/10	5 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
C/3/11 - Fichas de inventário do acervo de escultura	PT/MLJF/AMLJF/C/3/11	3 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
C/3/12 - Fichas de inventário do acervo Etnografia Africana	PT/MLJF/AMLJF/C/3/12	4 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
C/3/13 - Fichas de inventário do acervo de Etnografia	PT/MLJF/AMLJF/C/3/13	15 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
C/3/14 – Fichas de inventário do acervo de Arqueologia	PT/MLJF/AMLJF/C/3/14	10 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
C/3/15 - Fichas de inventário do acervo de Paleontologia (fósseis)	PT/MLJF/AMLJF/C/3/15	2 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
C/3/16 - Fichas de inventário do acervo de Zoologia	PT/MLJF/AMLJF/C/3/16	6 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
C/3/17 - Fichas de inventário do acervo de Geologia	PT/MLJF/AMLJF/C/3/17	5 pt.	5 (ref. ^a 438)	C

C/3/18 - Fichas de inventário do acervo do Átrio	PT/MLJF/AMLJF/C/3/18	2 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
C/3/19 - Fichas de inventário do acervo do Pátio do Pelourinho	PT/MLJF/AMLJF/C/3/19	1 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
C/3/20 - Fichas de inventário do acervo da Sala de Lagos	PT/MLJF/AMLJF/C/3/20	1 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
C/3/21 - Fichas de inventário do acervo de Armas: pelouros, projéteis e balas	PT/MLJF/AMLJF/C/3/21	1 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
C/3/22 - Fichas de inventário do do acervo Amável Rodrigues da Luz: coleção de miniaturas	PT/MLJF/AMLJF/C/3/22	1 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
C/3/23 - Fichas de inventário do fun do acervo Tipografia Lacobrigense	PT/MLJF/AMLJF/C/3/23	1 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
C/3/24 - Fichas de inventário do acervo Arez Viegas: barcos tradicionais	PT/MLJF/AMLJF/C/3/24	1 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
C/3/25 - Fichas de inventário do do acervo Mestre Manuel Cabanas	PT/MLJF/AMLJF/C/3/25	2 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
C/3/26 - Fichas de inventário do do acervo Mestre Américo dos Santos	PT/MLJF/AMLJF/C/3/26	1 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
C/3/27 - Fichas de inventário do do acervo Maria Teresa Pita Ramos	PT/MLJF/AMLJF/C/3/27	1 pt.	5 (ref. ^a 438)	C

	C/3/28 – Fichas de inventários de objetos em outros eventos (objetos externos que integraram exposições do Museu: não incorporados)	PT/MLJF/AMLJF/C/3/28	1 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
	C/3/29 - Inventário iconográfico: desenhos dos objetos, por Bruno Milhano (2007)	PT/MLJF/AMLJF/C/3/29	10 pt.	5 (ref. ^a 438)	C
	C/3/30 – Inventário do acervo iconográfico: marcas de água	PT/MLJF/AMLJF/C/3/30	1 pt.		
	C/3/31 – Inventário do acervo de bens culturais imóveis	PT/MLJF/AMLJF/C/3/31	1 pt.		
	C/3/32 – Inventário do acervo de bens bibliográficos	PT/MLJF/AMLJF/C/3/32	1 lv.; 2 cx.; 1 pt.; 3 vols.; 3 cx. cd.		
	C/3/33 – Inventário do acervo de bens arquivísticos	PT/MLJF/AMLJF/C/3/33	1 pt.		
C/4 Conservação e Restauro	C/4/01 - Registos de monitorização ambiental	PT/MLJF/AMLJF/C/4/01	7 pt.	5 (ref. ^a 432)	C
	C/4/02 - Registos de desinfestações	PT/MLJF/AMLJF/C/4/02	1 pt.	5 (ref. ^a 432)	C
	C/4/03 - Registos de limpeza dos equipamentos	PT/MLJF/AMLJF/C/4/03	2 pt.	5 (ref. ^a 432)	C

		C/4/04 - Registos de intervenções de conservação e restauro	PT/MLJF/AMLJF/C/4/04	2 pt.	5 (ref. ^a 432)	C
	C/5 Circulação de bens	C/5/01 – Registos de circulação de bens (restauro, reservas, exposições, empréstimos)	PT/MLJF/AMLJF/C/5/01	5 pt.	10 (ref. ^a 433)	E
D/ PLANEAMENTO, CONTROLO E COOPERAÇÃO	D/1 Planeamento	D/1/01 - Planos de atividades	PT/MLJF/AMLJF/D/1/01	2 pt.	5 (ref. ^a 443)	C
		D/1/02 - Planos museológicos e programa museológico para o concelho de Lagos.	PT/MLJF/AMLJF/D/1/02	1 pt.+2 vols.	5 (ref. ^a 443)	C
		D/1/03 – Planos de prevenção e segurança dos equipamentos	PT/MLJF/AMLJF/D/1/03	1 pt.	5 (ref. ^a 432)	C
		D/1/04 – Planos de conservação e avaliação do acervo, planos de manutenção e limpeza do acervo, planos de conservação preventiva no MLJF	PT/MLJF/AMLJF/D/1/04	2 pt. + 2 vols.	5 (ref. ^a 432)	C
	D/2 Controlo	D/2/01 - Correspondência expedida	PT/MLJF/AMLJF/D/2/01	2 pt.	5 (ref. ^a 330)	C
		D/2/02 - Informações e ordens de serviço	PT/MLJF/AMLJF/D/2/02	4 pt.	5 (ref. ^a 331)	C
		D/2/03 – Informações à Assembleia Municipal	PT/MLJF/AMLJF/D/2/03	1 pt.	5 (ref. ^a 331)	C

D/2/04 – Correspondência recebida	PT/MLJF/AMLJF/D/2/04	7 pt.	5 (ref. ^a 332)	C
D/2/05 - Receitas do Museu (bilhetes e merchandising)	PT/MLJF/AMLJF/D/2/05	2 pt.	5 (ref. ^a 250)	E
D/2/06 – Despesas do Museu	PT/MLJF/AMLJF/D/2/06	7 pt.	5 (ref. ^a 256)	C
D/2/07 – Pedidos ao economato e armazém	PT/MLJF/AMLJF/D/2/07	1 pt.	3 (ref. ^a 110)	E
D/2/08 - Controlo de indicadores	PT/MLJF/AMLJF/D/2/08	1 pt.	5 (ref. ^a 449)	E
D/2/09 - Registos de auditorias	PT/MLJF/AMLJF/D/2/09	1 pt.	5 (ref. ^a 450)	E
D/2/10 – Segurança dos equipamentos	PT/MLJF/AMLJF/D/2/10	3 pt.	5 (ref. ^a 450)	E
D/2/11 – Registo de anomalias e ocorrências	PT/MLJF/AMLJF/D/2/11	1 pt.	5 (ref. ^a 450)	E
D/2/12 - Registos intervenções/manutenções e obras nos equipamentos museológicos	PT/MLJF/AMLJF/D/2/12	8 cx.; 3 pt.; 1 planta.	5 (ref. ^a 186, 290)	C
D/2/13 - Controlo de bens municipais	PT/MLJF/AMLJF/D/2/13	2 pt.	3 (ref. ^a 520)	C

		D/2/14 – Instituto Nacional de Estatística	PT/MLJF/AMLJF/D/2/14	2 pt.	5 (ref. ^a 447)	C
		D/2/15 – Relatório de atividades	PT/MLJF/AMLJF/D/2/15	1 pt.	3 (ref. ^a 447)	C
	D/3 Cooperação	D/3/01 - Protocolos de cooperação	PT/MLJF/AMLJF/D/3/01	1 pt.	5 (ref. ^a 178)	C
		D/3/02 - Atividades de cooperação	PT/MLJF/AMLJF/D/3/02	5 pt.	5 (ref. ^a 444)	E
		D/3/03 - Propostas diversas de cooperação	PT/MLJF/AMLJF/D/3/03	2 pt.	15 (ref. ^a 442)	E
E/ GESTÃO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO CULTURAL	E/1 Exposições e outras atividades	E/1/01 - Catálogos	PT/MLJF/AMLJF/E/1/01	3 pt.	----	C
		E/1/02 – Organização de Exposições e de outras atividades	PT/MLJF/AMLJF/E/1/02	7 pt.	5 (ref. ^a 441)	C
		E/1/03 - Materiais expositivos	PT/MLJF/AMLJF/E/1/03	1 pt.	5 (REF. ^a 441)	C
		E/1/04 – Direitos de autor e direitos conexos: comunicações	PT/MLJF/AMLJF/E/1/04	1 pt.	5 (ref. ^a 444)	E
	E/2 Serviço Educativo	E/2/01 - Registo de processo criativo para atividades educativas	PT/MLJF/AMLJF/E/2/01	5 pt.	5 (ref. ^a 441)	C

		E/2/02 - Guiões	PT/MLJF/AMLJF/E/2/02	1 pt.	5 (ref. ^a 441)	C
		E/2/03 - Registo e materiais de atividades educativas	PT/MLJF/AMLJF/E/2/03	10 pt.	5 (ref. ^a 441)	C
		E/2/04 – Tutoria de estágios	PT/MLJF/AMLJF/E/2/04	1 pt.	5 (ref. ^a 441)	C
		E/2/05 – Materiais de atividades educativas: inventário	PT/MLJF/AMLJF/E/2/05	1 pt.	5 (ref. ^a 441)	C
	E/3 Divulgação	E/3/01 - Produção de materiais	PT/MLJF/AMLJF/E/3/01	1 pt.	5 (ref. ^a 429)	E
		E/3/02 - Divulgação e recortes nos meios de comunicação social	PT/MLJF/AMLJF/E/3/02	1 pt.	5 (ref. ^a 215)	C
		E/3/03 – Atividade comercial: merchandising	PT/MLJF/AMLJF/E/3/03	1 pt.	5 (ref. ^a 444)	E
F/ ATENDIMENTO AO PÚBLICO	F/1 Público dos diversos equipamentos	F/1/01 - Registos e estatísticas de público	PT/MLJF/AMLJF/F/1/01	1 pt.	3 (ref. ^a 446)	E
		F/1/02 - Registos de ocorrências e reclamações	PT/MLJF/AMLJF/F/1/02	1 pt.	5 (ref. ^a 17, 635)	E
	F/2 Estudos e avaliação	F/2/01 – Avaliação da satisfação	PT/MLJF/AMLJF/F/2/01	3 cx	5	E

		F/2/02 – Livros de visitas ao Museu	PT/MLJF/AMLJF/F/2/02	8 cx.	1 (ref. ^a 207)	C
G/ AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	G/1 Interna (Câmara Municipal de Lagos)	G/1/01 - Fichas de tarefas	PT/MLJF/AMLJF/G/1/01	1 pt.	3 (n. ref. ^a 110)	E
		G/2 Externa	G/2/01 - Processos de aquisição e prestação de serviços	PT/MLJF/AMLJF/G/2/01	4 pt	5 (Ref. ^a 109)
		G/2/02 - Registos de ID fornecedores	PT/MLJF/AMLJF/G/2/02	.	10 (ref. ^a 108)	E
		G/2/03 - Avaliação de fornecedores	PT/MLJF/AMLJF/G/2/03	1 pt	10 (ref. ^a 108)	E

APÊNDICE IV: Descrição do sistema de informação do Museu de Lagos

Código de referência: PT/MLJF²⁵²/AMLJF

Título: Portugal, Museu de Lagos - Dr. José Formosinho, Arquivo Museu de Lagos - Dr. José Formosinho

Nome do produtor (forma autorizada): Museu de Lagos - Dr. José Formosinho.

Outra(s) forma(s) do nome: Museu Municipal Regional; Museu Regional de Santo António; Museu Regional de Lagos (1936-14/01/1988); Museu Municipal Dr. José Formosinho (14/01/1988-21/07/2021); Museu de Lagos (21/07/2021-).

Datas: 1930-2021

Nível de descrição: Série

Dimensão e suporte (quantidade, volume ou extensão): 36 mt. lineares; 288 pastas, 29 caixas, 10 volumes, 2 capilhas, 1 livro, 1 planta.

Âmbito e conteúdo: A documentação do Sistema de Informação do Museu Municipal Dr. José Formosinho compreende a documentação produzida e acumulada pelo Museu no exercício das suas funções. Parte da documentação encontra-se à guarda da família Formosinho.

Avaliação, seleção e eliminação: As ações de preservação, seleção e de eliminação de documentos são as previstas no quadro de avaliação.

Ingressos adicionais: São esperados ingressos.

Sistema de organização: Os documentos encontravam-se organizados segundo onze categorias, cujo apreciação resultou na identificação das secções do quadro de classificação. A identificação da documentação resultou na organização apresentada no quadro de classificação. Os documentos foram organizados cronologicamente nas unidades de instalação.

²⁵² Para efeitos de gestão da informação, a direção do Museu decidiu adotar as iniciais MLJF (Museu de Lagos - Dr. José Formosinho), como sigla de identificador único, pois o identificador administrativo (MLGS) confunde-se com o do próprio Município (MLGS).

Condições de acesso: Regime de acesso condicionado, sujeito a pedido de autorização ao Museu de Lagos, através do e-mail: museu@cm-lagos.pt

Condições de reprodução: Reprodução sujeita a pedido de autorização ao Museu de Lagos. O pedido deve ser fundamentado, indicando o fim a que se destina a reprodução.

Características físicas e requisitos técnicos: Documentos em bom estado de conservação.

Instrumentos de descrição: inventário acessível no Centro de Documentação do Museu de Lagos.

Abreviaturas utilizadas:

CD – Centro de Documentação

Cp. – capilha

Cx. – caixa

E – estante

P – prateleira

Pl. - planta

Pt. – pasta

S – sala

SC – Secção

SR - Série

INSTRUMENTO DE DESCRIÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO

SC: A/ CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E NORMALIZAÇÃO

SUBSECÇÃO A/1: CONSTITUIÇÃO

SR: A/1/01 Constituição

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/A/1/01	1930-	1 pt.	MLJF/CD/S2/E01/P1	Contém: documentos formais de constituição – ata da constituição (cópia) e posteriores alterações institucionais.

SUBSECÇÃO A/2: LEGISLAÇÃO

SR: A/2/01 Museus: enquadramento legal português

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/A/2/01	1924-2001	2 pt.	MLJF/CD/S2/E01/P1	Contém: Legislação, 1924-2001 (pt. 1)
	2002-		MLJF/CD/S2/E01/P1	Contém: Legislação 2002-202- ; Cronologia da legislação referente a património e museus em Portugal (pt. 2)

SR: A/2/02 Museus: códigos, normas e convenções nacionais e internacionais

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/A/2/02		1 pt.	MLJF/CD/S2/E01/P1	

SR: A/2/03 Recursos humanos: trabalho na Função Pública

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/A/2/03		1 pt.	MLJF/CD/S2/E01/P1	Contém legislação relativa ao desempenho de funções na Função Pública.

SUBSECÇÃO A/3: REGULAMENTOS**SR: A/3/01 Regulamentos do Município de Lagos**

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/A/3/01	2011-	1 pt.	MLJF/CD/S2/E01/P1	Contém os Regulamentos Orgânicos do Município de Lagos.

SR: A/3/02 Regulamentos Internos do Museu

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/A/3/02	2007-2011	1 ex.; 1 pt.	MLJF/CD/S2/E01/P1	Cx. 1: Contém documentos de trabalho e versões preliminares do regulamento interno do Museu. Pt. 1: contém regulamento interno 2011.

SR: A/3/03 Credenciação do Museu

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/A/3/03	2009-	1 pt.	MLJF/CD/S2/E01/P1	Contém processo de credenciação do Museu, iniciado em 2009.

SUBSECÇÃO A/4: NORMAS TÉCNICAS

SR: A/4/01 Normas

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/A/4/01		1 pt.	MLJF/CD/S2/E01/P2	Contém: normas técnicas.

SR: A/4/02 Manuais internos de procedimentos técnicos

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/A/4/02		1 pt.	MLJF/CD/S2/E01/P2	Contém: Manuais de procedimentos técnicos para os inventários, vocabulários, instruções.

SUBSECÇÃO A/5: IDENTIDADE GRÁFICA

SR: A/5/01 Modelos ativos

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/A/5/01	1931-	1 pt.	MLJF/CD/S2/E01/P2	Contém: Logótipos, modelos, minutas e formulários do Museu.

SC: B/ GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

SUBSECÇÃO B/1: SERVIÇO

SR: B/1/01 Registos de assiduidade

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/B/1/01	2016-	6 pt.	MLJF/CD/S2/E01/P3	Contém: registos de horas extraordinárias, escalas, horas, férias e faltas, organizados por ordem alfabética de nome de trabalhador dentro de cada pasta.

SR: B/1/02 Registos de serviços externos

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/B/1/02	2021-	1 pt.	MLJF/CD/S2/E01/P3	Contém: autorizações para serviços externos.

SUBSECÇÃO B/2: FORMAÇÃO

SR: B/2/01 Registos de Formações

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/B/2/01	2003-2014	2 pt.	MLJF/CD/S2/E01/P3	Contém registos e conteúdos de formação dos Recursos Humanos do Museu.

SC: C/ GESTÃO DO ACERVO**SUBSECÇÃO C/1: INCORPORAÇÃO DE BENS CULTURAIS****SR: C/1/01 – Propostas de incorporação e depósito de bens (2004-)**

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/1/01/001	25/08/2004-07/09/2004	1 pt.	MLJF/CD/S2/E01/P4	Proposta de doação de balança decimal de caixa e máquina de descascar amêndoas, por Cândido Valentim da Silva. Inclui informação interna favorável do conservador do Museu ao diretor do Departamento (DECI).
PT/MLJF/AMLJF/C/1/01/002	08/10/2004-26/10/2004			Proposta de doação de peças de objetos em linho, naperons, rendas e crochet e alforge, por Maria de Fátima Gamito Carneirinho. Inclui comunicação favorável à proponente.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/01/003	14/06/2005			Proposta de doação de quadro, representando o ciclo da sardinha em Lagos, por Alfredo Marcelino Martins.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/01/004	27/07/2007-14/09/2007			Avaliação de valor de proposta de doação de colcha, por José Paula Borba.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/01/005	11/03/2008-21/01/2009			Proposta de doação de livros, manuscritos e quadro, do acervo de Júlio Dantas, pela sobrinha Maria Ventura Cardoso Oliveira Simões. Inclui informações e pareceres favoráveis da biblioteca, arquivo e museu.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/01/006	25/03/2009-24/04/2009			Proposta de doação de objetos (quadros, labores, tecidos), por Francisca Marreiros Rosado. Inclui parecer jurídico sobre procedimento de “doação”.

SR: C/1/02 – Processos de incorporação de bens móveis

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/001	S.D.	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de estátuas “Gêmeos IBEJI”, por [J. Fialho?]
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/002	11/09/1958- 23/08/1973	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Depósito de quadros, feito por Joaquim Agostinho Fernandes (1886-1972). Declaração de oferta dos mesmos objetos, feita pelos herdeiros de Joaquim Agostinho Fernandes.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/003	06/04/1974	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Escritura de doação de espólio artístico por Manuel dos Santos Cabanas a Vila Real de Santo António, Museu Municipal Santos Rocha, Museu José Relvas e “Museu Municipal de Santo António”, em Lagos (fl. 25v. cláusula 9. ^a), para efeitos de criação de uma sala de gravura em cada um dos museus.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/004	24/11/1978- 22/10/1981	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Legado em testamento de Maria Francisca da Veiga Nogueira Fialho. Contém relação dos objetos entregues.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/005	27/06/1991- 28/07/1991	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de oratório, por Marizabel Xavier de Fogaça (pseud. de Maria Isabel de Guerreiro Fogaça Xavier Neves, 15/11/1914 - 20/01/1985): reclamação do herdeiro Francisco António Xavier de Fogaça e informação do conservador José Ramos Formosinho.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/006	12/03/1985	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Depósito de moeda portuguesa da época de D. João I, encontrada durante os trabalhos de saneamento da cidade de Lagos, por José [Tello?]
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/007	[?] [1994]	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de “casal de velhotes”, por Maria Henriqueta C. e Silva Pereira.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/008	[?] [1994]	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de “boneca a moer o milho”, por Fernando de Oliveira Costa e Silva.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/009	[?] [1994]	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de meias para a “boneca a moer o milho”, por Maria de Lurdes Duarte Correia Virtuoso Sebastião.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/010	11/06/1993	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Escritura de doação de trabalho artístico “Senhora do Forte”, por Pedro Pacheco dos Reis. Contém discurso do conservador do Museu, José Ramos Formosinho, no ato público de entrega.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/011	13/06/1997- 15/07/1997	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Depósito e oferta de ânfora romana, pela tripulação da embarcação “Trevo de Sagres”: Cargos Viegas Telo, José

				Avelino Telo, Adelino Maria da Silva, Joaquim de Jesus Vieira e José Pais da Silva Ferreira.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/012	20/02/1998	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de Mapa Turístico de Lagos (ROTEP, 1968), por Cláudia Gonçalves.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/013	01/10/1998-30/10/1998	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Entrega de cunho de medalha “1987-Ano Europeu do Ambiente”, pelo presidente da Câmara Municipal de Lagos, José Valentim Rosado.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/014	03/11/1998	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de dois quadros, por/de Pedro Lagarto.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/015	20/11/1999	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Entrega de moldes de borracha de silicone de placa ornamental e busto romano (Galiano), pelo Centro de Arqueologia de Almada.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/016	28/12/1999-07/01/2004	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de quadro “Natureza Morta”, por Julieta Teresa Furtado Pereira, entregue por Maria Teresa Dias Furtado.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/017	15/03/2001	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de seis objetos, por John E. Carroll.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/018	S. d.	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Depósito de sete machados mirenses, por João José do Espírito Santo Velhinho.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/019	08/01/2004-21/04/2004	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de boneca articulada de porcelana, por Constança Augusta Cristiano, através de Ana Cerol.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/020	08/01/2004-21/04/2004	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de moedas e selos, por Vilma Sónia e Rosalina, do Lar de São Francisco da Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Jesus.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/021	25/08/2004-04/09/2008	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de piano vertical com pianola, por Maria Teresa de Távora e Silva Ramos.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/022	25/02/2004-11/10/2006	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de três pratos e um quadro, por Abílio Rosado Pacheco.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/023	08/02/2007	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de moedas, por Libuse Dinis.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/024	27/08/2007	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de moedas, por M. Zander.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/025	11/10/2007	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de moedas, por Senhor e Senhora Jannssen-de Neve.

PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/026	20/08/2007-17/10/2007	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de parque gráfico da Tipografia Lacobrigense, por Amândio Francisco de Santana Paula.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/027	16/11/2007-07/02/2008	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de 27 modelos de embarcações em madeira, por José António Arez Viegas.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/028	23/04/2008-07/05/2008	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	[Depósito] de acervo artístico de José Manuel Rosado.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/029	27/01/2009-26/02/2009	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Legado em testamento do quadro “Pérolas e Sedas”, por Maria Fernanda Toscano Limpo de Vasconcelos Rico.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/030	25/06/2008-11/03/2009	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de quadro, por António José Simões Netto.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/031	08/02/2008-	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P4	[Colocação à guarda do MLJF da planta da cidade de Lagos, realizada por Raul Frederico Rato, em 1924].
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/032	11/08/2009-02/09/2009	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de móveis miniaturas, por Amável Rodrigues da Luz.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/033	18/04/2007-06/01/2010	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de conchas, búzios e bibliografia, por Maria Margarida da Conceição Silva Rodrigues e João Luís de Jesus Rodrigues. Entregue por Maria do Céu Barros Serpa (sobrinha).
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/034	10/08/2011-19/10/2011	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de medalha do IV Encontro das Misericórdias do Sul, por Tolentino Abegoaria.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/035	18/10/2012-04/01/2013	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de elemento arquitetónico decorativo, da época romana, por Teresa Balté.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/036	26/12/2012-16/07/2013	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de escultura de Cristo crucificado, pela família de Joaquim Lima da Luz Cascada.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/037	02/08/2013-21/08/2013	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de escultura “Rei Amador”, por Eduardo Malé Fernandes.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/038	20/02/2014	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P4	Entrada de acervo documental do arquiteto Rui Mendes Paula, adquirido pela Câmara Municipal de Lagos ao filho, Frederico Paula.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/039	07/05/2014	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P4	Entrada de material expositivo: «Contos inacabados: a história submersa de Lagos»
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/040	30/10/2013-26/09/2014	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de quadro “Rosa Vermelha”, de Maria José Vieira, por José Correia Vieira.

PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/041	17/04/2005-30/07/2015	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de objeto com técnica “Bordado a branco”, por Custódio António Augusto.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/042	15/03/2017-08/05/2017	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de quadro “O sonho”, de e por Timo Dillner.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/043	22/05/2017-06/09/2017	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de sete objetos, por Maria Teresa Pita Ramos.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/044	05/09/2017-24/08/2020	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P4	Doação de vários objetos, por António Alves dos Santos.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/045	S. d.	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P4	Comprovativo de incorporação [ms.], de doação feita por Vergílio Raminhos Duarte.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/046	S. d.	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P4	Comprovativo de incorporação [ms.], de doação feita por Escola Industrial de Vitorino Damásio.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/047	S. d.	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P4	Comprovativo de incorporação de medalhas, entregues pela Câmara Municipal de Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/048	2007-2008	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P4	Incorporação por compra da coleção de escultura «Caminhos do Vento», da autoria de José Maria Silva Pereira.
PT/MLJF/AMLJF/C/1/02/049	[193?-]	Pt. 4	MLJF/CD/S2/E01/P4	Incorporação por doação, permutas ou compras de: bens bibliográficos, periodísticos e arquivísticos.

SR: C/1/03 – Processos de incorporação de bens imóveis

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/1/03	[193?-]	1 pt.	MLJF/CD/S2/E01/P4	Contém registos de afetação ou incorporação dos bens imóveis: Igreja de Santo António; Museu Municipal Dr. José Formosinho (núcleo sede); Forte da Ponta da Bandeira; Núcleo Museológico Rota da Escravatura; Armazém do Espingardeiro; Centro Interpretativo do Mundo Rural de Odiáxere.

SR: C/1/04 – Registo de doadores

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/1/04	-	1 pt.	MLJF/CD/S2/E01/P4	Contém lista de doadores ao Museu.

SUBSECÇÃO C/2: DEPÓSITO DE BENS CULTURAIS

SR: C/2/01 – Registos de bens culturais em depósito

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/2/01/001	1931	1 pt.	MLJF/CD/S2/E01/P5	Livro de termos de depósito (reprodução incompleta, cedida por eng.º José Ramos Formosinho (dir.) a dr. António Carrilho (conservador). 2 ex. policopiados. Relação dos depósitos da Igreja de São Sebastião; Relação dos depósitos da Igreja de Santa Maria; Relação dos depósitos da Santa Casa da Misericórdia de Lagos; Relação dos depósitos do Compromisso Marítimo de Lagos / Igreja do Espírito Santo; Depósito de João José do Espírito Santo Velhinho.

SR: C/2/02 – Registos de entrada de bens arqueológicos para depósito

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/001	16/03/2007-21/11/2008	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: arqueólogo David Calado: bens arqueológicos provenientes da Quinta da Queimada.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/002	2010	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Planirest Construções, Lda. / ERA Arqueologia: espólio azulejar da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, de Lagos
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/003	20/04/2012-08/11/2012	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Mosaico Romano, proveniente da Urb. Encosta da Marina, na Meia Praia.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/004	14/06/2012-15/06/2012	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Palimpsesto, Lda.: bens arqueológicos provenientes de rua Lançarote de Freitas, n.º 23, 25, 27 e 29, Santa Maria, Lagos.

PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/005	14/03/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Bens arqueológicos provenientes de: Santa Maria da Graça, Rua da Oliveira e Marreiros Neto, Júlio Dantas, Praça d'Armas, Rua da Roda e Freiras.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/006	14/02/2012-26/03/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Palimpsesto, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Lagos Polis: núcleo primitivo: rua 5 de Outubro
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/007	13/03/2013-26/03/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Palimpsesto, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Lagos Polis: núcleo primitivo.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/008	12/03/2013-26/03/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Palimpsesto, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Lagos Polis: rua Marreiros Neto, n.º 16.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/009	26/10/2012-26/03/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Palimpsesto, Lda.: bens arqueológicos provenientes de rua Doutor António José de Almeida, n.º 56, S. Sebastião, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/010	20/06/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Neoépica: bens arqueológicos provenientes de Palmares 5.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/011	20/06/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Neoépica: bens arqueológicos provenientes de Palmares 6.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/012	20/06/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Neoépica: bens arqueológicos provenientes de Palmares 7.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/013	20/06/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Neoépica: bens arqueológicos provenientes de Palmares 8.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/014	20/06/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Neoépica: bens arqueológicos provenientes de Palmares 10.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/015	20/06/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Neoépica: bens arqueológicos provenientes de Rua Garrett.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/016	20/06/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Neoépica: bens arqueológicos provenientes de Praça João de Deus, n.ºs 18-19.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/017	20/06/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Neoépica: bens arqueológicos provenientes de rua do Jardim, n.º 21.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/018	20/06/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Neoépica: bens arqueológicos provenientes de rua do Jardim, n.º 19.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/019	22/10/2012-20/06/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Dryas Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes da rua Conselheiro Joaquim Machado, 62; Rua da Marombeira, 9 – Casa Palmer, Lagos.

PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/020	12/06/2013-20/06/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: AES Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Vale da Lama (Odiáxere).
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/021	17/07/2013-03/10/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Novarqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes da rua das Alegrias, n.º 7, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/022	19/08/2013-04/09/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Arkhaios, Lda.: bens arqueológicos provenientes da rua do Jardim, n.º 28, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/023	18/02/2013-19/06/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Prof.ª Doutora Ana Arruda: bens arqueológicos provenientes de Monte Molião
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/024	01/08/2013-28/04/2015	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Dr. Tiago Fraga: bens arqueológicos provenientes de prospeção de arqueologia subaquática no concelho de Lagos (prumo de chumbo). Inclui autos de empréstimo da peça, de 17/04/2015-28/04/2015.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/025	11/09/2013-18/09/2013	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Dr. Tiago Fraga: bens arqueológicos provenientes de prospeção de arqueologia subaquática no concelho de Lagos (cepo romano ANC12.51)
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/026	13/12/2013-31/01/2014	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Dr. Tiago Fraga: bens arqueológicos provenientes de prospeção de arqueologia subaquática no concelho de Lagos (cepo chumbo romano ANC12.46, ANC.47)
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/027	12/12/2013-31/01/2014)	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: arqueóloga Vanda Gato: bens arqueológicos provenientes da Travessa do Paço, n.º 29, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/028	31/03/2014-24/01/2019	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Direção Regional de Cultura do Algarve: bens arqueológicos do concelho de Lagos em depósito na Fortaleza de Sagres. Inclui auto de saída para estudo de espólio da Praia da Luz
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/029	11/04/2014-16/04/2014	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Arkhaios, Lda.: bem arqueológicos provenientes Urbanização de São Pedro, n.º 16, São Pedro do Pulgão, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/030	24/06/2014-29/07/2014	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Palimpsesto, Lda.: bem arqueológicos provenientes de Rua Prof. Luís Azevedo, n.º 42, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/031	14/11/2014-17/12/2014	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: AES Arqueologia: bens arqueológicos provenientes do Cais Velho de Lagos, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/032	19/12/2014-06/01/2015	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Arkhaios, Lda.: bens arqueológicos provenientes da rua dos Peixeiros, n.º 38, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/033	25/03/2015-05/06/2015	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: HIC.SITU: bens arqueológicos provenientes do Sítio do Adoalho.

PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/034	08/07/2015-11/05/2016	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Palimpsesto, Lda: bens arqueológicos provenientes Rua 25 de Abril, n.º 53 a 55, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/035	26/08/2015-26/11/2015	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: OZECARUS, Lda.: bens arqueológicos provenientes de requalificação da Frente Ribeirinha de Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/036	12/10/2015 (Fev./2002)	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Palimpsesto, Lda: bens arqueológicos provenientes Rua dos Ferreiros, n.º 30, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/037	17/11/2015-12/01/2016	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: arqueóloga Vanda Gato/Archeocélis, Lda.: bens arqueológicos provenientes de requalificação EN 125: rotunda de Espiche.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/038	19/11/2015-29/12/2015	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Arkhaios, Lda.: bem arqueológicos provenientes de Igreja de Nossa Senhora do Carmo; rua Porta da Vila, n.º 18; Casa Fogaça-Rua Dr. Faria e Silva; rua do Canal, n.º 37-41; Rua Silva Lopes, n.º 35, 37, 39; Igreja de Nossa Senhora da Luz.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/039	15/12/2015-12/02/2016	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Susana Estrela.: bens arqueológicos provenientes de Monte Molião (1998) e Quinta da Queimada (2002).
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/040	13/01/2016	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P5	Transferência de acervo “Mercado de Escravos”, depositado no antigo Convento de Nossa Senhora da Glória.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/041	29/04/2016-02/05/2016	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Palimpsesto, Lda: bens arqueológicos provenientes Rua João Bonança, n.º 14, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/042	15/09/2016-27/09/2016)	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Arkhaios, Lda: bens arqueológicos provenientes Travessa das Almas, n.º 11, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/043	13/10/2016-14/08/2020)	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ERA – Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Monte Augusto, Palmares 3. Inclui auto de saída de 14/08/2020, por inconformidades na marcação do espólio.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/044	13/10/2016-18/10/2016)	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Arkhaios, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Sítio dos Castelos, Odiáxere.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/045	02/02/2017	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Archaeofactory, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Rua da Torrinha, n.º 17, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/046	03/02/2017-06/02/2017	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: AES Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Rua dos Peixeiros, n.º 41, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/047	09/02//2017-14/02/2017)	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Palimpsesto, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Rua da Torrinha, n.º 14, Lagos.

PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/048	18/04/2017-21/04/2017	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ARKHAIOS, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Rua 5 de Outubro, n.º 36, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/049	04/05/2017-15/05/2017	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Daniel Barragán Mallofret.: bens arqueológicos provenientes da alteração do edifício comercial “Pingo Doce”, Sítio do Molião, EN 125.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/050	09/05/2017-16/05/2017	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ARKHAIOS, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Hotel Casa da Mãe de Lagos, rua do Jogo da Bola e Rua Dr. José de Almeida, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/051	11/05/2017-18/05/2017	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ERA – Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Monte Augusto, Palmares 3.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/052	11/05/2017-18/05/2017	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ERA – Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes da Rua Silva Lopes e Rua 25 de Abril, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/053	14/06/2017-06/07/2017	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ERA – Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Hotel Casa-Mae, Rua da Bola e Rua do Caracol, n.ºs 11 e 13, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/054	16/11/2017-20/12/2017	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ERA – Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Rua Miguel Bombarda, n.º 46 e 48, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/055	29/12/2017-09/01/2018	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: MAJA, Construções, S.A.: bens arqueológicos provenientes de Rua Mendonça Pessanha, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/056	29/12/2017-09/01/2018	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: MAJA, Construções, S.A.: bens arqueológicos provenientes de Rua Gil Vicente, Rua Cardeal Neto e Travessa Gil Vicente, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/057	06/04/2018-23/04/2018	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ARKHAIOS, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em rua 25 de Abril, n.º 72 a 78 e Travessa dos Tanoeiros, n.º 2 e 4 Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/058	18/07/2018-27/07/2018	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ARKHAIOS, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Travessa das Almas, n.º 7 e 9, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/059	05/08/2018-24/08/2018	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ARKHAIOS, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em rua Gil Vicente, n.º 51, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/060	05/08/2018-26/09/2018	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ARKHAIOS, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Praça de Armas, n.º 14-15, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/061	08/01/2019-14/01/2019	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ARKHAIOS, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Rua João Bonança, n.º 14, Lagos.

PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/062	27/02/2019-03/03/2021	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ERA – Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Rua Miguel Bombarda, n.º 46 e 48, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/063	18/06/2019-28/06/2021	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: AES – Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Rua Professor Luís Azevedo, 24, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/064	03/09/2019	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ERA – Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Meia Praia, Sete Figueiras 2, lote 19, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/065	03/09/2019	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: TERRALEVIS, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Rua António barbosa Viana, n.º 12-18, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/066	07/10/2019	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: PALIMPSESTO, Lda.: bens arqueológicos provenientes de V5, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/067	29/11/2019-04/12/2019	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ERA – Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Sete Figueiras, lote 16, Odiáxere.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/068	04/12/2019	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ARKHAIOS, Lda.: relatório proveniente de intervenção (picagem de rebocos, registo gráfico de alçados) em remodelação do Museu Municipal Dr. José Formosinho, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/069	07/01/2020-10/01/2020	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ARKHAIOS, Lda.: relatório proveniente de intervenção em Sete Figueiras 2, Lagos (sondagens).
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/070	07/01/2020-10/01/2020	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ARKHAIOS, Lda.: relatório proveniente de intervenção em rua B, Sete Figueiras 2, Lagos (escavação).
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/071	14/01/2020-16/01/2020	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ERA – Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Rua das Cruzes, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/072	14/01/2020-16/01/2020	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ERA – Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Gafaria 1, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/073	20/02/2020-26/02/2020	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ARKHAIOS, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Balneário Romano da Estação Arqueológica Romana da Praia da Luz (1.ª campanha, 2017; 2.ª Campanha, 2017-2018).
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/074	04/03/2020-06/03/2020	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Vanda Gato: bens arqueológicos provenientes de Rua da Marombeira, n.º 19, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/075	28/04/2020-07/05/2020	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ARKHAIOS, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Rua Miguel Bombarda, n.º 24, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/076	29/04/2020-07/05/2020	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ARKHAIOS, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Rua da Amendoeira, n.º 39-45, Lagos.

PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/077	23/04/2020-07/05/2020	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: PALIMPSESTO, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Rua Professor Luís Azevedo, n.º 53-55, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/078	07/05/2020-25/05/2020	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: PALIMPSESTO, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Rua João Bonança, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/079	02/06/2020-01/07/2020	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ARKHAIOS, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Rua Castelo dos Governadores, n.º 48-48A, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/080	03/06/2020	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Ana Resende e Luís Resende.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Rua General Alberto Silveira, n.ºs 1, 3, 5, Casa Rosa, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/081	20/10/2020	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: AES Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Rua João Bonança, n.º 18, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/082	04/11/2020	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: AES Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes em Rua Júlio Dantas, n.º 19, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/083	03/12/2020	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: PALIMPSESTO, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Rua Miguel Bombarda, n.º 21, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/084	03/12/2020	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: PALIMPSESTO, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Avenida dos Pescadores, Vila da Luz, Lagos (requalificação da Iluminação Pública).
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/085	21/01/2021-22/01/2021	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ARKHAIOS, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Rua Castelo dos Governadores, n.º 36, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/086	21/01/2021-22/01/2021	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ARKHAIOS, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Rua do Jardim, n.º 12, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/087	03/03/2021-04/03/2021	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ERA – Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Sítio das Sete Figueiras, lote 16, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/088	03/03/2021-04/03/2021	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ERA – Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Sítio das Sete Figueiras, lote 18, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/089	23/03/2021	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: AES Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Rua Primeiro de Maio, n.ºs 54-54A, Lagos.

PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/090	25/03/2021-30/03/2021	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: VICUS, Lda.: bens arqueológicos provenientes de Sítio Arqueológico da Ameijeira (CNS 14534), Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/091	14/04/2021	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ERA – Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em operação de loteamento Ameijeira/Gafaria, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/092	14/04/2021	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ERA – Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Loteamento Ameijeira/Gafaria, lote 3, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/093	14/04/2021	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ERA – Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Loteamento Ameijeira/Gafaria, lote 2, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/094	14/04/2021	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ERA – Arqueologia, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Loteamento Ameijeira/Gafaria, lote 1, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/095	15/07/2017-	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: ARKHAIOS, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Sítio de Sete Figueiras, 3, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/096	09/06/2021-22/06/2021	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Vanda Gato: bens arqueológicos provenientes de intervenção em rua Marechal Furtado, n.º 5, e rua da Roda, n.º 8, Lagos.
PT/MLJF/AMLJF/C/2/02/097	24/06/2021-30/06/2021	Pt 4	MLJF/CD/S2/E01/P5	Depositante: Palimpsesto, Lda.: bens arqueológicos provenientes de intervenção em Urbanização da Marateca, lote n.º 5, Lagos.

SR: C/2/03 – Informações e orientações técnicas para o depósito de bens arqueológicos

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/2/03	10/11/2004-	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E01/P5	Contém: Carta de Sensibilidade arqueológica do Centro Histórico de Lagos; Regulamento interno do MLJF (reservas); Condições de iluminação e de humidade; Ficha de sítio arqueológico (modelo); Sugestões aos arqueólogos; Procedimento para depósito de bens arqueológicos: Parque de Estacionamento Anel verde, piso -1; Procedimento para depósito de bens arqueológicos: edifício

				multifunções do Chinicato; Informações internas sobre depósito de bens arqueológicos e reservas de arqueologia, desde 2004.
--	--	--	--	---

SUBSECÇÃO C/3: INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS

SR: C/3/01 – Listas de inventário antigas “Formosinho”

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/01/001	Mar./1959	1 cp.	MLJF/CD/S2/E02/P1	Lista de inventário elaborada por José dos Santos Pimenta Formosinho.
PT/MLJF/AMLJF/C/3/01/002	S. d.	1 pt.	MLJF/CD/S2/E02/P2	Lista de inventário elaborada por José da Conceição Ramos Formosinho, com base na documentação e informação do pai, José dos Santos Pimenta Formosinho.

SR: C/3/02 – Fichas antigas de identificação de objetos

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/02	[1930-	1 cx.	MLJF/CD/S2/E02/P2	Fichas antigas de identificação e legendas de objetos, elaboradas por José dos Santos Pimenta Formosinho, com identificação de proveniências e de doadores, em alguns casos.

SR: C/3/03 – Fichas de INVENTÁRIO 1987

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/03	1987	6 Cx.	MLJF/CD/S2/E02/P2-P3	Fichas de inventário adquiridas pela Câmara Municipal de Lagos, a pedido da Dr. ^a Ana Maria Gonçalves Araújo (na altura funcionária da Câmara Municipal de Lagos), no âmbito da formação “Iniciação à Museologia (Museografia?)”, em 1987 (148 horas / 25 dias (Teórico / Prática), de que resultou o Inventário 1987, num total de

				<p>2951 fichas preenchidas (1923 classificadas + 1028 sem classificação), com a coordenação de Dr.^a Ana Araújo e de Eng.^o José Ramos Formosinho.</p> <p>Caixa 1 - Fichas das seguintes classes: Armas, Arqueologia, Arte Africana, Arte Sacra, Artes Decorativas, Artesanato, Biologia, Botânica, Cerâmica, Comemorações, Condecorações, Desenho.</p> <p>Caixa 2 - Fichas das seguintes classes: Escultura, Estatuária, Etnografia, Etnografia Africana, Etnologia, Fenómeno, Filatelia, Fóssil, Fotografia.</p> <p>Caixa 3 - Fichas das seguintes classes: Geologia, Gravura.</p> <p>Caixa 4 - Fichas das seguintes classes: Máquinas, Medalhística, Mineralogia, Numismática, Ornitologia, Ourivesaria, Pesca, Pintura, Produtos Químicos, Recortes, Tecelagem, Vestuário</p> <p>Caixa 5 - fichas sem atribuição de classificação, organizadas por nome de objeto: A-H</p> <p>Caixa 6 - fichas sem atribuição de classificação, organizadas por nome de objeto: I-V</p>
--	--	--	--	---

SR: C/3/04 – Fichas de inventário da coleção de PINTURA (2005-)

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/04	02/09/2005-15/09/2005	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E02/P3	Contém: “fichas de diagnóstico” manuscritas da coleção de pintura, elaboradas por Ana Nóbrega.
	2008	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E02/P3	<p>Contém: fichas de inventário manuscritas da coleção de pintura, elaboradas por Helena Simão, incluindo correspondente documentação de apoio. As fichas encontram-se organizadas numericamente, por ordem da respetiva elaboração e incluem n.º atualizado de inventário.</p> <p>Pasta 2: n.º 1-30 = n.º inv. MLJF.1155; 144; 86; 165; 51; 46; 145; 180; 146; 40; 27; 9; 26; 87; 17; 52; 18; 21; 30; 33; 45; 85; 70; 174; 14; 132; 3; 56; 68; 5317.</p>

	2008	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E02/P 3	<p>Contém: fichas de inventário manuscritas da coleção de pintura, elaboradas por Helena Simão, incluindo correspondente documentação de apoio. As fichas encontram-se organizadas numericamente, por ordem da respetiva elaboração e incluem n.º atualizado de inventário.</p> <p>Pasta 3: n.º 31-69 = n.º inv. MLJF.67; [32 sem n.º inv.]; 160; 7583; 133; 111; 58; 110; 59; 155; 84; 71; 5350; 9518; 177; 32; 89; 25; 8; [50 sem n.º inv.]; 175; 176; 131; [54 sem n.º inv.]; [55 sem n.º inv.]; 37; 75; 69; 6; 5; 103; [62 sem n.º inv.]; [63 sem n.º inv.]; 88; 129; 159; 130; 112; 113;</p>
	2008	Pt. 4	MLJF/CD/S2/E02/P 3	<p>Contém: fichas de inventário manuscritas da coleção de pintura, elaboradas por Helena Simão, incluindo correspondente documentação de apoio. As fichas encontram-se organizadas numericamente, por ordem da respetiva elaboração e incluem n.º atualizado de inventário.</p> <p>Pasta 4: n.º 70-136 = n.º inv. MLJF. 57; [71 sem n.º inv.]; 34; 36; 114; [75 sem n.º inv.]; 164; 74; [78 sem n.º inv.]; 128; 7584; 7585; 20; 7586; 31; 43; 49; 50; 116; 117; 120; 121; 5423; 5435; 5436; 5437; 7587; 7588; [98 sem n.º inv.]; [99 sem n.º inv.]; [100 sem n.º inv.]; [101 sem n.º inv.]; [102 sem n.º inv.]; [103 sem n.º inv.]; 72; 179; 158; 60; 8351; [109 sem n.º inv.]; [110 sem n.º inv.]; 73; 7589; 7590; 7591; 75; 7593; 7594; 7595; 7596; 7597; [121 sem n.º inv.]; 7598; 7599; 7600; 7601; 7602; 82; [128 sem n.º inv.]; [129 sem n.º inv.]; 101; 104; 76; 10; 105; 95; 172.</p>
	2008	Pt. 5	MLJF/CD/S2/E02/P 3	<p>Contém: fichas de inventário manuscritas da coleção de pintura, elaboradas por Helena Simão, incluindo correspondente documentação de apoio. As fichas encontram-se organizadas numericamente, por ordem da respetiva elaboração e incluem n.º atualizado de inventário.</p> <p>Pasta 5: n.º 137-180 = n.º inv. MLJF.44; MLJF.66; MLJF.102; MLJF.90; MLJF.80; [142 sem n.º inv.]; MLJF.157; MLJF.61; [145</p>

				sem nº inv.]; MLJF.54; [147 sem nº inv.]; MLJF.122; MLJF.83; MLJF.123; [151 sem nº inv.]; MLJF.167; MLJF.169; MLJF.151; MLJF.171; MLJF.147; MLJF.166; MLJF.170; MLJF.168; [160 sem nº inv.]; MLJF.7615; MLJF.4; MLJF.7603; MLJF.7604; MLJF.2; MLJF.142; MLJF.7605; MLJF.1; MLJF.134; MLJF.136; MLJF.135; MLJF.38; MLJF.137; MLJF.173; MLJF.143; MLJF.150; MLJF.13; MLJF.19; MLJF.16; MLJF.22.
	2008	Pt. 6	MLJF/CD/S2/E02/P 3	<p>Contém: fichas de inventário manuscritas da coleção de pintura, elaboradas por Helena Simão, incluindo correspondente documentação de apoio. As fichas encontram-se organizadas numericamente, por ordem da respetiva elaboração e incluem n.º atualizado de inventário.</p> <p>Pasta 6: nº 181-230 = nº inv. MLJF.79; MLJF.7606; [183 sem nº inv.]; MLJF.8350; [185 sem nº inv.]; MLJF.8356; MLJF.181; [188 sem nº inv.]; MLJF.1153; [190 sem nº inv.]; MLJF.163; [192, 193, 194, 195 sem nº inv.]; MLJF.100; MLJF.77; MLJF.24; MLJF.108; MLJF.107; MLJF.65; MLJF.140; MLJF.8354; [204 sem nº inv.]; MLJF.162; [206 sem nº inv.]; MLJF.149; MLJF.94; MLJF.141; MLJF.7608(1-6); MLJF.7609; MLJF.7610; [218 sem nº inv.]; MLJF.1154; MLJF.8352; MLJF.29; MLJF.39; [223 sem nº inv.]; MLJF.7611; MLJF.7612; MLJF.11; MLJF.6620; [228 sem nº inv.]; [229 sem nº inv.]; [230 sem nº inv.].</p>
	2008	Pt. 7	MLJF/CD/S2/E02/P 4	<p>Contém: fichas de inventário manuscritas da coleção de pintura, elaboradas por Helena Simão, incluindo correspondente documentação de apoio. As fichas encontram-se organizadas numericamente, por ordem da respetiva elaboração e incluem n.º atualizado de inventário.</p> <p>Pasta 7: nº 231-280 = nº inv. MLJF.47; MLJF.41; MLJF.15; MLJF.48; MLJF.42; MLJF.35; [237 sem nº inv.]; MLJF.1152; MLJF.178; MLJF.7613; MLJF.7614; [242 sem nº inv.]; MLJF.78; MLJF.81; MLJF.12; MLJF.28; [247 sem nº inv.]; MLJF.7; [249 sem nº inv.]; [250 sem nº inv.]; [251 sem nº inv.]; [252 sem nº inv.]; [253 sem nº inv.]; [254 sem nº inv.]; [255 sem nº inv.]; [256 sem nº inv.];</p>

				[257 sem nº inv.]; [258 sem nº inv.]; MLJF.154; MLJF.161; [261 sem nº inv.]; MLJF.91; MLJF.93; MLJF.92; MLJF.96; MLJF.139; MLJF.97; [268 sem nº inv.]; [269 sem nº inv.]; [270 sem nº inv.]; MLJF.127; MLJF.99; [273 sem nº inv.]; [274 sem nº inv.]; [275 sem nº inv.]; MLJF.98; [277 sem nº inv.]; [278 sem nº inv.]; [279 sem nº inv.]; [280 sem nº inv.].
	2008	Pt. 8	MLJF/CD/S2/E02/P 4	<p>Contém: fichas de inventário manuscritas da coleção de pintura, elaboradas por Helena Simão, incluindo correspondente documentação de apoio. As fichas encontram-se organizadas numericamente, por ordem da respetiva elaboração e incluem nº atualizado de inventário. Inclui o inventário fotográfico da coleção de pintura de 1-322 (2008), em cd-rom.</p> <p>Pasta 8: nº 281-322 = nº inv. MLJF.148; [282 sem nº inv.]; [283 sem nº inv.]; MLJF.126; [285 sem nº inv.]; [286 sem nº inv.]; [287 sem nº inv.]; [288 sem nº inv.]; MLJF.156; [290 sem nº inv.]; [291 sem nº inv.]; MLJF.23; [293 sem nº inv.]; [294 sem nº inv.]; MLJF.8353; [296 sem nº inv.]; [297 sem nº inv.]; MLJF.8308; [299 sem nº inv.]; MLJF.8309; [301 sem nº inv.]; MLJF.55; MLJF.63; MLJF.109; [305 sem nº inv.]; [306 sem nº inv.]; [307 sem nº inv.]; [308 sem nº inv.]; [309 sem nº inv.]; MLJF.64; [311 sem nº inv.]; [312 sem nº inv.]; MLJF.138; MLJF.153; MLJF.62; [316 sem nº inv.]; MLJF.152; MLJF.106; MLJF.125; [320 sem nº inv.]; [321 sem nº inv.]; [322 sem nº inv.].</p>
	2008	Pt. 9	MLJF/CD/S2/E02/P 4	<p>Contém: Índice do inventário dos quadros que integram o acervo do MLJF; índice onomástico de pintores representados no MLJF; cópias de documentos de doações de quadros por: Joaquim Agostinho Fernandes e herdeiros, Maria Francisca Veiga Nogueira Fialho, José Ferreira Espanha, José António de Almeida Costa Franco, Pedro Lagarto, Julieta Teresa Furtado Pereira, João Liça e Cesaltina Viegas, Taquelim da Cruz; informações sobre Jaime Murteira; informações sobre Manuel Cabanas; lista de documentos consultados.</p>

	2011	Pt. 10	MLJF/CD/S2/E02/P 4	<p>Contém: fichas de inventário da coleção de pintura, produzidas em Word, elaboradas por Helena Simão, incluindo correspondente documentação de apoio. As fichas encontram-se organizadas numericamente, por ordem da respetiva elaboração e incluem o n.º atualizado de inventário. Inclui o respetivo inventário fotográfico do nº 323-349 (2011), em cd-rom.</p> <p>Pasta 8: nº 323-349 = nº inv. [323 sem nº inv.]; [324 sem nº inv.]; MLJF.6611; MLJF.6612; [327 sem nº inv.]; [328 sem nº inv.]; MLJF.6804; [330 sem nº inv.]; [331 sem nº inv.]; [332 sem nº inv.]; [333 sem nº inv.]; MLJF.6613; MLJF.6614; MLJF.6615; MLJF.6616; MLJF.6617; MLJF.6618; MLJF.6619; MLJF.1979; MLJF.1980; MLJF.7292; [344 sem nº inv.]; [345 sem nº inv.]; MLJF.7565; MLJF.8399; MLJF.8400; MLJF.8881.</p>
		Pt. 11	MLJF/CD/S2/E02/P 4	<p>Contém: fichas de inventário da coleção de pintura, produzidas no <i>software In ArtePlus</i>, elaboradas por António Carrilho, entre 2006 e 2013, com atribuição de nº definitivo de inventário. Contém atualização da peça MLJF.1, por Helena Simão, em 2019. Durante aquele período, o sistema de atribuição de número de inventário foi alterado. Neste dossier, encontram-se as fichas com a versão alfanumérica original e as suas correspondentes na versão em vigor. Inclui <i>cd-rom</i> com inventário fotográfico, realizado em 2008 (cópia do existente em pt. 8).</p>
		Pt. 12	MLJF/CD/S2/E02/P 4	<p>Contém: continuação da pasta 11.</p>

SR: C/3/05 – Fichas de inventário da coleção de FALERÍSTICA/CONDECORAÇÕES

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/05	2009	1 ex. c/3 vols.	MLJF/CD/S2/E02/P4	Contém: fichas de inventário da coleção de Falerística (condecorações), produzidas em Word, elaboradas por Helena Simão, no ano de 2009. As fichas encontram-se encadernadas em três volumes, organizadas numericamente, por ordem da respetiva elaboração e incluem o nº atualizado de inventário. Volume 1: do nº provisório 1-30 (MLJF.5407-MLJF.5440); Volume 2: do nº provisório 31-59 (MLJF.5441-MLJF.5505); Volume 3: do nº provisório 60-94 (MLJF.5506-MLJF.5540)
	2009	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E02/P4	Contém documentação de apoio ao inventário da coleção de Falerística, realizado por Helena Simão em 2009.
	2010	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E02/P4	Contém: fichas de inventário da coleção de Falerística (condecorações), produzidas no <i>software In ArtePlus</i> , elaboradas por Helena Simão, no ano de 2010, com base no trabalho elaborado em 2009. As fichas encontram-se organizadas pelo número definitivo de inventário, incluindo índice de correspondências com o número provisório (2009). Inclui MLJF.5407-MLJF.5540. Inclui 2 <i>cd-rom</i> com inventário fotográfico (2009-2010).

SR: C/3/06 – Fichas de inventário da coleção de MEDALHÍSTICA

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/06	2007	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E02/P4	Contém: fichas de inventário manuscritas da coleção de medalhística, elaboradas por Helena Simão, em 2007, incluindo correspondente documentação de apoio. As fichas encontram-se organizadas numericamente, por ordem da respetiva elaboração e

				incluem n.º atualizado de inventário. Inclui o inventário fotográfico da coleção: MLJF.5592-MLJF.5650, em cd-rom.
	2007	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E02/P5	Contém: continuação da Pt.1, n.ºs: MLJF.5561-MLJF.5720
	2011	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E02/P5	Contém: fichas de inventário da coleção de medalhística, produzidas no <i>software In ArtePlus</i> , elaboradas por Helena Simão, no ano de 2011, com base no trabalho elaborado em 2007. As fichas encontram-se organizadas pelo número definitivo de inventário, n.ºs MLJF.5592-MLJF.5639. Inclui <i>cd-rom</i> com inventário fotográfico.
	2011	Pt. 4	MLJF/CD/S2/E02/P5	Contém: fichas de inventário da coleção de medalhística, produzidas no <i>software In ArtePlus</i> , elaboradas por Helena Simão, no ano de 2011. As fichas encontram-se organizadas pelo número definitivo de inventário, n.ºs MLJF.5640-5720.
	2012-2014	Pt. 5-Pt. 6	MLJF/CD/S2/E02/P5	Contém: fichas de inventário da coleção de medalhística religiosa, produzidas em <i>Word</i> , elaboradas por Helena Simão, no ano de 2012-2014. As fichas encontram-se organizadas numericamente, por ordem da respetiva elaboração e incluem o n.º atualizado de inventário, n.ºs MLJF.7295-7394 (Pt. 5) e MLJF.7395-MLJF.7544 (Pt. 6). Inclui <i>cd-rom</i> com inventário fotográfico (Pt. 5).
	2015	Pt. 7-Pt. 8	MLJF/CD/S2/E02/P5	Contém: fichas de inventário da coleção de medalhística religiosa e diversa, produzidas no <i>software In ArtePlus</i> , elaboradas por Helena Simão, no ano de 2015, com base no trabalho anterior 2012-2014. As fichas encontram-se organizadas pelo número definitivo de inventário, n.ºs MLJF.7295-MLJF.7399 (Pt. 7) e MLJF.7400-MLJF.7544 (Pt. 8). Inclui <i>cd-rom</i> com inventário fotográfico (Pt. 7).

SR: C/3/07 – Fichas de inventário da coleção de NUMISMÁTICA

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/07	2007	Pt. 1-16	MLJF/CD/S2/E02/P5 – E03-P1	Contém: fichas de inventário da coleção de numismática estrangeira, elaboradas no programa <i>In ArtePlus</i> , por António Carrilho, em 2007, organizadas por ordem numérica sequencial provisória (0001-1653) e de inventário: MLJF.4922-MLJF.5275, com faltas intercalares de números.
	2007	Pt. 17	MLJF/CD/S2/E03/P1	Contém: fichas de inventário da coleção de numismática hispano-árabe, elaboradas no programa <i>In ArtePlus</i> , em 2007, por António Carrilho, n ^{os} MLJF.571-MLJF.621.
	2007	Pt. 18-19	MLJF/CD/S2/E03/P1	Contém: fichas de inventário da coleção de numismática romana (Roma Antiga), elaboradas no programa <i>In ArtePlus</i> , em 2007, por António Carrilho, n ^{os} MLJF.182-MLJF.569.
	2006-2007	Pt. 20-28	MLJF/CD/S2/E03/P1-E03/P3	Contém: fichas de inventário da coleção de numismática da Monarquia Portuguesa (I, II, III e IV dinastias), elaboradas no programa <i>In ArtePlus</i> , por António Carrilho, em 2006-2007, n ^{os} MLJF.622-MLJF.1749; MLJF.1822-MLJF.1847.
	2007	Pt. 29-34	MLJF/CD/S2/E03/P3	Contém: fichas de inventário da coleção de numismática da República Portuguesa, elaboradas no programa <i>In ArtePlus</i> , em 2007, por António Carrilho, n ^{os} MLJF.1750-MLJF.1821; MLJF.1848-MLJF.2489.
	2006	Pt. 35	MLJF/CD/S2/E03/P4	Contém: fichas de inventário manuscritas da coleção de numismática – notafilia.
	2009-2011	Pt. 36	MLJF/CD/S2/E03/P4	Contém: fichas de inventário da coleção de numismática em reserva, em formato manuscrito e em <i>Word</i> e inventário fotográfico dos n ^{os} 1801-2470.
	2007	Pt. 37-38	MLJF/CD/S2/E03/P4	Contém: inventário fotográfico da coleção de numismática da Monarquia e República Portuguesas (Pt. 37), numismática estrangeira e Roma Antiga (Pt. 38).

SR: C/3/08 – Fichas de inventário da coleção de OURIVESARIA

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/08	1992-2007	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E03/P5	Contém: fichas manuscritas de inventário da coleção de ourivesaria-pratas, elaboradas por Emília Lúcia Pacheco e David Calado Mendes, do Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico, em 1992. Inclui auto de entrega das fichas de inventário, por José Ramos Formosinho.
	2007-2013	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E03/P5	Contém: fichas de inventário da coleção de ourivesaria-pratas, elaboradas em formato <i>word</i> , por Helena Simão, em 2013. Inclui inventário fotográfico, em <i>cd-rom</i> : MLJF.7168-MLJF.7197.
	2013	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E03/P5	Contém: fichas de inventário da coleção de ourivesaria-pratas, elaboradas em formato <i>In ArtePlus</i> , por Helena Simão, em 2013, n ^{os} MLJF.7168-MLJF.7197.

SR: C/3/09 – Fichas de inventário da coleção de CERÂMICA, INSTRUMENTOS E UTENSÍLIOS

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/09	2013	Pt. 1-Pt. 2	MLJF/CD/S2/E03/P5	Contém: fichas de inventário da coleção de cerâmica, instrumentos e utensílios, em exposição na sala de curiosidades do Museu, elaboradas em formato <i>word</i> , em 2013. Inclui inventário fotográfico, em <i>cd-rom</i> : MLJF.7198-MLJF.7289; MLJF.229-MLJF.230.
	2013	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E03/P5	Contém: fichas de inventário da coleção de cerâmica, instrumentos e utensílios, em exposição na sala de curiosidades do museu, elaboradas em formato <i>In ArtePlus</i> , em 2013: MLJF.7198-MLJF.7289; MLJF.229-MLJF.230.

SR: C/3/10 – Fichas de inventário da coleção de ARTE SACRA

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/10	2012	Pt. 1-2	MLJF/CD/S2/E04/P1	Contém: fichas de inventário da coleção de arte sacra, elaboradas em formato <i>word</i> , por Helena Simão, em 2012. Inclui inventário fotográfico, em <i>cd-rom</i> : MLJF.6540-MLJF.6566 (Pt. 1); MLJF.6567-MLJF.6610 (Pt. 2).
	2012-2013	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E04/P1	Contém: fichas de inventário da coleção de arte sacra, elaboradas em formato <i>In ArtePlus</i> : MLJF.6540-MLJF.6620; MLJF.7290.
	2016-2019	Pt. 4	MLJF/CD/S2/E04/P1	Contém: fichas de inventário da coleção de arte sacra, em reservas elaboradas em formato <i>word</i> , por Helena Simão, em 2016-2019. Inclui inventário fotográfico, em <i>cd-rom</i> : MLJF.7656-MLJF.7715
	2016	Pt. 5	MLJF/CD/S2/E04/P1	Contém: fichas de inventário da coleção de arte sacra, em reservas, elaboradas em formato <i>In ArtePlus</i> : MLJF.7547, MLJF.7656-MLJF.7715, MLJF.8349.

SR: C/3/11 – Fichas de inventário da coleção de ESCULTURA

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/11	2016	Pt. 1-pt. 2	MLJF/CD/S2/E04/P1	Contém: fichas de inventário da coleção de escultura, em reservas, elaboradas em formato <i>word</i> , em 2016. Inclui inventário fotográfico, em <i>cd-rom</i> : MLJF.7616-MLJF.7640
	2016	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E04/P1	Contém: fichas de inventário da coleção de escultura, em reservas e no Armazém do Espingardeiro, elaboradas em formato <i>In ArtePremium</i> , em 2016. Inclui inventário fotográfico, em <i>cd-rom</i> : MLJF.7546; MLJF.7616-MLJF.7640.
	2007-	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E04/P1	Contém: fichas de inventário manuscritas e em <i>Word</i> do conjunto de esculturas “Caminhos do Vento”.

SR: C/3/12 – Fichas de inventário da coleção AFRICANA

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/12	2011	Pt.1-Pt.3	MLJF/CD/S2/E04/P2	Contém: fichas de inventário da coleção de africana, em reservas, elaboradas em formato <i>In ArtePlus</i> : MLJF.221-MLJF.227; MLJF.5728-MLJF.5905; MLJF.5927-5997; MLJF.6159-MLJF.6238.
	2012	Pt.4	MLJF/CD/S2/E04/P2	Contém: inventário fotográfico em <i>cd-rom</i> .

SR: C/3/13 – Fichas de inventário da coleção de ETNOLOGIA

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/13	2005-	Pt.1	MLJF/CD/S2/E04/P2	Contém: fichas de inventário manuscritas da coleção de Etnologia - Agricultura, elaboradas por Helena Simão e Dora Alves, desde 2005. Inclui documentação de apoio.
	2005	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E04/P2	Contém: fichas de inventário manuscritas da coleção de Etnologia - Pesca, elaboradas por Helena Simão e Dora Alves, desde 2005. Inclui documentação de apoio.
	2011	Pt.3-Pt.4	MLJF/CD/S2/E04/P2	Contém: fichas de inventários em <i>Word</i> da coleção de Etnologia – Agricultura, elaboradas por Dora Alves e respetivo inventário fotográfico, dos n ^{os} : MLJF.5906-MLJF.5919; MLJF.5920-MLJF.5926; MLJF.5986-MLJF.5987.
	2011	Pt.5-Pt.6	MLJF/CD/S2/E04/P2	Contém: fichas de inventários em <i>Word</i> da coleção de Etnologia – Pesca, elaboradas por Dora Alves e respetivo inventário fotográfico, dos n ^{os} : MLJF.5998-MLJF.6047.
	2012	Pt.7-Pt.13	MLJF/CD/S2/E04/P3	Contém: fichas de inventários no programa <i>In Arte Plus</i> da coleção de Etnologia – Algarve, elaboradas por Dora Alves, dos n ^{os} : MLJF.

				6539; MLJF.6621- MLJF.7032; MLJF.7545; MLJF.7702-MLJF.7703.
	2020	Pt. 14	MLJF/CD/S2/E04/P3	Contém: lista de peças depositadas no Museu, provenientes da doação de António Alves dos Santos, Odiáxere, elaborada por Luísa Ricardo.
	2005-2012	Pt. 15	MLJF/CD/S2/E04/P3	Contém: Inventário fotográfico da coleção de Etnologia, em <i>cd-rom</i> , elaborado por Bruno Milhano.

SR: C/3/14 – Fichas de inventário da coleção de ARQUEOLOGIA

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/14	2009-	Pt.1	MLJF/CD/S2/E04/P4	Contém: fichas de inventário da coleção de Arqueologia: Pré-História, elaboradas no programa <i>In Arte Plus</i> , por António Carrilho, dos n ^{os} : MLJF.4105-5108.
	2008-	Pt.2-pt.3	MLJF/CD/S2/E04/P4	Contém: fichas de inventário manuscritas da coleção de Arqueologia Romana em exposição, elaboradas por Dora Alves, com numeração provisória: MLJF.AR.0001-0064. Inclui inventário fotográfico, em <i>cd-rom</i> .
	2007-	Pt. 4; E04/P4	MLJF/CD/S2/E04/P4	Contém: fichas de inventário da coleção de Arqueologia Romana, elaboradas no programa <i>In Arte Plus</i> , por António Carrilho, dos n ^{os} : MLJF.3218; MLJF.3735-MLJF.3799; MLJF.7033
	2013-	Pt.5-PT.7	MLJF/CD/S2/E04/P4	Contém: fichas de inventário da coleção de Arqueologia Romana, elaboradas no programa <i>In Arte Plus</i> , por Dora Alves, dos n ^{os} : MLJF.7034-MLJF.7078, MLJF.7291; MLJF.7293-MLJF.7294; MLJF.7548;
	2013-	Pt. 8-pt.9	MLJF/CD/S2/E04/P4	Contém: fichas de inventário da coleção de Arqueologia Medieval, elaboradas no programa <i>In Arte Plus</i> , por Dora Alves, dos n ^{os} : MLJF.7089-MLJF.7127
	2005-2013	Pt. 10	MLJF/CD/S2/E04/P4	Contém: inventário fotográfico da coleção de arqueologia, elaborado por Bruno Milhano e Dora Alves. Inclui reprodução fotográfica do Foral de Lagos.

SR: C/3/15 – Fichas de inventário da coleção de PALEONTOLOGIA

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/15	2008-	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E04/P5	Contém: fichas de inventário manuscritas da coleção de Paleontologia, elaboradas no por António Carrilho. Inclui fotografias da disposição dos fósseis nas vitrinas. Dos n ^{os} provisórios: 1-262.
	2018	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E04/P5	Contém: fichas de inventário manuscritas e no programa <i>In Arte (cd-rom)</i> da coleção de Paleontologia, elaboradas no por Helena Simão. Inclui documentação de apoio. N ^{os} de inventário: MLJF.7969-MLJF.8443.

SR: C/3/16 – Fichas de inventário da coleção de ZOOLOGIA

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/16	2008-	Pt. 1-pt. 2	MLJF/CD/S2/E04/P5	Contém: fichas de inventário manuscritas da coleção de Paleontologia, com os n ^{os} provisórios: 1-266.
	2018-	Pt. 3-pt. 4	MLJF/CD/S2/E04/P5	Contém: fichas de inventário em formato <i>Word</i> da coleção de Paleontologia, com os n ^{os} MLJF.7716-7832 (pt. 3);
	2019-	Pt. 4-pt. 6	MLJF/CD/S2/E04/P5	Contém: fichas de inventário no programa <i>In Arte Premium</i> da coleção de Paleontologia, elaboradas por Helena Simão, com os n ^{os} MLJF.5926, 6159-6165, 6202-6203, 6215-6218, 6238, 7833-7968, 845-8470; MLJF.7716-MLJF.7838. Inclui <i>cd-rom</i> com as fichas em <i>pdf</i> .

SR: C/3/17 – Fichas de inventário da coleção de GEOLOGIA

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
-----------------------------	--------------	----------------------	--------------------	--------------------------

PT/MLJF/AMLJF/C/3/17	2011-	Pt. 1-pt. 5	MLJF/CD/S2/E05/P1	Contém: fichas de inventário no programa <i>In Arte Premium</i> da coleção de Geologia, elaboradas por António Carrilho, com os n ^{os} MLJF.6048-MLJF.6532.
-----------------------------	-------	-------------	-------------------	---

SR: C/3/18 – Fichas de inventário da coleção de DO ÁTRIO

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/18	2011-	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E05/P1	Contém: fichas de inventário manuscritas, em <i>Word</i> , e inventário fotográfico, dos objetos expostos no “átrio do Museu”, elaboradas por Helena Simão, com n ^{os} MLJF.7128-MLJF.7167; 7549-7563.
	2013-	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E05/P1	Contém: fichas de inventário no programa <i>In Arte Plus</i> , elaboradas por Helena Simão, com os n ^{os} MLJF.7128-MLJF.7167.

SR: C/3/19 – Fichas de inventário da coleção de DO PÁTIO DO PELOURINHO

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/19	2011-	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E05/P1	Contém: fichas de inventário manuscritas, no programa <i>In Arte Premium</i> , e inventário fotográfico, dos objetos expostos no “Pátio do Pelourinho”, elaboradas por António Carrilho e Bruno Milhano, com n ^{os} 7549-7563.

SR: C/3/20 – Fichas de inventário da coleção SALA DE LAGOS

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/20	2015-	1 pt.	MLJF/CD/S2/E05/P1	Contém: fichas de inventário em <i>Word</i> , no programa <i>In Arte Premium</i> e inventário fotográfico, dos objetos expostos na “Sala de Lagos”, elaboradas por Helena Simão, com n ^{os} MLJF.7641-MLJF.7655.

SR: C/3/21 – Fichas de inventário da coleção ARMAS (pelouros, projéteis, balas)

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/21	2018-	1 pt.	MLJF/CD/S2/E05/P2	Contém: fichas de inventário em <i>Word</i> , elaboradas por Bruno Milhano, Dora Alves e Helena Simão, com n ^{os} provisórios 1-39.

SR: C/3/22 – Fichas de inventário da coleção de MINIATURAS, Amável Rodrigues da Luz

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/22	2010-	1 pt.	MLJF/CD/S2/E05/P2	Contém: fichas de inventário no programa <i>In Arte Plus</i> , elaboradas por António Carrilho e Dora Alves, com n ^{os} MLJF.5445-MLJF.5471.

SR: C/3/23 – Fichas de inventário da coleção da TIPOGRAFIA LACOBRIGENSE

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/23	2017-	1 pt.	MLJF/CD/S2/E05/P2	Contém: fichas de inventário manuscritas, elaboradas por Helena Simão.

SR: C/3/24 – Fichas de inventário da coleção de BARCOS TRADICIONAIS, de Arez Viegas

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/24	2010-	1 pt.	MLJF/CD/S2/E05/P2	Contém: fichas de inventário no programa <i>In Arte Plus</i> e inventário fotográfico, elaboradas por António Carrilho, Dora Alves e Bruno Milhano.

SR: C/3/25 – Fichas de inventário da coleção de GRAVURA, MESTRE MANUEL CABANAS

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/25	2010-	2 pt.	MLJF/CD/S2/E05/P2	Contém: fichas de inventário em <i>Word</i> , no programa <i>In Arte Premium</i> e inventário fotográfico (<i>cd-rom</i>), elaboradas por Helena Simão, com os n.ºs MLJF.20, MLJF.31, MLJF.43, MLJF.49, MLJF.50, MLJF.116, MLJF.117, MLJF.120, MLJF.121, MLJF.5423, MLJF.5435- MLJF.5437, MLJF.7583- MLJF.7615.

SR: C/3/26 – Fichas de inventário da coleção de MESTRE AMÉRICO DOS SANTOS

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/26	2011-	1 pt.	MLJF/CD/S2/E05/P2	Contém: fichas de inventário no programa <i>In Arte Plus</i> e inventário fotográfico (<i>cd-rom</i>), elaboradas por Helena Simão, com os n.ºs MLJF.5721-5727. Inclui documentação de apoio e biografia do autor (manuscrito autógrafo), recolhida pela inventariante.

SR: C/3/27 – Fichas de inventário da coleção de MARIA TERESA PITA RAMOS

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/27	2017-	1 pt.	MLJF/CD/S2/E05/P2	Contém: fichas de inventário manuscritas, elaboradas por Helena Simão.

SR: C/3/28 – Fichas de inventário da coleção de OBJETOS EM OUTROS EVENTOS

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/28	2005-	1 pt.	MLJF/CD/S2/E05/P2	Contém: fichas de inventário no programa <i>In Arte Plus</i> , relativas a objetos externos que integraram exposições temporárias no MLJF.

SR: C/3/29 – Inventário iconográfico

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/29	2007-	10 pt.	MLJF/CD/S2/E05/P3	Contém: desenhos a carvão do acervo do MLJF, da autoria de Bruno Milhano.

SR: C/3/30 – Inventário do acervo iconográfico: marcas de água

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/30	2021-	1 pt.	MLJF/CD/S2/E05/P4	Contém: fichas de inventário do acervo de marcas de água.

SR: C/3/31 – Inventário do acervo de bens culturais imóveis

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/31		1 pt.	MLJF/CD/S2/E05/P4	Contém: registos e fichas de inventário em construção dos seguintes imóveis: 001 – Igreja de Santo António 002 – Edifício Sede do Museu de Lagos 003 – Edifício do núcleo Rota da Escravatura 004 – Armazém do Espingardeiro 005 – Forte da Ponta da Bandeira 006 – Edifício Centro de Documentação

SR: C/3/32 – Inventário do acervo bibliográfico

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
-----------------------------	--------------	----------------------	--------------------	--------------------------

PT/MLJF/AMLJF/C/3/32		1 lv.; 2 cx.; 1 pt.; 3 vols.; 3 cx cd.	MLJF/CD/S2/E05/P4	Contém: Livro de inventário manuscrito com registos até 1983, ficheiros de identificação dos espécimes e catálogo temático impresso.
-----------------------------	--	--	-------------------	---

SR: C/3/33 – Inventário do acervo arquivístico

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/3/32	-	1 pt.	MLJF/CD/S2/E05/P4	<p>Contém: Registos, quadros de classificação e inventários preliminares dos arquivos custodiados, conformes à ISAD(G): 001 - Arquivo Associação e Comercial de Lagos (PT/MLJF/ASCLGS) 002 - Arquivo Câmara Municipal de Lagos (PT/MLJF/ACMLJF) 003 - Arquivo Comissão Promotora da Homenagem a Gil Eanes (PT/MLJF/ACPHGE) 004 - Arquivo Cooperativa de Pão A Lacobrigense (PT/MLJF/ACPL) 005 - Arquivo Gabinete Técnico Local (PT/MLJF/AGTL) 006 - Arquivo Grupo de Amigos do Museu (PT/MLJF/AGAM) 007 - Arquivo Irmandade de São Pedro dos Clérigos (PT/MLJF/AISPC) 008 - Arquivo da Irmandade do Santíssimo Sacramento (PT/MLJF/AISS) 009 - Arquivo da Irmandade dos Escravos do Senhor Jesus (PT/MLJF/AIESJ) 010 - Arquivo da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia (PT/MLJF/AISCM) 011 - Arquivo José da Conceição Ramos Formosinho (PT/MLJF/AJCRF) 012 - Arquivo José dos Santos Pimenta Formosinho (PT/MLJF/JSPF)</p>

				013 - Arquivo Museu de Lagos (PT/MLJF/AMLJF) 014 - Arquivo Ordem Terceira N. ^a Sr. ^a Monte do Carmo (PT/MLJF/AOTNSMC) 015 - Arquivo Ordem Terceira de São Francisco (PT/MLJF/AOTSF) 016 - Arquivo Pedro Reis (PT/MLJF/APR) 017 - Arquivo Rui Mendes Paula (PT/MLJF/ARMP) 018 - Arquivo Sociedade do Teatro Lacobrigense (PT/MLJF/ASTL)
--	--	--	--	---

SUBSECÇÃO C/4: CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE BENS CULTURAIS

SR: C/4/01 – CONSERVAÇÃO E RESTAURO: Registos de monitorização ambiental

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/4/01	2005-	7 pt.	MLJF/CD/S2/E06/P1	Contém: registos das monitorizações ambientais nos equipamentos.

SR: C/4/02 – CONSERVAÇÃO E RESTAURO: Registos de desinfestações

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/4/02	2020-	1 pt.	MLJF/CD/S2/E06/P1	Contém: registos das desinfestações nos equipamentos.

SR: C/4/03 – CONSERVAÇÃO E RESTAURO: Registos de limpeza dos equipamentos

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/4/02	2009-	2 pt.	MLJF/CD/S2/E06/P2	Contém: registos das limpezas nos equipamentos.

SR: C/4/04 – CONSERVAÇÃO E RESTAURO: processos de conservação e restauro

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/4/04	1989-	2 pt.	MLJF/CD/S2/E06/P2	<p>Pt. 1 contém: 1989-2021: processo de conservação e restauro do Foral de Lagos. 2006: Processo de conservação do fac-símile do Foral de Lagos: encadernação em pele. 2008: Autos de saída e fichas de verificação do estado de conservação de peças de arqueologia a integrar a projetada exposição de homenagem a José Formosinho.</p>
	2008-		MLJF/CD/S2/E06/P2	<p>Pt. 2 contém: 2008 - Peças restauradas de arqueologia a integrar a projetada exposição de homenagem a José Formosinho, que deram entrada no MLJF a 9/9/2008. 2009-2021: processo de conservação e restauro da planta da cidade de Lagos, da autoria de Raul Frederico Rato (Informação nº 7997-EG, 30/03/2021). 2014: processo de conservação e restauro de vaso de cerâmica (nº 1297), dedal, anel (nº 1250), anel D10, anel, fíbula (nº 5222), 88 moedas, espada, ânfora (nº 106) e ânfora fragmentada (nº 117), no Museu de Portimão.</p>

SUBSECÇÃO C/6: CIRCULAÇÃO DE BENS CULTURAIS

SR: C/6/01 – Circulação de bens culturais

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/C/6/01	1984-2012	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E06/P2	<p>Contém:</p> <p>1984: quadro em tela de Nossa Senhora da Conceição, do MLJF, na Igreja de Santa Maria.</p> <p>1989-1991: circulação do Foral e livros manuscritos da Santa Casa da Misericórdia e outras irmandades para efeito de microfilmagem.</p> <p>1999: empréstimo de 2 réplicas de astrolábio para a exposição “Inventos do último milénio”.</p> <p>2005: empréstimo de cinco obras: “Paisagem”, de Alexandrina Berger, “Retrato de Emília Santos Braga, de Virgínia Santos Avelar, “Retrato de Virgínia Santos Avelar, de Emília Santos Braga, “Paisagem”, de C. Lyster Franco, e “Paisagem”, de Samora Barros, para a exposição “O Século XX passou por aqui”, organizada pelo Museu Municipal de Faro.</p> <p>2007: empréstimo do óleo “Anunciação” e “Apresentação no Templo”, para a exposição “O Tapete Oriental em Portugal”.</p> <p>2008: transferência do Mosaico Romano da Meia-Praia do Museu para o Armazém do DECAS, na Escola Gil Eanes (antiga).</p> <p>2010: empréstimo de “Nossa Senhora da Conceição”, Custódia e São Gonçalo de Lagos para a exposição “Os compromissos marítimos no Algarve”, no museu de Olhão, no âmbito do projeto “Algarve: do Reino à Região”.</p> <p>2010: empréstimo de moedas de D. Afonso V, espada com bainha de ouro, estatuetas “Gêmeos”, dente de elefante, para exposição no núcleo museológico Mercado dos Escravos.</p> <p>2010-2011: empréstimo de sino de bronze para a exposição “Memórias da Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe”.</p>

				2012: empréstimo de “Desenho a Carvão” (MLJF.44), de Carlos Lyster Franco para a exposição “Carlos Augusto Lyster Franco: o Franco dos Carvões”, organizada pelo Museu Municipal de Faro.
	2014	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E06/P2	2014: empréstimo de jarro romano, candil árabe e estela decorada para a exposição do núcleo museológico Armazém do Espingardeiro. 2014: empréstimo de diversos objetos museológicos para a exposição “Memórias da Grande Guerra”, organizada pela Câmara Municipal de Lagos.
	2015	Pt. 3	MLJF/CD/S2/E06/P2	2015/2016: empréstimo da “Cabeça de Galieno” e de “Capacete em Bronze”, para exposição “Lusitânia Romana: a origem de dois povos”, em Mérida. 2015: empréstimo de painéis em <i>K-line</i> (materiais expositivos), produzidos para a exposição “Algarbia Cartographica” para a exposição “A Fortaleza da Arrifana e o Forte da Carrapateira, no contexto defensivo da Costa Ocidental do Reino do Algarve.” 2015: processo para saída das bandeiras da Misericórdia, para efeitos de restauro.
	2016	Pt. 4	MLJF/CD/S2/E06/P2	2016: empréstimo da “Cabeça de Galieno” e de “Capacete em Bronze”, para exposição “Lusitânia Romana: a origem de dois povos”, em Lisboa e Madrid.
	2018-	Pt. 5	MLJF/CD/S2/E06/P2	2018: empréstimo da “Cabeça de Galieno” (MLJF.3171), para exposição “Do tirar polo natural: inquérito ao retrato português”, organizada pelo Museu Nacional de Arte Antiga. 2018: processo de saída das pinturas “Anunciação” (MLJF.1979) e “Apresentação de Jesus no Templo” (MLJF.1980), para efeitos de restauro. 2019: empréstimo de “Réplica de caravela”, para exposição “Em demanda da biblioteca Fernão de Magalhães”, organizada pela Biblioteca Nacional de Portugal.

				<p>2019: empréstimo de “Paisagem” (MLJF.21), para exposição “Carlos Porfírio: diálogos do Modernismo”, organizada pelo Museu Municipal de Faro.</p> <p>2019-2020: empréstimo de exemplares de periódicos para efeitos de digitalização na Biblioteca Nacional de Portugal, no âmbito do projeto Hemeroteca Digital do Algarve.</p> <p>2020-2021: empréstimo de acicate (nº prov. 2254) para exposição “Guerreiros e Mártires”, organizada pelo Museu Nacional de Arte Antiga.</p>
--	--	--	--	--

SC: D/ PLANEAMENTO, CONTROLO E COOPERAÇÃO

SUBSECÇÃO D/1: PLANEAMENTO

SR: D/1/01 – PLANEAMENTO: Planos de atividades

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/1/01	2005-2017	2 pt.	MLJF/CD/S2/E06/P3	Contêm planos e propostas de atividades a desenvolver pelo Museu entre 2005 e 2017.

SR: D/1/02 – PLANEAMENTO: Planos museológicos e programa museológico para o concelho de Lagos

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/1/02	2002-2014	1 pt.; 2 vols.	MLJF/CD/S2/E06/P3	<p>Contém:</p> <p>2002: Programa de apoio à qualificação dos museus: proposta de Plano Museológico de Lagos</p> <p>2005: Proposta “Fórum dos Descobrimentos”</p> <p>2007: núcleo museológico de Barão de São João</p>

				<p>2008: “Paço dos Descobrimentos: proposta de distribuição de valências”</p> <p>2008: Programa museológico do concelho de Lagos (1 vol.)</p> <p>2009: Programa museológico do concelho de Lagos (1 vol.)</p> <p>2014: Plano Estratégico de Reabilitação Urbana de Lagos e Estudo Global da Operação de Reabilitação Urbana da cidade de Lagos, que inclui “Plano de Ordenamento Museológico”</p>
--	--	--	--	---

SR: D/1/03 – PLANEAMENTO: Planos de prevenção e segurança dos equipamentos

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/1/03	2014	1 pt.	MLJF/CD/S2/E06/P3	Contém o Plano de Prevenção e Segurança elaborado para o Museu em 2014.

SR: D/1/04 – PLANEAMENTO: Planos de manutenção e limpeza das instalações e acervo

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/1/04	2005-	Pt. 1	MLJF/CD/S2/E06/P3	Planos de manutenção e limpeza das instalações e acervo.
	2006-	Pt. 2	MLJF/CD/S2/E06/P3	Planos de conservação e avaliação do acervo.
	2008-	2 vols.	MLJF/CD/S2/E06/P3	Normas e procedimentos de conservação do MLJF.

SUBSECÇÃO D/2: CONTROLO

SR: D/2/01 – CONTROLO: Correspondência expedida

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/2/01	1942-	2 pt.	MLJF/CD/S2/E06/P4	Contém cópia da correspondência expedida pelo Museu, desde 1942.

SR: D/2/02 – CONTROLO: Informações internas e ordens de serviço

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/2/02	1985-	4 pt.	MLJF/CD/S2/E06/P4	Contém cópia das informações internas e ordens de serviço expedidas e recebidas pelo Museu, desde 1985.

SR: D/2/03 – CONTROLO: Informações à Assembleia Municipal

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/2/03	2007-	1 pt.	MLJF/CD/S2/E06/P4	Contém as informações sobre a atividade do Museu remetidas à Assembleia Municipal de Lagos.

SR: D/2/04 – CONTROLO: Correspondência recebida

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/2/04	1960-	7 pt.	MLJF/CD/S2/E06/P4-P5	Contém a correspondência recebida pelo Museu, desde 1960.

SR: D/2/05 – CONTROLO: Receitas do Museu

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/2/05	1987-	2 pt.	MLJF/CD/S2/E06/P5	Contém o registo de receitas provenientes das entradas no Museu e Igreja de Santo António, desde 1987.

SR: D/2/06 – CONTROLO: Despesas do Museu

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/2/06	1934-	7 pt.	MLJF/CD/S2/E06/P5-P6	Contém: 1934-1942: documentos de despesas por conta do Museu ou José dos Santos Pimenta Formosinho 1938-1940: documentos de despesas por conta das explorações na Abicada. Desde 1958: documentos de despesas por núcleo museológico.

SR: D/2/07 – CONTROLO: Pedidos ao economato e armazém (aprovisionamento)

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/2/07	2017-	1 pt.	MLJF/CD/S2/E06/P6	

SR: D/2/08 – CONTROLO: monitorização de indicadores

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/2/08	2011-2016	1 pt.	MLJF/CD/S2/E06/P6	Registos de indicadores do Museu.

SR: D/2/09 – CONTROLO: registos de auditorias

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/2/09	2006	1 pt.	MLJF/CD/S2/E06/P6	

SR: D/2/10 – CONTROLO: segurança dos equipamentos

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/2/10	2008	3 pt.	MLJF/CD/S2/E06/P6	Contém: Pt. 1-pt.2 registos Prosegur Pt. 3: registos Laboratório de Proteção e Segurança Radiológica, Bombeiros e Algeco.

SR: D/2/11 – CONTROLO: registos de anomalias e ocorrências

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/2/11	2014	1 pt.	MLJF/CD/S2/E06/P6	Contém os registos das anomalias ou ocorrências verificados nos espaços afetos ao Museu.

SR: D/2/12 – CONTROLO: intervenções e obras nos equipamentos museológicos

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/2/12	1930-1992	8 cx.	MLJF/CD/S3/E07/P1	Contém: Cópias dos processos de obras, administração e fiscalização na Igreja de Santo António, no Museu e no Forte da Ponta da Bandeira, promovidas pela Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

	2009-2016	Pt. 1	MLJF/CD/S3/E07/P1	Projeto de remodelação do MLJF.
	2011	Pt. 2	MLJF/CD/S3/E07/P1	Intervenções na igreja de Santo António e instalações sanitárias do Museu.
	2016-2018	Pt. 3	MLJF/CD/S3/E07/P2	Projeto de remodelação do MLJF.
	1994	Planta	MLJF/CD/S3/E07/P2	Planta relacionada com o projeto de instalação elétrica na Igreja de Santo António e Museu.

SR: D/2/13 – CONTROLO: bens municipais

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/2/13	1933-	2 pt.	MLJF/CD/S3/E07/P2	Contém: Pt. 1: - Autos de entrada - Autos de saída - Autos de abate Pt. 2: - Inventário de bens municipais (1933-)

SR: D/2/14 – CONTROLO: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/2/14	1984-	2 pt.	MLJF/CD/S3/E07/P2	Contém: registos dos elementos estatísticos reportados anualmente ao Instituto Nacional de Estatística.

SR: D/2/15 – CONTROLO: Relatórios de Atividades

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/2/15	2004-	1 pt.	MLJF/CD/S3/E07/P2	Contém: Relatório anual de atividades de 2004 e de 2006.

SUBSECÇÃO D/3: COOPERAÇÃO**SR: D/3/01 – COOPERAÇÃO: Protocolos**

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/3/01	2009-	1 pt.	MLJF/CD/S3/E07/P2	Contém protocolos de cooperação celebrados entre o Município de Lagos e: - José Manuel da Silva Búzio e Maria dos Anjos Correia da Silva Búzio; - Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento; - A Vicentina – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste; - Município de Portimão; - Centro de Ciência Viva de Lagos.

SR: D/3/02 – COOPERAÇÃO: Atividades

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/3/02	2009-	5 pt.	MLJF/CD/S3/E07/P2	Contém registo de atividades de cooperação com: Pt. 1-2: “Pão de Santo António”: receitas, despesas e doações. Pt. 3: Associação Portuguesa de Museologia (APOM); Rede Portuguesa de Museus. Pt. 4-5: Rede de Museus do Algarve

SR: D/3/03 – COOPERAÇÃO: Propostas diversas de cooperação

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/D/3/03	1994-	2 pt.	MLJF/CD/S3/E07/P3	<p>Contém:</p> <p>Pt. 1:</p> <p>1994: proposta para exposição de arqueologia em Sagres.</p> <p>2004: proposta de Museu dos Descobrimentos em Lagos.</p> <p>2006: Adriano dos Santos Barros: exposição de velharias, colecionismo.</p> <p>2007-2012: proposta para Museu Temático de Lagos, por José Manuel da Silva Búzio.</p> <p>2008: espólio industrial de Afonso Caetano.</p> <p>2008: proposta para exposição de fotografia “Arribas: paisagens, geologia, fauna e flora”</p> <p>2009: proposta para exposição de pintura e serigrafias, de João Duque.</p> <p>2009: proposta de Oficina Museu do Traje, Moda e Têxtil.</p> <p>2010: Pólo museológico Barão de São João.</p> <p>2011: proposta de exposição no Memorial da Epopeia dos Descobrimentos.</p> <p>2012: Museu Etnográfico de Espiche.</p> <p>2012: proposta de aquisição de coleção de Artes dos Espetáculo para criação de um núcleo museológico e centro de investigação sobre o tema.</p> <p>2016: Museu Etnográfico de Espiche, proposta de preço para aquisição</p> <p>2016: proposta de aquisição de coleção de miniaturas da autoria de Augusto Figueiras.</p> <p>2016: proposta de polo museológico sobre o Infante D. Henrique</p> <p>2017: proposta de parceria inserida no projeto “Women of the Brown Atlantic: real and imaginary passages in portuguese 1711-2011”</p>

				Pt. 2: 2001: processo de constituição de núcleo museológico ferroviário de Lagos.
--	--	--	--	--

SC: E/ GESTÃO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO CULTURAL

SUBSECÇÃO E/1: EXPOSIÇÕES E OUTRAS ATIVIDADES

SR: E/1/01 – GESTÃO DE ATIVIDADES: Exposições

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/E/1/01	1946-	3 pt.	MLJF/CD/S3/E07/P2	Contém: catálogos de exposições no Museu (1946-2006)

SR: E/1/02 – GESTÃO DE ATIVIDADES: Organização de exposições e outras atividades

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/E/1/02	1997-	7 pt.	MLJF/CD/S3/E07/P3-P4	Contém: processos e materiais das atividades promovidas pelo Museu, incluindo a exposição “O Branco, o Preto e o Outro” (pt. 2) e a atividade “Peça Museológica do Mês” (2010-2015, pt. 6-7)

SR: E/1/03 – GESTÃO DE ATIVIDADES: Materiais expositivos

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
-----------------------------	--------------	----------------------	--------------------	--------------------------

PT/MLJF/AMLJF/E/1/03	[193?-]	1 pt.	MLJF/CD/S3/E07/P4	Contém: legendas produzidas para os materiais expostos, desde a fundação do Museu. Nesta série incluem-se materiais expositivos que se encontram nas reservas do Museu.
-----------------------------	----------	-------	-------------------	--

SR: E/1/04 – GESTÃO DE ATIVIDADES: Direitos de Autor e Conexos

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/E/1/04	2009-	1 pt.	MLJF/CD/S3/E07/P4	Contém: autorizações da Sociedade Portuguesa de Autores e comunicações à Inspeção Geral das Atividades Culturais (IGAC) dos espetáculos de natureza artística.

SUBSECÇÃO E/2: SERVIÇO EDUCATIVO

SR: E/2/01 – GESTÃO DE ATIVIDADES: Serviço Educativo – processo criativo

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/E/2/01	2008-	5 pt.	MLJF/CD/S3/E07/P5	Contém: materiais relativos ao processo criativo de desenvolvimento de conteúdos e atividades para o 1º ciclo.

SR: E/2/02 – GESTÃO DE ATIVIDADES: Serviço Educativo – guiões

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/E/2/02	2008-	1 pt.	MLJF/CD/S3/E07/P5	Contém: Guião para o 1º ciclo.

SR: E/2/03 – GESTÃO DE ATIVIDADES: Serviço Educativo – registos e materiais

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/E/2/03	2005-	10 pt.	MLJF/CD/S3/E07/P5-P6	<p>Contém:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Registos e materiais das atividades (pt. 1-10) - Fichas de apoio a professores (pt. 2), - <i>Peddy-paper</i> “Aventura-te pelo património” (pt.4-7); - Jornadas europeias do património 2010 (pt.4), - Dominós, “Joga e Aprende”, “Museu vai à rua”, “Do Museu para a Rua com história e aventura” (pt. 5-7) - Registo e avaliação de atividades (pt. 9)

SR: E/2/04 – GESTÃO DE ATIVIDADES: Serviço Educativo – tutoria de estágios e relatórios

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/E/2/04	2013-	1 pt.	MLJF/CD/S3/E07/P6	<p>Contém:</p> <p>Processos de:</p> <p>S. d.: António José Parreira Valente, com o relatório “Análise crítica ao Museu Municipal Dr. José Formosinho”</p> <p>2013/2014: Daniela Alexandra da Glória Viana, com o relatório: “Museu Municipal Dr. José Formosinho, Lagos”</p>

SR: E/2/05 – GESTÃO DE ATIVIDADES: Serviço Educativo – materiais de atividades educativas

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/E/2/05	-	1 pt.	MLJF/CD/S3/E07/P6	<p>Contém: inventário dos materiais produzidos para a realização de atividades educativas. Os materiais encontram-se acondicionados no Museu, sala do serviço educativo.</p>

SUBSECÇÃO E/3: DIVULGAÇÃO

SR: E/3/01 – GESTÃO DE ATIVIDADES: Divulgação

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/E/3/01	-	1 pt.	MLJF/CD/S5/E08/P1	Contém: - Propostas e materiais de divulgação do Museu.

SR: E/3/02 – GESTÃO DE ATIVIDADES: Divulgação na comunicação social

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/E/3/02	-	1 pt.	MLJF/CD/S5/E08/P1	Contém: - Recortes na comunicação social sobre o Museu.

SR: E/3/03 – GESTÃO DE ATIVIDADES: Divulgação *merchandising*

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/E/3/01	-	1 pt.	MLJF/CD/S5/E08/P1	Contém: - Propostas e produção de <i>merchandising</i> .

SC: F/ ANTENDIMENTO AO PÚBLICO

SUBSECÇÃO F/1: PÚBLICO DOS DIVERSOS EQUIPAMENTOS

SR: F/1/01 – ATENDIMENTO AO PÚBLICO: registos e estatísticas

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/F/1/01	-	1 pt.	MLJF/CD/S5/E08/P1	Contém os registos de entradas de público no Museu e respetivo tratamento estatístico.

SR: F/1/02 – ATENDIMENTO AO PÚBLICO: registos de ocorrências e reclamações

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/F/1/02	2005-	1 pt.	MLJF/CD/S5/E08/P1	Contém os registos de ocorrências ou de reclamações do público nos diferentes núcleos museológicos.

SUBSECÇÃO F/2: ESTUDOS E AVALIAÇÃO

SR: F/2/01 – ATENDIMENTO AO PÚBLICO: avaliação da satisfação

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/F/2/01	2011-2019	3 cx.	MLJF/CD/S5/E08/P1	Contém questionários de avaliação aplicados ao público visitante.

SR: F/2/02 – ATENDIMENTO AO PÚBLICO: Livros de visita do Museu

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/F/2/02	1965-	8 cx.	MLJF/CD/S5/E08/P1-P2	Contém os livros de visita ao Museu e registo de opiniões do público visitante.

SC: F/ AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**SUBSECÇÃO G/1: AQUISIÇÃO INTERNA****SR: G/1/01 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS: Interna**

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/G/1/01	2017-	1 pt.	MLJF/CD/S5/E08/P3	Contém as fichas de tarefa elaboradas pelo serviço do Museu para aquisições de bens ou serviços por via interna.

SUBSECÇÃO G/2: AQUISIÇÃO EXTERNA**SR: G/2/01 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS: Externa – processos de aquisição**

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/G/2/01	2015-	4 pt.	MLJF/CD/S5/E08/P3	Contém registos de - Serviços vários; - Serviços da Prosegur (pt. 1) - Serviços da Sistemas do Futuro (pt. 2) - Serviços da <i>TicketLine</i> (pt. 3) - Instruções e garantias (pt. 4)

SR: G/2/02 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS: Identificação de fornecedores

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
-----------------------------	--------------	----------------------	--------------------	--------------------------

PT/MLJF/AMLJF/G/2/02	-	1 pt.	MLJF/CD/S5/E08/P3	Contém identificação se fornecedores da área da Conservação.
-----------------------------	---	-------	-------------------	--

SR: G/2/03 – AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS: Avaliação de fornecedores

Código de referência	Datas	Dimensão U.I.	Localização	Âmbito e conteúdo
PT/MLJF/AMLJF/G/1/01	2010-	1 pt.	MLJF/CD/S5/E08/P3	Contém os formulários de avaliação realizada aos fornecedores externos,